

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Saete Da Dalt

Programa Bolsa Família - Limites e Possibilidades para a
Geração de Trabalho e Renda entre os Beneficiários.



NITERÓI, RJ
2013



**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

SALETE DA DALT

Programa Bolsa Família – Limites e Possibilidades para a Geração de Trabalho e Renda entre os Beneficiários.

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: Avaliação e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão

NITERÓI

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

D152 Dalt, Salete Da.

Programa Bolsa Família – limites e possibilidades para a geração de trabalho e renda entre os beneficiários / Salete da Dalt. – 2013.

223 f.

Orientador: André Augusto Pereira Brandão.

Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2013.

Bibliografia: f. 188-202.

1. Brasil. 2. Distribuição de renda. 3. Políticas públicas.
4. Desigualdade social. I. Brandão, André Augusto Pereira.
- II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social.
- III. Título.

Programa Bolsa Família – Limites e Possibilidades para a Geração de Trabalho e Renda entre os Beneficiários.

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: Avaliação e Política Social.

Aprovada em Junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. André Augusto Pereira Brandão – Orientador
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.Dr. Jorge Luiz Barbosa - Examinador
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.Dr. Leandro Molhano - Examinador
Fundação Getulio Vargas.

Prof.^a Dr.^a Rosana Rodrigues Heringer – Examinadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof.Dr. Victor Hugo de Carvalho Gouvêa – Examinador
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a Mônica de Castro Senna– Examinadora - Suplente
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.^a Dr.^a Antonia dos Santos Garcia– Examinadora - Suplente
Universidade Federal da Bahia - UFBA

NITERÓI
2013

“Eu só queria ter um trabalho para mostrar aos meus filhos que sou capaz e dar dignidade a eles” (Beneficiária do Programa Bolsa Família).

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese ao meu filho Igor Da Dalt de Moraes - razão e alimento do meu esforço em ver pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades sonharem com dias melhores.

Agradecimentos

Em primeiro lugar – a todos os brasileiros que sonham com melhores oportunidades para que aqueles que vivem a margem da sociedade.

Ao meu orientador Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão, primeiramente pelo estímulo dado a mim para obtenção deste título, pelos anos de parceria que propiciaram amadurecimento profissional e conhecimento inquestionável e, sobretudo pela inspiração e apoio dado para o desenho da pesquisa que deu origem a esta tese.

Professor Dr. Victor Hugo de Carvalho Gouvêa- diretor do DataUFF – Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense - pela troca profissional e acúmulo de experiências, além do apoio de amigo em momentos de fraqueza, muito obrigada! Também pela contribuição dada no momento da qualificação.

À Profa. Rosana Rodrigues Heringer pelo apoio e incentivo dado a mim na obtenção deste grau e, sobretudo pelas parcerias profissionais que já desenvolvemos ao longo de uma trajetória que foram de extrema relevância para chegarmos ao momento da construção desta tese, pela contribuição dada no momento da qualificação, obrigada por tudo!

Ao Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa, que de forma indireta colaborou para a realização desta pesquisa, à medida que durante a sua gestão como Pró-reitor de Extensão desta Universidade apoiou muito o DataUFF – Nucleo de Pesquisas e Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense, muito obrigada! Obrigada também pela disponibilidade e presteza em participar desta banca.

Ao Prof. Dr. Leandro Molhano, muito obrigada! Pela disponibilidade e presteza de estar aqui neste momento.

À Profa. Dra. Antonia Garcia pelo incentivo e inspiração, muito obrigada! Também pela presença de espírito que fortalecem cada vez mais nossa longa amizade.

À Profa. Dra. Monica de Castro Senna - coordenadora deste Programa de Pós-graduação - não só agradeço pela sua participação como suplente

nesta banca como também, aproveito para parabenizá-la pelo trabalho desenvolvido no âmbito deste curso, contribuindo para a melhoria do nível acadêmico desta importante Universidade e dos estudantes que aqui passam, muito obrigada!

Obrigada ao Prof. Dr. César Augusto da Silva, a quem jamais poderei gratificar pelo apoio e incentivo no momento da decisão e opção pela entrada neste Programa de Pós-graduação. Agradecimentos infinitos pela troca intelectual durante a primeira fase da coleta de dados, no ano de 2008, sempre prestativo e presente para dialogarmos sobre as angustias vivenciadas principalmente durante as entrevistas em profundidade.

Obrigada em especial à Claudia Valéria da Silva Pimentel, pela paciência durante estes anos todos em que trabalhamos juntas, pelo apoio na construção do trabalho que deu origem a esta tese e pelo próprio trabalho realizado em conjunto ao longo dos anos.

Obrigada aos amigos que me apoiam sempre, sem este apoio minha trajetória, com certeza seria muito mais árdua e longa.

Resumo:

Palavras Chaves: Transferência de renda, políticas públicas, desigualdade social.

Esta tese tem como objetivo principal identificar os limites e possibilidades de inserção dos beneficiários do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e em atividades de geração de renda. Neste sentido, analisamos os dados obtidos em pesquisa feita pelo DataUFF (Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas da Universidade Federal Fluminense) sobre este tema, em nível nacional. Esta pesquisa foi realizada em duas etapas e seu desenho garantia a comparabilidade dos dados em um período de dois anos, entre uma e outra fase. A primeira etapa foi desenvolvida no ano de 2008 e a segunda no ano de 2010. A coleta de dados em 2008 foi quantitativa domiciliar através da aplicação de questionário estruturado em beneficiários do Programa. Também foram realizadas entrevistas em profundidade com beneficiários e agentes implementadores locais. Em 2010 foi feita a aplicação do questionário estruturado de base domiciliar somente. Buscamos através da análise destes dados verificar em que medida é possível inserir os beneficiários do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho ou na geração de renda e por consequência na esfera do consumo de formas sustentadas, o que poderia significar o alcance de possibilidades de independência financeira em relação à transferência de renda estatal. Ao fim da análise foi possível identificar que, para além da baixa incidência de acesso a iniciativas de qualificação profissional públicas, os beneficiários sofrem carências em aspectos multidimensionais (especialmente ligados a educação e saúde) que repercutem em suas vidas e impedem que tenham condições adequadas para enfrentar a competição do mercado de trabalho. Verificamos que serão necessárias outras ações estratégicas para empoderar estas famílias, de forma a que não precisem mais receber os recursos transferidos pelo Programa para viabilizar a sua sobrevivência e a dos seus dependentes.

Abstract

This thesis aims at identifying the limits and possibilities of integrating the beneficiaries of Bolsa Família Program in labor market and income activities. Therefore, we analyzed data obtained in a national survey made by DataUFF (Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas da Universidade Federal Fluminense) on this matter. The survey was conducted in two stages and its design assured comparability of data over a period of two years between each phase. The first stage runned in 2008 and the second in 2010. Data collection in 2008 was quantitatively through the homes through a structured questionnaire answered by the program's beneficiaries. Were also conducted deep interviews with beneficiaries and local implementing agents. In 2010 only the home-based questionnaires was done. We seek through the analysis of these data to verify the extent to which you can integrate the beneficiaries of Bolsa Família in the labor market or income activities and therefore the range of sustained consumption forms, which could mean the range of possibilities for financial independence regarding the state income transfer. At the end of the analysis was possible to conclude that beneficiaries suffer deficiencies in multidimensional aspects that impact on their lives and prevent proper conditions to face competition in the labor market. The main obstacles to integration into labor market were related to low education and health problems that often they referred to a depression caused by his own psychic resignation in facing the fact of not being productive and competitive. At this matter, as the generation of employment and income through incorporating into professional qualifications courses major breakthroughs has not been identified. Other strategic actions are needed to empower these families to the point of no longer need to receive money from the program and ensure its survival and of their dependents.

ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS, QUADROS, DIAGRAMAS E GRÁFICOS.

FIGURAS

1 – Brasil - A Pirâmide Populacional e Classes Econômicas	57
2 – Brasil – Beneficiários do Programa Bolsa Família segundo sexo, idade e escolaridade, 2006 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	72

GRÁFICOS

1. Brasil – Taxa de frequência por faixa de idade	89
2. Brasil - Sexo, idade, escolaridade e cor/raça do beneficiário	102
3. Brasil – Classificação socioeconômica – Critério Brasil	113
4. Brasil - O responsável pelo benefício trabalhou ou não entre 2004-2007(%)	134
5. Brasil - Condições de Trabalho do entrevistado de 2004-2007 (%)	136
6. Brasil - Por quanto tempo acha que vai continuar recebendo o Bolsa Família	156
7. Brasil - O que é preciso acontecer na sua vida para não precisar mais receber o dinheiro do Bolsa Família	158
8 . Brasil - Quanto tempo acha que vai ser necessário para que isso ocorra	159
9. Brasil - Trabalhou nos anos de 2004 a 2010	161
10. Brasil - Condição que trabalhou nos anos de 2004 a 2010	163
11. Brasil - Atualmente realiza alguma atividade para ganhar dinheiro – 2008 e 2010.	164
12. Brasil - Atividade que realiza atualmente para ganhar dinheiro	165
13. Brasil - Após receber o dinheiro do PBF voltou a estudar	170
14. Brasil - Fez algum curso preparatório para conseguir trabalho	171
15. Brasil - Acredita que com esse curso vai conseguir emprego ou renda	173
16. Brasil - Os filhos fizeram cursos preparatórios para conseguir trabalho	174
17. Brasil - O que seus filhos aprenderam com o curso	175
18. Brasil - Acredita que com esse curso seu filho vai conseguir emprego ou renda	176

TABELAS

1 – Brasil – Contribuição de cada componente das transferências e do aumento nos respectivos graus de cobertura para a redução da desigualdade de renda familiar <i>per capita</i>	51
2 – Brasil – Término dos alimentos da casa nos últimos 3 meses	75
3 – Brasil – Comida suficiente ou não antes do BF	76
4 – Brasil – Avaliação de alimentação após o BF	77

5 – Brasil – Quantidade de alimentos após o BF	77
6 – Brasil – Aumento da variedade de alimentos após o BF	78
7- Brasil – Duração dos alimentos comprados pela família	78
8. Brasil – Duração dos alimentos comprados pela família antes do BF	79
9 – Brasil - Região de moradia do beneficiário	99
10 – Brasil - Grau de escolaridade segundo a faixa de idade – Brasil	103
11 – Brasil -Escolaridade dos responsáveis pelos domicílios atendidos pelo PBF	104
12 – Brasil - Estado Civil do responsável legal do benefício	105
13 – Brasil -Situação Profissional do responsável legal do benefício	107
14 – Brasil - Classe – Segundo critérios de renda expostos em Néri (2011).	108
15 – Brasil - Renda familiar média dos indivíduos	112
16 – Brasil - Critério de vulnerabilidade SAE	112
17 – Brasil - Classe social * Região	115
18 – Brasil - Classe social * Grupo controle ou experimental	117
19 – Brasil - Renda Familiar Total * Grupo controle ou experimental	119
20 – Brasil - Classe social * Renda Familiar Total	120
21 –Brasil - Classe social * Valor mensal que você recebe do PBF	121
22 – Brasil - Classe social * A renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com: * Grupo controle ou experimental	123
23 – Brasil - Classe social * Sua casa é: * Grupo controle ou experimental	124
24 - Brasil - Classe social * Nos últimos doze meses, você fez alguma compra a crédito * Grupo controle ou experimental	127
25 - Brasil - Sexo do responsável pelo domicílio	128
26 - Brasil - Situação Profissional do responsável legal * Classe social	130
27 - Brasil - Classe social * Possui carteira de trabalho	131
28 - Brasil - Trabalhou no ano de 2007 * Classe social	132
29 - Brasil - Classe social * Fez algum curso Preparatório para conseguir trabalho	137
30 - Brasil - Até que série estudou * Fez algum curso Preparatório para conseguir trabalho	138
31 - Brasil - Acredita que com esse curso vai conseguir emprego ou renda	139
32 - Brasil - Situação Profissional do responsável legal * Até que série estudou	141
33 - Brasil - Antes de receber o PBF realizava alguma atividade para ganhar dinheiro	152
34 - Brasil - Na sua opinião estudar é:	167
35 - Brasil - Motivo pelo qual parou ou nunca estudou	168
36 - Brasil - O que aprendeu no curso (responsável legal	172

QUADROS

1 – PBF – tipo de família e valores do benefício	27
--	----

2 - Atores entrevistados x número de entrevistas. 34

DIAGRAMAS

1. Determinantes imediatos da queda da desigualdade 52

SUMÁRIO

Introdução	17
1. Problematizando nosso objeto	19
2. Programas Brasileiros de Transferência de Renda	21
3. O Programa Bolsa Família	25
4. Procedimentos Metodológicos	31
Capítulo I – Brasil – Século XXI – Mudanças no perfil da desigualdade e da pobreza	37
1. Introdução	37
2. Principais Causas da Redução da Desigualdade na Primeira Década do Século XXI	40
3. Contribuição dos Programas de Transferência de Renda para Redução da Desigualdade e Aumento da Classe Média no Brasil	53
4. Criando Portas de Entrada	60
Capítulo II – Qual o efeito do PBF sobre a pobreza e a desigualdade?	65
1. Introdução	65
2. Políticas de Transferência de Renda na América Latina	67
3. O Programa Bolsa Família – Diminuindo a Fome e Criando Expectativas	74
3.1. Segurança Alimentar e Nutricional	74
3.2. Os resultados das Condicionais de Saúde	82
3.3. Os resultados das Condicionais de Educação	87
Capítulo III – Análise dos dados quantitativos - O beneficiário do PBF: Provável ascensão para a classe C após a entrada para o programa.	95
1. Introdução	95
1.1. Caracterização dos municípios pesquisados	95
1.2. A amostra	97
1.3. Distribuição da amostra por região	98
1.4. Quem são os beneficiários do Programa Bolsa Família	100
2. O beneficiário do PBF e as tipologias de classificação socioeconômica.	107
2.1. Mudança de classe e aumento do consumo.	125
2.2. Classe social, situação profissional e escolaridade entre os beneficiários do PBF.	127
Conclusões	142

Capítulo IV - O emprego entre os beneficiários do Programa Bolsa Família	144
1. Introdução	144
2. A importância do SUAS para fortalecimento da rede socioassistencial e operacionalização das ações direcionadas às famílias beneficiárias do PBF no CRAS.	146
3. Limites e possibilidades de inserção dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho.	152
3.1. O trabalho entre os beneficiários do PBF entre 2004 e 2010.	152
4. Educação e trabalho entre os beneficiários do Programa Bolsa Família	167
Conclusões	176
Considerações finais	181
Referencias Bibliográficas	192
Anexos	205
1. O plano amostral	207
2. Os questionários	212
3. Roteiros de entrevistas em profundidade	217

Introdução

Essa tese possui como tema o estudo dos impactos¹ do Programa Bolsa-Família na Geração de Trabalho e Renda entre os seus beneficiários. Neste contexto meu objeto de pesquisa consiste na verificação das possibilidades e limites para a geração de trabalho e renda entre famílias pobres e extremamente pobres que foram incorporadas a este Programa de transferência de renda.

Meu interesse pelo estudo de questões ligadas ao Programa Bolsa Família foi despertado durante a minha atuação profissional no DataUFF - Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense onde atuo até a presente data como coordenadora do Núcleo e coordenadora de Avaliação de Políticas Públicas.

Dentre os trabalhos realizados o principal é a Avaliação do Programa Bolsa Família, que em 2006, foi avaliado pela equipe do núcleo ao ser contratada pela SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social) com objetivo exclusivo de verificar os impactos do programa em seus aspectos de segurança alimentar e nutricional.

Após coordenar a Avaliação Nacional do Programa Bolsa Família em seus Aspectos de Segurança Alimentar e Nutricional, participando da análise dos dados em conjunto com a equipe de avaliação, fomos convidados pelo Ministério do Desenvolvimento Social para escrever um artigo que seria publicado em livro sobre as avaliações realizadas pelo mesmo. Neste momento eu já era aluna do curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Federal Fluminense, portanto, posteriormente foi feita uma análise dos dados de forma mais acurada, apresentados em minha dissertação de mestrado – Avaliação do Programa Bolsa Família e seus Impactos no Cotidiano das Famílias Beneficiárias.

¹ - Resultados dos efeitos de um projeto sobre uma situação ou dada realidade. (Nogueira, 1998.151).

De acordo com o conhecimento acumulado nesta experiência é possível afirmar que o Programa Bolsa Família de forma geral promove ações para cumprir diretrizes, tais como:

- ✓ Articular o conhecimento da realidade das famílias com o planejamento do trabalho;
- ✓ Potencializar a rede de serviços e o acesso aos direitos;
- ✓ Valorizar as famílias em sua diversidade, valores, cultura, com sua história, trajetórias, problemas, demandas e potencialidades;
- ✓ Potencializar a função de proteção e de socialização da família e da comunidade;
- ✓ Adotar metodologias participativas e dialógicas de trabalho com as famílias;
- ✓ Implementar serviços socioassistenciais em caso de trabalho com famílias indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Além disto, estão em andamento também, as ações de geração de oportunidades e renda desenvolvidas através de cursos oferecidos à população beneficiária e não beneficiária residente nos bairros populares em todo o âmbito nacional.

Diante desta perspectiva e de resultados já divulgados pelos institutos de análise econômica em 2006, que apontam para o fato de que estamos vivendo um momento de diminuição da desigualdade de renda como fruto também dos impactos dos programas sociais, o DataUFF – Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense – por ser um núcleo com *expertise* em avaliação de políticas públicas criou um grupo de estudos sobre pobreza e transferência de renda.

Um dos produtos do trabalho deste grupo, em 2008, foi a realização a primeira rodada da ***Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família – Expectativas de Geração de Oportunidade e Renda pelos Beneficiários do Programa*** e em 2010 a segunda rodada.

A pesquisa teve como objetivo contribuir com os estudos voltados para o aprimoramento da política nacional de assistência social.

Como objetivos específicos a pesquisa buscava:

- ✓ Mapear ações voltadas para geração de oportunidade e renda desenvolvidas entre as famílias beneficiárias do PBF;
- ✓ Identificar os resultados destas ações, verificando mudanças nas condições de vulnerabilidade social nas famílias beneficiárias após 1 ano e 2 anos de inclusão no PBF;
- ✓ Mapear as expectativas do responsável legal quanto ao tempo de dependência da família em relação ao benefício.

Sendo assim, por ser integrante desta equipe e coordenadora adjunta do projeto, quando me candidatei, em 2009, ao Programa de Doutorado em Política Social da Universidade Federal Fluminense o projeto apresentada à banca de seleção tinha como proposta central a análise dos dados quantitativos e qualitativos desta pesquisa.

Cabe ainda destacar o caráter oportuno do projeto proposto pelo DataUFF e a relevância de aprofundar a análise dos dados levantados na pesquisa, tendo em vista a contribuição desta para a compreensão dos limites e avanços das políticas de transferência de renda, sobretudo no que se refere às ações de geração de trabalho e renda ofertados aos seus beneficiários.

1. Problematicando nosso objeto

A partir da década de 70 no Brasil, especificamente na segunda metade desta década, iniciou-se a discussão de políticas de transferência.

Baseado em um modelo de políticas fiscais dos Estados Unidos, alguns intelectuais brasileiros, debatiam a possibilidade da transferência de renda se realizar através do “imposto de renda negativo”.

“A transferência seria proporcional à diferença entre o nível mínimo de isenção e a renda auferida pelo pobre. O coeficiente de proporcionalidade, a alíquota negativa, fica determinado quando o nível mínimo de isenção e um nível

de subsistência são fixados.” (SILVEIRA, 1975 apud Fonseca 2001;95).

Este pensamento buscava privilegiar o indivíduo que estivesse fora do mercado de trabalho e sem acesso ao consumo, evitando assim, a fragmentação da política voltada para grupos sociais distintos, mas sim do indivíduo pobre que está fora do mercado de trabalho e consumo. Para tanto era necessário que os programas começassem a inclusão dos mais velhos, em forma de pirâmide, até chegar aos indivíduos mais jovens, de forma regressiva.

As reformas econômicas, implementação de controle social e reformas institucionais através de partidos populares também faziam parte deste debate inicial sobre transferência de renda. No entanto, estas idéias ficaram engavetadas por quase duas décadas, sendo retomadas pelo então Senador Eduardo Suplicy, nos anos 90.

O Senador estabelecia, em sua proposta, a complementação de renda para pessoas maiores de 25 anos, sem abandonar a proposta de Silveira, ou seja, a implementação deveria ser em forma de pirâmide etária, iniciando pelos mais idosos e descendo gradativamente até atingir a população desta faixa etária.

O estabelecimento de um teto mínimo, onde fosse acrescentado 30% para os cidadãos que estivessem com renda abaixo deste patamar, era a forma de calcular o valor a ser transferido. Neste sentido, a proposta de Suplicy² conservava os mesmos pressupostos de promoção de igualdade e justiça social presentes nas discussões na década de 70 e ideologicamente estava em consonância com os pressupostos democráticos de acesso. Ainda assim, foi aprovada no Senado em 1991, mas na câmara continua em debate até a atualidade.

Trazendo a família para o centro do debate, José Márcio Camargo (1991) em artigo publicado na Folha de São Paulo, fez análises econômicas

² Segundo Suplicy (2002), em 1995 e 1996, já havia projetos de lei na Câmara Federal e no Senado, propondo programas de renda mínima associada à educação. Esses projetos teriam inspirado a Lei n.º 9.533, de 10 de dezembro de 1997, autorizando o governo federal a subsidiar 50% dos gastos dos municípios com programas de renda mínima associados a ações socioeducativas. Em 1999, poucos municípios haviam criado programas desse tipo e os que os criaram concediam benefícios muito baixos à população.

que dialogaram com o Senador Suplicy, aproximando-se mais da proposta de “abono familiar” muito discutida na década de 30.

Os argumentos de que famílias cuja renda é muito baixa não têm como manter seus filhos na escola, posto que estes precisam trabalhar para complementar a renda e garantir a sobrevivência do grupo e que o ingresso precoce no mundo do trabalho afasta as crianças e adolescentes da escola, comprometendo o futuro das mesmas justificaria a necessidade de dar atenção à unidade familiar e não à célula individual.

O tema do trabalhador com carteira assinada também é retomado no pensamento de Camargo, ou seja, para que o indivíduo fosse beneficiário de políticas de transferência de renda, dever-se-ia exigir que sua carteira fosse assinada.

Embora este mecanismo fizesse com que parte significativa da população que deveria estar inserida em programas de proteção ficasse fora, por outro lado, acreditava-se que evitaria que o mercado informal não continuasse crescendo, em decorrência dos efeitos da transferência.

A segunda condicionalidade, de fato, impõe que o requerente do benefício tenha algum vínculo familiar, à medida que para ser beneficiário, as famílias deveriam ter filhos em idade escolar e matriculados na escola. Neste sentido, volta a ser a família a variável de referência e não as pessoas pobres em geral.

Ainda assim, estes critérios serviram como base para implementação dos primeiros programas de distribuição de renda no Brasil. Posteriormente foram incluídos outros que continuam servindo de parâmetros para inclusão e exclusão de pessoas pobres nas políticas sociais até a atualidade.

2. Os Programas Brasileiros de Transferência de Renda

Diante de uma histórica e avassaladora situação de empobrecimento populacional decorrentes de várias crises econômicas brasileiras, a partir da década de 90, os movimentos sociais conseguem impulsionar o governo a incluir na agenda, ações de estruturação de políticas socioassistências, tais

como: a criação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social – n. 874, de 7 de dezembro de 1993).

Caracterizando assim um dos desdobramentos da Constituição de 1988 que instituiu, que a Assistência Social passaria a ser assegurada em Lei, ou seja, pautando-se no paradigma de cidadania ampliada e a funcionar como política pública concretizadora de direitos sociais básicos (PEREIRA,2002). Algumas conquistas foi fruto de uma grande mobilização dos aposentados e pensionistas. Esta mobilização ganha força em 1988 e muitas das suas reivindicações foram incorporadas na Constituição Federal dentre elas podemos citar:

- A Renda Mensal Vitalícia³
- Aposentadoria proporcional por tempo de serviço.
- Aposentadoria por idade.
- Pensão por morte da viúva e viúvo.

Estas ações deram origem também ao processo de discussão da implementação do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e de extinção da Renda Mensal Vitalícia, já sob a forma de descentralização das políticas de assistência social.

O BPC (Benefício de Prestação Continuada) provocou o envolvimento de atores das diferentes esferas do governo, promovendo assim uma inovação no processo de implementação de Políticas Públicas. Foi criado em 1993 e sancionado em 1994 como a Política Nacional do Idoso, por Itamar Franco, consolidando um novo marco nas políticas sociais de atenção a este segmento no Brasil.

Este Programa foi regulamentado pela LOAS em 1993, faz parte da política de assistência social; é garantido constitucionalmente e integra os programas de renda mínima do Governo Federal, no entanto sua

³ Em 1974 foi instituída a Renda Mensal Vitalícia (RMV) pela Lei 6179 de 1974. A RMV caracterizava-se por ser uma transferência monetária a pessoas acima de 70 anos ou que fosse deficiente físico (inválido), que não exercesse qualquer atividade remunerada e cuja família não tivesse condições de manter financeiramente. Para assegurar o recebimento do benefício era necessária a contribuição por 12 meses para a Previdência Social. Estes 12 meses não precisavam ser necessariamente consecutivos. Para requerimento do benefício era necessário um atestado de bom cidadão assinado por um delegado ou político Podiam se candidatar ainda aqueles que tivessem prestado serviço remunerado, por no mínimo 5 anos.

implementação só ocorreu da fato em 1996. Caracterizando-se como o primeiro mínimo social brasileiro (LOBATO at alli, 2005).

O BPC é operacionalizado através de um sistema de gestão integrada com os Estados e Municípios através das Secretarias de Assistência Social Estadual e Municipal, CONGEMAS (Conselho dos Gestores Municipais de Assistência Social) e operacionalizado pelo INSS/DATAPREV, embora inicialmente tenha sido coordenado pela Assistência Social.

Em 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que açambarcou o Ministério da Assistência Social, e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família. O MDS elaborou um protocolo de intenções em conjunto com Ministério da Previdência Social (MPS) e a coordenação do BPC passa a ser da alçada deste, iniciando-se também a construção de minutas de convênio entre gerências executivas do INSS e as secretarias municipais de assistência social.

O BPC não é um benefício previdenciário, embora seja operacionalizado pelo INSS, é um benefício que garante uma renda mínima, de caráter temporário e com revisão a cada dois anos. Esta garantia é para a idosos acima de 65 anos e deficientes físicos. É o segundo maior programa de inclusão social do país devido ao número de benefícios concedidos e à cobertura nacional.

O Programa surgiu como medida profilática de combate à fome e à pobreza. Pesa sobre esta política muitas críticas, entre elas, o critério de elegibilidade para entrada no programa. No entanto, as pesquisas de avaliação deste programa comprovam que existem impactos muito positivos, segundo a opinião dos beneficiários. Cabe ressaltar ainda, que a principal crítica que pode ser considerada como aspecto negativo refere-se somente ao processo de acesso, que vem sendo revisado e aprimorado. (Dalt, S. 2008).

Depois do BPC surgiram outros Programas, tais como: O Bolsa Escola, a Bolsa Alimentação, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Projeto Agente Jovem foram todos criados depois do BPC, são também Programas de Transferência de Renda que surgiram na segunda metade da década de 90, neles encontramos alguns traços do modelo proposto por

Suplicy, enquanto outros tem a família como referência de acordo com a definição da política de assistência.

“... a matricialidade sócio-familiar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação de políticas de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos.” (PNAS, 2004)

Dentre estes Programas destaca-se o Bolsa Escola cuja contrapartida era a exigência da família possuir filhos entre sete e quatorze anos matriculados na escola. O PETI e o Agente Jovem seguem outra perspectiva que é atender, especificamente crianças e jovens em situação de risco, no entanto, também é obrigatório que a criança ou adolescente frequente a escola para manter-se beneficiário.

Em 2003, já no Governo Lula foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que é o maior programa de distribuição de renda hoje. O Programa Bolsa Família consolidou a implementação das Políticas de Transferência de Renda no Brasil, nele as famílias são entendidas como unidade básica e, de acordo com a definição dada pela LOAS:

“...para efeitos desta Lei, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição e seus membros”. (in FONSECA, 2001;117)

3. O Programa Bolsa Família

Em seu discurso de posse, em primeiro de janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um dos compromissos assumidos com a população, comprometes-se a combater a fome no Brasil. Uma das ações para cumprir este objetivo foi a criação de novo Programa que unificaria aqueles que foram criados para fortalecimento do Programa Fome Zero; sendo assim, foi criado o Programa Bolsa :Família.

O maior desafio a ser enfrentado, com a criação do PBF, era superar as fragilidades e falhas surgidas na implementação dos primeiros programas mencionados acima, superando assim a insegurança alimentar e nutricional no país, portanto, o Programa Bolsa Família, de acordo com a Lei de Nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, unificou os seguintes programas:

1. O Bolsa Escola – Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à educação;
2. PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação;
3. Bolsa Alimentação e Vale Gás - Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à saúde;
4. O Cadastro Único do Governo Federal.

Atualmente, a meta do programa é atingir 16 milhões de famílias que tem renda inferior a R\$70,00 (www.mds.gov.br. 2012 02.12. 16h40min). Esta população está presente em todo o território nacional, Em 2012 atingiu o patamar de 13 milhões de famílias beneficiadas. A coordenação do PBF é feita pela Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania (SENARC), que é componente do MDS e responsável, também, pela coordenação do CADUNICO⁴(Cadastro Único).

O cadastro é feito em nível municipal, no entanto, o numero de famílias a serem contempladas em cada município é estipulado previamente pelo Governo Federal, de acordo com a demanda existente e capacidade de implementação e gestão em nível local. O cálculo do número de metas para cada município é calculado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

⁴ O CADUNICO foi criado em 2001 e consiste em instrumento para base de concessão do benefício e identificação de famílias que vivem em situação de pobreza em todo o país.

(IPEA) tomando como base o censo de 2010 e a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) do IBGE.

Como já mencionado anteriormente, o município é a instância imediata de acesso ao CADUNICO. A descentralização das políticas públicas avançou muito após a implementação do CADUNICO, que representa também um avanço muito grande nas políticas sociais brasileiras, mas por outro lado ainda apresenta fragilidades e necessidade de aprimoramento.

O CADUNICO pode ser – se utilizado corretamente – uma valiosa ferramenta contra práticas eleitoreiras e clientelistas. No entanto, podemos apontar como uma de suas falhas a dificuldade o fato de que municípios mais remotos e conseqüentemente pobres do país enfrentam para operar o cadastro, dificultando a inclusão de famílias que deveriam ser beneficiárias, bem como, a própria demora de concessão do benefício.

No que tange ao Programa Bolsa Família, as famílias são selecionadas de acordo com o perfil econômico, ou seja, somente aquelas cuja renda *per capita* é de até R\$140,00 (Cento e Quarenta Reais) conseguem ter acesso ao benefício.

A configuração familiar também é critério seletivo, à medida que a quantidade e idade dos filhos, além da existência ou não de gestantes e nutrizes são considerados.

O valor do benefício é definido de acordo com dois tipos de famílias: aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza, cuja renda não ultrapassa R\$ 70,00; e aquelas que estão em situação de pobreza, com renda de R\$ 70,01 a R\$ 140,00.

As famílias que estão em situação de extrema pobreza inserem-se no que é chamado pela SENARC de Benefício Básico cujo valor é de R\$70,00 (Setenta Reais) podendo agregar mais R\$32,00 (Trinta e dois Reais), caso no domicílio haja nutrizes, gestantes, crianças ou adolescentes até 17 anos, o que é chamado de Benefício Variável. O BV é calculado por pessoa domicílio que se enquadre nas situações já mencionadas e nas seguintes condições:

- ✓ Ter filhos em idade escolar matriculado regularmente na escola, com pena de perda do benefício caso não seja comprovada a permanência da criança ou adolescente na mesma.

- ✓ Manter a carteira de vacinação das crianças até 7 anos de idade em dia.
- ✓ Ter renda familiar máxima de R\$ 140,00 mensal.
- ✓ Fazer o acompanhamento pré-natal regularmente e o acompanhamento do desenvolvimento e crescimento das crianças de 0 a 7 anos de idade.

Quanto aos beneficiários que migraram de outros Programas (Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás) para o Bolsa Família foi concedido o BVCE (Benefício Variável de Caráter Extraordinário). Esta medida foi adotada para que não houvessem perdas financeiras. De qualquer forma, é importante ressaltar que são aplicadas medidas de inclusão e controle, de acordo com cada situação apresentada e caso o beneficiário não se apresente no prazo de inscrição, de acordo com a Portaria MDS/GM n.737, de 15 de dezembro de 2004, ele não receberá o BVCE.

O quadro a seguir apresenta uma síntese do tipo de família e valores destinados aos beneficiários:

Quadro 1 – PBF – Tipo de família e valores de benefícios

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças/ adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrízes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$ 70,01 a R\$ 140,00	1 Membro	(1) Variável	32,00
		2 Membros	(2) Variável	72,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	104,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 70,00	Sem ocorrência	Básico	70,00
		1 Membro	Básico + (1) Variável	102,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	134,00
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	166,00

Fonte: MDS - 2012

Ainda que a maioria das pesquisas sobre o Programa Bolsa Família aponte para resultados positivos, principalmente sobre a redução de insegurança alimentar (Brandao, A., Gouvea, V.H., Dalt, S. 2007), aumento do acesso às políticas públicas, sobretudo, nas áreas de saúde e educação; perspectivas contrárias apontam muitas críticas ao modelo adotado para promover transferência de renda no Brasil. Dentre elas é a adoção da unidade familiar como referência para desenvolver políticas sociais. Outra mais debatida é a própria questão do impacto dos mínimos sociais, que segundo os críticos não resolverão o problema da pobreza no país.

O que os autores defendem é a idéia de igualdade e democracia ausente em modelos que privilegiam o indivíduo somente se estiver inserido em um grupo, no caso em questão, a família. A hipótese é que outros indivíduos, tão necessitados quanto aquele que está inserido no grupo familiar, ficam excluídos. De fato, parece que o grande desafio brasileiro hoje é combinar democracia, justiça social e igualdade.

“O Brasil, no limiar do século 21, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência e justiça social” (BARROS, 2000; 25).

Por outro lado, aqueles que defendem a idéia de envolver a família como unidade de referência na proteção social partem do princípio de que a reciprocidade e a dívida são elementos que unem os indivíduos pertencentes às classes populares. Neste sentido a família se define como um *eixo moral* (SARTI, 1994) de obrigações onde as relações se dão através do sistema de trocas (principalmente de favores). Mais especificamente, a formação da família não deve ser analisada apenas através dos laços de sangue, mas sim através da moral onde o compromisso afetivo é o que mantém os laços de coesão.

Isto implica em dizer que a forma como a família vem sendo envolvida dentro da proteção social é um objeto de estudos valiosos à medida que

permite aprofundar o conhecimento do público a quem as ações estão voltadas. Possibilita avaliar os efeitos e impactos, seja no grupo ou no indivíduo e oferece elementos importantes para pensar o desenho dos programas e medir o grau de eficiência e eficácia.

Ainda que seja preciso atentar para a desigualdade e a conseqüente adoção de medidas desiguais para que se possa garantir a igualdade, podemos considerar que o Brasil vem avançando em suas políticas de transferência de renda, possuindo um dos maiores programas de transferência do mundo, que é o Bolsa família. De fato temos que concordar com os acadêmicos que criticam o programa - é preciso muito mais para acabar com a desigualdade, é preciso melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados, principalmente em áreas como saúde e educação.

As pesquisas apontam também que as famílias pobres brasileiras e que são alvo do Bolsa Família não possuem capital cultural, condições de saúde, entre outros elementos para que possam conseguir por si só alcançar padrões desejáveis de qualidade de vida.

O que queremos é enfatizar que é extremamente importante que o Brasil esteja avançando na discussão sobre políticas de transferência de renda, e também de políticas mais igualitárias e voltadas para a construção da cidadania.

Neste sentido, entende-se que é preciso, avançar na discussão sobre a melhoria da educação e criação empregos, somente assim as políticas de assistência não serão uma condição de vida, mas sim um apoio em determinado momento da trajetória dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Baseado neste argumento foi criado o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) que é desenvolvido nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Em S. Dalt, *Proteção Social: O Papel Da Família Na Construção De Políticas Sociais* (2008 – cap. I- pg. 16 a 43) foi destacado que a unidade familiar é priorizada nas Políticas de Assistência Social no Brasil e que este constitui um elemento fundamental para se entender os impactos dos programas de transferência de renda, assim como as relações de gênero e o papel da mulher neste contexto.

Isto porque a família vem sendo destacada como elemento fundamental para o entendimento tanto da origem de problemas sociais e econômicos, bem como em seu papel de instância resolutive destes problemas, isto não só no Brasil, como em outros países pobres ou em desenvolvimento (Meyer, Klein e Fernandes, 2012).

Dentre as ações que evidenciam que a família e a mulher são priorizadas nos programas de transferência e passaram ser acompanhados pela assistência de forma nucleada, a criação do PAIF em abril de 2004 merece destaque.

Em cada bairro ou em alguns bairros (dependendo do tamanho destes e da estrutura do município) deve existir um Centro de Referência onde os beneficiários são atendidos, orientados e acompanhados (inclusive quanto ao cumprimento das condicionalidades). O objetivo principal é a ampliação da Proteção Social Básica e a proteção dos indivíduos em situações de vulnerabilidade social e risco. Este Programa:

“Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS. Os Centros de Referência de Assistência Social são espaços físicos públicos onde são necessariamente ofertados os serviços do PAIF, e *podem* oferecer outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária.” (site MDS, 2008)

Desta forma, as políticas de transferência de renda e de geração de oportunidades têm como objetivo diminuir a desigualdade social no Brasil, não apenas com transferência de renda direta e combate à fome, mas também com ações de capacitações e desenvolvimento local das famílias de baixa renda.

Em médio prazo, o Programa tem por meta criar subsídios para a emancipação dos beneficiários, de forma que estes possam se desligar do mesmo e consigam promover o sustento da família com seus próprios meios. De acordo com este objetivo, a concessão do benefício é de caráter temporário.

Para se alcançar os objetivos em médio prazo, o Programa Bolsa Família desenvolve ações complementares para Geração de Trabalho, Renda, Educação, Habitação e Direitos Sociais. Estes programas podem ser desenvolvidos na esfera federal, estadual, municipal e pela sociedade civil em geral. Alguns exemplos de Programas Complementares são:

- Programa Brasil Alfabetizado (Ministério da Educação);
- Tarifa Social de Energia Elétrica (Ministério de Minas e Energia); e
- Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (Ministério do Trabalho e Emprego), entre outros.⁵

As ações de geração de oportunidade e renda são desenvolvidas nos CRAS e podem ser verificadas ao consultar o Guia de Geração de Trabalho e Renda divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social⁶ que apresenta as ações desenvolvidas pelo Governo Federal a fim de proporcionar a inclusão social da parcela mais pobre da população. São realizadas ao todo 149 ações, destas, 20 ações são de transferência de renda, 109 ações de geração de trabalho e renda e 20 ações de apoio ao desenvolvimento local.

Diante desta realidade do Programa Bolsa Família, esta tese tem como principal foco investigar os **Limites e Possibilidades para a Geração de Trabalho Renda entre os Beneficiários do Programa Bolsa Família**, , assim como, verificar em que medida o programa pode contribuir para a emancipação dos mesmos, através da capacitação para geração de trabalho e renda.

4. Procedimentos metodológicos

Como já afirmamos, nesta tese temos como objetivo principal analisar os bancos de dados da Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família – Expectativas de Geração de Oportunidade e Renda pelos Beneficiários do Programa, a partir dos dados quantitativos e qualitativos. Com isto tentaremos responder à indagação acerca de impacto dos programas de transferência de renda e expectativas de saída do programa após a inserção no mercado de trabalho (seja formal ou informal).

⁵ Guia de Atuação do Programa Bolsa Família, MDS, Brasília 2006

⁶ O Guia de Geração de Oportunidade e Renda encontra-se disponível no sitio do Ministério do Desenvolvimento Social – www.mds.gov.br

É importante ressaltar que se trata de uma pesquisa que foi feita em duas “ondas”, ou seja, uma rodada em 2007-2008 e outra rodada em 2010-2011. Em ambas as fases foram ouvidos beneficiários do programa e atores responsáveis pela operacionalização do mesmo em nível local e estadual.

Para atingir os objetivos propostos foram utilizadas técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa

Na primeira rodada (ano de 2007-2008), a pesquisa quantitativa realizada foi de caráter domiciliar do tipo *survey*. Neste tipo de metodologia a coleta de dados é feita através de questionário fechado. Sendo assim, foram feitas 4.000 entrevistas com responsáveis legais pelo recebimento no Brasil. Sendo 3.000 entrevistas para o grupo experimental⁷ com pessoas que estavam no Programa há mais de 2 anos e 1.000 para o grupo de controle com beneficiários do PBF há menos de 2 anos.

Para o desenho amostral nos baseamos nos seguintes princípios, dado que a amostra deveria ser representativa ao nível de região e Brasil:

- As amostras foram dimensionadas visando estimar uma proporção P, desconhecida, fixando-se uma precisão mínima de 4% com nível de confiança de 95%. Isto implica numa amostra mínima de 800 domicílios por região.
- A amostra total para o Brasil foi de 4000 domicílios (precisão de 1,8%).

O Plano amostral, que encontra-se nos anexos desta tese, contemplou a escolha de 53 municípios, dentre eles todas as capitais e um sorteio das famílias, cuja base de referência foi o cadastro das mesmas em cada município.

Para a seleção dos domicílios foram utilizados dados disponíveis no site do MDS sobre o número de beneficiários do PBF em âmbito nacional. Em caso de substituição de domicílios foram adotados os seguintes critérios:

⁷ - Utiliza-se aqui o termo “grupo experimental” para classificar um conjunto de pessoas a serem investigadas por possuírem algum elemento diferenciador em relação ao grupo de controle. No caso desta pesquisa o diferencial é o fato de estar no Programa Bolsa Família há mais de dois em relação ao “grupo de controle” que é o grupo que vai ser comparado para identificar se há mudança de percentuais em relação ao grupo experimental. Com isto é possível identificar se há diferenças de desempenho entre beneficiários com maior ou menor tempo de exposição ao Programa.

- Para os domicílios vagos ou com mudança de endereço para outro bairro/município ou que não foram encontrados, o pesquisador procurou outro no mesmo bairro e preferencialmente na mesma rua.
- Cada domicílio foi visitado pelo menos três vezes até que o beneficiário fosse encontrado. Caso contrário o domicílio foi substituído obedecendo ao mesmo critério estipulado acima.
- Nos casos em que ao encontrar o domicílio, verificou-se nele a existência de mais de um beneficiário, o pesquisador identificou o número do NIS (Número de Inscrição Social) e comunicou à coordenação da pesquisa, tendo em vista que o critério era entrevistar um representante legal por família.

Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa foi realizada através de entrevistas em profundidade em 21 municípios. Para a distribuição da amostra levou-se em conta o porte do município e o fato de que os mesmos deveriam ter implementado o programa há pelo menos 2 anos. Desta forma selecionou-se municípios de pequeno porte ou até 30 mil habitantes, municípios médios - de 30 a 100 mil habitantes - e municípios grandes que seriam as capitais.

A amostra foi dividida ainda de forma a contemplar os seguintes atores:

Quadro 2 - Atores entrevistados x número de entrevistas.

Público	N. de entrevistas por segmento	Total
Representante da gestão federal Responsável pelo Programa	1	1
Coordenador do programa na instância estadual	1	4
Coordenador do programa na instância municipal	1	5
Assistentes sociais que atuam junto aos CRAS	2	10
Ex-beneficiário do programa	2	20
Responsável legal pelo benefício	2	20
Total de entrevistas	9	60

Fonte: autores da pesquisa/2007

Na segunda rodada (2010-2011) foi realizada a pesquisa domiciliar com 2.324 beneficiários que estavam no Programa há mais de dois anos. A seleção dos beneficiários foi feita a partir o plano amostral desenhado para a pesquisa de 2007/2008 com alterações no quantitativo porque desta vez realizamos apenas um grupo de coorte⁸ dentro dos entrevistados anteriormente. A pesquisa qualitativa foi substituída por uma abordagem quantitativa com questionário fechado. Este instrumento foi aplicado aos coordenadores do Programa em nível municipal e estadual e assistentes sociais que atuavam junto aos CRAS implantados no município, no momento da pesquisa (este número de entrevistas sofre alteração de município para município, à medida que há uma oscilação muito grande em relação ao número de CRAS em funcionamento em cada município).

De acordo com os resultados da primeira pesquisa⁹ foi possível demonstrar que houve aumento no emprego dos beneficiários e cônjuges, isto tem relação com o crescimento econômico, porém nossa hipótese é tem

⁸ - Este grupo foi criado a partir da seleção de pessoas beneficiárias do PBF que já tinham sido entrevistadas anteriormente (2008) e que estavam no programa há mais de 2 anos em 2010.

⁹ . Brandao, A., Dalt S.D. (2010)- O Programa Bolsa Família e as possibilidades de geração de trabalho e renda entre os beneficiários. Trabalho apresentado no 13º. Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica.

limitações, sendo assim cabe indagar: quais os limites, mesmo com crescimento econômico para incorporação deste grupo?

Para responder a tal indagação pretendemos analisar os dados quantitativos da primeira rodada da pesquisa para verificar se os dados de crescimento econômico e desemprego, nos anos que antecedem a pesquisa, se alinham com os dados de emprego dos beneficiários.

A luz dos dados qualitativos vamos procurar qualificar as ações realizadas e como os agentes implementadores em nível municipal concebem e representam os beneficiários e seus problemas com o mercado de trabalho, comparados com os dados quantitativos da segunda rodada (questionários aplicados à coordenadores e assistentes sociais).

Desta Forma esta tese é composta de 4 (quatro) capítulos e uma conclusão.

O Capítulo 1 intitula-se: “Mudanças no perfil da desigualdade e da pobreza no Brasil no século XXI”. Neste capítulo discutimos a queda da desigualdade na última década e os principais fatores que contribuíram para este fenômeno, a partir dos resultados e publicações dos principais centros de estudos econômicos e sociais do Brasil. Sinalizando assim, a contribuição das transferências de renda como um dos elementos responsáveis pela redução da desigualdade de renda no país.

No Capítulo 2 (“Qual o efeito do PBF sobre a pobreza e a desigualdade?”) são expostos resultados do Programa na vida dos beneficiários principalmente nas dimensões de saúde, educação e segurança alimentar. Estes resultados foram identificados a partir de pesquisas realizadas por institutos que tomaram beneficiários do Programa como objeto.

O Capítulo 3 tem como título: Análise dos dados quantitativos – O Beneficiário do PBF: Provável ascensão para a Classe C após a entrada para o Programa. Neste, iniciamos a análise dos dados coletados ao longo das duas fases da pesquisa que dá origem a esta Tese. Utilizamos os indicadores de classe socioeconômica para verificar em que medida os beneficiários do Programa conseguem aferir renda capaz de propiciar assim mudança socioeconômica e/ou ascensão de “classe”.

O Capítulo 4, “O emprego entre os beneficiários do programa”, por sua vez, lança mão dos dados qualitativos e quantitativos identificando os limites e

possibilidades de inserção desta população no mercado de trabalho e na geração de renda.

Esperamos ao fim do trabalho obter respostas acerca das possibilidades de inserção profissional dos beneficiários do Programa Bolsa Família. E também verificar se a partir desta inserção será possível aferir renda que propicie bem estar social e desligamento do Programa, através da construção da autonomia financeira e a possível repercussão na vida das famílias beneficiárias em geral.

CAPÍTULO I – BRASIL – SÉCULO XXI – MUDANÇAS NO PERFIL DA DESIGUALDADE E DA POBREZA

1. Introdução

Neste capítulo pretendemos abordar a questão da pobreza á luz da literatura disponível e apresentar uma discussão sobre as mudanças no perfil da desigualdade no Brasil no século XXI.

O século XX foi para o Brasil e America Latina, um período de grandes mudanças. Foi neste século que o processo de industrialização e os efeitos do capitalismo em crescente ascensão ganharam forcas e, principalmente a partir dos anos de 1970, houve incremento consistente das atividades de matriz urbana quando comparadas àquelas de matriz rural. Com isto consagrou-se e generalizou-se rapidamente o modelo econômico que se apoia no paradigma competitivo da teoria econômica.

Ainda que o efeito deste processo tenha contribuído de forma decisiva para o aumento da desigualdade social e da pobreza, sobretudo nos anos 60, o inicio do século XXI sinaliza seguramente para um quebra do ciclo de reprodução da pobreza. Podemos afirmar que vai, além disto, apresentando

um dos melhores índices de redução da desigualdade, situação que não ocorria desde o final da década de 60 do século XX.

Segundo análises que utilizam os modelos de series históricas, a primeira década do século XXI sinalizou claramente que houve crescimento econômico e redução da desigualdade de renda (Neri, 2008, pg. 2). Sobretudo no ano de 2007, sendo que os anos de 2001 e 2005 apresentaram os maiores percentuais de pessoas que ultrapassaram a linha de pobreza e também de miséria.

Neri (2008) aponta que um o fator que explica de forma decisiva este fenômeno é a redistribuição de renda.

“Entre todas as mudanças observadas, a redistribuição de renda é, na nossa opinião, o destaque de 2007 (cerca de 4%) como das PNADs dos anos anteriores (9,16% em 2006 e 6,63% em 2005). É na desigualdade que residiu a força motriz de continuidade da redução da miséria que passa de 19,18% da população de 2006 para 18,11% em 2007, ou seja, cerca de 1,5 milhões de pessoas cruzaram a linha de renda abaixo de 135,00 reais/mês por pessoa.” (Neri, 2008, pg. 2).

Com isto é possível dizer que o Brasil conseguiu sair do *ranking* que ocupava entre os países subdesenvolvidos e entrou para a lista dos países em desenvolvimento. Vale aqui lembrar Sen (1999) quando este afirma que a liberdade do indivíduo no capitalismo tem seu lugar garantido a partir do momento em que este tem como participar do sistema de trocas, através da atribuição de um valor. A impossibilidade de participar do mercado de trabalho aparece como restrição da possibilidade de participar do mercado de trocas e ao mesmo tempo mantém os agentes sociais em situação de subalternidade e dominação.

Nesta direção, uma nação plenamente desenvolvida é aquela que consegue desenvolver também o sentimento de liberdade individual e segurança através de garantia de direitos e ausência de insegurança econômica.

Não obstante, liberdade pressupõe a garantia de vários direitos. Amartya Sen chama esses direitos de liberdade instrumental, que se dividem em cinco tipos, são eles: liberdade política, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e proteção de segurança.

A liberdade econômica e a liberdade política dão suporte aos outros três tipos de liberdade (oportunidades sociais, garantia de transparência e proteção de segurança), neste sentido em países onde os dois primeiros tipos de liberdade estão presentes, as mesmas funcionam como preventivas desses três últimos tipos.

Ao prevenir qualquer outro tipo de privação que os indivíduos podem sofrer em caso de catástrofes econômicas, é possível garantir ao indivíduo condições essenciais para a sobrevivência. Principalmente, a privação de alimentos, que é a maior carência que seres humanos vivem no Brasil e no mundo, trazendo consequências graves, sociais e biológicas, para o desenvolvimento do indivíduo como um todo.

Neste sentido a liberdade política e a liberdade cívica são essenciais para que uma nação possa incluir seus cidadãos nos processos participativos, no aumento da qualidade de vida, nas tomadas de decisões da vida pública, garantindo-lhes a possibilidade de escolher, de ter iniciativa individual, diminuindo a baixa auto-estima, a exclusão social e os efeitos que este sentimento provoca nas pessoas que dele são vítimas.

Ao chamar para o centro do debate a importância da participação cívica e política como pré-supostos de liberdade, Sen (1999) pretende evidenciar que a economia é extremamente importante na construção do desenvolvimento de uma nação, mas esta não pode ser a questão central. Uma nação rica deve ofertar aos seus cidadãos muito mais do que segurança econômica, deve ofertar a igualdade de participação para todos, incluindo nisto o acesso aos serviços públicos.

Nós brasileiros, ainda somos muito desiguais e a desigualdade de renda soma-se a um conjunto de fatores que resulta em desigualdade social, principalmente as diferenças de oportunidades intergeracionais.

No entanto Neri (2008, pg. 5) ressalta que há uma camada mais profunda do que as fontes de distribuição de renda promovendo essas mudanças. O autor se refere às reformas estruturais e políticas educacionais.

Neste sentido os avanços não são apenas quantitativos, mas, sobretudo qualitativos.

Ao afirmar que os fatores que resultaram em redução de desigualdade de renda são qualitativos, Neri trabalhou com a perspectiva analítica de Amartya Sen (2008 pg.14), incorporando categorias de bem estar social para medir o coeficiente de desigualdade.

Esta perspectiva, pelo menos em sentido amplo, é a mesma utilizada para análise dos dados que permitiram a afirmação da queda da desigualdade em livro lançado pelo IPEA em 2007. Isto porque o arcabouço utilizado leva em consideração um conjunto de fatores que podem interferir na renda familiar o que pode vir a justificar a diferença de renda e padrões diferenciados entre famílias brasileiras.

As características demográficas das famílias são analisadas para explicar a renda *per capita* familiar, assim como as fontes de renda (transferências públicas ou privadas, remuneração de trabalho dos adultos). A remuneração e número de adultos ocupados dentro de cada domicílio, e a qualidade dos postos ocupados pelo trabalhador são utilizados para compor o quadro de indicadores que compõem o rol da análise.

Ainda sobre a metodologia de análise de dados econométricos é importante ressaltar que a principal fonte utilizada pelos analistas dos grandes Institutos brasileiros, tais como: IPEA e Fundação Getúlio Vargas, são os dados coletados pelo IBGE na PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio), POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), PME (Pesquisa Mensal de Emprego) e Censo.

2. Principais causas da redução da desigualdade na primeira década do século XXI

As mudanças ocorridas nas políticas de transferência de renda tais como implementação de Programas Sociais, dentre eles principalmente o Bolsa Família, e reajustes do salário mínimo são elementos que explicam a queda da desigualdade de renda brasileira, segundo os economistas que atuam nos principais Institutos de Análises Econômicas.

Por outro lado o aumento dos postos de trabalho e descobertas de riquezas naturais, como o pré-sal e exploração da biodiversidade amazônica aumentam as possibilidades de projeção do país para ocupar uma posição diferenciada no cenário internacional no futuro.

“O país vive um momento muito especial, retratado na retomada do crescimento econômico, na ampliação dos investimentos e da ampliação do nosso mercado interno. Destacam-se setores produtivos, tais como o petróleo e gás, a extrativa mineral e a metal-mecânica, cujos investimentos se fazem também fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, favorecendo o desenvolvimento regional brasileiro.”(Carleial, IPEA, 2009.n.3).

O Brasil pode vir a ocupar posição vantajosa frente à possibilidade de suprir necessidades de outros países no campo energético, visto que possui o maior aquífero do mundo e agora com a recente exploração de energias renováveis a tendência é que haja uma maior ampliação de oportunidades de redução de desigualdades.

Além destes fatores, houve investimento em novas tecnologias produtivas, com o aumento de Institutos Tecnológicos a partir da ampliação do número de universidades públicas federais e criação de programas para incentivo a promoção de cursos profissionalizantes. Em paralelo a isto há avanço em estudos tecnológicos aplicados à agricultura com a criação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) operado pela FINEP (Financiadora de Estudos e projetos). Além disto a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária) tem se responsabilizado pela implementação de novas técnicas agrícolas no Brasil sinalizando um avanço em praticas inovadoras.

Todas estas ações sinalizam para um quadro histórico de possibilidades concretas do estabelecimento de planos em longo prazo que possibilitarão a redução da desigualdade, sobretudo desigualdades regionais.

O IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) vem contribuindo intelectualmente com o desenvolvimento de projetos, dentre eles o projeto intitulado “Estratégias de desenvolvimento regional, políticas públicas

negociadas e novas institucionalidades”, que é desenvolvido com o principal objetivo de promover a reversão das desigualdades regionais através da implementação de ações que viabilizem, de maneira centralizada, o adensamento das estruturas produtivas regionais.

Neste sentido, um dos pensamentos norteadores das ações dos economistas é Castells (1999, p. 436) onde afirma que “a sociedade está construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos (...) [os fluxos] são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica”; temos que assumir que a tecnologia tem papel fundamental, sobretudo a de informação, nesta nova organização territorial.

Por outro lado é importante ressaltar que para Castells (1999) a tecnologia não determina as condições materiais da sociedade, ou seja, o determinismo tecnológico é infundado à medida que estudar a sociedade e seus processos de mudanças tecnológicas é estudar o processo de mudanças sociais (Tinoco, 1999).

Os nós e centros de controle é que dão o suporte material para o funcionamento de uma economia em rede, segundo a fundamentação teórica de Castells. Embora haja uma desmaterialização do espaço, as cidades globais são os nós que vão garantir a sustentabilidade econômica.

As cidades globais se fortalecem através da prevalência das forças de mercado constituindo assim, um direcionamento para o avanço de determinadas regiões através da oferta de melhores técnicas sociais e institucionais, assim como infraestrutura adequada para a intensificação e sofisticação dos meios de produção, neste sentido, as metrópoles possuem qualificação de força de trabalho, propiciando assim, estratégias de desenvolvimento de redes de informação para maior integração econômica diferenciada.

O desenvolvimento de novas formas de governança nessas regiões é uma consequência natural, que ocorre através do estabelecimento de políticas urbanas empresariais. Na mesma direção a realocação de atividades de gerenciamento surge como elemento importante para a mobilização de potencialidades e criação de condições de integração local, ao mesmo tempo

em que há uma fragmentação dos objetivos nacionais de distribuição igualitária. Porém, ainda que o desenvolvimento de uma política de estabilidade da economia em nível macro seja sacrificado é possível a valorização das potencialidades locais.

Segundo Scott *et al.* (1999) esta dualidade está presente em maior proporção em países com segmentação social, em termos de classe, renda e raça, como é o caso brasileiro, explicando assim o modelo de desenvolvimento brasileiro.

O acesso à terra, ao trabalho, às políticas públicas engendrou a desigualdade de rendimentos que somaram-se ao modelo de economia agrário-exportador com mão-de-obra escrava. Os efeitos combinados deste modelo ainda não foram superados.

Diante deste quadro que vivemos até o final do século XX o papel das políticas públicas merece destaque como ação do governo e estratégia de rompimento dos ciclos da pobreza.

Para Carleial (2001) as políticas públicas devem valer-se destas lacunas provocadas pelo processo histórico que impactou na formação econômica e desenvolvimento regional brasileiro para reverter este quadro aproveitando o momento extremamente oportuno – como já demonstrado anteriormente – para a ampliação de processos inovadores de produção.

Hoje o Brasil é integrado ao mercado de bens e serviços em nível mundial, principalmente após o ano de 2008 onde houve a deflagração da crise neste setor em nível mundial. Neste momento foi possível intensificar as exportações, de forma que fosse possível trabalhar a redução da dependência dos EUA como principal mercado.

Neste momento também é importante ressaltar como sinal de avanço o investimento no fortalecimento das redes produtivas locais ou Arranjos Produtivos Locais, que consistem em uma forma de “tropicalização” do conceito, à medida que foi necessária a conciliação do desenvolvimento em níveis macro e microeconômico. No nível macro houve o aumento da produção que em sua transformação incorporou também a necessidade de promover capital humano (formação, informação e conhecimento) e não mais só capital e força de trabalho.

A partir de 2003 o governo brasileiro organizou uma ação desenvolvida através de um grupo de trabalho para dar apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs)¹⁰

“APLs com base na articulação de ações governamentais. Esse grupo de trabalho permanente foi instituído pela Portaria Ministerial nº 200, de 03/08/2004, reeditada em 24/10/2005.¹⁹ Atualmente, o governo federal está organizando o tema arranjos produtivos locais (APLs) por meio das seguintes medidas: *i*) incorporação do tema no âmbito do PPA 2004-2007, por meio do Programa 1015 – Arranjos Produtivos Locais; e *ii*) instituição do Grupo de Trabalho Permanente para arranjos produtivos locais (GTP APL) pela Portaria Interministerial nº 200, de 03/08/04, composto por 33 entidades governamentais e não governamentais, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os APLs foram incorporados no âmbito do PPA-2007 por meio do Programa 0419 –Desenvolvimento da Micro, Pequenas e Médias Empresas.” (MATTEO, 2008 Apud IPEA)

Estas medidas possibilitaram a criação de novos polos promotores de trabalho, no entanto, é importante observar que esta regionalização também pode promover desigualdade visto que um dos fatores determinantes de desigualdade de renda no Brasil é a remuneração da mesma capacidade produtiva de forma diferenciada entre grupos.

Dentre os fatores demográficos observados como promotores da queda da desigualdade de renda, as características espaciais foram identificadas como categoria de análise que contribui como elemento diferenciador, não só no que se refere à regionalização, mas também em relação ao porte do município. Foi verificado que trabalhadores com as mesmas potencialidades e desempenhando as mesmas funções tem remuneração diferenciada entre aqueles que moram nas capitais e aqueles que moram em municípios pequenos ou médios, portanto, as diferenças salariais são reproduzidas em uma mesma UF (unidade federativa):

¹⁰ . Este texto se baseia em um capítulo da tese de doutorado do autor (Matteo, M. *Além da Metrópole Terciária*, IE/Unicamp, 2008).

“No Brasil, cerca de 5% da desigualdade de renda entre famílias resulta do acesso diferenciado que seus membros têm ao mercado de trabalho”(IPEA, 2007, pg. 50)

Apesar deste elemento ainda persistir, as diferenças de remuneração entre as capitais e os municípios pequenos e médios, para os indivíduos que ocupam as mesmas posições no mercado de trabalho, também diminuíram entre os anos de 2001 e 2004. Assim a redução das diferenças salariais ao serem analisadas espacialmente aponta para impacto positivo na diminuição da desigualdade de renda, assim como a integração entre o mundo urbano e rural também aumentou e produziu o mesmo efeito na economia brasileira.

Merece destaque o fato de ter sido a zona rural que apresentou maiores percentuais de desenvolvimento econômico (49,1%) em relação à zona urbana, entre os anos de 2001 a 2008. Este fenômeno expressa também uma interiorização do processo de crescimento. Já as metrópoles cresceram 16% e as demais cidades 26,8% (Neri, 2011, pg. 63).

Em termos de desenvolvimento regional entre os anos de 2001 e 2008, a região que mais apresentou crescimento foi a Nordeste (Neri, 2011, pg.63). Ao comparar o Sudeste com o Nordeste a taxa de crescimento encontrada foi de 41,8% para o Nordeste e 15,8% para o Sudeste. Ao comparar o estado brasileiro mais pobre, que é o Maranhão com o mais rico que é São Paulo, chegou-se à conclusão que a proporção de crescimento entre um estado e outro se revela de forma surpreendente, à medida que o Maranhão cresceu na ordem de 46,8% e São Paulo 7,2%.

Analisando o mercado de trabalho em geral, a partir do ano 2000 até 2010 foi constatado pelos economistas que houve um aumento do emprego e crescimento da produção.

No final do século XX o mercado de trabalho já sinalizava que havia crescido, porém de forma negativa¹¹, à medida que este crescimento revela-se

¹¹ - “Tipicamente, trabalhadores informais recebem remunerações 30% a 40% inferiores às de trabalhadores formais com as mesmas características produtivas.” (IPEA, 2007, pg.69). Além deste fator de desigualdade de renda entre os indivíduos existe ainda, a ausência de garantias previstas nas leis trabalhistas e ainda a evasão fiscal como forte elemento para explicar a afirmação encontrada nas análises dos econômicos de que esta forma de ocupação é negativa economicamente falando. Politicamente também, visto que são práticas contrárias ao desenvolvimento social e humano ferindo os direitos e deveres previstos como pré-supostos democráticos. (Neri, 2011, 45).

maior entre trabalhadores que ocupavam postos de trabalho informais¹². Na virada do século este processo sofre uma queda, ou seja, o mercado informal sofre uma redução e ao mesmo tempo aumenta a formalização nas relações de trabalho.

O desemprego e inatividade apresentam taxas menores e consequente aumento do rendimento médio e aquecimento da economia. Assim como Neri, Cacciamali (2010) enfatiza que é um conjunto de fatores que justifica esta mudança, dentre eles as políticas de mercado do trabalho, com destaque para a valorização do salário mínimo.

Existem três dimensões que devem ser consideradas em relação às normas que regulam o mercado de trabalho e que significam avanço nas relações trabalhistas brasileiras, além de simbolizarem o crescimento econômico. São elas:

“ i) regulação das condições básicas para a contratação de força de trabalho, com a definição do salário mínimo, jornada semanal de trabalho, proibição do trabalho infantil, controle das condições de trabalho, restrição à demissão etc.; ii) regulação no âmbito da proteção social e do trabalho, com as políticas de previdência, saúde, seguro-desemprego, qualificação profissional, entre outras; e iii) reconhecimento do direito de representação e organização coletiva dos trabalhadores, marcado pela emergência de novas instituições políticas que explicaram a democratização do Estado brasileiro e suas funções, que permitiu a liberdade de organização sindical e partidária dos trabalhadores (Dedecca (2010, p. 32-33). “

Neri (2011, pg. 120) afirma que a renda de trabalho é a que mais cresceu entre 2001 e 2008. Esta pode ser utilizada como um fator para explicação da redução da desigualdade, visto que ao decompor os dados chegou-se a um percentual de 66,8% de indivíduos que aferiam renda familiar através do trabalho.

¹² - “ Trabalhadores informais são aqueles que se declararam, na Pnad, empregados sem carteira ou trabalhadores por conta própria. Trabalhadores formais são aqueles que se declararam, na Pnad, empregados com carteira ou funcionários públicos.” (IPEA, 2007, pg. 69).

No entanto, segundo Pochmann (2012 , pg. 20), o terceiro setor e a construção civil foram os maiores responsáveis pela incorporação dos trabalhadores no mercado de trabalho e superação da pobreza, porém tal autor analisa este fenômeno através de dados coletados entre 1995 e 2009 – o que denomina como período de estabilização econômica, porém com crescimento dos postos de trabalho.

É importante ainda verificar que, diante das mudanças que significaram avanço nas relações trabalhistas, já mencionadas acima, este fator associado ao fator renda de trabalho como maior índice redutor da desigualdade sinaliza para a sustentabilidade do momento econômico vivido pela nação brasileira.

Tratando ainda do efeito das características demográficas e sua influencia na economia, um dos temas mais debatidos dentro desta questão é a diferença de níveis de escolaridade que sempre foi apontada como um dos maiores fatores de discriminação¹³ e promoção da desigualdade de renda.

As diferenças de anos de estudo completos significam em geral 30% de disparidade de remuneração entre os trabalhadores. (IPEA, 2007). Mesmo indivíduos que possuem as mesmas características produtivas, porém com níveis educacionais diferenciados são remunerados de forma igualmente diferenciada.

Por outro lado, é de fato na ausência de melhores níveis educacionais dentro do grupo familiar que a pobreza se fortalece e torna mais difícil o rompimento do ciclo desta dentro da rede.

Este fato é apontado por Neri com muita preocupação, ao mencionar que houve aumento de emprego dos jovens, mas por outro lado isto significou a redução da frequência à escola no ensino médio (Neri, 2008, pg.5). Mesmo com o incentivo do Governo Federal através da criação de programas como o Pró-Uni, Neri (2008) constatou que houve evasão escolar na mesma proporção em que houve crescimento de emprego (4,5%).

Por outro lado o autor sinaliza que ocorreram mudanças positivas relacionadas à educação no que se refere ao acesso aos primeiros anos de estudos. Tal redução influenciou na redução da desigualdade de renda,

¹³ "Discriminação é o tratamento desigual de indivíduos com iguais características baseado no grupo, classe ou categoria a que pertencem. O tratamento desigual de indivíduos com iguais características representa um importante desvio do ideal de igualdade de oportunidades e, portanto, qualquer forma de discriminação é uma fonte de preocupação social. (Barros, 1995)."

embora seja sinalizado pelos economistas que este impacto ocorreu de forma muito lenta.

Melo e Santos (2009 e 2009b apud MDS) consideram que o aumento do nível de instrução dos brasileiros foi um componente extremamente importante para o crescimento do trabalho formal no país, processo que foi potencializado no final dos de 1990.

Ainda discorrendo sobre os fatores demográficos e a mobilidade de renda, há clara sinalização nas publicações já mencionadas, mas principalmente em Neri (2011, pg. 62), de que as mulheres, os pretos e os pardos tiveram aumento de renda relativamente maior do que os homens e os brancos, entre os anos de 2001 a 2009. As mulheres conseguiram aumentar a renda em 38% e os pretos e pardos em 41,3% e 48,5% respectivamente.

O que justifica o aumento da renda entre as mulheres e o aumento de postos de trabalho que são direcionados para o sexo feminino. Este fenômeno atinge 60% de incorporação de pessoas deste sexo no mercado de trabalho na última década (Pochmann, 2012, pg. 33), porém é importante destacar que esta política de incorporação também tem seu efeito perverso que é uma remuneração mais baixa do que aquelas destinadas às pessoas do sexo masculino.

Além dos setores já mencionados houve crescimento também dos postos de trabalho ocupados em unidades familiares, sendo que os trabalhadores formais que exercem atividades domésticas estão representados em 26,3% do grupo analisado por Pochmann (2012, pág 51). Provavelmente este elemento explica também o maior crescimento de renda aferida pelas mulheres, visto que a maioria das pessoas que ocupam este tipo de função são também do sexo feminino e não brancas.

De qualquer forma isto significa dizer que a queda da desigualdade está diretamente relacionada com o início da quebra do ciclo histórico da pobreza brasileira, à medida que é entre excluídos socialmente (analfabetos, pretos e pardos, mulheres, etc.) que se verificou uma maior ascensão educacional e de renda.

Por fim cabe destacar as transferências de renda como o advento da primeira década do século XXI, devido à constatação dos economistas de que

estas são, depois da melhoria do acesso a renda através do trabalho, também responsáveis pelos índices positivos da queda da desigualdade de renda.

Foi nesta década que as políticas sociais ganharam força e que o principal programa de transferência de renda brasileiro foi implementado, o Programa Bolsa Família, portanto, a constatação de efeitos positivos na economia em tempo recorde é um grande passo na redução da pobreza e da miséria.

No entanto os primeiros resultados positivos sobre impactos das transferências de renda, que foram divulgados de forma surpreendente foram os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem domiciliar do IBGE, 2004). Nesta pesquisa vieram relacionadas em suas análises efeitos na renda *per capita* familiar que quando desagregados sinalizaram claramente os resultados dos programas de transferência de renda.

Como já mencionado na introdução desta tese, os programas sociais sofreram varias mudanças, porém as mais significativas ocorrem a partir dos anos de 2003 e 2004. Até aquele momento estes ainda tinham um desenho muito incipiente, principalmente no que se refere á focalização. Neste sentido são os programas implementados do meio para o final da década de 90 e inicio do século XXI que já apontavam para os resultados que apareceriam mais tarde, dentre eles merece destaque o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelo valor da transferência (um salário mínimo) e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) pelo tempo de implementação.

“(…), observa-se que a sua efetividade na redução da desigualdade de renda depende dos valores dos benefícios pagos, bem como dos graus de cobertura e de atendimento da população carente. A partir das informações disponíveis na Pnad é possível distinguir três tipos de transferências públicas: (a) as pensões e aposentadorias públicas; (b) o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e (c) os benefícios do Bolsa Família e outros programas similares, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Bolsa Escola.” (IPEA, 2008, pg,19)

Em 2008 o efeito identificado das transferências governamentais sobre a redução da concentração de renda equivale a um terço em relação aos outros

fatores analisados. Ao fazer a desfragmentação dos dados para identificar o percentual de contribuição de cada componente mencionado acima foi detectada uma similaridade, visto que os percentuais são muito próximos aos 10% para cada um, porém os economistas ressaltam que os programas sociais têm maior impacto na redução das diferenças de renda devido ao seu custo operacional (IPEA, 2008).

Cabe destacar ainda que quanto maior o percentual de pobreza e miséria maior é também o efeito de programas sociais na redução desta, ou seja, a medida de desigualdade utilizada para analisar este efeito econômico permite identificar resultados melhores. Não é ocioso enfatizar que estamos falando de pessoas que antes tinha rendimento muito baixo ou nulo e passaram a ter uma complementação ou receber algum dinheiro.

“Quando os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade, há redução da desigualdade. Para que isso ocorra, é necessário que a renda média dos mais pobres cresça mais rápido do que a renda média total. (IPEA, 2008, pg,31)”

Outro elemento importante que os economistas destacam como diferenciador do efeito das transferências governamentais de renda através de aposentadorias e pensões, do efeito dos programas sociais, tais como o BPC e O PBF, é que até a data da análise dos dados, foi feita a expansão da cobertura destes programas e não um aumento do benefício entre os que já estavam incluídos nestes. Se houvesse alguma alteração dos recursos repassados para maior, os efeitos também seriam maiores.¹⁴

De acordo com a tabela abaixo, publicada (IPEA, 2008, pg. 56) podemos observar estas mudanças.

¹⁴ O reajuste de valores repassados às famílias beneficiária do Programa Bolsa Família foram feitos a partir de 2008 e 2009 e aqui nós estamos nos referindo a análises feitas no ano de 2008 sobre a Redução de Desigualdade de Renda feitas pelo IPEA.

Tabela 1 - Contribuição de cada componente das transferências e do aumento nos respectivos graus de cobertura para a redução da desigualdade de renda familiar *per capita*

(%)

Simulações	Contribuição para redução na desigualdade em renda <i>per capita</i>		Contribuição do aumento na cobertura para redução na desigualdade em renda <i>per capita</i> (Coeficiente de Gini)
	Razão entre os 20% superiores e os 20% inferiores	Coeficiente de Gini	
Bolsa Família	27	14	19
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	14	9	8
Aposentadorias e pensões de instituto de previdência ou governo federal	1	11	1
Transferências privadas	3	3	0

Fonte: Barros et al. (2006.b) apud IPEA, 2008, pg. 56

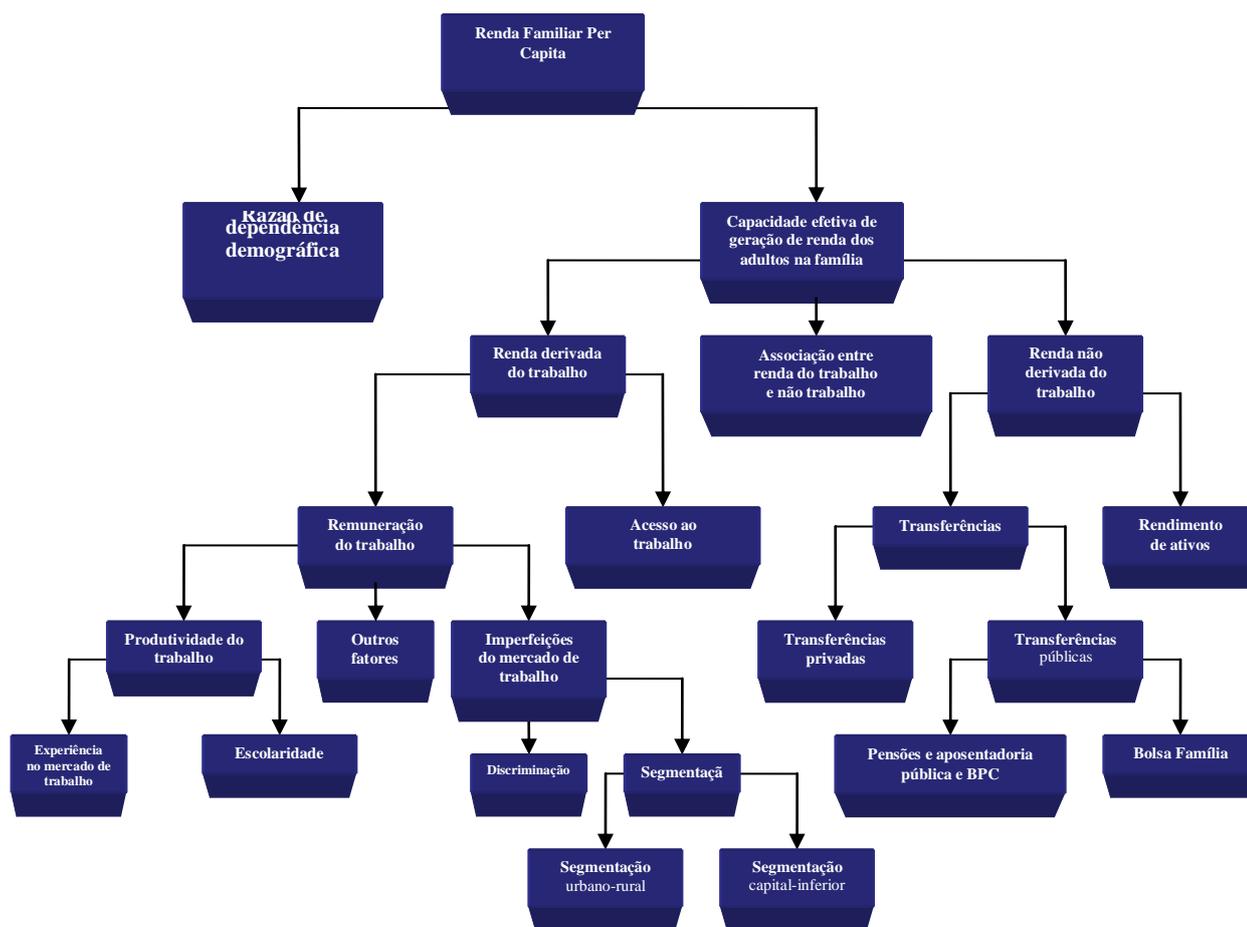
Os economistas destacam ainda que, caso estas transferências não fossem feitas a queda da desigualdade de renda teria sido em torno de 15% menor até o ano de 2008, portanto a redução da pobreza implica também em crescimento econômico do país e não apenas em uma ação para beneficiar os mais pobres.

Em síntese, diante das considerações feitas ao longo desta discussão é possível afirmar que a queda da desigualdade de renda no Brasil vem ocorrendo devido a impactos positivos identificados pelos analistas. Não há apenas um fator que determina este avanço, mas sim um conjunto de fatores. Dentre eles podemos elencar: 1) a maior integração do mercado de trabalho local, 2) desenvolvimentos da política de assistência e proteção social, 3) o aumento do salário mínimo e também diminuição do desnível educacional –

que provoca uma redução das diferenças nas rendas adquiridas através do trabalho.

O diagrama abaixo, publicado pelo IPEA (2008, pg. 48) sintetiza esta idéia.

Diagrama 1 - Determinantes imediatos da queda da desigualdade



3. Contribuição das Políticas de Transferência de Renda para a Redução da Miséria e Crescimento da Classe Média no Brasil.

No tópico anterior foi possível verificar que as transferências de renda foram responsáveis em percentuais bastante significativos pela queda da desigualdade de renda, principalmente entre os mais pobres, comprovadamente pela transferência feita através de benefícios sociais.

Como esta tese pretende tratar dos impactos do Bolsa Família e possíveis mudanças no quadro da pobreza no cenário brasileiro, este tópico pretende enfatizar a contribuição das políticas sociais, especificamente aquelas socioassistenciais, na composição de uma nova classe social no Brasil, o que Neri (2011) vai chamar de “Nova Classe Média”¹⁵.

“Nova Classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida.” (Neri, 2011, pg. 18)

O fato relevante é que houve crescimento econômico, o bastante para promover mobilidade entre as classes sociais aumentando assim o poder de consumo daqueles indivíduos que os economistas chamam de classe média, por ocupar um espaço intermediário entre os mais ricos e os mais pobres.

Esta parcela da população brasileira, em 2011, era simbolizada por cerca de 55% do total ou 104 milhões de pessoas – trata-se, portanto da classe com maior peso percentual no país. Outros 10% são ricos e cerca de 30% são pobres ou extremamente pobres.

Os ricos simbolizam as classes A e B e são representados economicamente desta forma por serem aqueles que aferem renda acima de R\$5.174,00, enquanto os pobres e extremamente pobres são aqueles que recebem em média, renda familiar de até R\$1.200,00, sendo que aqueles que recebem até R\$751,00 são indivíduos que representam a classe E. Acima deste valor até o limite da classe C são aqueles que representam a classe D,

¹⁵ “(...) nós não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia e capitalistas), mas de estratos econômicos, leia-se dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana.” (Neri, 2011, pg.17)

portanto a classe C é representada por aqueles que aferem renda familiar acima de R\$1200,00 até R\$5.174,00 (Neri, 2011, pg. 86).

O acesso aos serviços privados como escolas, assistência à saúde, previdências complementares são os sonhos da classe média. O desejo de ter acesso serviços públicos de melhor qualidade que, em geral, não são ofertados pelo sistema brasileiro, impulsiona esta classe a procurar alcançar maior estabilidade financeira e automaticamente realizar estes sonhos em maior medida ao conseguir melhoria de renda ou “subir na vida”.

Sobre esta questão Souza (2011, pg.80) sinaliza que há uma reprodução secular do esquecimento das classes menos favorecidas. Assim os sistemas de saúde e educação foram criados para favorecer aqueles que têm condições financeiras privilegiadas. Um exemplo disto é que um dos maiores gastos da classe C é com seguro saúde, ou plano de saúde, representando 77% da população que utiliza este tipo de serviço.

No entanto, o principal gasto desta classe é com educação, cujo foco é a melhoria da qualidade educacional como passaporte para um melhor emprego, baseado na expectativa de que com maiores níveis de escolaridade e de aprendizagem, há também garantia de uma renda melhor, proporcionando assim, mais acesso ao consumo.

Em que pese a discussão conceitual do que é ser representante da classe média no Brasil hoje, Pochmann (2012, pg. 11) ressalta que de fato houve uma mudança positiva na base da pirâmide, porém considerar que são pessoas que ascenderam para a classe média é um equivoco. O que temos aí é uma classe trabalhadora que teve maior acesso ao mercado de trabalho e que há uma despolitização em torno da discussão de políticas públicas de interesse das classes trabalhadoras.

“O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente chamada de classe média. Talvez não seja bem um mero equivoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e discussão das políticas públicas.” (Pochmann, 2012, pg. 11)

Este tipo de leitura sobre a realidade social brasileira e respectivas mudanças provocadas pelas transferências de renda e acesso ao mercado de trabalho corrobora com o enfraquecimento e até mesmo desvalorização das políticas públicas, principalmente de saúde, educação e previdência social. Conforme já foi mencionado nos parágrafos anteriores, de fato estas constituem os principais gastos das pessoas que estão neste patamar da pirâmide.

Pochmann (2012, pg.11) destaca ainda, que tais atitudes resultam em fortalecimento das privatizações e mercantilização destes serviços e ausência de atuação de movimentos que representam este segmento na sociedade (associações e sindicatos).

Conceitualmente Pochmann (2012, pg. 30) considera que este tipo de fenômeno se adequa mais à categorização feita pela literatura internacional como *woking poor* (trabalhadores pobres) devido às características das ocupações e conseqüente margem de remuneração aferida por estes trabalhadores.

O conceito analítico leva em consideração o patamar de renda em que o indivíduo se insere e o tipo de consumo que o mesmo tem acesso com os salários proporcionados por estes postos de trabalho.

De qualquer forma, independente do tipo de análise feita sobre as estratégias políticas e divulgação de resultados, de fato, os estudos realizados ao longo destes últimos dez anos sinalizam que houve aumento do emprego formal, a obra de Pochmann – *Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide* (2012) - analisa exatamente o avanço das ocupações na base da pirâmide social brasileira e os salários de base e ainda a importância destes para as mudanças econômicas ocorridas no Brasil no Séclo XXI.

Neste ponto somente caminhando em direção concordante, Néri afirma que o maior representante da classe C hoje é a carteira de trabalho. Esta garante estabilidade econômica aos indivíduos, expressando também uma realização dos sonhos através da expansão das possibilidades de consumo.

Isto aumenta as compras a crédito e permite também estabilidade econômica para o país, diferentemente, dos indivíduos que operam no mercado informal.

Este crescimento do emprego formal é explicado por ações desenvolvidas pelo governo tais como:

- Maior controle e fiscalização trabalhista,
- Incentivo à micro e pequena empresa, no que se refere à formalização,
- Inovação da legislação trabalhista
- Aumento dos níveis educacionais, e
- Maior incremento dos postos de trabalho e retomada do crescimento econômico.

O crescimento foi de 39,6 milhões de pessoas que ingressaram na classe C entre os anos de 2003 e 2009, no entanto este fenômeno teve início em 1993, sendo que, nos primeiros dez anos as taxas de mobilidade entre as classes foram menores. Na última década dobrou, ou seja, alcançou o maior índice de mobilidade social ocorreu nos últimos dez anos e especialmente, entre 2003 e 2008, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

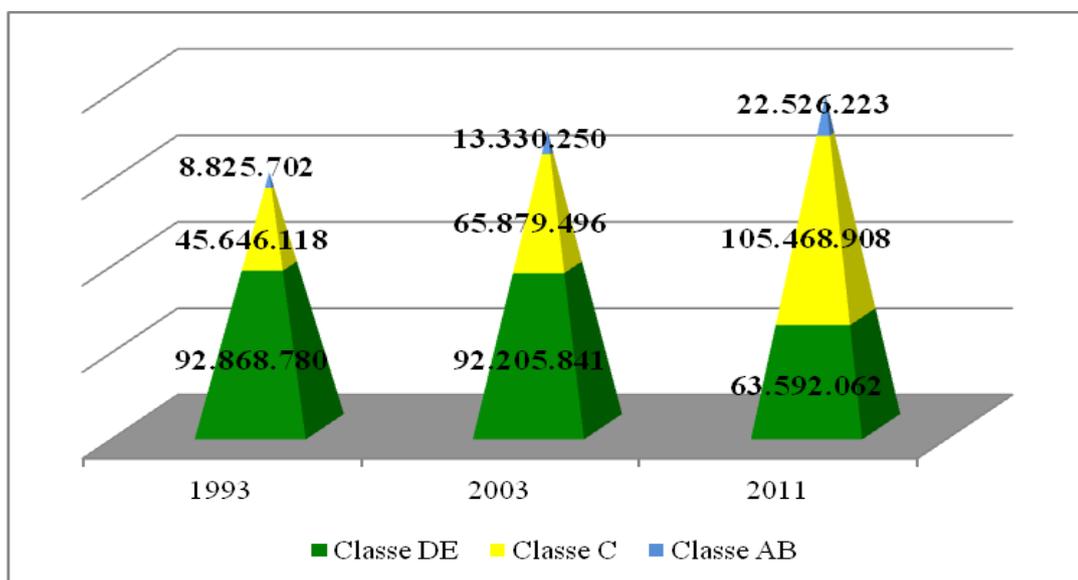
De acordo com Neri (2011, pg. 25), a renda dos 10% mais ricos brasileiros aumentou para 12,8% de 2001 a 2009, por outro lado as classes com maiores ganhos econômicos foram as D e E, entre estes se verificou um crescimento de 69,08% da renda.

Isto significa dizer que houve mobilidade da classe C para a B e A, no entanto, de forma bastante tímida. Por outro lado a migração de pessoas da classe E para a D e da classe D para a C foi bastante expressiva. Desta forma, podemos concluir que: o que explica tamanho crescimento da classe C é a mobilidade de pessoas que ocupavam o extrato D e passaram a aferir renda para “subir na vida”, ou ter acesso aos padrões de consumo da classe intermediária que é a “Nova Classe Média”.

“O tamanho do bolo está crescendo mais rápido e com mais fermento entre os pobres (Neri, 2011, pg.25)”

O gráfico abaixo sinaliza claramente o crescimento entre as classes.

Figura 1 – A pirâmide populacional e classes econômicas.



Fonte: CPS/FGV com base nos micro dados da PNAD/IBGE, in Neri (2011, pg.28).

Falando das taxas de queda da pobreza acumulada, entre os anos de 2009 a 2011, temos um percentual de 15,9%, simbolizando assim o maior crescimento econômico da década, entre as classes sociais.

Um dos principais elementos que contribuiu para a queda da pobreza nesta classe, conforme já foi mencionado, são os benefícios sociais não previdenciários, que promovem crescimento econômico em maior proporção entre os beneficiários que pertencem à classe E. Dentre estes 18,5% aferem renda de programas sociais que são ofertados pelo Programa Bolsa Família ou pelo Brasil sem Miséria. (Neri, 2011).

A importância destes programas de transferência de renda na redução da pobreza é comprovadamente também um fator de desenvolvimento local, à medida que esta é feita aos indivíduos aumentando o poder aquisitivo dos mesmos e aquece a economia em municípios muito pequenos, promovendo assim ganhos para os comerciantes e produtores.

Está redistribuição possibilita a um grupo que antes não tinha acesso a moeda de troca de forma regular a participação como consumidores no comércio varejista, melhorando também a economia local e a possibilidade de ascensão daqueles que já tinham algum recurso financeiro, mas devido á

estagnação econômica não conseguiram vislumbrar nenhuma possibilidade de “melhoria de vida”.

Os índices econômicos comprovam que houve também uma regularidade da renda para alguns e para outros, aumento.

“Ao longo do período 2001-2005, a taxa de cobertura da renda não derivada do trabalho cresceu 10 pontos percentuais, passando de 42% para 52%. (...), o crescimento realmente explosivo de cobertura foi o de 10 pontos percentuais, registrado na renda proveniente do Programa Bolsa Família. Em segundo lugar vem o aumento de 2 pontos percentuais de cobertura do BPC. (IPEA, 2005, pg. 64)”. ‘

Segundo Rocha (2007, pg. 131), mesmo o valor do benefício sendo modesto, o fato do indivíduo passar a ter alguma renda já promove resultado na economia, de forma geral.

O número de pessoas que antes não tinha nada e passa a ter algum recurso monetário é grande devido à cobertura dos programas de transferência de renda ser alta, como é o caso do Programa Bolsa Família. Neste sentido, é o número de beneficiários que faz com que o impacto seja perceptível e conte positivamente para a queda da desigualdade.

Um fator muito importante a ser considerado em programas de transferência de renda, para que estes sejam avaliados como positivos economicamente é a focalização, ou seja, se ele está beneficiando, de fato, a parcela da população a qual ele se destina.

O fato de termos índices econômicos que comprovem a mobilidade maior entre classe E, ou seja, a classe que não tinha recurso algum ou muitíssimo pouco, significa que a focalização dos programas está adequada.

A relevância deste fato se dá também ao analisarmos a afirmativa feita por MEDEIROS, OSORIO, SOARES & SOARES (2007, pg.124) de que os programas de transferência de renda direta são determinantes para interromper do ciclo da pobreza, sem eles não seria possível promover a queda da desigualdade, nem tão pouco erradicar a pobreza.

A meta do milênio estipulada pela ONU para redução da pobreza, em 50% é de 25 anos¹⁶, porém poucos países conseguirão alcançar tal meta. Segundo Neri (2011, pg.98), o fato memorável é que o Brasil já conseguiu atingir esta meta, em 20 anos transcorridos, faltando apenas 5 anos, o economista faz projeções que em 2014 seja possível alcançar um patamar ainda maior do que o esperado.

Neri aponta com convicção que o crescimento vai continuar. Os eventos esportivos que vão ocorrer no país em 2014 (Olimpíadas) e 2016 (Copa do Mundo) e a emergência das políticas sociais associadas a estes eventos possibilitarão que a taxa de queda dos índices de pobreza chegue em 61,7%, até 2016.

Quanto à questão da emergência das políticas sociais e transferência direta de renda é importante deixar claro que o objetivo imediato do Governo Federal era combater a fome. No próximo capítulo veremos que o Programa Bolsa Família conseguiu ter impacto neste aspecto, em seus primeiros anos de implementação. É principalmente neste âmbito que o Programa consegue promover outros efeitos, o que já sinaliza para grande avanço.

Conforme já foi mencionado, por sua capilaridade e expansão para os municípios do interior do país, um dos seus impactos é fomentar o comércio local, à medida que é com alimentos que os beneficiários gastam, prioritariamente, o benefício recebido, como veremos nos dados apresentados no próximo capítulo.

4. Criando “Portas de Entrada”

“O Bolsa Família é uma plataforma que dá o pobre aos mercados consumidores, mas é preciso ir além e partir para o ataque social: dar o mercado aos mais pobres. Na emancipação dos beneficiários do Bolsa Família, há uma questão semântica ao contrário de “porta de saída” do programa, preferimos a abertura das “portas de entrada” dos pobres aos mercados” (Neri, 2011, pg. 244).

¹⁶- De 1990 a 2015.

A ideia expressa no trecho acima traduz a necessidade de empoderamento dos pobres que não conseguem produzir para aferir renda. Para que eles se tornem produtores e consigam integrar-se ao mercado de consumo, devem ser alvo de ações de microcrédito, educacionais e de comercialização de serviços e produtos.

No entanto é de extrema relevância salientar que os programas de transferência de renda brasileiros não foram criados somente com o objetivo imediato de saciar a fome e promover crescimento na economia, mas sim, para promover bem estar social. Este objetivo inclui um conjunto de elementos subjetivos e objetivos, portanto, melhorando o acesso aos serviços públicos, principalmente de saúde e educação. Os programas foram criados com desenhos que incorporaram outros elementos que fossem capazes de agregar mudanças, ainda que a médio e longo prazo, na vida dos beneficiários.

Foi pensando neste aspecto essencial, ou seja, como afirma Neri “dar a porta de entrada ao mercado” de forma a inseri-los em um ciclo produtivo, que o Governo Federal passou a desenvolver ações através de quatro secretarias¹⁷ para a geração de trabalho, oportunidades e renda, cujo objetivo principal é a inclusão e desenvolvimento social.

Para cumprir um dos compromissos do governo Lula, que era não só avançar na implementação das políticas de transferência de renda, mas através delas promover, além de acesso aos serviços públicos, inclusão produtiva foi pensado um conjunto de ações.

Desta forma, o investimento no desenvolvimento local com o objetivo de incluir as famílias pobres em redes de economia solidária, cursos de educação para o trabalho visando à inclusão produtiva foram efetivados através de compromissos entre o MDS e outros Ministérios. Foram aproveitadas também parcerias já existentes no Programa Fome Zero, com o objetivo de concretizar 161 ações, apoiadas pelos núcleos familiares e organizações populares que através de uma ação integrada torna-se possível a promoção da inclusão das famílias pobres em associativismo e comercialização, cooperativismo, capacitações e microcrédito.

¹⁷ Guia das Ações para a Geração de Trabalho e Renda 2009 – www.mds.gov.br (24.10.2012, 21:35)

“A novidade no atual governo é que a democratização do acesso ao crédito ganhou espaço crucial na agenda governamental, uma vez que é percebida como importante instrumento de inclusão produtiva, eixo estruturante do prioritário Plano Brasil sem Miséria. Nesse sentido, não por acaso, o governo Dilma anunciou em agosto de 2011 alterações significativas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), rebatizado nesta oportunidade como Crescer.” (IPEA, 2011 pg.33)

Entendendo que o empoderamento das famílias é mais do que dar a elas oportunidade de trabalho, nestas ações estão previstas atividades para a melhoria da auto-estima, criação de sinergia entre beneficiários e promotores de ações, entre outros elementos. Esta combinação deve culminar em resultados de desenvolvimento local, a partir não só da circulação de valores oriundos das transferências de renda direta, mas através da inclusão dos beneficiários no mercado produtivo.

“O Plano Plurianual – PPA 2008/2011 – instrumento de planejamento de médio prazo, que estabelece programas, diretrizes, ações, objetivos e metas da administração pública federal - reafirma para este quadriênio o compromisso do Governo com o tema “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade”. Trata-se de um modo de organização das ações governamentais, que reforça as políticas voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade e parte do pressuposto de que o desenvolvimento social é atingido por meio de uma ação concertada entre os três níveis governos, o empresariado e a sociedade civil organizada.” (www.mds.gov.br) (24.10.2012, 21:35)

É importante sinalizar que a busca de parceria com os entes federados (Estado e municípios) e sociedade civil organizada foi pensada como elemento fundamental para o desenvolvimento deste Plano. As ações são direcionadas através da SAIP (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias) que elaborou o Guia das Ações para a Geração de Trabalho e Renda 2009.

Com este instrumento que é atualizado semestralmente é possível dar apoio aos gestores em nível local, assim como toda a rede de atores necessários para o desenvolvimento desta ação.

Outro importante elemento apontado por Medeiros (2007, pg. 19) é que as transferências de renda podem contribuir com aumento de capital para famílias que já tem alguma atividade por conta própria, mas não tem capital de giro, então, o valor do benefício pode ser muito útil para compor estoques de produtos. Como resultado possível temos conseqüentemente a manutenção da possibilidade de geração de renda para famílias que não conseguem se inserir no mercado de trabalho e tem restrições de acesso ao micro credito.

Neste sentido as transferências de renda podem funcionar também como importante elemento de manutenção das pessoas para reforçar a articulação destas ações do governo e ao mesmo tempo quebrar o estigma de que os indivíduos se sentem desestimulados a trabalhar à medida que recebem benefícios monetários.

Por outro lado Medeiros (2007, pág. 25) retoma uma importante questão que é este tipo de estigma que através de discursos de cunho moral reflete o preconceito e o desejo de punir os pobres por serem pobres e responsabiliza-los por criar estratégias de saídas das suas condições de vida sem o apoio governamental.

Na verdade trata-se de uma dívida históricas que o estado brasileiro tem com a população pobre, que por falta de acesso as políticas públicas acabaram tendo suas condições de vida muito mais precarizadas ao longo dos últimos anos, principalmente entre as décadas de 70 e meados da década de 90. Sobretudo o autor ressalta a importância da educação com qualidade para que os pobres tenham acesso ao mercado de trabalho frente as exigências de níveis educacionais para ocupação de determinados postos.

Dentro desta questão Medeiros (2007) destaca também a necessidade de dedicação e número de horas que um adulto tem disponível para atingir um nível educacional compatível com as exigências de mercado, o que torna a tarefa difícil para o estado. As escolas ofertadas aos pobres hoje não tem a qualidade necessária e o tempo disponível dos mesmos não permite uma dedicação aos estudos, visto que tem que trabalhar a maior parte do tempo.

Neste sentido, Medeiros (2007, pág.25) considera que há um conflito de valores por trás de um discurso moralizante que deve ser superado à medida que a sociedade brasileira se conscientize de que é necessário “dar o peixe enquanto se ensina a pescar” ao contrário do discurso de que é “preciso ensinar a pescar e não, dar o peixe”.

Por fim cabe mencionar outra importante consideração sobre a forma da geração de renda entre os beneficiários do PBF feita por Sposati (2010, p.2), segundo a autora os efeitos de pensamentos conservadores imputam às transferências de renda um conjunto de valores que estão baseados na ética do mercado e trabalho e não na cidadania e justiça social. Assim sendo, qualquer forma de renda que não esteja atrelada à relação formal de trabalho se torna alvo de críticas por parte das correntes neoliberais.

Em importante debate sobre a questão Souza (2011) sinaliza que os pobres vivem em uma constante situação de violência simbólica que as classes mais favorecidas teimam em não reconhecer. Esta violência se dá de forma legitimada socialmente, à medida que os desiguais são tratados como iguais, quando na verdade eles não receberam no âmbito familiar, desde o nascimento o mesmo conjunto de elementos que vão ser determinantes para obter sucesso ou fracasso.

A transmissão geracional da pobreza esconde um conjunto de elementos que vão fazer com que o indivíduo esteja mais ou menos preparado para enfrentar o mundo, porém é importante entender que este conjunto de fatores são determinados ideologicamente e - conforme, sinaliza Medeiros acima - não podem os pobres serem responsabilizados pela sua condição, quando na verdade é o Estado que não ofertou a elas as mesmas oportunidades que as pessoas dos demais estratos sociais tiveram acesso.

Neste sentido, o conjunto de disposições necessárias para que uma pessoa tenha sucesso, seja na vida escola, seja na vida profissional, em outras palavras, consiga acumular capitais necessários para ter uma vida melhor, são transmitidos afetivamente. Se os pais não tiverem um capital cultural¹⁸ que

¹⁸ - Empréstado da economia, o termo *capital cultural* tem um papel nodal para o pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, cujos estudos acentuaram a dimensão de que a origem social dos alunos se constitui em desigualdades escolares. Em outras palavras, o capital cultural é o que pode designar o sucesso ou o fracasso de cada aluno. Afinal, algumas evidências apontam que as limitações do conceito de capital econômico explicam a ligação entre o nível socioeconômico e os bons resultados educacionais. Isso nos

permita que sejam reconhecidos socialmente, dificilmente os filhos serão e cabe ao Estado, caso queira de fato reverter a situação de pobreza e ausência de qualidade de vida estar atento, não aos números que vem sendo divulgados como índices de queda da desigualdade, mas sim ao conjunto de elementos necessários à promoção de bem estar social a que as pessoas tem direito.

Este conjunto de disposições vai desde a forma como a pessoa se sente no mundo até a forma de se comportar socialmente, ou seja, é composto pelos capitais cultural, social e econômico, mas o capital cultural é determinante para ter acesso aos outros dois tipos de capital.

Se o individuo já nasce em um domicilio totalmente desprovido de capital cultural a possibilidade de enfrentamento e êxito é muito pequena. A autoconfiança também é um elemento que Souza (2011, pg.112) aponta como algo que dificilmente, a pessoa que vive nos extratos mais baixos da sociedade – que soma hoje um terço da população brasileira – conseguirá ter, sendo este um elemento importante para ter sucesso.

Estes são aspectos que vamos tentar apontar em nossa análise, ao longo do capítulo III, conjugando com a discussão da variável classe em que os indivíduos do PBF estão inseridos para tentar identificar se de fato é possível considerar que os beneficiários do Programa conseguem obter mobilidade de classe, tanto nos aspectos objetivos, que é aferir renda, quanto nos aspectos subjetivos que é ter acesso a melhores níveis educacionais e postos de trabalho.

No capítulo IV utilizaremos também estes autores como referencia para discutir em que medida os beneficiários do PBF tem tido acesso ao mercado de trabalho e qualificação para conseguir emprego e gerar renda.

faz considerar que outras formas de capital, como o social e o cultural, contribuem diretamente e interagem com o capital econômico para fortalecer as relações sociais.

CAPÍTULO II – QUAL O EFEITO DO PBF SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE?

1. Introdução

Na introdução desta tese foi possível, através de uma breve discussão, apresentar o mecanismo proposto e utilizado pelo Governo Brasileiro para buscar o rompimento do ciclo intergeracional de transmissão da pobreza. Trata-se da implementação do maior programa de transferência de renda do mundo - O Programa Bolsa Família.

Há uma discussão interessante sobre a dimensão do Programa. Isto porque embora o PBF seja muito vasto em termos de cobertura, é considerado pequeno quando nos voltamos para o volume dos recursos movimentados. Em relação aos outros programas de mesmo perfil existentes na América Latina, o Bolsa Família se destaca de forma visível.

"(...) Em particular, se o critério usado for a cobertura, então o programa é grande. Por outro lado, se for o volume de recursos, então não é tão grande. Se o critério for a cobertura, então o Bolsa Família é julgado segundo a porcentagem da população que recebe seus benefícios ou então o número absoluto de benefícios concedidos. Sendo este o critério, o programa é, sem qualquer dúvida, grande. De acordo com a PNAD 2009, quase um quarto da população brasileira (41 milhões de pessoas) vivia nas 9,2 milhões de famílias que recebiam benefícios do Bolsa Família. As únicas políticas sociais com cobertura superior são o Sistema Único de Saúde (SUS), que cobre toda a população brasileira; a educação pública, com 52,8 milhões de alunos matriculados em todos os níveis de ensino; e a previdência social, com 21,2 milhões de benefícios concedidos. Cabe notar que estas são políticas universais e constituem a espinha dorsal da política social brasileira." (Soares et al, IPEA, 2010, pg.33).

Neste capítulo pretendemos apresentar resultados apontados por diferentes estudos sobre o Programa Bolsa Família nas dimensões em que este atua, sobretudo através das contrapartidas cobradas aos beneficiários e no combate à insegurança alimentar.

Primeiramente vamos realizar uma breve discussão acerca dos principais programas de Transferência de Renda existentes na América Latina. Isto ajudará a compreender a importância do Programa Bolsa Família em relação a outros programas existentes e, sobretudo, a relevância de ser o PBF um programa que imputa condições aos beneficiários.

Este último aspecto é ainda hoje muito criticado, principalmente, no debate acadêmico, mas ao longo deste capítulo procuraremos demonstrar, utilizando pesquisas realizadas nos últimos anos o quanto estas condições estabelecidas são importantes para garantir: o acesso a serviços de saúde e educação, aumento do capital cultural e humano e ainda para a inserção ou re-inserção dos pobres ou extremamente pobres no mercado de trabalho.

2. Investimentos Governamentais em Políticas de Transferência de Renda na América Latina e Cone Sul.

Os organismos internacionais, a partir da década de 90, passaram a investir financeiramente, especialmente na América Latina, em políticas sociais que pudessem reduzir o efeito negativo dos processos de globalização econômica, promovendo assim um ajuste estrutural através da criação de novos instrumentos no campo das políticas públicas.

Estas medidas surgem em um contexto liberal onde a redistribuição de renda era o principal objetivo. Ou seja, não havia um planejamento de ações mais amplas tais como reformas agrárias, mas sim, transferência de renda feita aos pobres e extremamente pobres através de recolhimento de impostos e outros rendimentos do Estado, sem alterações de ordem macro sociais.

Estes CCTs (Conditioned Cash Transfer) possuem características semelhantes. Em qualquer parte do mundo o foco é a população pobre ou extremamente pobre. Mais especificamente procuram atenuar principalmente os problemas financeiros na fase mais agudas de privação econômica da vida dos indivíduos.

Os mais vulneráveis, tais como crianças, gestantes, nutrizes e adolescentes são priorizados. O sistema de saúde deve criar mecanismos para o atendimento e acompanhamento das grávidas, crianças e nutrizes, sendo o cumprimento destas condições fundamental para que os beneficiários permaneçam recebendo o dinheiro da transferência.

Além disso, as crianças devem ser vacinadas de acordo com o que está previsto nos protocolos de saúde para que elas se mantenham imunes às doenças já mapeadas. A frequência escolar destas crianças e adolescentes também é um elemento para garantia da permanência como beneficiário dos CCTs.

Portanto, frequência escolar por parte de crianças e adolescentes e medidas preventivas de saúde para mulheres grávidas, nutrizes, crianças e bebês, são características centrais para a maioria dos programas. As unidades geopolíticas que são selecionadas para receber o programa implementado tem que demonstrar ter condições de ofertar os serviços de saúde e educação aos

quais os beneficiários são condicionados para se manterem inclusos no programa.

A forma como as famílias são selecionadas para fazer parte dos programas é que sofrem alterações. No caso do Programa Brasileiro, o Bolsa Família, a renda baixa é o fator chave.

Já o CCT Chile Solidário, prioriza as famílias extremamente pobres que também tem adultos com mais de 65 anos residindo no mesmo domicílio. Enquanto no Brasil, este público passa a ser beneficiário do segundo maior programa de Transferência de Renda, conforme já foi mencionado na introdução desta tese, o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

O BPC é um programa visto como um dos maiores fatores explicativos da redução da pobreza, demonstrada no capítulo anterior, por que garante um valor financeiro bem mais significativo economicamente (IPEA, 2007).

O valor transferido corresponde a um salário mínimo, para o idoso que comprovar renda familiar de no máximo um quarto de salário mínimo. Embora o Programa Bolsa Família também produza efeitos positivos - conforme já mencionado no capítulo I - em termos econômicos, e como veremos neste capítulo, em termos de acesso aos serviços de saúde e educação, por parte dos mais vulneráveis.

Outro elemento importante sinalizado pelos analistas acerca do PBF é que a relação custo/benefício é maior do que o investimento em outras políticas públicas, porque o cumprimento das condicionalidades também surte efeito na redução dos gastos com saúde à longo prazo. Ao imunizar as crianças, acompanhar o estado de saúde e nutrição das crianças e bebês, assim como das gestantes e nutrizes, os beneficiários estão também fazendo a prevenção de futuros agravos à saúde.

A ideia central é que estas medidas reduzem custos do governo para manutenção do sistema de saúde, por que o gasto com os serviços de saúde para tratar um paciente é muito mais alto do que o valor transferido. Por outro lado quando é feita a imunização e o acompanhamento dos mais vulneráveis, o cumprimento das condicionalidades acaba funcionando como medida preventiva à necessidade de atendimentos mais complexos e onerosos para o Estado.

Outro elemento muito importante é também a melhoria dos níveis educacionais da população nas gerações futuras. O investimento na melhoria dos níveis educacionais da população pobre é fundamental para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza (Barros, 1999), neste sentido os CCTs de uma forma geral, conseguem êxito ao exigir que as famílias mantenham suas crianças matriculadas na escola.

A importância desta condicionalidade é que ela incide diretamente na redução da pobreza e desigualdade de renda nas gerações futuras, à medida que quanto maior o desnível educacional maior é a diferença de renda entre os indivíduos em uma mesma sociedade.

“As condicionalidades diferenciam os PTRC¹⁹ de outros tipos de transferências de renda governamentais. Originalmente, elas constituem um sistema de indução que busca afetar o comportamento dos membros adultos das famílias vulneráveis, por meio da associação de um prêmio financeiro a decisões consideradas socialmente ótimas, como o investimento na saúde e educação das próximas gerações. Nesse sentido, elas estabelecem um elo causal entre as transferências no presente e a emancipação futura das crianças e jovens das famílias atendidas, via melhoria do seu nível educacional. Por meio desse mecanismo, os PTRC contribuiriam para reduzir progressivamente o contingente de pessoas atendidas por programas assistenciais – uma qualidade para aqueles que acreditam que programas desse tipo têm de ser temporários.(COTTA e PAIVA, IPEA, 2010, pg. 57).”

Outro fator de extrema relevância a ser mencionado é o impacto que os CCTs têm na insegurança alimentar. O sucesso destes programas se traduz no fato de que o benefício oferecido para os participantes incide rapidamente na superação da insegurança alimentar (Dalt, Brandão & Gouvêa, 2008), como será visto mais adiante.

Além da importância da saciedade de alimentos na vida do indivíduo, cabe ressaltar que ao debelar a fome, há também a possibilidade de combate a inúmeras doenças que são correlatas à carência ou falta de ingestão de

¹⁹ - Programa de Transferência de Renda Condicionada.

alimentos. Isto resulta em fator positivo para o aumento da saúde e redução dos investimentos governamentais nesta área.

Dentro do campo da economia e da relação custo/benefício dos programas sociais é importante ressaltar que os beneficiários comprovadamente gastam o recurso transferido majoritariamente com a compra de alimentos (Dalt, Brandão & Gouvêa, 2008), e isto também gera efeitos positivos na economia local e conseqüentemente, gera aumento da arrecadação de impostos a favor dos diferentes níveis de governo.

Por outro lado, é importante mencionarmos que uma das fragilidades dos CCTs, principalmente, na América Latina, se mostra no fato de que os governos enfrentam restrições em sua capacidade de fiscalização²⁰, monitoramento, capacitação dos profissionais e avaliação dos programas. Estas restrições ocorrem por falta de investimento, muitas vezes provocadas pela priorização do aumento da cobertura, em detrimento do investimento em medidas de controle dos programas.

No caso do programa Chile Solidário um de seus maiores problemas é a falta de avaliação. No entanto, parte da literatura (Cohen e Villatoro, 2006) aponta que embora não tenha sido realizada nenhuma avaliação de impacto do programa, as avaliações de monitoramento conseguem dar conta de responder positivamente a esta questão.

"El panel Chile Solidario no ha sido de acceso público y las evaluaciones de impacto basadas en estos datos que han sido realizadas hasta la fecha han sido mandatadas por Mideplan. Ello explica que se cuente con sólo tres estudios basados en estos datos, sin que ninguno de ellos haya sido publicado a la fecha. (Larrañaga, IPEA, 2010. Vol. 2 pg. 207)"

Diferentemente do caso do CCT brasileiro – O Programa Bolsa Família – o Chile Solidário conta com forte apoio para monitoramento porque o Programa

²⁰ - Para maiores detalhes ver: "Relatório de Avaliação do Controle Social do Programa Bolsa Família. DataUFF – Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense/ MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (DATAUFF, 2008).

é todo desenvolvido com o suporte de uma equipe de acadêmicos da Universidade Latino Americana de Ciências Sociais.

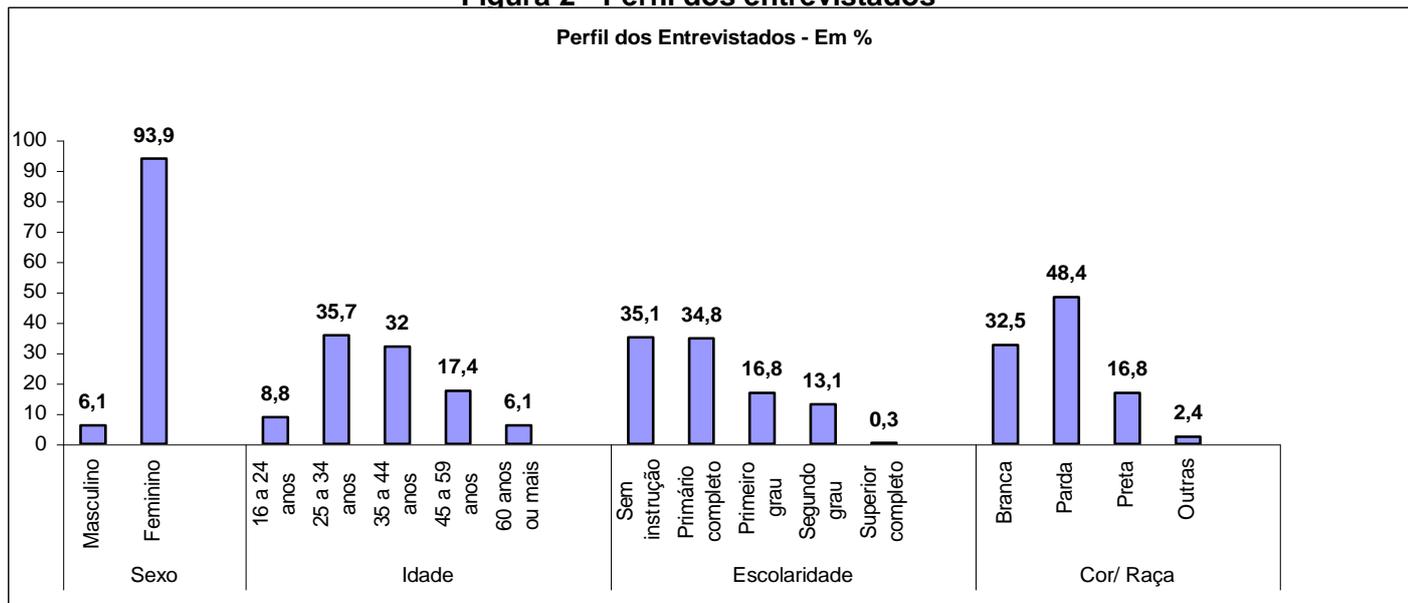
Um aspecto que merece destaque ao avaliar o desenho dos programas e o investimento governamental para obtenção de êxito é a capacitação dos atores envolvidos na gestão. Se compararmos o PBF com o Programa chileno, veremos que no Brasil (diferente do Chile), o sistema de capacitação dos profissionais envolvidos não é centralizado, ficando a cargo dos Estados e municípios. Devido ao tamanho do país e dificuldades de acesso aos municípios, este aspecto do programa brasileiro é frágil, à medida que envolve um investimento de recursos muito alto com deslocamento das equipes.

No sistema chileno a capacitação, assim como toda a gestão é concentrada na Universidade Latino Americana de Ciências Sociais, que também faz o acompanhamento e monitoramento, o que denota, portanto, um maior grau de eficiência neste aspecto (Cohen e Villatoro, 2006).

Quanto à focalização, no Brasil é possível afirmar que o Programa Bolsa Família é direcionado ao público que possui características socioeconômicas que compõem o perfil de pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco a partir das avaliações realizadas por várias instituições, principalmente aquelas contratadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Dalt, 2008).

Conforme pode ser observado na figura 2, onde temos um perfil dos beneficiários do PBF, a grande maioria é do sexo feminino (93,9%), em idade adulta, com níveis de instrução muito baixa e com sobrerrepresentação de pretos e pardos em relação ao conjunto da população brasileira.

Figura 2 - Perfil dos entrevistados²¹



Fonte: DataUFF, março/2006.

A focalização é muito importante para que o Programa tenha efeito positivo junto à população a que ele se destina, no caso do Bolsa Família, vimos no capítulo I desta tese que um dos seus impactos que vem sendo observado pelos economistas é na queda da desigualdade de renda. Neste sentido destacamos que, portanto a focalização adequada é um elemento que contribui fortemente para que isto ocorra:

"Por ser bem focalizado, o Bolsa Família contribuiu bastante para a queda da desigualdade e da pobreza no período 2004-2008. " (Soares et al, IPEA, 2010, pg.50).

Em relação ao padrão internacional, segundo Barros et al (2010), existe similaridade do Programa Bolsa Família com os outros programas que são desenvolvidos no Chile, México e Panamá, no que se refere à focalização, No entanto ao serem comparados, os autores identificaram que a forma como os

²¹ - Gráfico publicado no artigo "Avaliação do Programa Bolsa Família – e seus impactos na segurança alimentar e nutricional sobre a vida dos beneficiários". Publicado no livro – Avaliação das Ações do MDS – VI.2. Brasília. 2008

beneficiários são selecionados acarreta dificuldades para o programa brasileiro ser mais efetivo neste aspecto.

De acordo com o texto abaixo podemos identificar que a gestão do Programa ainda apresenta fragilidades relacionadas à capacitação profissional de pessoas que atuam junto aos usuários dos serviços de proteção social e ainda a regulamentação do uso do CADUNICO como instrumento para seleção dos potenciais beneficiários.

"A fim de nos certificarmos de que o desempenho em focalização do PBF é mesmo adequado, é importante avaliar o padrão internacional. Outros países têm adotado programas de transferência de renda condicionada semelhantes ao PBF e cada um possui um sistema de seleção de beneficiários com desenho diferenciado em termos do uso de cotas geográficas. De quem é a responsabilidade pela coleta de informações sobre as famílias, qual o nível de qualificação dos entrevistadores, quais as regras utilizadas para extrair do cadastro as famílias contempladas etc. Aprender sobre o desempenho relativo dessas experiências pode lançar luz sobre quais as estratégias de seleção de beneficiários podem ser mais efetivas" (Barros et al, IPEA, 2010, pg.115 e 116),

De acordo com o mesmo estudo, os autores afirmam que o programa Panamenho é 20% mais eficiente do que PBF neste aspecto. Mesmo utilizando as mesmas regras para inclusão das pessoas mais pobres, são utilizados também recursos estatísticos aplicados ao cadastro que permite maior aproximação do grupo que deve ser selecionado. Mais especificamente são utilizadas variáveis socioeconômicas dos indivíduos inscritos como critério de diferenciação e aplicado a estas um teste que extrairá uma média (*proxy means test*).

Para além das questões relacionadas acima, como veremos mais adiante, podemos afirmar que o Programa tem sido eficaz não só no que se refere à focalização, mas também no que se refere aos cuidados com a saúde das mães e crianças e acesso à escola.

No caso do programa do México, Oportunidades, estudos mostram que há pouco efeito no que se refere ao aumento do aprendizado escolar, no desenvolvimento cognitivo de crianças e no nível de empregabilidade dos beneficiários.

No caso do Programa Bolsa Família, embora haja muitas avaliações disponíveis, poucas são voltadas para investigar este aspecto, ou seja, impactos do programa no desenvolvimento cognitivo e aprendizado escolar, portanto, como veremos os resultados apontam para aumento da frequência escolar, mas sem, contudo, podermos afirmar que há ganhos de qualidade de aprendizado através desta garantia de acesso.

Outra crítica aos CCTs se refere à limitada capacidade dos governos de efetivamente responderem ao aumento das demandas por serviços de educação e saúde que tais políticas despertam como é o caso da Nicarágua.

3. O Programa Bolsa Família – Diminuindo a Fome e Criando Expectativas

O acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho de forma sustentável e economicamente viável é fundamental quando se pensa na possibilidade de autonomia. Mas devemos considerar que tipos de serviços públicos são ofertados aos indivíduos pobres e de que forma estes incidem principalmente nas questões educacionais e de saúde. Visto que estes são dois elementos muito importantes para que o indivíduo consiga ser produtivo, ou seja, desenvolvimento cognitivo e condições de saúde adequadas.

Sendo assim, passamos a apresentar agora estudos publicados sobre o Programa que buscaram avaliar os resultados na segurança alimentar e nutricional e nas contrapartidas cumpridas pelos beneficiários no campo da saúde e da educação,

3.1. Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo com a análise de dados publicados, podemos concluir que o Programa Bolsa Família é extremamente bem sucedido, no que se refere ao

aumento da segurança alimentar. O programa propicia, em alguns casos a superação do estágio de fome e em outros casos consegue funcionar como um atenuante da falta de alimentos.

Na pesquisa realizada pelo DataUFF – Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense – em 2006 e publicada pelo MDS em 2008²², os dados revelam que as famílias investigadas, gastam o recurso recebido prioritariamente com a compra de alimentos (em 76.4% dos casos). Este dado confirma afirmações feitas anteriormente de que os CCTs tem um resultado positivo na insegurança alimentar.

Tabela 2 - Término dos alimentos da casa nos últimos três meses

	Frequência	%
Sim	2478	82,6
Não	521	17,4
Total	2999	100

Fonte: DataUFF, março/2006.

Para verificar, se ao entrar para o Programa as famílias beneficiadas passaram a comprar mais alimentos e se com isso foi possível reduzir o tempo de espera até o final do mês para ter dinheiro para comprar mais, os entrevistados foram perguntados quanto tempo, durante o mês, os alimentos duravam, antes e depois da família passar a receber o recurso transferido pelo Programa.

O resultado encontrado foi bastante positivo, à medida que:

22 “Avaliação do Programa Bolsa Família – e seus impactos na segurança alimentar e nutricional sobre a vida dos beneficiários”. Publicado no livro – Avaliação das Ações do MDS – VI.2. Brasília. 2008

“No período anterior a entrada no Bolsa Família a situação de término dos alimentos antes da existência de disponibilidade financeira para novas compras atingia 87,5% das famílias dos beneficiários. A comparação entre o antes e o depois do recebimento mostra uma queda de aproximadamente 5 pontos percentuais nesta situação negativa. O teste de χ^2 com 1 grau de liberdade e nível de 1% é altamente significativo já que $\chi^2 = 28,4$ (χ^2 crítico = 6,67).” (Dalt, Brandão & Gouvêa, MDS, 2008, pg. 10).

Os dados apresentados na tabela abaixo, dizem a respeito a suficiência de alimentos para todos os moradores do domicílio se alimentarem bem antes da entrada da família no PBF. Os percentuais de respostas apontam que 58,3% dos domicílios entrevistados sofriam privação de alimentos, ou seja, as pessoas comiam menos do que tinham vontade para que os outros também pudessem se alimentar.

Tabela 3 – Comida suficiente ou não antes do Bolsa Família

	Frequência	%
Sim	1746	58,3
Não	1248	41,7
Total	2994	100

Fonte: DataUFF, março/2006.

Segundo os dados publicados:

“Antes da entrada no Bolsa Família, no entanto, este percentual de insuficiência chegava a 58,3%. O que perfaz uma redução desta situação negativa em cerca de 10p.p (pontos percentuais) e aponta para os impactos positivos do programa. Mais uma vez o teste de χ^2 com 1 grau de liberdade e nível de 1% é altamente significativo já que $\chi^2 = 56,8$ (χ^2 crítico = 6,67). (Dalt, Brandão & Gouvêa, MDS, 2008, pg 11).”

A perspectiva de melhoria da alimentação, segundo a opinião dos entrevistados remete a uma avaliação muito positiva também, em relação ao Programa Bolsa Família. De acordo com os dados apresentados pelo DataUFF – Núcleo de Pesquisas e Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense – 18,7% consideram que a alimentação melhorou muito após a entrada para o Programa e 66,9% consideram que melhorou, apenas 14,2% disseram que continua igual.

Tabela 4 – Avaliação da alimentação após o Bolsa Família

	Frequência	%
Melhorou muito	560	18,7
Melhorou	2004	66,9
Continua igual	424	14,2
Piorou	6	0,2
Total	2994	100

Fonte: DataUFF, março/2006.

A tabela 5 mostra que o Programa Bolsa Família teve impacto positivo também na quantidade de alimentos consumidos pelas famílias beneficiadas. O percentual de 59,2% dos entrevistados que apontam esta melhora, sinaliza expressivo resultado do Programa.

Tabela 5 – Quantidade de alimentos consumidos após o Bolsa Família

	Frequência	%
Aumentou	1751	59,2
Continua a mesma	1195	40,4
Diminuiu	12	0,4
Total	2958	100

Fonte: DataUFF, março/2006.

Os autores do artigo demonstram que, além da melhoria da quantidade, os entrevistados sinalizam também para uma melhora na variedade dos alimentos consumidos pelas famílias beneficiárias. A grande maioria que aponta aumento da variedade dos alimentos consumidos soma 73,3%, conforme dados apresentados na tabela que segue:

Tabela 6 – Aumento da variedade dos alimentos após o Bolsa Família

	Frequência	%
Sim	2190	73,3
Não	796	26,7
Total	2986	100

Fonte: DataUFF, março/2006.

Por outro lado, os estados críticos em relação à privação de alimentos que as famílias beneficiárias do programa viviam antes da entrada para o programa sinalizam claramente para a precariedade dos níveis de segurança alimentar que a parcela da população Brasileira que é pobre ou extremamente pobre enfrenta.

Embora estejamos falando de uma pesquisa de opinião dos beneficiários, onde é possível supor algum nível de supervalorização das situações enfrentadas na tentativa de obter melhorias em relação ao benefício, os entrevistados representam a parcela de indivíduos que de fato vivem em condições muito precárias. Conforme já demonstrado empiricamente no início deste capítulo quando falamos da focalização do Programa no que se refere ao perfil das famílias inseridas no PBF.

Neste sentido, de acordo com os dados, mesmo depois de ter passado a receber o dinheiro do PBF, apenas 21,5% das famílias conseguem comprar alimentos para o mês inteiro. Outros 16,1% compram alimentos que duram apenas uma semana e depois não tem dinheiro para comprar mais. Aqueles que conseguem comprar alimentos para duas semanas estão representados em 29,4% dos entrevistados e 33% conseguiam obter alimentos para três semanas no mês.

Tabela 7 – Duração dos alimentos comprados pela família

	Frequência	%
Uma semana	481	16,1
Duas semanas	878	29,4
Três semanas	983	33
Quatro semanas (mês inteiro)	640	21,5
Total	2982	100

Fonte: DataUFF, março/2006.

Por outro lado, de acordo com os dados apresentados na tabela 8, a situação dos entrevistados no que se refere ao acesso à alimentação e duração dos alimentos antes da entrada para o programa era ainda mais crítica, como pode ser observado.

Tabela 8 – Duração dos alimentos comprados pela família antes do Bolsa Família

	Frequência	%
Uma semana	1041	34,9
Duas semanas	1016	34
Três semanas	603	20,2
Quatro semanas (mês inteiro)	327	10,9
Total	2987	100

Fonte: DataUFF, março/2006.

Neste sentido, a análise dos pesquisadores evidencia a ordem de grandeza do impacto do Programa, neste aspecto. Conforme pode ser verificado abaixo:

“As duas últimas tabelas quando comparadas mostram um impacto positivo muito significativo do programa que se faz: a) na grande redução do percentual de famílias que compram alimentos que duram somente uma semana. b) na redução do percentual de famílias que compram alimentos que duram somente duas semanas e, c) no grande aumento do percentual de famílias que compram alimentos que duram três e quatro semanas – enquanto estas últimas eram 31,1% antes, passam a ser 54,5% após o programa, o que equivale a um crescimento extremamente significativo. Vale ressaltar que o teste de χ^2 com 1 grau de liberdade e nível de 1% é altamente significativo já que $\chi^2 = 408,4$ (χ^2 crítico = 13,27). (Dalt, Brandão & Gouvêa, MDS, 2008, pg 13).”

Dentro ainda do tema da segurança alimentar e nutricional, estudo feito em 2008 pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)²³, buscou identificar a situação nutricional dos beneficiários através da coleta de dados empíricos de antropometria. Os resultados levaram à constatação de que houve impacto positivo do Programa na redução do estado de desnutrição infantil, junto às crianças que pertenciam a domicílios beneficiados.

“No campo da segurança alimentar e nutricional, constatou-se que cerca de 20% dos 50% de redução da desnutrição de 1996 a 2006 se deve ao aumento do poder aquisitivo da classe E, segmento da população atendido pelo Bolsa Família.” (MONTEIRO *et al.*, 2009).

Assim como, na qualidade e quantidade de alimentos consumidos nos domicílios beneficiados pelo PBF.

“(...) houve melhorias na qualidade e quantidade do consumo alimentar das famílias beneficiárias do programa.” (IBASE, 2008)

Em livro sobre o PBF “Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios” publicado pelo IPEA em parceria com o MDS em 2010, é possível identificar que para além dos resultados das pesquisas feitas com os beneficiários por diferentes institutos, os dados de monitoramento servem de importante instrumento para corroborar com os resultados alcançados naquelas avaliações.

Alguns dos resultados apresentados são encontrados com base na análise dos dados do SISVAN (Sistema Informatizado de Vigilância Sanitária), que foi criado para fazer o monitoramento do estado nutricional, coletivo e individual, das pessoas atendidas pelo sistema de saúde brasileiro, especialmente aqueles que acessam a Atenção Básica.

²³ - Com financiamento da FINEP em parceria com o Instituto Redes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Os beneficiários do Programa Bolsa Família também são monitorados através do sistema, neste aspecto. De acordo com os analistas, os resultados sinalizam, de fato, que são as crianças residentes junto a famílias incluídas no Programa que apresentam maiores índices de vulnerabilidade nutricional.

“No monitoramento individual e coletivo do estado nutricional da população atendida pela atenção primária à saúde, incluindo os beneficiários do PBF, o sistema informatizado da Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) constitui instrumento fundamental, cujos resultados confirmam a maior vulnerabilidade nutricional das crianças beneficiárias.” (Currello et al, IPEA, 2010, pg. 171)

O mesmo artigo²⁴ também trás resultados que confirmam os dados apresentados anteriormente sobre a falta de alimentos que as famílias enfrentam.

A superação da desnutrição vem ocorrendo, sobretudo na última década, no entanto, persistem diferenças regionais. A região Norte apresenta os piores índices de desnutrição infantil. Esta região possui 9% de crianças com déficit de peso para a idade, entre as famílias inseridas no PBF.

A análise revela a complexidade do fenômeno: além das diferenças regionais, existem diferentes níveis de pobreza que impactam na insegurança alimentar. Isto torna o desafio do Programa ainda maior e estas diferenças afetam a possibilidade do PBF melhorar a vida de seus beneficiários de forma significativa.

Os participantes do Programa vivem expostos a um conjunto de vulnerabilidades sociais que é o que explica a dificuldade de obter a segurança alimentar. Estas famílias não enfrentam apenas o problema financeiro imediato, provocado por uma crise econômica, mas sim todo o processo histórico do indivíduo socialmente vulnerável que está relacionado a outras carências, sobretudo no campo da saúde e acesso aos serviços públicos.

²⁴ - Currello et al, As Condicionalidades do Programa Bolsa Família, in: Bolsa Família – Desafios e Avanços – (IPEA, 2010, pg. 151-178)

Os dados apresentados revelam que os participantes enfrentam esforços diários na busca de comida para si e para suas crianças, ainda que o PBF vá atenuando este quadro a médio e longo prazo, a expectativa de promoção de bem estar social a estas famílias deve ser projetada para a geração futura daqueles que estão se beneficiando hoje.

O que queremos mostrar através da releitura destes dados é que o PBF é capaz de proporcionar aos seus beneficiários a superação da fase de privação de alimentos ou diminuir o período de escassez. Por outro lado, é importante ficar claro, que o Programa, por si só, não vai resolver o problema de forma imediata, e nem é esta a sua proposta, como veremos a seguir com a discussão dos resultados obtidos com o cumprimento das condicionalidades.

3.2. Condicionalidades de Saúde.

Embora seja possível identificar que houve significativos avanços a partir da adoção de contrapartidas por parte dos beneficiários dos CCTs, principalmente no caso do Programa Bolsa Família, é necessário ressaltar que o perfil das famílias atendidas não é homogêneo.

Desta forma é possível afirmar que dentro do tema da segurança alimentar ainda há muito que fazer para que a fome seja superada. Atingir positivamente famílias em situação de pobreza é em geral mais rapidamente possível do que melhorar a situação daquelas que estão em situação de extrema pobreza. Mesmo assim, as transferências de renda pretendem debelar um conjunto de fatores que impactam não só neste aspecto da vida dos indivíduos que se reproduzem nestas condições sociais. A melhoria a ser promovida deve levar as gerações futuras destes beneficiários a atingir um estágio de bem estar social e rompimento do ciclo da pobreza de caráter intergeracional.

No capítulo I verificamos que do ponto de vista financeiro já existem resultados que sinalizam claramente para possibilidades de acesso à renda e participação no mercado de consumo de bens. Neste capítulo estamos verificando as conseqüências da imputação de condições às famílias beneficiárias. Neste sentido, a agenda de combate à fome foi vinculada à

agenda de melhoria dos níveis educacionais e da saúde e acesso aos serviços públicos, funcionando assim como medida preventiva para o futuro das famílias inseridas no programa.

O acompanhamento das condicionalidades da saúde no PBF é feito para famílias com crianças de até sete anos de idade e gestantes. São acompanhados o cumprimento do calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento da criança. Outra forma de fazer o acompanhamento da saúde dos beneficiários e seus filhos é seguindo o calendário de consultas de pré-natal da gestante e da assistência pós-parto, bem como, a avaliação do estado nutricional das famílias (Secretaria de Atenção Básica/MS, 2007b).

De acordo com os dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009a), em 2009 já havia resultados “do PBF na redução do déficit de peso por idade das crianças beneficiárias” (IPEA, 2010, pg. 173).

Estes resultados não são imputados apenas ao aumento do acesso das famílias à quantidade de alimentos necessários para a sobrevivência, mas sim por ações correlatas vinculadas ao cumprimento de condicionalidades de saúde. Estas ações prevêm o acompanhamento nutricional de crianças de 0 a 7 anos de idade e intensificação da atenção à família em caso de detecção de subnutrição.

Desta forma, o acesso aos serviços básicos é um dos resultados apresentados nestes 11 anos do Programa e deve ser comemorado com significativo êxito.

Falando da cobertura do acompanhamento das crianças, os dados publicados, após análise dos sistemas de controle indicam que 70% das crianças moradoras em domicílios que são beneficiados pelo PBF são acompanhadas pelos serviços de saúde.

A AIBF II²⁵ foi uma pesquisa realizada com beneficiários e não beneficiários do Programa. Em seus resultados foi verificado que os bebês de até seis meses de idade, que estavam sob a responsabilidade de pessoas não beneficiárias do PBF receberam as vacinas prescritas para este período da vida em menor quantidade do que nas famílias beneficiárias, em proporção de 15 p.p. para menos.

²⁵ - Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família realizada pelo MDS em 2010

Os serviços de atenção, na área de saúde, destinados às mulheres grávidas também foram mais freqüentados por beneficiárias em relação às não beneficiárias, (1,5 a mais, em média) segundo os resultados da pesquisa.

“... a atenção à saúde dos beneficiários do PBF é uma importante estratégia de acesso aos serviços básicos de saúde para as famílias socialmente mais vulneráveis, contribuindo, assim, para a equidade na oferta de serviços de saúde no país. Tais ações, quando integradas a outros direitos sociais básicos, adicionadas à transferência direta de renda, podem contribuir para a melhoria das condições de vida e de saúde das famílias” (IPEA, 2010, pg. 173).

Em artigo apresentado no Congresso Brasileiro de Sociologia Dalt e Silva (2009, pg 4) discutiram os resultados da Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família e Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda entre os Beneficiários do Programa. Especificamente, no que se refere ao bloco de questões sobre a avaliação do cumprimento de condicionalidades de saúde por parte dos beneficiários.

A pesquisa buscou investigar não só se as famílias estavam cumprindo com estas condições estipuladas, mas também os motivos que levam as famílias a não procurar os serviços de saúde em contrapartida ao recebimento do benefício. Os resultados mostram que as justificativas para não cumprir aparecem em percentuais muito próximos aos 30% de pessoas que em média não cumprem, de acordo com a análise dos dados do SISVAN que serão apresentados mais a frente.

O artigo demonstra que os principais motivos que os beneficiários alegaram para não estarem com o cartão de vacinação das crianças em dia são: falta de informação, 9,09% dos entrevistados disseram desconhecer a obrigatoriedade; porém não dar a importância devida ainda é um fator que pesa muito, à medida que os dados revelaram que 7,58% dos entrevistados não consideravam importante vacinar as crianças.

O esquecimento das datas de vacinação foi o principal motivo alegado (21,28%) por parte dos responsáveis pelas crianças moradoras dos domicílios

beneficiados pelo PBF. De qualquer forma, ainda que de maneira subjetiva esta justificativa dada por parte dos entrevistados também pode ser explicada pela conseqüência gerada pela ausência de importância dada à imunização de suas crianças ou por um déficit de informação.

Por outro lado, a falta de estrutura do sistema de saúde para atender à demanda dos usuários também surge como importante elemento a ser analisado. Isto fica bastante claro quando é demonstrado que outros motivos para não comparecimento aos postos para imunizar as crianças eram em 15,15%, a distancia entre o posto e a residência dos entrevistados e em 10,61% dos casos, falta de profissionais para aplicar a vacina (S. Dalt; Silva, 2009, p. 5).

Ainda no campo desta questão relativa às sinergias entre as políticas públicas para que o PBF tenha êxito em seus objetivos, de acordo com os resultados da pesquisa²⁶, as mulheres grávidas que eram beneficiárias fizeram o acompanhamento do pré-natal em 87,76% dos casos.

Embora no parágrafo anterior tenha sido feita menção a necessidade de melhoria da cobertura e oferta de atendimento aos usuários dos serviços de saúde, estes problemas devem ser observados levando-se em consideração também, o tempo de implementação das políticas públicas brasileiras e a sua trajetória para verificar seus impactos.

“O impacto deve ser observado levando-se em conta a trajetória das políticas públicas no Brasil. Este dado apresenta um avanço muito grande do SUS, em especial, do Programa de Saúde da Família (PSF) à medida que estes números são anteriores ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sobretudo, considerando-se que o processo de descentralização das políticas tiveram início pela Saúde com a criação do Sistema Único de Saúde e as políticas de assistência social demoraram ainda pelo menos dez anos para avançar na discussão e implementação de uma rede de atendimento às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social” (ARRECTHE, 2000 apud:S.Dalt; Silva, 2009, p. 6).

²⁶ Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família e Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda entre os Beneficiários do Programa. DataUFF, 2008

A melhoria da saúde das famílias beneficiadas pelo Programa também ocorreu segundo 54% dos entrevistados. Esta afirmativa é justificada pelos autores, à medida que reflete as respostas dos entrevistados sobre os gastos realizados com o dinheiro que recebem do PBF. Como vimos os gastos são prioritariamente realizados com a compra de alimentos. Dependendo do mês em que é realizada a pesquisa, o gasto com material escolar compete com o gasto com alimentos entre o primeiro e o segundo lugar, mas em terceiro lugar está o gasto com a compra de remédios.

A reflexão é que se as famílias estão gastando mais dinheiro com alimentos e possuem recursos financeiros para comprar remédios, de fato a saúde das pessoas que moram em domicílios beneficiados pelo PBF pode ter melhorado devido a impactos positivos do mesmo.

Para finalizar esta abordagem sobre resultados encontrados do Programa Bolsa Família no que se refere ao cumprimento das condicionalidades de saúde, sinalizamos que durante a revisão de estudos publicados foi possível identificar que, na maioria deles, se não em todos, os resultados encontrados têm sólido respaldo à medida que foi possível verificar que:

- 1) Houve aumento de alimentos disponível para o consumo nos domicílios dos beneficiários,
- 2) Os percentuais de entrevistados que afirmam que a carteira de vacinação está em dia é alto, assim como os dados secundários do SISVAN sinalizam que 70% dos beneficiários têm cumprido esta condição para permanência no Programa,
- 3) Houve aumento de acesso aos medicamentos para realizar tratamento de saúde quando necessário, em 54% das famílias, de acordo com dados publicados da pesquisa realizada pelo DataUFF,
- 4) As mulheres grávidas têm feito o pré-natal de acordo com o que é preconizado pelo Ministério da Saúde em maior medida, assim como o acompanhamento da saúde das crianças de 0 a 7 anos.

3.3. Condicionalidades de Educação

A contrapartida dada pelos beneficiários do PBF na área de Educação, conta com um volume de estudos muito grande. Pode-se até afirmar que muito mais volumoso que aqueles voltados para as condicionalidades de saúde, provavelmente pelo desafio que os analistas ou até mesmo a sociedade como um todo impõe ao Programa. Além de criar as possibilidades de acesso à escola, este acesso deve apresentar resultados que demonstrem aumento do capital cultural e quebra da reprodução da pobreza por parte das famílias devido aos baixos níveis de instrução dos responsáveis por estas crianças.

“Regulamentada inicialmente pela Portaria Interministerial 3.789, de novembro de 2004, a definição dessas condicionalidades propõe a difícil missão de tentar romper com os ciclos de pobreza que marcam as gerações dessas famílias. No seu preâmbulo, o texto legal preconiza a concretização do direito à Educação como elemento fundamental da inclusão social das famílias, compreendendo a educação escolar como condição da construção de conhecimento, da formação humana e da proteção social às crianças e adolescentes.” (Silva, Brandão e Dalt, 2009. P.. 5).

A contrapartida à transferência da renda concedida às famílias pelo PBF, no campo da educação, em particular, compreende a matrícula das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês e a obrigatoriedade de informar ao gestor do Programa Bolsa Família qualquer mudança de escola.

Desta forma as repercussões são múltiplas. De acordo com dados do MEC (Ministério da Educação), o abandono escolar por parte dos alunos da rede pública de ensino que são oriundos de domicílios beneficiados pelo PBF é menor do que o abandono de alunos que não tem ligação com o Programa (Currello et al, IPEA, 2010, pg. 171).

Neste sentido, as avaliações positivas apresentam resultados a partir da criação e avaliação de um conjunto de indicadores, sobretudo aqueles que se

referem à frequência e evasão escolar das crianças, assim como os índices de aprovação.

De acordo com a AIBF II, os índices de aprovação dos alunos oriundos de famílias beneficiárias do PBF têm percentuais de aprovação no ensino fundamental ligeiramente menor do que os alunos da escola de rede pública em geral, que não são beneficiários e estão frequentando o ensino fundamental. A diferença não chega a 2 pontos percentuais para os alunos do ensino fundamental, sendo que o percentual de aprovação atinge: 80,5%.

Por outro lado, lamentavelmente a pesquisa aponta que, mesmo as famílias tendo maiores incentivos financeiros²⁷ quando existe adolescentes no domicílio, o índice de aprovação no ensino médio de alunos cujos responsáveis são beneficiados pelo PBF é menor em quase 10 pontos percentuais em relação aos estudantes da rede pública de ensino que não recebem o benefício do Programa.

Ainda assim, outro efeito positivo apresentado pela pesquisa realizada pelo MDS (2010) é que a taxa de matrícula de crianças e adolescentes, em idade de 6 a 17 anos, é maior para aqueles cujas famílias são inseridas no PBF em 4.4 pontos percentuais do que para aqueles que não são beneficiários e possuem perfil socioeconômico semelhante.

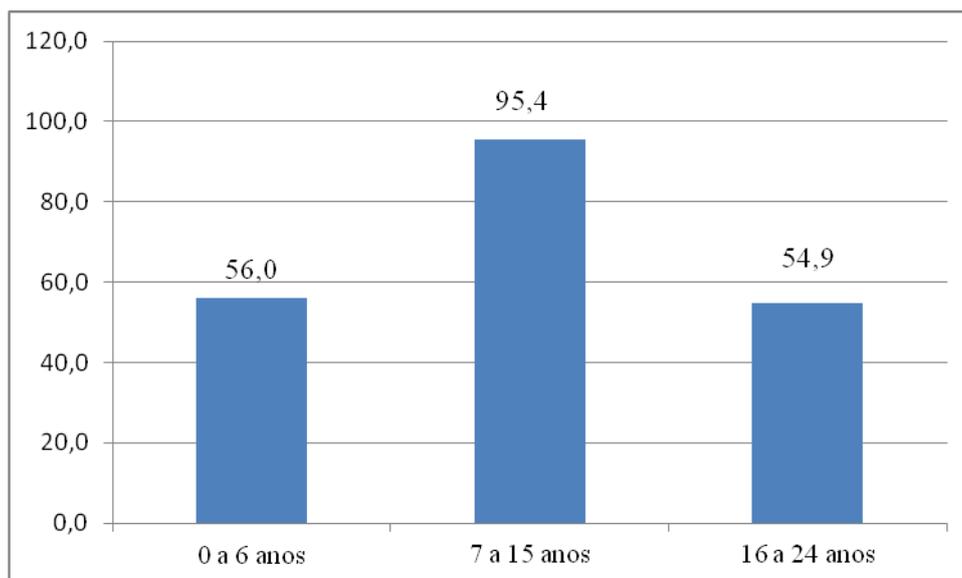
A pesquisa realizada pelo DataUFF – Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense – em 2008²⁸ apresenta resultados sobre a taxa de cobertura escolar na região Nordeste do Brasil, entre crianças e adolescentes de 7 até 15 anos de idade. Como vemos no gráfico 1 os percentuais chegavam a 95,4²⁹.

²⁷ Ver introdução desta tese – valores recebidos e critérios para continuar recebendo o benefício.

²⁸ Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família e Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda entre os Beneficiários do Programa. DataUFF, 2008

²⁹ Silva, Brandão e S.Dalt, 2009. Pg. 13. – Revista Contemporânea de Educação. UFRJ

Gráfico 1 - Taxa de frequência escolar por faixa de idade (%)



Fonte: DataUFF, março/2008

É importante ressaltar que este percentual é um pouco abaixo dos resultados de cobertura escolar identificado pelo IBGE (97,3%) para alunos da mesma faixa de idade (7 a 14 anos), residentes no Nordeste brasileiro, porém não chega à diferença de 2 pontos percentuais.

Uma das perguntas do questionário da Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família em seus Aspectos de Geração de Trabalho e Renda entre os Beneficiários do Programa era se antes de entrar para o Programa existiam crianças no domicílio que estavam em idade escolar, mas não freqüentavam a escola. De acordo com os dados da região Nordeste publicados no gráfico abaixo³⁰, os resultados desta pesquisa sinalizam que 26% das famílias que responderam ao questionário disseram que sim.

Desta forma, podemos afirmar que os resultados em nível nacional apresentados pela AIBF II são bem próximos dos resultados desta pesquisa quando observamos que os números de inserção na escola são 4.4 pontos percentuais. maiores para o Brasil. Se levarmos em conta que o Nordeste possui os melhores resultados neste aspecto provavelmente a diferença encontrada será ainda menor.

Neste campo temos que fazer ainda uma reflexão sobre a proposta de escola e de aprendizagem a que os beneficiários do PBF têm acesso. Segundo

³⁰ Silva, Brandão e Dalt, 2009. Pg. 134. –Revista Contemporânea de Educação. UFRJ

Camelossi e Bernardez (2012, pg. 10), a institucionalização da educação brasileira não cumpriu com sua proposta que era a universalização do acesso à escola pública e de qualidade para todos. Neste sentido, cabe uma reflexão sobre a exigência de manter filhos na escola e o ciclo de vida das crianças que são oriundas de domicílios beneficiados pelo PBF.

O recorte de idade feito não corresponde aos ciclos de aprendizado necessários ao desenvolvimento cognitivo adequado, à medida que está focado em crianças de 7 a 16 anos de idade, negligenciando outras etapas importantes que são a educação infantil e o ensino médio.

Ao dar ênfase na educação fundamental há um contra senso entre o que é proposto pela LDB e uma política compensatória, que é a proposta ora vigente para os beneficiários do PBF, neste sentido existe uma incoerência entre a política educacional e o Programa.

Voltando ao levantamento de publicações que abordam o tema tomando como base estudos empíricos, outra abordagem realizada foi junto aos atores que atuam no cotidiano escolar do ensino público, em entrevista com técnicos responsáveis pelo preenchimento do Censo Escolar, professores de matemática e português, diretores e coordenadores. O principal objetivo da pesquisa³¹ era a evasão escolar em geral, no entanto, foi feita uma abordagem sobre a importância dos programas sociais para este fenômeno.

Os resultados trouxeram respostas muito positivas sobre a relevância do Bolsa Família e impactos deste neste contexto. Segundo os dados publicados pelos pesquisadores em artigo apresentado na Anpocs de 2011 - *Os efeitos do PBF na educação: o que pensam professores, diretores e coordenadores?* – Brandão, S.Dalt & Pereira (2011) afirmam que estes atores citam o PBF como um importante elemento para diminuir a evasão no ensino médio.

Segundo os dados publicados, para além dos resultados apresentados, outro importante elemento que deve ser considerado é que o Programa consegue, ao manter a permanência das crianças e dos adolescentes na escola evitar a inserção no mundo do trabalho em fase muito precoce.

³¹ Realizada pela equipe de pesquisadores do DataUFF no ano de 2009.

"Outro ponto levantado como resultado positivo da inclusão da família do aluno no PBF foi a possibilidade de saída de jovens e crianças do trabalho precoce, ainda que a qualidade da educação não tenha melhorado, conforme destacado pelo professor de uma escola em Porto Alegre: " (Brandão, S. Dalt & Pereira, 2011)

A importância do incentivo do Programa ao cobrar como contrapartida dos beneficiários a frequência de crianças e adolescentes na escola também está no aspecto pedagógico da construção do hábito no cotidiano das crianças e adolescentes de frequentar este espaço.

Este elemento é importante porque muitas vezes os pais ou responsáveis, por uma série de contingências, não realizam o monitoramento da vida escolar de suas crianças e adolescentes. Atrelar o recurso financeiro à permanência destes matriculados na escola, segundo os pesquisadores, constitui um mecanismo que propicia ao aluno acostumar-se com esta nova fase da vida do indivíduo.

" (...)alguns dos entrevistados reconhecem o PBF como um instrumento que funciona como, inicialmente, um incentivo para o aluno frequentar às aulas e um atrativo para as famílias regularem a frequência de seus filhos. Após a inserção do discente na escola, a presença contínua e a participação nas aulas podem proporcionar um vínculo e o despertar de interesse do aluno. Tal aspecto é evidenciado nas entrevistas" (Brandão, S.Dalt & Pereira, 2011)

O fato dos pais/responsáveis receberem um recurso financeiro que pode vir a ser "cortado" caso o aluno não frequente a escola, segundo os entrevistados faz com que os dependentes destes beneficiários também se sintam responsabilizados e com isso passem a assumir o compromisso de frequentar a escola.

“Mas existem casos em que isso funciona como um incentivo; ele está aqui e estando aqui ele acaba se interessando por alguma coisa e acaba assumindo compromissos. (Coordenador de escola em Cuiabá– Mato Grosso)” (Brandão, Dalt e Pereira, 2011, p.8)

Este argumento é muito debatido, principalmente entre as correntes progressistas que consideram que Programas de Transferência de Renda, ao cobrar dos beneficiários determinadas contrapartidas, faz com que as famílias assumam responsabilidades que são do Estado, ou seja, ofertar escola em quantidade, qualidade e atrativa para conseguir manter o aluno na escola e fazer com que o aluno viva a escola (Bernardez e Camelossi, 2012, pg. 10).

Outra crítica importante que estas autoras apresentam é que ao obrigar os filhos a frequentar a escola para obtenção de uma contrapartida financeira, os filhos e dependentes destas famílias são estigmatizados naquele ambiente institucional. Isto demonstra que o Estado tem imagem redutora e desvalorizadora em relação aos indivíduos que dependem destas políticas, por não considerar o universo em que elas vivem e suas particularidades.

A ideia de que as famílias ao cumprir as condicionalidades são penalizadas, visto que são obrigadas a manter as crianças na escola, parece apontar apenas para uma questão de escolha das famílias e não uma situação de vida que remete a um conjunto de fatores e completa ausência de bem estar social, também mencionado por Bernardez e Camelossi. (2012, pg. 10).

"Deste modo, a prática comum passa a punir e castigar as famílias beneficiárias que apresentam esse tipo de comportamento, encarando-as como conseqüências de uma escolha racional de cada uma, e não como efeito de uma condição de vida que não oferece as condições sociais objetivas para o sucesso da vida escolar (Bernardez e Camelossi, 2012, pg. 10 apud Freitas, 2011).

A distância entre a escola e a casa é um fator muito importante a ser considerado para o cumprimento das condicionalidades, segundo Soares e Satyro (2009), servindo como um dos elementos que podem dar ênfase aos

argumentos presentes nos três parágrafos anteriores, ou seja, a imputação de tais condições às famílias beneficiária pode ser tornar algo punitivo por suas condições de vida e não um problema a ser resolvido pelo Estado.

Por fim cabe destacar que o envolvimento dos responsáveis pelos alunos que estão freqüentando as escolas é também mencionado como importante resultado do PBF, à medida que estes passaram a freqüentar também as reuniões escolares em maior proporção.

“(…) Nós fizemos uma reunião com os pais onde nós, justamente íamos falar da freqüência, e da conseqüência para esse benefício. O auditório ficou pequeno. Nós nunca tivemos uma quantidade de pais tão grande. (Técnico do censo escolar em Aracaju - Sergipe)” (Brandão, Dalt e Pereira, 2011, p. 10)

Concluindo podemos afirmar que o Programa Bolsa Família produz efeitos positivos na vida escolar dos alunos oriundos de domicílios beneficiados pelo mesmo, na medida em que:

- há maior percentual de crianças e adolescentes freqüentando a escola, após a entrada dos responsáveis para o Programa.
- Produz efeitos positivos na evasão escolar.
- Propicia um maior envolvimento dos responsáveis por escolares que são dependentes dos beneficiários do Programa em reuniões coordenadas pela escola, além de maior envolvimento com a vida escolar das crianças e adolescentes, à longo prazo esta pratica pode gerar aumento de capital cultural.
- Cria o habito de freqüência à escola que muitas vezes os pais ou responsáveis não conseguem impor aos seus dependentes em fase escolar.

Por outro lado a cobrança de contrapartida educacional, em seus aspectos negativos se materializam em:

- Contra censo entre os ciclos educacionais propostos pela LDB vigente no Brasil hoje e o ciclo etário das crianças e adolescentes que o PBF menciona como obrigatório.
- Não há indícios de que as crianças incluídas no Programa tenham bom desempenho cognitivo, pelo contrário, os indicadores são inferiores ao das outras crianças oriundas de domicílios na mesma situação de pobreza que os beneficiários do PBF³²,
- O Estado não leva em consideração as condições sociais em que as famílias beneficiárias do PBF vivem e a importância da socialização primária que é dada pela família para que a socialização secundária (de responsabilidade da escola) tenha êxito.
- Cobrança de contrapartida leva ao contra censo do que é proposto na constituição de 1988 como parâmetro de justiça e igualdade social.

Este capítulo foi construído visando apontar resultados do Programa Bolsa Família que já foram publicados a partir de um conjunto de estudos feitos ao longo de seus anos de implementação. Isto por entendermos que um bom programa de transferência de renda deve, além de transferir renda, gerar impactos multidimensionais visto que a pobreza agrega problemas que são também multidimensionais. Caso estes problemas não sejam “atacados” não será possível diminuí-la ou erradicá-la. É necessário que haja inclusão social, principalmente na educação e saúde para que os princípios de igualdade social sejam resguardados, ainda que numa perspectiva de longo prazo.

Entendemos que este capítulo dialoga com o conjunto da tese tendo em vista que no próximo verificaremos em que medida as transferências de renda feitas pelo Programa Bolsa Família possibilitam mudanças socioeconômicas a ponto de refletir na estrutura de classes no Brasil. No entanto, acreditamos que estes dados secundários servem muito mais como elementos importantes para entendermos alguns pontos que a pesquisa de campo trouxe, acerca das dificuldades dos beneficiários de se integrar ao mercado de trabalho e/ou de obterem possibilidades de geração de renda – assuntos que serão melhor estudados no quarto capítulo.

³² - Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família realizada pelo MDS em 2010

CAPITULO III – ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS - O BENEFICIARIO DO PBF: PROVÁVEL ASCENSAO PARA A CLASSE C APÓS A ENTRADA PARA O PROGRAMA.

1 – Introdução

Neste capítulo buscamos analisar o banco de dados da Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família desenvolvida nos anos de 2007 a 2008 na tentativa de responder a indagação acerca de impacto dos programas de transferência de renda no que se refere a uma provável ascensão de classe (passagem dos pobres e miseráveis para a classe C). No entanto, antes, porém faz-se necessário: 1) uma breve caracterização dos municípios pesquisados de acordo com seu porte e região, 2) uma caracterização mais detalhada do estudo realizado e 3) uma caracterização dos entrevistados e composição dos domicílios.

1.1. Caracterização dos municípios pesquisados

A grande maioria dos municípios pesquisados é de grande porte, à medida que a maior concentração de beneficiários reside nas grandes metrópoles. Como veremos na caracterização detalhada do estudo, a pesquisa foi realizada nas 27 capitais brasileiras e outros 26 municípios distribuídos em

pequenos e médios, de acordo com o número de beneficiários existentes em cada município.³³

No entanto, é importante ressaltar que a concessão de benefícios a moradores de municípios de grande porte está em consonância com os estudos feitos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).³⁴ Os resultados destes estudos apontam que a pobreza urbana é maior do que a pobreza rural, portanto, estão em consonância com os dados econômicos sobre distribuição de renda e situação de pobreza no Brasil. Aponta ainda, que devemos considerar que a exclusão social envolve uma série de categorias que vai para além da carência de renda e/ou de alimentos.

Famílias que habitam os grandes centros urbanos vivem mais expostas a um conjunto maior de tensões sociais, como efeito disto se sobressai à vulnerabilidade social que concentra um conjunto de fatores mais comuns, também, nas grandes metrópoles. Estas tensões sociais colocam em risco a sobrevivência dos indivíduos em situações que vão desde a perda do emprego, insegurança alimentar, desnível cultural até a exposição à violência.

“A vulnerabilidade social por sua vez permite demonstrar como determinados processos sociais conduzem a um evento potencialmente adverso, uma incapacidade de resposta à uma inadequada adaptação das pessoas para a nova situação. Por exemplo, a perda de emprego pode acarretar à uma pessoa ou família em uma perda de *status* ou até mesmo ou a vivenciar uma situação de carência, desde a alimentar até a cultural.” (MELO, 2005:7).

Neste sentido, o fato do maior número de beneficiários estar presente nos grandes centros urbanos indica que a focalização do PBF (Programa Bolsa Família) está adequada, à medida que abrange um número maior de pessoas que aglutinam indicadores de vulnerabilidade social.

Outro aspecto que julgamos importante ressaltar é que a pesquisa foi feita apenas no perímetro urbano, no entanto, o Brasil possui um número muito

³³ - Ver municípios no anexo (1)

³⁴ - Ver Pobreza e Mercado no Brasil: Uma Análise das Iniciativas de Políticas Públicas. Brasília, 2003. CEPAL.

grande de municípios pequenos. Devido sua extensão territorial e em consequência disso, são municípios, cuja estrutura geográfica é muito próxima das características de povoados rurais. Não possuem saneamento básico adequado, as ruas em sua maioria não são asfaltadas, o acesso a saúde e educação, é precário ou inexistente. O que indica também um alto índice de vulnerabilidade social, mesmo em municípios menores. Esta situação de ruralidade influencia diretamente na maneira como as pessoas vivem e suas concepções acerca de direitos e deveres, educação, cultura, sociabilidade e lazer. Elementos importantes para reflexão sobre bem estar social e ascensão econômica das famílias beneficiárias de PTRs.

É impossível negar que nas grandes metrópoles ou mesmo em municípios menores a vida destas pessoas é marcada por vulnerabilidades variadas (BRANDÃO, 2004), e a dificuldade de acesso aos serviços acaba transformando o cotidiano destas pessoas em um desafio constante e árduo. O acúmulo de problemas cotidianos pode trazer reflexos na saúde desta camada da população que impactam tanto na vida profissional quanto no campo das disposições³⁵ para ascensão econômica e ainda nas relações cotidianas familiares.

Chamamos a atenção para este fato porque vamos fazer uma análise baseada na opinião dos beneficiários sobre a classe social em que se encontram e características do acesso ao mercado de trabalho. Daremos ênfase nas concepções destas sobre educação e possibilidades de escolha, tendo em vista que o capital cultural é influenciado por este elemento.

1.2. A amostra

Como já foi apontado na introdução desta tese, a amostra é constituída de 4000 entrevistas sendo 3000 para compor um grupo experimental, formado por beneficiários do PBF que estivessem recebendo o benefício há mais de dois anos e cerca de 1000 para o grupo de controle, que foi formado por beneficiários que estivessem no programa há menos de dois anos.

³⁵ - Disposições é o conjunto de fatores que o indivíduo vai agregando ao longo de sua trajetória que torna-o mais ou menos apto a buscar novas conquistas e a ter aspirações (Souza, 2012).

O estabelecimento de um grupo de controle e outro experimental tornou possível a verificação de possíveis impactos do Programa na vida dos beneficiários de acordo com o tempo em que estão recebendo o recurso financeiro.

A idéia era identificar se aqueles que estavam recebendo o valor do benefício há mais de dois anos conseguiram em alguma medida melhorar suas condições financeiras a ponto de existirem diferenças entre os dois grupos na distribuição das famílias por classe³⁶. Significando assim, que conseguiram aferir renda suficiente para passar a integrar uma classe superior em maior proporção que os beneficiários do Programa que estão recebendo o dinheiro há menos tempo (menos de dois anos).

A análise apresentada não nos permitiu fazer uma interpretação por município, mas sim por região e Brasil.

1.3 – Distribuição da amostra por região.

O maior percentual de beneficiários do Bolsa Família até a data da pesquisa (dezembro de 2007) estava concentrado na região Nordeste. Faz parte do desenho inicial do Programa, a priorização da implementação de suas primeiras ações nesta região, devido à histórica concentração de baixo IDH, com alta concentração de habitantes com nível de escolaridade muito baixo e

³⁶ - Para verificar se há diferença de percentuais entre os grupos indicando um possível impacto do programa na classe em que os beneficiários estão utilizaremos o Critério Brasil de Classificação Socioeconômica por ter sido o critério utilizado na época da pesquisa na medida em que era o método empregado pela ABIPEME para categorizar os entrevistados de acordo com a disponibilidade de bens de consumo existentes no domicílio. Para tal é perguntado aos entrevistados se possui carro, empregada doméstica e a situação educacional do chefe do domicílio em número de anos concluídos com aprovação. Neste método os eletrodomésticos, carro e empregada doméstica, são pontuados de acordo com o número existente, mas sempre com o peso um, ou seja, para cada televisor um ponto, para cada geladeira um ponto e assim sucessivamente. No entanto, o grau de escolaridade confere peso diferenciado, quanto mais alto o nível de escolaridade maior é a pontuação. Um domicílio cujo chefe possui ensino superior completo recebe a pontuação máxima de 5 pontos. O que em certa medida possibilita um equilíbrio da transferência de capital cultural em relação à projeção de classe por parte dos indivíduos. No entanto, a grande crítica a este critério é que com o aumento das compras a crédito ficou muito fácil ter acesso aos bens de consumo (eletrodomésticos) e teria crescido enormemente a presença destes nos domicílios. No entanto, devido a um conjunto de críticas a este critério, feitas principalmente pelos cientistas sociais, a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) ligada à Presidência da República criou uma Comissão para Definição de Classe Média no Brasil. Esta comissão desenvolveu um método que pudesse buscar mais subsídios para identificar o público entrevistado e dimensionar sua real condição de pobreza (ver Relatório de Definição da Classe Média). Este critério também será empregado para categorizar os entrevistados socioeconomicamente de acordo com os patamares de renda das famílias. Utilizaremos também o critério utilizado por Néri (2011)

predominância de afro descendente, sendo assim concentra o maior número de beneficiários.

Toda pesquisa esbarra no problema de recursos financeiros disponíveis para sua realização, sendo assim ao pensar a amostra de uma pesquisa é necessário pensar no nível de confiança que será estabelecido para a divulgação dos dados. No caso desta pesquisa, em questão, a idéia era fazer uma análise por região e Brasil, sendo assim ficou estipulado que seria necessário um intervalo de confiança de até 5% para região e 1,8% para Brasil.

Desta forma foi necessário fazer a distribuição de um mínimo de 800 entrevistas por região considerando-se as cinco regiões geográficas.

Nesta avaliação priorizamos uma margem de erro menor para todas as regiões e a partir disto fizemos a expansão da amostra³⁷ para as regiões que tinha uma concentração maior do público alvo.

Na tabela abaixo podemos constatar que existe uma simetria na distribuição por região. Ressaltamos, porém, que embora anteriormente tenha sido dito que a região Nordeste concentra um maior número de beneficiários, isto não implica em perda de grau de confiabilidade dos dados, quando analisados por região. Para minimizar este tipo de possibilidade, para a análise regional assegurou-se um número de entrevistas que fosse representativo de todas as regiões com parâmetros mínimos estabelecidos para análise por região.

Tabela 9 - Região de moradia do beneficiário

	%
Sudeste	20,0%
Sul	19,9%
Centro Oeste	20,1%
Norte	20,1%
Nordeste	19,9%
Total	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2006

³⁷ - Expansão da amostra consiste em um cálculo estatístico feito para ponderar e corrigir os desvios que poderiam ser provocados por insuficiência de entrevistas em determinado campo quando relacionado ao universo total.

1.4 - Quem são os beneficiários?

Caracterizar³⁸ o público beneficiário do Programa Bolsa Família, apresenta-se como algo relevante, à medida que o conhecimento do público ao qual determinada política está direcionada é de extrema importância para avaliar a eficácia e eficiência da mesma, assim como o entendimento de possíveis gargalos que podem estar relacionados a questões sociais que envolvem estes indivíduos. Sendo assim, passamos a edificar o perfil dos entrevistados na avaliação do Programa entre 2007 e 2008.

No gráfico 2 apresentamos a síntese dos dados pessoais dos entrevistados no que se refere a sexo, idade, escolaridade e raça.

Em relação à variável gênero é possível perceber que, o programa de fato prioriza aqueles indivíduos pertencentes ao sexo feminino, à medida que temos aí um percentual de 96% de respondentes femininas e apenas 4% de respondentes do sexo masculino.

A cor ou raça auto declarada por parte das pessoas que recebem o dinheiro do Programa Bolsa Família, indica que a maioria são pretas ou pardas, estes somam 71,3%. Podemos concluir, portanto, que a grande maioria daqueles que no Brasil está em situação de desigualdade social são originários de grupos sociais não brancos.

Podemos assim, afirmar que de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010 (IBGE, 2010), a elegibilidade deste grupo ao programa foi feita de forma acertada, ao observarmos o conjunto total da população brasileira naquele ano, veremos que os pretos e pardos de fato são respectivamente 38,4% e 6,21% no país, e que a população branca está sub-representada no PBF, uma vez que temos um percentual de 53,74% de brancos na população nacional.

Quanto ao nível de escolaridade, encontramos percentuais que revelam um número de anos de estudos muito baixo, indicando assim, também, níveis muito baixos de absorção de capital cultural³⁹. A maioria dos entrevistados atingiu no máximo quatro anos de estudos com aprovação ou um pouco mais,

³⁸ - Esta caracterização dos beneficiários do Programa Bolsa Família será feita de acordo com o conceito de capital humano, social e econômico desenvolvido por Hasenbalg (2003).

³⁹ - Conforme definição apontada na pág. 60 do capítulo I, desta tese.

sendo que destes 7,5% declarou que nunca frequentou a escola ou frequentaram no máximo até o primário incompleto (25,9%), aqueles que conseguiram concluir o primário completo ou ginásio incompleto são 32,7% . Aqueles que conseguiram estudar durante oito anos com aprovação somam 11,3%, aqueles que estudaram um pouco além do primeiro grau completo e segundo grau incompleto são 9,2% e 12,4% completaram o ensino médio. Chama a atenção que menos de 1% chegaram ao ensino superior completo.

Analisando estes dados podemos afirmar que os beneficiários do PBF materializam sua situação de pobreza e vulnerabilidade, tendo em vistas o debate presente no Brasil, relativo a uma relação causal entre escolaridade e pobreza ou extrema pobreza.

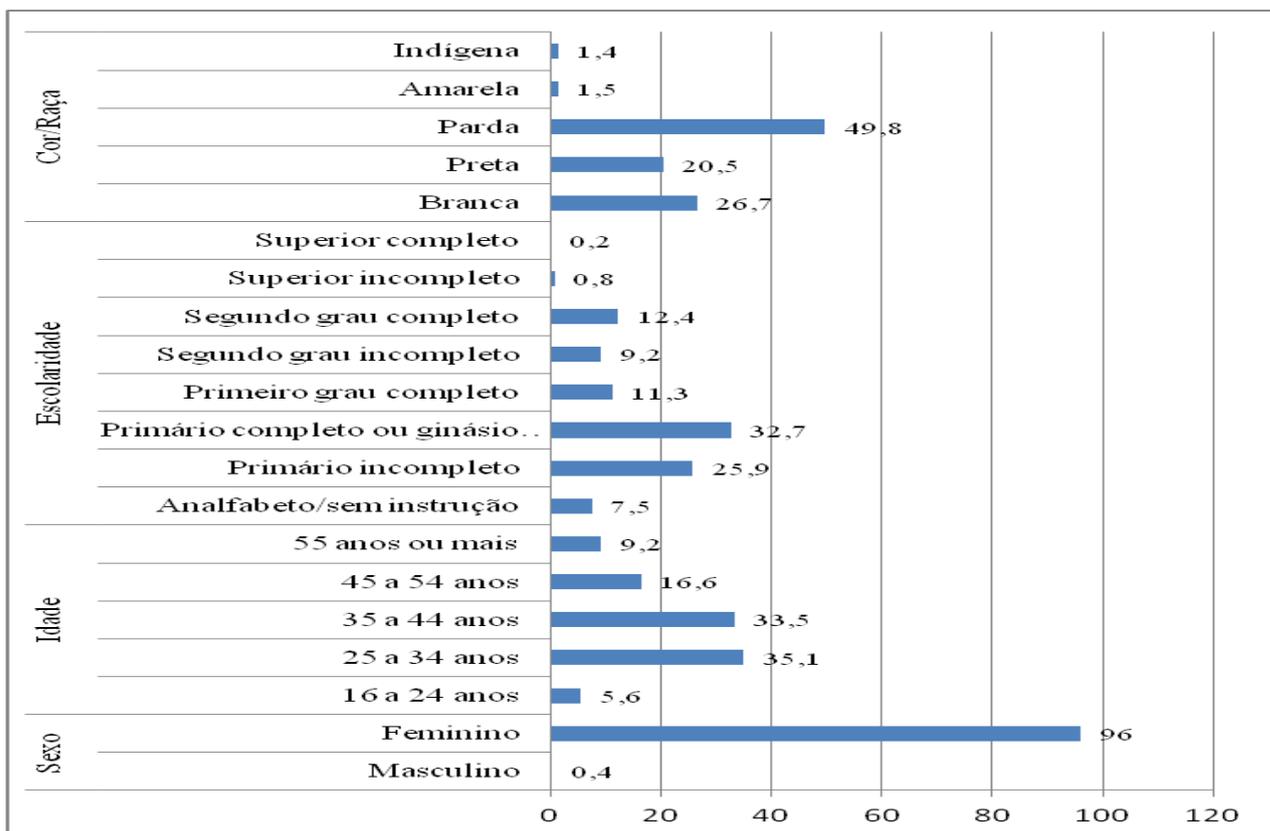
A grande maioria dos entrevistados são mulheres de acordo com o que retratam os resultados da pesquisa. São responsáveis pela educação e sustento dos filhos, porém, apresentam baixa escolaridade, em geral não ultrapassando a oito anos de estudos. Isto se soma ao fato de ter que trabalhar grande parte do tempo (Souza, 2012), portanto a falta de tempo para orientar os filhos e transferir capital cultural, somados ao fato de possuir pouco capital cultural, torna-se elemento determinante para a reprodução da pobreza e da exclusão social (Hasenbalg, 2003; 61).⁴⁰

Neste sentido é importante ressaltar que, ainda que o acesso à escola por parte das crianças e adolescentes se apresente como um dos resultados do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários, os índices de aprovação com sucesso não são tão otimistas assim, como vimos no capítulo II. Em parte podemos considerar que, mesmo tendo acesso à escola, esta instituição não vem proporcionando os indicadores de qualidade necessários para educar crianças com *déficit* educacional tão alto e capacidade de trabalhar as diferenças. Ausência de qualidade esta, já mencionada por Souza (2011), como algo que politicamente não é pensado para os pobres, mas sim para extratos mais favorecidos da sociedade, em termos de capital econômico.

⁴⁰- Autores como Lahire (2008) alertam sobre os ricos de generalizações como estas, à medida que os indivíduos podem ter contato com outras redes que possibilite a mudança de suas trajetórias. No entanto, no campo da assistência social e principalmente, tendo em vista a capilaridade do Programa Bolsa Família, as regras sem exceções são medidas necessárias, principalmente para a garantia de acesso ao Programa e promoção da igualdade.

Desta forma, se torna necessário o desenvolvimento de outras políticas em paralelo, à medida que os alunos dificilmente podem contar com o apoio dos adultos responsáveis pelos escolares para o desenvolvimento cognitivo, nos seus domicílios e âmbito familiar onde é feita a socialização primária.⁴¹

Gráfico 2 - Sexo, idade, escolaridade e cor/raça do beneficiário



Fonte: DataUFF, março/2008.

Na tabela 10 podemos perceber que as beneficiárias em faixa etária acima de 55 anos, em quase sua totalidade, tem no máximo o primário completo.

Podemos concluir que, o capital humano adquirido é muito baixo e em decorrência disto o nível de mobilidade social para esta faixa etária também é inegavelmente muito baixo (Dalt, 2008). Portanto, julgamos ser importante para um programa de transferência de renda estar atento a este desafio que está posto, quando o que se deseja é discutir formas de empoderamento para entrada no mercado de trabalho e ascensão econômica.

⁴¹ - Sobre socialização primária e secundária de crianças ver Tedesco, (1988) e ainda Bourdieu e Passeron (1977) onde encontramos importante debate sobre o mercado cultural e difusão de conhecimento para unificação da cultura.

Por outro lado, há que se considerar que de acordo com os parâmetros de justiça social e acesso aos direitos do cidadão este não é o perfil do cidadão que deveria estar preocupado em procurar conquistar direitos e ascensão econômica financeira, mas sim estabilidade, tranqüilidade e qualidade de vida, com seus direitos já garantidos, tendo em vista suas trajetórias de vida e desafios enfrentados no cotidiano.

Tabela 10 – Grau de escolaridade segundo a faixa de idade – Brasil

BRASIL						
Grau de escolaridade	Faixa etária					TOTAL
	16-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55 anos ou mais	
Analfabeto / sem instrução	0,91	1,76	5,39	14,26	29,1	7,5
Primário incompleto	15,98	20,59	26,27	32,25	39,55	25,9
Primário completo	31,96	34,73	35,05	29,92	21,75	32,7
Primeiro grau completo	16,44	12,6	12,1	8,99	4,24	11,29
Segundo grau incompleto	16,44	13,04	7,55	6,05	1,98	9,22
Segundo grau completo	18,26	16,04	12,25	7,91	3,39	12,39
Superior incompleto	0	0,95	1,16	0,47	0	0,8
Superior completo	0	0,29	0,23	0,16	0	0,21
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: DataUFF, março/2008.

Os dados de escolaridade, quando comparados por região, nos levam a concluir que de fato, as pessoas moradoras da região Nordeste, beneficiárias do PBF, são aquelas que possuem os piores indicadores educacionais, indicando assim o índice de vulnerabilidade social dos moradores desta região e a decisão acertada de implementação do Programa, primeiramente nesta região. A grande maioria completou no máximo o primário ou parou no ginásio incompleto, sendo que os maiores percentuais estão concentrados nos níveis de sem instrução (12,44%) e primário incompleto (31,22%).

Assim sendo, vemos que região Norte segue a tendência, apresentando também um percentual elevado de pessoas que não estudaram (12,41%), no entanto, apresenta um maior percentual de pessoas que conseguiram concluir o ensino médio (14,88%), assim como o ensino médio incompleto (8,35%) e o primeiro grau incompleto (24,3%). Neste sentido, apesar do percentual de analfabetos tão alto quanto no Nordeste brasileiro, esta região possui também

os melhores índices de pessoas que conseguiram concluir um número maior de anos de estudos com aprovação.

Comparando a região Nordeste com a região Sudeste, ainda que a região Nordeste apresente os piores indicadores, em se tratando do número de anos de estudos, podemos observar que a região Sudeste apresenta percentuais críticos a partir do primário incompleto ou primeiro grau completo, ou seja, mesmo que as pessoas tenham tido acesso a níveis um pouco mais elevados, não conseguiram permanecer na escola e concluir um maior número de anos de estudos com aprovação no Sudeste brasileiro, assim como nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Tabela 11 – Escolaridade dos responsáveis pelos domicílios atendidos pelo PBF

Escolaridade do responsável legal pelo benefício	Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Analfabeto/sem instrução	31	8,93	28	9,06	25	9,88	49	12,41	53	12,44	186	10,75
Primário incompleto	64	18,44	108	34,95	69	27,27	82	20,76	133	31,22	456	26,36
Primário completo ou ginásio incompleto	128	36,89	71	22,98	46	18,18	60	15,19	78	18,31	383	22,14
Primeiro grau completo	61	17,58	62	20,06	50	19,76	96	24,30	77	18,08	346	20,00
Segundo grau incompleto	19	5,48	12	3,88	17	6,72	33	8,35	29	6,81	110	6,36
Segundo grau completo	32	9,22	23	7,44	34	13,44	58	14,68	42	9,86	189	10,92
Superior incompleto	0	0,00	0	0,00	1	0,40	2	0,51	0	0,00	3	0,17
Superior completo	2	0,58	0	0,00	0	0,00	6	1,52	1	0,23	9	0,52
NS/NR	10	2,88	5	1,62	11	4,35	9	2,28	13	3,05	48	2,77
Total	347	100,0	309	100,0	253	100,0	395	100,0	426	100,0	1730	100,0

Fonte: DataUFF, março/2008.

Quanto ao estado civil dos entrevistados, mais da metade dos respondentes são casados ou vivem junto (51,85%). Somando-se os solteiros, separados e viúvos obtivemos um percentual de 41,7% que não tinham companheiro(a) na época da pesquisa.

Quase metade do universo entrevistado é representativo do universo de mulheres⁴² que se vêem diante do dilema de criar os filhos e netos, cuidar dos idosos e ter que garantir a própria sobrevivência e a dos seus dependentes, sem necessariamente poder contar com o apoio de alguém.

Segundo Souza (2011, pg. 144), podemos considerar que estas mulheres beneficiárias do PBF vivem o constantemente sob o drama do enfretamento da dupla jornada de trabalho, além dos desafios cotidianos que acabam se transformando em uma violência aos direitos humanos. Esta violação repercute no comportamento destas pessoas, de tal forma, que elas se vêem diante da necessidade de reinventar valores para sobreviver em todos os aspectos que envolvem a vida cotidiana.

De acordo com a tabela 12, os beneficiários que se encontravam casados na época da pesquisa estão representados em maior proporção na região Norte (60,47%) e depois na região Sul (54,19%). Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste encontramos o maior percentual de pessoas que são solteiras (29,19%, 24,66%), separadas (14,52%, 20,42%), ou viúvas (5,33, 6,85%) respectivamente. A região nordeste também apresenta um percentual bastante significativo de pessoas solteiras, maior ainda que o sudeste, porém o percentual de casados é maior que 53%. Os separados estão representados em menor proporção em relação a todas as outras regiões.

Tabela 12 – Estado Civil do responsável legal do benefício

Estado Civil	Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Solteiro (a)	198	24,66	157	20,10	197	29,19	148	18,45	213	25,33	913	23,40
Casado (a) / Vive Junto	368	45,83	424	54,29	297	44,00	485	60,47	449	53,39	2023	51,85
Separado (a)	164	20,42	129	16,52	98	14,52	116	14,46	116	13,79	623	15,97
Viúvo (a)	55	6,85	55	7,04	47	6,96	39	4,86	56	6,66	252	6,46
NS/NR	18	2,24	16	2,05	36	5,33	14	1,75	7	0,83	91	2,33
Total	803	100	781	100	675	100	802	100	841	100	3902	100

Fonte: DataUFF, março/2008.

Quanto à situação profissional, o maior percentual de entrevistadas concentra-se na condição de trabalho como donas de casa, (36,58% - tabela

⁴² - A grande maioria dos entrevistados são do sexo feminino.

13). Esse número fica excepcionalmente alto na região Nordeste, onde 50,90% se declararam donas de casa. Na região Norte temos 42,8% de pessoas que declararam estar nesta condição de trabalho na época da pesquisa (tabela 7.4). A região Sudeste apresenta percentual proporcionalmente inverso com 22,35% de respondentes nesta condição profissional.

Quanto ao trabalho assalariado, apenas (8,9%) das pessoas entrevistadas, estão trabalhando em emprego assalariado e 18,6% se apresenta como autônomos ou trabalhadores por conta própria.

Os desempregados estão representados em 22,4%, mas este percentual pode ser maior, principalmente na região Sudeste aonde chega a 34,21%.

O baixo índice de estudantes, 0,4% (tabela 13) reafirma a situação de pouca ou quase nenhuma mobilidade social apresentada em outros quadros, podendo-se fazer a seguinte leitura: se os responsáveis têm baixo nível de escolaridade e não se interessam ou têm condições de freqüentar a escola, passam essa condição cultural para os filhos ou tutelados, perpetuando assim a condição de fragilidade ou risco social desse núcleo familiar.

Se formos analisar a classe a que estes indivíduos pertencem com base nas perspectivas de Pochman (2012) e Souza (2012), não é possível afirmar que estes postos de trabalho configuram uma "*Nova Classe*", mas sim uma estrutura diferenciada de classe trabalhadora que se formou na última década.

É necessário considerar outros elementos que estes autores mencionam como diferenciadores de classe trabalhadora e classe socioeconômica, principalmente no que se refere à transmissão de capital humano e cultural. Conforme já foi visto anteriormente, há um "*déficit*" educacional no perfil dos entrevistados que não permitiria a transmissão inter-geracional de determinados atributos que configurariam o "comportamento" de uma classe média.

No entanto, o que pretendemos com esta discussão será evidenciado de forma mais detalhada na seqüência deste capítulo e na construção do capítulo IV onde será estudado o trabalho entre os beneficiários do PBF de forma detalhada.

Tabela 13 – Situação Profissional do responsável legal do benefício

Situação Profissional	Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Empregado Assalariado	87	10,86	104	13,35	59	8,77	56	6,99	41	4,90	347	8,9
Autônomo/ Conta própria	196	24,47	139	17,84	144	21,40	148	18,48	98	11,71	725	18,6
Profissional Liberal	2	0,25	5	0,64	12	1,78	3	0,37	2	0,24	24	0,6
Estudante	---	---	5	0,64	1	0,15	6	0,75	4	0,48	16	0,4
Desempregado	274	34,21	152	19,51	159	23,63	131	16,35	154	18,40	870	22,4
Aposentado	19	2,37	28	3,59	18	2,67	18	2,25	30	3,58	113	2,9
Dona de casa	179	22,35	273	35,04	196	29,12	343	42,82	426	50,90	1417	36,4
Funcionário Público	1	0,12	---	---	5	0,74	14	1,75	15	1,79	35	0,9
Empregada Doméstica	31	3,87	44	5,65	55	8,17	54	6,74	40	4,78	224	5,8
Outro	12	1,50	29	3,72	24	3,57	28	3,50	27	3,23	120	3,1
Total	801	100,00	779	100,00	673	100,00	801	100,00	837	100,00	3891	100,0

Fonte: DataUFF, março/2008.

2. O beneficiário do PBF e as tipologias de classificação socioeconômica.

O objetivo desta análise é verificar em que medida os beneficiários do Programa Bolsa Família conseguiram aferir renda para, em consequência de um provável aumento de capital financeiro, alcançar uma provável ascensão de classe socioeconômica. Pretendemos com isso verificar se de fato as mudanças socioeconômicas e as mudanças de classe por parte dos beneficiários do BPF estão em consonância com o que a literatura aponta como principais elementos para a queda da desigualdade na última década, conforme foi apontado no capítulo I, desta tese.

Desta forma passamos a analisar os dados que trazem informações acerca da classe a qual o entrevistado pertence.

Julgamos importante, antes de apresentar os resultados a partir de cruzamentos de variáveis com o critério utilizado na pesquisa, sinalizar que outros critérios desenvolvidos a partir da categorização de renda, tais como os

de Neri (2011)⁴³ remetem os beneficiários do Programa à uma classificação sócio econômica muito precária, como pode ser verificado na tabela abaixo. A grande maioria seria pertencente à classe E, ou seja, 89,9% dos entrevistados ainda estariam na classificação de extrema pobreza, segundo a renda familiar declarada por estes.

A classe D estaria representada em 6,6% e a classe C é praticamente inexistente entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, se aplicássemos o critério de renda de Néri (2011), não teríamos nem 1% de pessoas que representam a classe média entre os respondentes.

Tabela 14 - Classe – Segundo critérios de renda expostos em Néri (2011).

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Classe C	13	,3	,3	,3
Classe D	259	6,6	6,6	7,0
Classe E	3508	89,9	89,9	96,9
NS/NR	122	3,1	3,1	100,0
Total	3902	100,0	100,0	

Fonte: DataUFF, março/2008.

Outro critério utilizado para definição de Classe Média foi criado pela SAE (Secretária de Assuntos Estratégicos) do Governo Federal. Este critério foi desenvolvido a partir da inquietação dos cientistas sociais acerca do critério vigente - o critério Brasil de Classificação socioeconômica. Conforme já foi mencionado no início deste capítulo, este critério apresenta fragilidades que dificultam a mensuração da vulnerabilidade das pessoas pobres (SAE, 2012, pg. 8).

⁴³ Esta classificação foi feita segundo os dados publicados por Néri (2011, pg. 38 e 39), ou seja, por faixas de renda que vão de até 751,00 = E, de 751,01 a 1200,00 = D, 1200,01 a 5174,00 = C e acima de 5174,00 = A e B, de acordo com a renda familiar declarada pelos entrevistados, incluindo o recebimento de benefícios sociais, bicos, pensões, aposentadorias, etc. Vale lembrar que estas categorias de renda criadas por Néri, são feitas a partir dos dados da PNAD/IBGE de acordo com a renda declarada na população em geral e que os beneficiários do Bolsa Família não podem ser identificados de forma individual devido à metodologia utilizada, como já mencionado no capítulo I desta tese, isto dificulta inclusive a análise do impacto deste e de outros PTRs na queda da desigualdade de renda no país. Maiores esclarecimentos sobre o método de Néri e IPEA para classificação já foram apontadas no capítulo I, desta tese.

Outro fator importante que levou à instauração de uma comissão para criar indicadores mais eficientes para a definição da classe média foi o alto grau de heterogeneidade presente no conjunto da população brasileira e o crescimento da renda entre os mais pobres. Este fenômeno, como já foi visto no capítulo I desta tese, trouxe a possibilidade analítica de descrição de uma “nova classe” ou “classe média” que tem características das mais variadas.

A aplicação do critério de renda por si só não demonstraria a possibilidade destes indivíduos se fixarem em patamares de renda que propiciasse uma mudança significativa a ponto de passarem a integrar o mercado de trabalho formal e conseguir manter determinado padrão de vida que propicie bem estar social.

Neste sentido, a implementação de programas que sejam eficazes para manter estes indivíduos ou famílias em constante ascensão ou situação de estabilidade com qualidade de vida, tem que levar em conta fatores que concorrem para a criação de oportunidades que resultarão na inserção e fixação destes no mercado de trabalho. Isto possibilita traçar parâmetros que possam tornar as políticas públicas mais eficazes, sobre tudo as ações de geração de oportunidades de trabalho e renda.

De acordo com o relatório publicado pela SAE (2012, pg. 8) é necessário criar formas de conhecer o universo aos quais as políticas públicas estão direcionadas porque existem fatores que interferem no comportamento dos indivíduos e na sua forma de interação com o Estado. Neste terreno a renda continua é um fator de extrema relevância para esta compreensão e interação.

É neste sentido que, segundo os autores do relatório, o critério Brasil não se apresenta como algo eficaz, porque as faixas de renda e o comportamento das pessoas frente ao mercado de consumo são muito importantes para alocar os beneficiários em programas voltados para grupos que tem desenhos diferenciados.

Há necessidade também de indexar os beneficiários de acordo com as próprias rendas e não de acordo com o salário mínimo. Isto acabaria criando uma distorção, caso este último fosse sempre utilizado, devido à própria indexação da economia do país e o leque variado das faixas de rendas em que os indivíduos estão inseridos.

Assim sendo, o critério definido teve como principal objetivo:

“O desenvolvimento de uma definição prática e conceitualmente sólida, capaz de orientar as políticas públicas na esfera federal e contribuir para o desenho e a implementação de programas e ações focadas na consolidação e sustentabilidade da nova classe média brasileira.” (SAE, 2012, pg. 10)

A pretensão do indicador proposto pela SAE era identificar o grau de vulnerabilidade em que as famílias se inserem. Este grau de vulnerabilidade é calculado visando medir as possibilidades das pessoas se tornarem pobres ou mais pobres no futuro de acordo com a renda auferida e capacidade de planejar o futuro com os recursos financeiros disponíveis. Denominando-se assim vulneráveis, aqueles que não podem planejar ou que tem dificuldade devido à baixa ou ausência de renda para isso.

Para identificar o grau de vulnerabilidade, além da capacidade de planejar o futuro, os autores do Relatório SAE (2012) utilizaram como critério de renda o ponto de corte utilizado pelo Plano Brasil Sem Miséria e pelo Bolsa Família, que é de R\$140,00 *per capita*.

No entanto, segundo os autores, a forma de identificar se o indivíduo consegue ou não planejar o futuro com a renda que afere requer estudos longitudinais que não foram feitos até a ocasião do trabalho desenvolvido. Estes devem ser feitos com metodologias específicas que propiciarão estes resultados, portanto o que eles conseguem com este indicador é identificar se as pessoas são estruturalmente pobres ou se vivem em locais que propiciarão tornarem-se pobres em um futuro próximo.

O que diferencia substancialmente o critério desenvolvido pela SAE é a subdivisão das classes já existentes, porém com uma nomenclatura que remete aos conceitos utilizados nas políticas sociais. Assim sendo, foram subdivididos em grupos para que as faixas de renda fossem claramente identificadas. Tal trabalho originou 3 grupos que identificam as pessoas pobres, 3 grupos que classificam a classe média e 2 grupos para as classes que estão acima da classe média, ou conhecidamente como classe alta ou A e B.

“O primeiro grupo, o da classe baixa (...) assim temos i) os extremamente pobres, com renda *familiar per capita* de até R\$81,00, ii) os pobres (mas não extremamente pobres), aqueles com renda familiar per capita entre R\$81,00 e R\$162,00 e os iii) os vulneráveis, aqueles que estão acima da linha de pobreza e abaixo da classe média, ou seja que possuem renda familiar per capita entre R\$162,00 e R\$291,00.” (SAE, 2012, pg. 60)

Para os grupos acima da classe média baixa foram utilizados os critérios de renda per capita média, nos últimos cinco anos em cima dos quais foram estipulados os pontos de corte⁴⁴, além de considerar também o número de indivíduos que compõe cada grupo familiar.

“(...) para a divisão da classe média (...)”⁴⁵ tomando apenas como base as pessoas que já estavam na classe média, obtendo 3 grupos: i) baixa classe média, ii) média classe média, e iii) alta classe média. (...) a divisão da classe alta, tomando as pessoas que estavam na classe alta, obtendo assim 2 grupos: i) baixa classe alta, e ii) alta classe alta. (SAE, 2012, pg. 60)

A tabela 15 demonstra as faixas de renda criadas para categorizar as famílias, de acordo com o critério SAE.

⁴⁴ Para estes grupos foram consideradas as rendas *per capita* nos últimos 5 anos e os pontos de corte podem ser verificados na tabela 22 da pág. 61 e 62 do Relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil.

Tabela 15 - Renda familiar média dos indivíduos

Classe	Renda familiar média (R\$ mês)
Extremamente pobre	227
Pobres, mas não extremamente pobres.	648
Vulnerável	1030
Baixa classe média	1540
Média classe média	1925
Alta classe média	2813
Baixa classe alta	4845
Alta classe alta	12.988

Fonte: Apud, SAE, 2012, pg.62

Para a classificação de renda de acordo com critério SAE pegamos as categorias da tabela 15 e aplicamos a renda que os beneficiários disseram aferir na época da pesquisa. O resultado foi que 20,6% dos beneficiários se encontravam na época da pesquisa na situação de extremamente pobres, 65,6% são pobres, mas **não** extremamente pobres e 9,4% são vulneráveis. Apenas 1,2% estaria na classe média baixa.

Tabela 16 - Critério de vulnerabilidade SAE

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Extremamente pobre	805	20,6	20,6	20,6
Pobres, mas não extremamente pobres	2561	65,6	65,6	86,3
Vulnerável	365	9,4	9,4	95,6
Baixa classe média	45	1,2	1,2	96,8
Média classe média	2	,1	,1	96,8
Alta classe média	1	,0	,0	96,8
Baixa classe alta	1	,0	,0	96,9
NS/NR	122	3,1	3,1	100,0
Total	3902	100,0	100,0	

Fonte: DataUFF, março/2008.

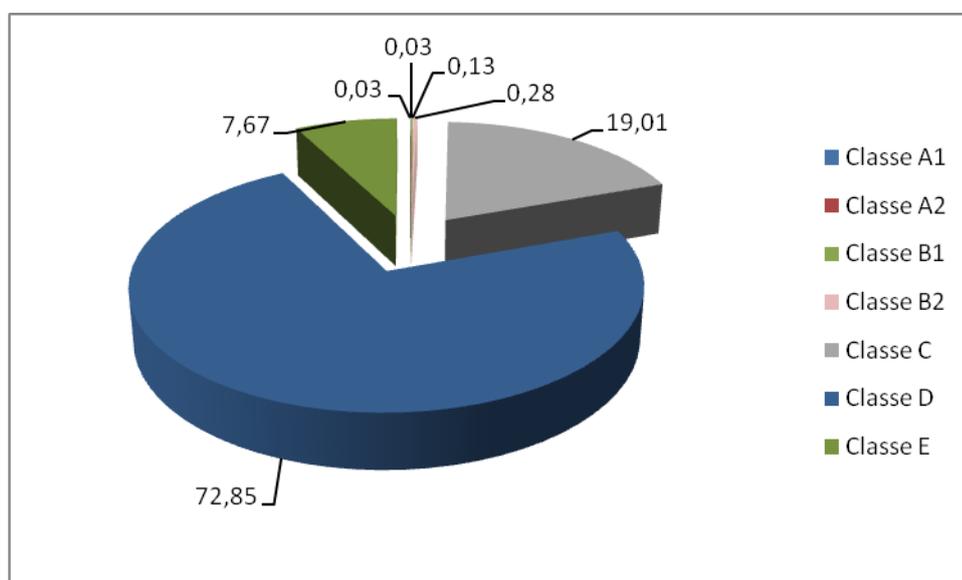
É importante sinalizar mais uma vez que tanto o critério de Néri (2011), quanto o critério da SAE foram criados depois de nossa pesquisa (que foi realizada em 2007 – 2008), portanto, à época utilizamos o critério Brasil. Embora estes critérios acima tivessem sido criados para categorizar as famílias

de acordo com suas rendas, o Critério Brasil apresenta resultados diferenciados porque nele é o consumo e os níveis de escolaridade que pesam.

Neste sentido, para esta tese utilizaremos o critério que foi estabelecido no momento da construção dos instrumentos de coleta que é o Critério Brasil.

De acordo com o Critério Brasil de classificação sócio econômica, a imensa maioria dos entrevistados pertence à classe D (72,85%). Os entrevistados da classe A e B são representados em percentuais muito pequenos, não chegando a meio por cento, sendo assim os dados destas classes não serão considerados na análise. A classe C está representada em 19,01% e a classe E em 7,68%.

Gráfico 3 – Classificação socioeconômica – Critério Brasil



Fonte: DataUFF, março/2008.

Caracterizando a distribuição dos entrevistados entre as classes em termos regionais vemos que a região Nordeste possui a maior concentração de beneficiários do PBF nas classes D e E (ver tabela 17). Embora tenhamos apontado no capítulo I que esta foi a região que mais sofreu impacto positivo na redução da desigualdade, principalmente pelo aumento dos postos de trabalho (Néri. 2011), entre os beneficiários do Programa Bolsa Família isto ainda não ocorreu.

Em termos de classificação socioeconômica é a região que ainda apresenta os maiores percentuais de pessoas pobres, visto que agrega cerca de 13,6% dos beneficiários que podem ser enquadrados na classe E.

A região Norte (9%) também apresenta percentuais altos de respondentes pertencentes à classe E em relação às outras, mas ainda assim o resultado é menor que do Nordeste. Chama a atenção ainda que a terceira região com maior proporção de beneficiários classificados na classe E são moradores da região Sul (6,9%), onde os índices educacionais são maiores ⁴⁶.

Em decorrência deste percentual elevado na região Nordeste de pessoas pertencentes à classe E, em relação às outras, a classe que se encontra representada em menor proporção nesta região é a classe C, comparado com as demais. Sendo assim, na região Nordeste tivemos um percentual de 11,1% de pessoas que declararam serem pertencentes a esta classe no Brasil, de acordo com os critérios de classificação socioeconômicos utilizados na pesquisa.

As outras regiões apresentam percentuais bem próximos – entre 19,7% (região Norte) e 23,7% (região Sul) de 19,5% que representa o total de respondentes podem ser classificados como pertencentes à Classe C em todo o país.

A Classe D também está representada em maior proporção na região Nordeste. Na tabela abaixo temos um percentual de 75,3% de respondentes que podem ser enquadrados nesta entre os 72,8% que representam o total de beneficiários em todo o Brasil.

De acordo com os dados apresentados, a região Centro-Oeste (74,1%) é a segunda maior representante desta classe no Brasil (classe D), entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, seguida da região Sudeste (74%)

⁴⁶ - Como foi dito na nota anterior o número de anos de estudos dos respondentes influenciam bastante nos resultados apresentados pelo Critério Brasil, à medida que tem peso percentual diferenciado (para mais) dos bens de consumo.

Tabela 17 - Classe social * Região

	Região					Total
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	
Classe C	178	185	145	158	93	759
	22,2%	23,7%	21,5%	19,7%	11,1%	19,5%
Classe D	594	542	500	570	633	2839
	74,0%	69,4%	74,1%	71,1%	75,3%	72,8%
Classe E	31	54	28	72	114	299
	3,9%	6,9%	4,1%	9,0%	13,6%	7,7%
NS/NR	0	0	2	2	1	5
	,0%	,0%	,3%	,2%	,1%	,1%
Total	803	781	675	802	841	3902
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Ao fazermos o cotejamento dos dados podemos afirmar que os Programas de Transferência de Renda de fato conseguem promover resultados que permite aos beneficiários melhorar suas condições socioeconômicas, conforme sinalizado pelo IPEA (2007) e também Néri (2011). De acordo com o que aponta a tabela abaixo, entrevistados que estavam no Programa há no máximo dois anos (grupo controle) apresentam um percentual menor de pessoas que pertenciam à classe C (18,2%) na época da pesquisa e em decorrência de tal fato, estão classificados em maiores percentuais nas classes D (72%) e na classe E (9,2%).

Podemos concluir ainda que entre aqueles pertencem às classes A e B, também ocorreu mudanças, mas em percentuais muito tímidos, à medida que não chega a 1%. No entanto, a maior diferença entre um grupo e outro, em termos percentuais, está entre aqueles que foram classificados, de acordo com o critério adotado, como pertence à classe E. Como vemos na tabela abaixo aqueles que estão expostos ao Programa há mais tempo conseguiram ascender em cerca de 2 ponto percentual (pontos percentuais) para a classe D.

No entanto, o resultado que podemos sinalizar como efeito provocado pelo tempo de exposição ao Programa é mais evidente entre aqueles que

estavam na Classe E e passaram automaticamente para a classe C. Isto porque a classe D não apresenta percentuais diferentes muito significativos ao compararmos um grupo com o outro.

Todavia, vemos que há um maior percentual de pessoas que estavam na Classe E, entre aqueles que recebiam o valor do benefício há menos de dois anos e aqueles que estavam no Programa há mais de dois anos. Estes últimos tiveram os percentuais reduzidos para a classe E, e aumento daqueles que se declararam pertencentes à Classe C.

No grupo controle (recebem o benefício a menos de 2 anos) A classe C está representada em 18,7%, no grupo experimental (recebem o benefício há mais de 2 anos) chega a 20,6%. Quase a mesma diferença percentual daqueles que representam a classe E entre um (9,2% - controle) e outro grupo (7,4% - experimental), ou seja, quase dois pontos percentuais de diferença que pode ser justificado pelo tempo de exposição ao Programa Bolsa Família.

Cabe ressaltar que a literatura aponta que, de fato, é mais fácil promover impacto social na classe E, devido ao índice de vulnerabilidade social em que as famílias se encontram e ausência de recebimento de recursos financeiros, quando passam a receber transferência monetária. Mesmo o valor do benefício sendo pequeno, já ocorre uma mudança significativa de patamar entre os beneficiários (Rocha 2007, pg. 131).

Estes dados estão em consonância com os resultados do Programa apontados no capítulo I, onde a literatura aponta que as mudanças econômicas e a conseqüente queda da desigualdade na última década foram também conseqüência das políticas de transferência de renda, através de Programas Sociais como o PBF, entre outros já mencionados. No entanto, vamos focar sempre a análise no PBF que é o que está proposto para esta tese.

Tabela 18 - Classe social * Grupo controle ou experimental

Grupo controle ou experimental			
	Grupo Controle	Grupo Experimental	Total
Classe C	110 18,7%	612 20,6%	722 20,3%
Classe D	424 72,0%	2130 71,8%	2554 71,8%
Classe E	54 9,2%	221 7,4%	275 7,7%
NS/NR	1 ,2%	4 ,1%	5 ,1%
Total	589 100,0%	2967 100,0%	3556 100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Ainda de acordo com o que afirma Rocha (2007, pg. 131), podemos observar que ao cotejar os grupos, com a classe socioeconômica e a renda familiar aferida pelos moradores do domicílio, de fato a diferença de renda é pequena, mas ocorre em proporção maior que a diferença apresentada entre as classes. Provavelmente o que explica este fato, como afirma a autora é o fato dos valores transferidos não chegarem a ser tão significativos para quem já se encontra em determinado patamar financeiro, como é o caso dos indivíduos da classe D e C que apresentam mobilidade muito pouco significativa.

Analisando os dados da tabela 19 concluímos que de fato há diferenças para menos entre os percentuais de respostas para aqueles que recebiam no máximo um salário mínimo e que pertenciam ao grupo de controle.

Cabe ressaltar, que os dados apontam claramente para o fato de que o patamar de renda familiar máximo atingido pelos beneficiários não ultrapassa três salários mínimos, visto que a faixa de renda entre três e quatro salários mínimos apresenta um número de respondentes muito pequeno.

Considerando-se os dois grupos distintamente é importante observamos os totais apresentados em linha, onde o grupo experimental apresenta um

percentual menor de pessoas que recebem no máximo um salário mínimo (47,1%) em relação ao grupo controle (51,6%). Porém, as faixas seguintes são ocupadas em maior proporção por pessoas que estão há mais tempo no Programa (grupo experimental), ou seja, 43,5% pertencem ao grupo experimental e recebem de um a 2 salários mínimos, enquanto no grupo controle temos 38,9% nesta faixa salarial. Entre aqueles que recebem de 2 a 3 salários mínimos temos 4,9% no grupo controle e 6,1% no grupo experimental.

Este percentual sofre uma variação em torno de 4 pontos percentuais em relação ao grupo experimental que recebe um pouco mais. Isto, comparado com as diferenças também de percentuais de pessoas que pertencem a classes mais elevadas, nos leva a concluir que se houve aumento de renda devido a um impacto do programa, este fenômeno (aumento de renda) tem um impacto muito maior do que a mudança de classe, pois é o dobro em termos percentuais em relação ao número de pessoas que estão classe C no grupo experimental. Como vimos acima fica em torno de 2 pontos percentuais podendo variar para um pouco mais.

Tabela 19 - Renda Familiar Total * Grupo controle ou experimental

	Grupo controle ou experimental		Total
	Grupo Controle	Grupo Experimental	
Até 1 salário mínimo	299 50,8%	1386 46,7%	1685 47,4%
De 1 a 2 salários mínimos	233 39,6%	1299 43,8%	1532 43,1%
De 2 a 3 salários mínimos	30 5,1%	184 6,2%	214 6,0%
De 3 a 4 salários mínimos	5 ,8%	24 ,8%	29 ,8%
De 4 a 5 salários mínimos	0 ,0%	1 ,0%	1 ,0%
De 5 a 10 salários mínimos	0 ,0%	1 ,0%	1 ,0%
NS/NR	22 3,7%	72 2,4%	94 2,6%
Total	589 100,0%	2967 100,0%	3556 100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Esta reflexão se materializa a medida que observamos que: o maior percentual de pessoas que aferiu renda ocorreu na classe D, assim, no grupo controle temos que 38,5 % desta classe recebia até um salário mínimo enquanto no grupo experimental são 35,7%. Quando os patamares de renda aumentam ocorre uma inversão entre aqueles que passam a receber entre um e dois salários mínimos e pertencem a esta classe (D). É possível observar que o grupo experimental apresenta percentuais maiores (30,4%) em relação ao grupo controle (26,8%), indicando um possível impacto de renda provocado pelo PBF.

A Classe C também apresenta percentual de renda maior entre aqueles que estão no Programa há mais de dois anos (grupo experimental) em relação

a aqueles que são beneficiários há menos tempo (grupo controle), como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 20 - Classe social * Renda Familiar Total

		Renda Familiar Total							
		Até 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 3 salários mínimos	De 3 a 4 salários mínimos	De 4 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	NS/NR	Total
Grupo Controle	Classe C	34	61	10	5	0	0	0	110
		11,4%	26,2%	33,3%	100,0%	,0%	,0%	,0%	18,7%
	Classe D	223	162	20	0	0	0	19	424
		74,6%	69,5%	66,7%	,0%	,0%	,0%	86,4%	72,0%
	Classe E	42	9	0	0	0	0	3	54
	14,0%	3,9%	,0%	,0%	,0%	,0%	13,6%	9,2%	
	NS/NR	0	1	0	0	0	0	0	1
		,0%	,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,2%
	Total	299	233	30	5	0	0	0	589
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
Grupo Experimental	Classe C	165	349	73	,0%	1	1	10	612
		11,9%	26,9%	39,7%	54,2%	100,0%	100,0%	13,9%	20,6%
	Classe D	1052	908	108	10	0	0	52	2130
		75,9%	69,9%	58,7%	41,7%	,0%	,0%	72,2%	71,8%
	Classe E	167	41	3	1	0	0	9	221
	12,0%	3,2%	1,6%	4,2%	,0%	,0%	12,5%	7,4%	
	NS/NR	2	1	0	0	0	0	1	4
		,1%	,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,4%	,1%
	Total	1386	1299	184	24	1	1	72	2967
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

De acordo com os dados apresentados na tabela 21, é possível notar que os maiores valores pagos aos beneficiários estão concentrados na faixa entre R\$77,00 e R\$112,00. Ao observarmos a distribuição do valor do benefício por classe é possível identificar que há uma divisão proporcional dos valores por todas as classes, ou seja, os percentuais que vão do mais baixo ao mais alto atingem todas as classes.

Isto justifica o aumento de renda entre as classes que têm uma renda familiar um pouco mais elevada. Conforme já mencionado anteriormente, entre aqueles que já aferem alguma renda fica mais evidente os efeitos na renda total do domicílio e resultados que apontam para melhoria de condições financeiras, após a entrada para o PBF. Por outro lado, conforme tabela abaixo, o elemento classe social não está relacionado ao valor monetário que os beneficiários recebem do PBF, existe uma distribuição muito diferenciada entre as faixas e entre as classes que não permite afirmar se determinado indivíduo que pertence a determinada classe afere maior renda do que aquele que está em classe inferior socioeconomicamente falando.

Tabela 21 - Classe social * Valor mensal que você recebe do PBF

	Qual o valor mensal que você recebe do Programa Bolsa Família?							NS/NR	Total
	De R\$ 15,00 a R\$ 18,00	De R\$19,00 a R\$ 36,00	De R\$37,00 a R\$ 54,00	De R\$ 55,00 a R\$ 58,00	De R\$ 59,00 a R\$ 76,00	De R\$ 77,00 a R\$ 94,00	De R\$ 95,00 a R\$ 112,00		
Classe C	88 22,6%	96 25,5%	103 26,2%	34 14,5%	119 16,8%	151 20,1%	167 16,1%	1 8,3%	759 19,5%
Classe D	279 71,7%	257 68,2%	270 68,7%	172 73,2%	531 74,8%	544 72,4%	775 74,9%	11 91,7%	2839 72,8%
Classe E	22 5,7%	24 6,4%	20 5,1%	28 11,9%	58 8,2%	54 7,2%	93 9,0%	0 ,0%	299 7,7%
NS/NR	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 ,4%	2 ,3%	2 ,3%	0 ,0%	0 ,0%	5 ,1%
Total	389 100,0%	377 100,0%	393 100,0%	235 100,0%	710 100,0%	751 100,0%	1035 100,0%	12 100,0%	3902 100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

A luta pela sobrevivência enfrentada pelos pobres materializa-se também através dos dados apresentados abaixo, no que se refere às dificuldades financeiras enfrentadas pelos beneficiários do PBF até ter acesso a renda mensal novamente, a partir do momento que já recebeu e gastou o dinheiro.

Na tabela 22 expressa claramente que cerca de 37% dos entrevistados declaram enfrentar muita dificuldade para chegar até o final do mês com a renda familiar que conseguem aferir. Outros 55% consideram que conseguem

passar o mês com alguma dificuldade financeira e apenas 5,5% declaram que não encontram nenhuma dificuldade financeira no decorrer do mês, após o recebimento e gasto dos recursos financeiros que a família tem acesso.

Indiscutivelmente a classe E é a que apresenta maior índice de dificuldade financeira ao longo do período de um mês. Por outro lado, apresentando melhores resultados do Programa, de acordo com o número de anos que estão recebendo o benefício.

Entre o grupo de controle encontramos um percentual de 6,1% pessoas, da classe E que declaram enfrentar muita dificuldade para finalizar o mês com a renda que aferem, ao cotejarmos os dados entre o grupo experimental e o grupo de controle encontramos percentual um pouco menor (5,2%) para aqueles que estão há mais tempo no Programa (há mais de dois anos). Ou seja, o percentual de pessoas que declaram ter muita dificuldade de chegar até o final do mês com algum recurso financeiro para as despesas é um pouco menor entre aqueles que são beneficiários há menos tempo.

Nas classes D e C o índice de dificuldade alta para enfrentar o mesmo período com os recursos financeiros não mudou para aqueles que permaneciam no programa há mais de dois anos.

Tabela 22 - Classe social * A renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com: * Grupo controle ou experimental

		A renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:				
		Muita dificuldade	Alguma dificuldade	Nenhuma dificuldade	NS/NR	Total
Grupo Controle	Classe C	24	75	10	1	110
		11,3%	22,8%	30,3%	7,1%	18,7%
	Classe D	152	239	21	12	424
		71,4%	72,6%	63,6%	85,7%	72,0%
	Classe E	37	14	2	1	54
	17,4%	4,3%	6,1%	7,1%	9,2%	
	NS/NR	0	1	0	0	1
		,0%	,3%	,0%	,0%	,2%
	Total	213	329	33	14	589
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Grupo Experimental	Classe C	182	363	53	14	612
		16,2%	22,7%	34,6%	15,4%	20,6%
	Classe D	827	1142	92	69	2130
		73,5%	71,5%	60,1%	75,8%	71,8%
	Classe E	116	89	8	8	221
	10,3%	5,6%	5,2%	8,8%	7,4%	
	NS/NR	0	4	0	0	4
		,0%	,3%	,0%	,0%	,1%
	Total	1125	1598	153	91	2967
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

A presença de casa própria, em geral auto-construída, é algo muito recorrente entre as pessoas pobres (Dalt, Brandão & Gouvêa, 2007), como é possível perceber na tabela abaixo, em média 65% dos entrevistados possuem moradia própria.

Quando comparamos o grupo de controle e o grupo experimental, verificamos que no primeiro há menor percentual de beneficiários que possuem

casa própria. É na classe C que está mais caracterizada esta distancia. No grupo de controle os beneficiários desta classe C que possuem casa própria somam 17,7%, enquanto que no grupo experimental somam 21,3%.

A classe D também apresenta percentuais diferentes de formas de moradia quando comparamos os dois períodos investigados, porém é possível notar que há uma distribuição diferente entre aqueles que moram em domicílios alugados e aqueles que moram em invasões ou domicílios cedidos. Por um lado isto pode sinalizar um efeito positivo do Programa no sentido que, surgiu a oportunidade de construir algo mesmo em áreas precárias de sobrevivência, por outro lado é um efeito perverso porque, no geral são nos locais de invasão onde os indicadores de pobreza estão mais concentrados.

Tabela 23 - Classe social * Sua casa é: * Grupo controle ou experimental

		Sua casa é:						
		Própria	Alugada	Cedida	Ocupação/ Invasão	Outros	NS/NR	Total
Grupo Controle	Classe C	66	11	27	4	1	1	110
		17,7%	14,5%	22,7%	25,0%	25,0%	50,0%	18,7%
	Classe D	276	57	80	9	2	0	424
		74,2%	75,0%	67,2%	56,3%	50,0%	,0%	72,0%
	Classe E	30	8	11	3	1	1	54
	8,1%	10,5%	9,2%	18,8%	25,0%	50,0%	9,2%	
	NS/NR	0	0	1	0	0	0	1
		,0%	,0%	,8%	,0%	,0%	,0%	,2%
	Total	372	76	119	16	4	2	589
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Grupo Experimental	Classe C	418	50	123	9	4	8	612
		21,3%	18,9%	20,4%	9,4%	18,2%	36,4%	20,6%
	Classe D	1388	191	441	80	16	14	2130
		70,8%	72,1%	73,3%	83,3%	72,7%	63,6%	71,8%
	Classe E	150	24	38	7	2	0	221
	7,7%	9,1%	6,3%	7,3%	9,1%	,0%	7,4%	
	NS/NR	4	0	0	0	0	0	4
		,2%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,1%
	Total	1960	265	602	96	22	22	2967
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

2.1. Mudança de classe e aumento do consumo.

O critério de classificação socioeconômica utilizado, como já foi apontado anteriormente, é pautado em número de bens que o domicílio possui e escolaridades do chefe. Neste sentido ressaltamos que o tamanho da classe C aí encontrada pode ser derivado do aumento de vendas de móveis e eletrodomésticos a crédito com prestações muito pequenas.

Arbache (2004) argumenta que os pobres para conseguir crédito acabam pagando juros altos, porém é a forma de terem acesso rápido e oportuno ao que desejam.

Outra hipótese é que estas famílias podem já ter tido condições financeiras mais estáveis e com o fenômeno do empobrecimento passaram a ter condição financeira muito precária, mas já possuíam estes bens há um bom tempo.

Em Souza (2011, pg 138) temos uma explicação para o aumento do consumo que nos permitirá entender com maior clareza este fenômeno. No entanto, cabe ressaltar que isto só reafirma a condição de pessoas que tiveram acesso a bens e serviços nos últimos anos, porém as mudanças estruturais dificilmente serão operadas através destes elementos.

“ (...) finalmente consegue alcançar o patamar de dignidade que antes lhe era negado todos os dias, Leninha alcança a dignidade do produtor útil, e dos prêmios e troféus que são frutos do seu trabalho, pois através dos salários Leninha poderia agora planejar consumir um dia aquilo que ainda não podia ter no momento. Apoiada na estratégia que virou tema de mais um dito popular nascido na ralé - ` depois que inventaram o crediário, pobre pode tudo” (SOUZA, 2011)

Outro aspecto que tem que ser considerado é que os entrevistados possuem nível escolar equivalente a 11 anos de estudos (ensino médio completo) com uma variação entre 10% e 14%, de acordo com a região geográfica brasileira. Estes percentuais de pessoas na classe C podem ser justificados também pelo melhor nível educacional que alcança percentuais de

50% a 70% das famílias que pertencem à esta classe, que no universo total de entrevistados está representada em 19%.

Por outro lado, diante dos dados não podemos afirmar que é a classe C que apresenta um padrão mais elevado de consumo, conforme a literatura aponta (Néri, 2011).

Ao comparar os dados da tabela abaixo temos conclusões interessantes. Os percentuais de consumo entre as classes não diferem significativamente, apresentando um percentual total de 25,6% de compra a crédito nos últimos doze meses para o grupo de controle e 27,3% para o grupo experimental no que tange aos beneficiários classificados na classe C.

De qualquer forma se as diferenças de percentuais entre aqueles que afirmaram que compram a crédito, pertencentes ao grupo controle e experimental estiver relacionada a algum impacto do Programa, ao comparar estas com a classe que os indivíduos estão representando, percebemos que há um impacto do Programa (neste aspecto) para todas as classes.

Todas efetivaram consumo a crédito nos últimos doze meses e as pessoas que estavam há pelo menos vinte e quatro meses no Programa compraram menos do que aquelas que eram beneficiárias há mais de vinte e quatro meses, contados da data de referência da pesquisa para trás. No entanto, a classe E apresenta percentuais ligeiramente menores quando comparamos o grupo experimental e o grupo de controle. Sendo assim, as pessoas que pertenciam a esta classe e estavam no PBF a mais de 24 meses compraram menos do que aquelas que estão no programa há menos de 24 meses.

Em termos percentuais (quase 2 pontos percentuais) é importante notar que o consumo é maior entre o grupo experimental em relação ao grupo de controle. Seguindo assim o padrão de diferenças percentuais entre as classes apresentado anteriormente, que também está em torno de 2 pontos percentuais (ver pág. 115).

Tabela 24 - Classe social * Nos últimos doze meses, você fez alguma compra a crédito * Grupo controle ou experimental

		Nos últimos doze meses, você fez alguma compra a crédito?			
		Sim	Não	NS/NR	Total
Grupo Controle	Classe C	38	72	0	110
		25,2%	16,6%	,0%	18,7%
	Classe D	101	320	3	424
		66,9%	73,6%	100,0%	72,0%
	Classe E	12	42	0	54
	7,9%	9,7%	,0%	9,2%	
	NS/NR	0	1	0	1
		,0%	,2%	,0%	,2%
	Total	151	435	3	589
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Grupo Experimental	Classe C	219	392	1	612
		27,0%	18,3%	12,5%	20,6%
	Classe D	539	1584	7	2130
		66,4%	73,8%	87,5%	71,8%
	Classe E	53	168	0	221
	6,5%	7,8%	,0%	7,4%	
	NS/NR	1	3	0	4
		,1%	,1%	,0%	,1%
	Total	812	2147	8	2967
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

2.2. Classe social, situação profissional e escolaridade entre os beneficiários do PBF.

Quanto à situação profissional dos responsáveis legais pelo benefício, esta em maioria concentra-se na categoria dona de casa (37,7%) ou desempregada (18,4%) como já vimos na tabela 13 (pg.104). Ainda assim, a maioria declarou ser o chefe do domicílio (51,2%) possibilitando-nos concluir que o benefício é a principal renda da casa, mesmo porque encontramos um elevado percentual de pessoas que não possuem companheiro como pudemos

observar nos dados apresentados anteriormente e um alto percentual de donas de casa.

O que comprova segundo Barros, Fox e Mendonça (1993) que de fato a situação de pobreza é maior em domicílios chefiados por mulheres devido à desigualdade de renda em relação aos homens. Esta desigualdade está fundamenta em princípios discriminatórios de gênero e não no fato das famílias serem pobres apenas.

De acordo com os publicados no Relatório Cepal (2003, pg. 34 apud Barros et al. 1997), as diferenças de ocupação entre homens e mulheres são suficientes para explicar diferentes patamares de renda. Além disto, mulheres que tem melhores níveis educacionais que os homens tendem a inserir-se em ocupações precárias. Justificando assim menores salários do que os homens com os mesmos níveis educacionais.

Neste caso o diferencial ocupacional e conseqüentemente de renda está diretamente relacionado à diferença de acesso aos postos de trabalho, sendo assim é necessário que as políticas públicas estejam atentas para a quebra de estigmas e a inclusão de mulheres no mercado de trabalho, mas também estejam preocupadas com a promoção de uma política de remuneração igualitária.

Segundo ainda o texto da Cepal (2003, pg. 34) as políticas públicas que visam medidas de combate à discriminação seriam especialmente importantes caso fossem voltadas para mulheres negras e chefes de domicílio, como é o caso das mulheres chefes de domicílio do Programa Bolsa Família (Dalt, 2008),

Tabela 25 - Sexo do responsável pelo domicílio

	Frequência	%
Masculino	1900	47,4%
Feminino	2075	51,7%
NR/NS	37	0,9%
Total	4012	100,0%

Fonte: DataUFF, março de 2006.

Na tabela 26 é possível perceber que as ocupações dos entrevistados estão distribuídas de forma proporcional entre as classes. No entanto, os empregados assalariados estão representados em menor proporção na Classe

E (2,9%), seguido da classe D (7,6%). Já a classe C apresenta os maiores percentuais de entrevistados nesta categoria profissional 16,1% de um total de 8,9% de beneficiários em todo o território nacional.

A classe D agrega a maioria dos desempregados, com 22,8% entre os 22,3%⁴⁷ do total de pessoas que se encontravam neste tipo de situação na época da pesquisa. No entanto, a classe C apresenta percentual bem próximo (20,9%) e a classe E também não apresenta percentuais muito divergentes das outras (21,1%).

Em relação aos profissionais liberais, a única classe que apresenta percentual significativo (ou maior que 1) é a classe C com 1,2% de entrevistados que declararam pertencer a esta categoria, assim como os funcionários públicos (2,2%).

Por outro lado chama a atenção que o maior percentual de donas de casa estão representadas na classe E (44,1%), comparados estes percentuais em relação à classe C (31,9%) temos quase 13.p.p de diferenças entre uma classe e outra. A classe D apresenta percentuais intermediários entre a classe mais alta entre os beneficiários (classe C) e a classe mais baixa (classe E), com 36,7%. Isto nos possibilita afirmar que há uma correlação direta entre o fato de o responsável legal aferir renda através do trabalho e a classe segundo a classificação aqui utilizada.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que esta diferença está expressa não só no fato de aferir renda, mas no vínculo empregatício, exceto para a categoria das empregada domestica que está representada igualmente entre as classes. Aqueles que aferem renda como autônomos ou trabalham por conta própria não apresentam percentuais diferenciados entre as classes que representam os extremos (C e E), mas sim na classe intermediária, que é a classe D.

Os estudantes não aparecem em percentual significativo entre os beneficiários para que seja feita alguma comparação.

⁴⁷- Apesar da afirmação de que os percentuais não apresentam grandes diferenças entre as classes. O percentual total de 22,3% para o conjunto de entrevistados é o dobro do percentual divulgado pelos institutos de análises econômicas no ano de 2007. Naquele ano este percentual para o conjunto da população era em torno de 11%. www.ipea.gov.br (2007).

Tabela 26 - Situação Profissional do responsável legal * Classe social

	Classe social				Total
	Classe C	Classe D	Classe E	NS/NR	
Empregado	124	215	8	0	347
Assalariado	16,3%	7,6%	2,7%	,0%	8,9%
Autônomo/ Conta própria	120	559	45	1	725
	15,8%	19,7%	15,1%	20,0%	18,6%
Profissional Liberal	9	13	2	0	24
	1,2%	,5%	,7%	,0%	,6%
Estudante	4	10	2	0	16
	,5%	,4%	,7%	,0%	,4%
Desempregado	159	646	63	2	870
	20,9%	22,8%	21,1%	40,0%	22,3%
Aposentado	23	79	11	0	113
	3,0%	2,8%	3,7%	,0%	2,9%
Dona de casa	242	1042	132	1	1417
	31,9%	36,7%	44,1%	20,0%	36,3%
Funcionário Público	17	16	2	0	35
	2,2%	,6%	,7%	,0%	,9%
Empregada Doméstica	44	162	17	1	224
	5,8%	5,7%	5,7%	20,0%	5,7%
Outro	16	89	15	0	120
	2,1%	3,1%	5,0%	,0%	3,1%
NS/NR	1	8	2	0	11
	,1%	,3%	,7%	,0%	,3%
Total	759	2839	299	5	3902
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Ainda que Néri (2011) aponte que a carteira de trabalho é o maior representante da classe média, entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, de acordo com o critério⁴⁸ por nós utilizado para classificá-los isto não se materializa. A grande maioria dos entrevistados tem este documento e,

⁴⁸ - Critério Brasil de Classificação socioeconômica (ABIPEME).

portanto, esta realidade está presente em todas as classes sociais, na mesma proporção em que elas estão representadas entre os entrevistados, e não apenas na Classe C ou média.

Tabela 27 - Classe social * Possui carteira de trabalho

	Possui carteira de trabalho			Total
	Sim	Não	NS/NR	
Classe C	680	69	10	759
	20,9%	11,5%	17,2%	19,5%
Classe D	2326	469	44	2839
	71,7%	78,4%	75,9%	72,8%
Classe E	237	58	4	299
	7,3%	9,7%	6,9%	7,7%
NS/NR	3	2	0	5
	,1%	,3%	,0%	,1%
Total	3246	598	58	3902
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Sobre a situação de trabalho dos entrevistados no ano 2007⁴⁹, de acordo com a tabela abaixo, 43,5% não trabalharam neste ano. O percentual de pessoas que se declaram como donas de casa é de 37,7%, somados ao percentual de desempregados encontrado na época da pesquisa de 18,4%, temos um percentual de 56,1% de pessoas que não tinham trabalho naquele momento, no entanto, para estes, isto **não** durou ano inteiro. Deste universo se subtrairmos o total de pessoas que não trabalharam o ano inteiro veremos que 12,6% fez alguma coisa para ganhar dinheiro. A tabela abaixo sinaliza de forma muito clara esta realidade apresentada, à medida que temos um percentual de 6,4% de pessoas que trabalharam mais da metade do ano e 11,4% que trabalhou menos da metade do ano e ainda 37,5% que trabalhou o ano inteiro.

⁴⁹ - Ano anterior à coleta de dados. A pesquisa foi realizada de dezembro de 2007 a março de 2008.

A comparação desta informação com a classe, tal qual a questão da carteira de trabalho, não nos remete à possibilidade de dizer se uma classe é mais proativa do que a outra em relação ao mercado de trabalho.

Na tabela 28, também é possível perceber que o tempo em que as pessoas deixaram de trabalhar ou trabalharam menos durante o ano é proporcional à distribuição de entrevistados por classe. Se tomarmos o percentual de pessoas que não trabalharam o ano inteiro e fizermos a análise por classe encontraremos um percentual que oscila entre 40% e 45% entre elas, o que está em consonância com o percentual distribuído pelas classes e a representatividade delas, portanto, não é possível afirmar que alguma classe trabalha mais do que a outra, entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Tabela 28 - Trabalhou no ano de 2007 * Classe social

	Classe social				Total
	Classe C	Classe D	Classe E	NS/NR	
Sim, o ano todo.	339	1019	103	2	1463
	44,7%	35,9%	34,4%	40,0%	37,5%
Sim, mais da metade.	46	183	19	0	248
	6,1%	6,4%	6,4%	,0%	6,4%
Sim, menos da metade.	68	340	35	1	444
	9,0%	12,0%	11,7%	20,0%	11,4%
Não	297	1259	139	2	1697
	39,1%	44,3%	46,5%	40,0%	43,5%
NS/NR	9	38	3	0	50
	1,2%	1,3%	1,0%	,0%	1,3%
Total	759	2839	299	5	3902
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

No gráfico 4 apresentamos resultados da situação de trabalho dos entrevistados nos quatro anos anteriores à pesquisa, ou seja, de 2004 a 2007. O ano de 2004 é aquele em que de fato o Programa Bolsa Família já se encontrava implementado em um conjunto maior de municípios brasileiros.

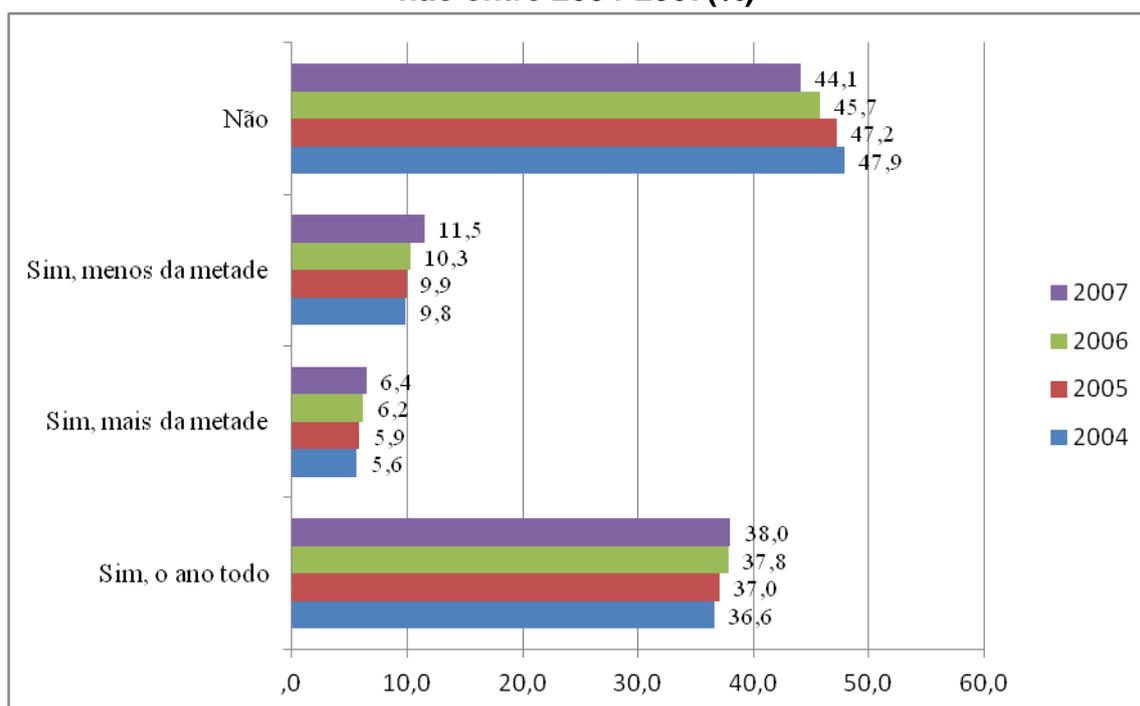
Assim é possível analisar se o Programa alterou de alguma forma o acesso ao mercado de trabalho por parte dos entrevistados.

De acordo com os resultados que o gráfico aponta, mesmo havendo um bom percentual de pessoas que não trabalharam o ano inteiro, alguns mais de seis meses e outros menos de seis meses no ano, o maior percentual de ocupados ao longo do tempo ocorreu no ano de 2007, onde 38% tiveram trabalho o ano inteiro. Observando os percentuais ano a ano, notamos que de 2004 a 2007 foi havendo um aumento progressivo de pessoas ocupadas entre os responsáveis pelo recebimento do PBF que responderam à pesquisa.

Embora estes percentuais sejam pequenos, atingindo 1,4 ponto percentual entre os anos de 2004 e 2007, de qualquer forma não parou de aumentar o número de pessoas que conseguiram trabalho para o ano inteiro. Houve também aumento entre aqueles que trabalharam mais da metade do ano. Este percentual é mais tímido do que aquele que representa os que trabalharam o ano inteiro durante este período, mas também apresenta aumento progressivo atingindo quase 1 pontos percentuais. Aqueles que trabalharam menos da metade do ano cresceram em torno de 1,7 pontos percentuais ao longo dos quatro últimos anos anteriores à pesquisa.

O resultado destes índices de fato é observado em sua repercussão sobre o percentual de pessoas que não trabalharam o ano inteiro de 2004 a 2007. No ano de 2004 tínhamos um percentual de 47,9% de responsáveis legais pelo recebimento do benefício que não tiveram serviço remunerado durante o ano inteiro, em 2005 este percentual caiu para 47,2%, em 2006 para 45,7% e em 2007 para 44,1%. Desta forma, é possível afirmar que ao longo dos quatro anos anteriores à coleta de dados tivemos um percentual acumulado de 4.4 pontos percentuais de pessoas que tiveram mais acesso ao mercado de trabalho e que eram beneficiários do PBF.

Gráfico 4 - O responsável pelo benefício trabalhou ou não entre 2004-2007(%)



Fonte: DataUFF, março/2008.

No que se refere à forma de ocupação durante estes anos (2004 a 2007), analisando os dados ano a ano e depois no conjunto é possível afirmar os dados que estão de acordo com o que a literatura aponta. De fato houve mudanças no mercado de trabalho Cacciamali (2010) e isto está refletido também entre os beneficiários do PBF.

As mudanças mencionadas pelos economistas estão diretamente relacionadas à redução dos postos de trabalho informal (pessoas fazendo bicos, trabalhando por conta própria sem registro e empregado sem carteira assinada) e aumento de pessoas que trabalhavam com carteira assinada ou por conta própria com registro.

Este acréscimo de pessoas com trabalho formal teve um percentual acumulado de 4.9 pontos percentuais ao longo dos quatro anos, entre os entrevistados como pode ser verificado nos dados apresentados, para aqueles que disseram que trabalhavam com carteira assinada ao longo do período investigado.

Quanto aos percentuais de ocupação ano a ano temos que: entre os entrevistados que trabalharam durante o ano de 2004, observamos que os

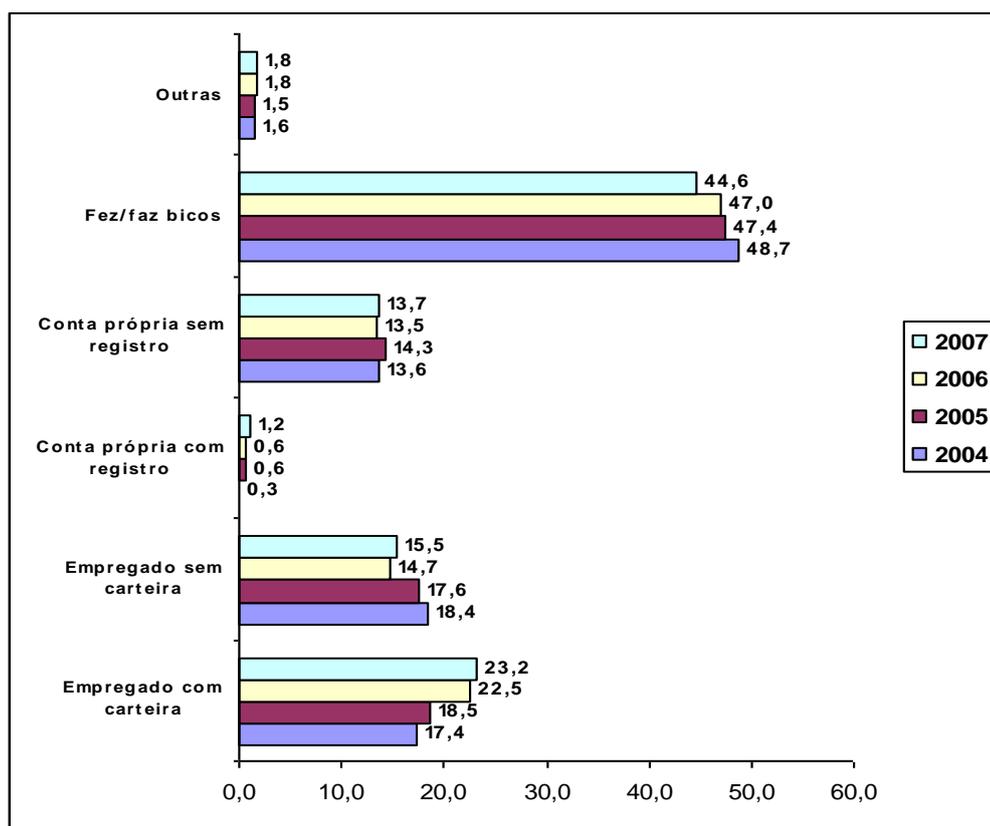
empregados com carteira assinada eram 17,4%, 48,7% fizeram bicos, 18,4% foram empregados sem carteira e 13,6% exerceram atividades por conta própria sem registro.

No ano de 2005, observamos que dos 39,1% que trabalharam neste ano, 47,4% fizeram bico enquanto apenas 18,5% eram empregados com carteira assinada e 17,6% trabalharam sem carteira assinada, enquanto os trabalhadores por conta própria somaram 14,3%.

O ano de 2006 apresenta os maiores percentuais ao longo do período investigado (2004 a 2007) de aumento do trabalho formal entre os beneficiários. Dos 39,7% que trabalharam no ano de 2006, 47% fez bico, 22,5% eram empregados com carteira assinada e 14,7% trabalharam sem carteira. Comparando com os dados do parágrafo anterior ou no gráfico (ano de 2005), temos que: em 2005 eram empregados com carteira 18,5% e em 2006 passaram a ser 22,5%, enquanto que os empregados sem carteira assinada diminuíram de 17,6% para 14,7%.

Dos 40,0% de entrevistados que trabalharam durante o ano de 2007, 44,6% fizeram bicos, 23,2% eram empregados com carteira assinada e 15,5% empregados sem carteira. Aqueles que trabalharam por conta própria sem registro eram 13,7% neste ano. Também neste ano o percentual de pessoas que trabalhavam por conta própria sem registro que era menor que 1% nos três anos anteriores (2004 a 2006) subiu para 1,2%.

Gráfico 5 – Condições de Trabalho do entrevistado de 2004-2007 (%)



Fonte: DataUFF, março/2008.

Segundo a Cepal (2003, pg. 54), a principal dificuldade de inserção profissional dos pobres no mercado de trabalho é a baixa qualificação e a escolaridade.

Neste sentido, nossa pesquisa buscou informações, quanto à qualificação profissional, entre os responsáveis pelo recebimento do benefício entrevistados. A porcentagem daqueles que já realizou algum curso preparatório para conseguir emprego era de 17,2%. Deste total, 12,6% realizaram apenas um curso.

Dos cursos realizados pelos entrevistados, 65,8% foram oferecidos pelo governo do estado ou pela prefeitura. Isso demonstra que mesmo com poucos entrevistados tendo realizado cursos para geração de oportunidade e renda, a maior parte destes cursos tem sido oferecida no âmbito de políticas públicas.

Diante de tais resultados é possível afirmar que a política de implantação de cursos para geração de oportunidade e renda está sendo desenvolvida, de fato. No entanto no ano da pesquisa (2007 a 2008) ainda que de forma inicial e com pouca capilaridade, porém no próximo capítulo

trabalharemos com estes dados comparados com a pesquisa realizada em 2010 para verificar se houve mudança e se houve em qual a proporção.

Fazendo o cotejamento dos dados com a classe socioeconômica dos entrevistados, os beneficiários da classe E foram aqueles que menos acessaram cursos de qualificação profissional.

Os beneficiários que fizeram um curso estão representados em 68% na classe D e 63,3%% são aqueles que fizeram dois cursos ou mais.

Entre aqueles que estão na classe C, 26% fizeram um curso e 32,2% dois ou mais.

Podemos afirmar ainda que os entrevistados que pertencem à classe C foram mais proativos neste aspecto, na medida em que estes representam um percentual maior de pessoas que realizaram dois cursos (32,8%) dentro da classe em relação à aqueles realizaram apenas um curso (26,9%).

Tabela 29 - Classe social * Fez algum curso Preparatório para conseguir trabalho

Fez algum curso preparatório para conseguir trabalho				
Sim, dois ou				
	Sim, um	mais	Não	Total
Classe C	133 26,9%	60 32,8%	552 17,5%	745 19,4%
Classe D	340 68,8%	116 63,4%	2338 74,0%	2794 72,8%
Classe E	21 4,3%	7 3,8%	267 8,4%	295 7,7%
NS/NR	0 ,0%	0 ,0%	3 ,1%	3 ,1%
Total	494 100,0%	183 100,0%	3160 100,0%	3837 100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Na tabela 30 é possível perceber que o maior percentual de pessoas que realizaram cursos para conseguir trabalho está concentrado de forma gradativa e proporcional entre aqueles com maiores níveis de escolaridade, a partir do

ensino fundamental. Aqueles que são analfabetos ou possuem primário incompleto, provavelmente por possuir baixo capital cultural tiveram pouca inserção em atividades de qualificação para o mercado de trabalho. Ainda assim, 17,4% dos entrevistados que freqüentaram no máximo o primário incompleto estão entre os 17,2% que fizeram um curso para conseguir trabalho e 8,2% fizeram dois cursos ou mais.

Tabela 30 - Até que série estudou * Fez algum curso Preparatório para conseguir trabalho

	Fez algum curso preparatório para conseguir trabalho			Total
	Sim, dois ou		Não	
	Sim, um	mais		
Analfabeto/sem instrução	15 3,0%	1 ,5%	274 8,7%	290 7,6%
Primário incompleto	71 14,4%	15 8,2%	909 28,8%	995 25,9%
Primário completo ou ginásio incompleto	136 27,5%	41 22,4%	1063 33,6%	1240 32,3%
Primeiro grau completo	76 15,4%	30 16,4%	326 10,3%	432 11,3%
Segundo grau incompleto	79 16,0%	30 16,4%	243 7,7%	352 9,2%
Segundo grau completo	109 22,1%	54 29,5%	309 9,8%	472 12,3%
Superior incompleto	5 1,0%	10 5,5%	16 ,5%	31 ,8%
Superior completo	1 ,2%	1 ,5%	6 ,2%	8 ,2%
NS/NR	2 ,4%	1 ,5%	13 ,4%	16 ,4%
Total	494 100,0%	183 100,0%	3159 100,0%	3836 100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Quanto ao otimismo em relação à qualificação para o mercado de trabalho, 49,7% dos entrevistados que realizaram cursos (dentre 17% do universo total que fez cursos), afirmam que vão conseguir trabalho ou ganhar dinheiro.

Por outro lado, o percentual daqueles que consideram que não vão conseguir emprego (33,9%), somados com aqueles que pensam que talvez consigam (13,8%) e os que não sabem (os 2,8% que responderam não saber) atinge cerca de 50%. Este número expressa significativo grau de insegurança quanto às possibilidades de inserção profissional.⁵⁰

Tabela 31 - Acredita que com esse curso vai conseguir emprego ou renda

Acredita que com esse curso vai conseguir emprego ou renda				
Sim	Não	Talvez	NS/NR	Total
2	0	2	0	4
,3%	,0%	,3%	,0%	,6%
101	62	22	4	189
14,9%	9,2%	3,3%	,6%	28,0%
220	156	65	14	455
32,5%	23,1%	9,6%	2,1%	67,3%
13	11	4	0	28
1,9%	1,6%	,6%	,0%	4,1%
336	229	93	18	676
49,7%	33,9%	13,8%	2,7%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

De acordo com os dados de escolaridade e situação de trabalho dos entrevistados, a tabela 32 sinaliza claramente que melhores níveis educacionais provocam impacto no acesso a melhores condições de trabalho e também corrobora a afirmação de Barros et al (1997): mulheres pobres e com

⁵⁰ - Este aspecto será mais aprofundado no capítulo IV com o cotejamento dos dados qualitativos que foram feitos através de entrevistas em profundidade com beneficiários, gestores e coordenadores de CRAS.

níveis de escolaridade mais baixo tendem a ocupar piores postos devido também, à desigualdade de gênero existente no mercado de trabalho.

De acordo com os dados referentes às “donas de casa” podemos mencionar que a baixa escolaridade está relacionada aos maiores percentuais de pessoas beneficiárias do PBF fora do mercado de trabalho, na medida em que os dados apresentados abaixo sinalizam que quanto maior o número de anos de escolaridade menor é percentual de pessoas que se declaram nesta condição de trabalho (donas de casa).

Por outro, lado os desempregados estão na proporção inversa, ou seja, há pessoas dos variados níveis educacionais desempregados e de forma crescente, ou seja, os analfabetos e pessoas com menos de oito anos de estudos não estão representados em maior proporção entre os beneficiários do BPF⁵¹ desempregados no momento da pesquisa.

Ainda assim, se consideramos os percentuais dos empregados cotejados com o aumento do número de anos de estudos entre os beneficiários do Programa Bolsa Família que foram entrevistados, podemos afirmar que o acesso a níveis educacionais mais elevados tem repercutido em melhores situações de acesso ao trabalho e renda no que se refere aos postos de trabalho formal.

Para dar mais ênfase à afirmação acima verificamos que os percentuais de pessoas que se declaram como funcionários públicos também são cada vez maiores na proporção em que os níveis educacionais também são maiores.

⁵¹ - Este fato pode ser decorrência de inúmeros problemas enfrentados pelo indivíduo que, apesar de ter tido maior acesso à escola, no momento da pesquisa encontrava-se desempregado. Justificando assim, a necessidade de receber apoio governamental para a sobrevivência. Todavia este aspecto merece estudos mais aprofundados que não são objeto desta tese, mas serve de importante reflexão para do campo da relação entre pobreza e escolaridade.

Tabela 32 - Situação Profissional do responsável legal * Até que série estudou

	Até que série estudou									Total
	Analfabeto/sem instrução	Primário incompleto	Primário completo ou ginásio incompleto	Primeiro grau completo	Segundo grau incompleto	Segundo grau completo	Superior incompleto	Superior completo	NS/NR	
Empregado	2	51	113	49	39	86	6	1	0	347
Assalariado	,7%	5,1%	8,9%	11,2%	10,9%	17,8%	19,4%	12,5%	,0%	8,9%
Autônomo/ Conta própria	47	197	250	67	75	81	4	0	4	725
	16,4%	19,6%	19,7%	15,3%	20,9%	16,8%	12,9%	,0%	20,0%	18,6%
Profissional Liberal	0	4	7	6	3	4	0	0	0	24
	,0%	,4%	,6%	1,4%	,8%	,8%	,0%	,0%	,0%	,6%
Estudante	0	0	6	2	3	1	3	1	0	16
	,0%	,0%	,5%	,5%	,8%	,2%	9,7%	12,5%	,0%	,4%
Desempregado	43	214	270	120	92	119	7	2	3	870
	15,0%	21,3%	21,3%	27,3%	25,7%	24,6%	22,6%	25,0%	15,0%	22,3%
Aposentado	31	40	23	10	2	5	0	0	2	113
	10,8%	4,0%	1,8%	2,3%	,6%	1,0%	,0%	,0%	10,0%	2,9%
Dona de casa	137	404	485	141	106	131	5	2	6	1417
	47,7%	40,1%	38,2%	32,1%	29,6%	27,1%	16,1%	25,0%	30,0%	36,3%
Funcionário Público	0	1	4	3	1	17	3	2	4	35
	,0%	,1%	,3%	,7%	,3%	3,5%	9,7%	25,0%	20,0%	,9%
Empregada Doméstica	8	60	64	29	30	31	1	0	1	224
	2,8%	6,0%	5,0%	6,6%	8,4%	6,4%	3,2%	,0%	5,0%	5,7%
Outro	18	32	43	11	7	7	2	0	0	120
	6,3%	3,2%	3,4%	2,5%	2,0%	1,4%	6,5%	,0%	,0%	3,1%
NS/NR	1	4	4	1	0	1	0	0	0	11
	,3%	,4%	,3%	,2%	,0%	,2%	,0%	,0%	,0%	,3%
Total	287	1007	1269	439	358	483	31	8	20	3902
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DataUFF, março/2008.

Conclusões

De acordo com os resultados apresentados ao longo deste capítulo o Programa Bolsa Família em certa medida parece de fato ter importância - como a literatura aponta - para explicar a melhoria das condições socioeconômicas dos mais pobres e a redução da desigualdade de renda no Brasil na última década.

A metodologia aplicada nos permite afirmar que quanto maior o número de anos em que os entrevistados são beneficiários do PBF, maior é a possibilidade de aferir melhores níveis de renda.

Em consequência deste fator, pudemos identificar um maior acesso ao consumo de bens duráveis resultando também em uma maior concentração de pessoas de classe C (pelo Critério Brasil) entre os entrevistados que faziam parte do grupo experimental (acima de dois anos no Programa), em relação à aqueles que estavam há menos de dois anos no Programa (grupo de controle).

Identificamos também que embora a literatura aponte para a importância de maior graduação escolar para ter acesso à renda e ao mercado de trabalho, este elemento não foi encontrado de forma linear em nossa pesquisa. Para entendermos melhor estes resultados existe uma necessidade de estudos qualitativos. Estes estudos permitiriam entender melhor este grupo de pessoas que possuem melhores níveis de escolaridade, mas que, no entanto, encontram-se em situação de pobreza e dependência do governo. Ainda que possam ser classificados em um grupo social intermediário, suas possibilidades de aferir renda parecem ser tão difíceis quanto das pessoas que estão com níveis de escolaridade menores.

Outro estudo importante entre os beneficiários da classe C no PBF é identificar os motivos que levaram estas pessoas a procurar o Programa, buscando entender um pouco mais a trajetória de vida destes indivíduos.

Mais um ponto importante a ser ressaltado por nós é que o método utilizado, nos possibilitou identificar um aspecto muito relevante que é a importância de maiores níveis de escolaridade e acesso ao mercado de trabalho.

Os maiores percentuais de donas de casa estão concentrados na classe E, e possuem os níveis educacionais mais baixos quando comparados com a classe C. Caso tivéssemos optado por trabalhar com o critério de renda, esta conclusão não seria possível, tendo em vista que a grande maioria dos entrevistados, ao serem classificados pelos níveis de renda aferidos, não ultrapassam a classe E (89%).

Isto significa também dizer que não estamos falando de uma nova classe média empoderada pelo Programa Bolsa Família, mas sim de pessoas que já tinham disposições (Souza, 2011) que fizeram com que a entrada para o Programa resultasse em repercussões positivas na vida destas famílias. Por fim cabe destacar que embora, seja possível afirmar que o PBF apresenta resultados positivos na renda familiar e que é possível que o número de anos traga repercussões, também positivas, na economia doméstica destes indivíduos, parecem estar se mantendo as desigualdades regionais no Brasil. Isto por que a região Nordeste ainda agrega os maiores percentuais de beneficiários que estão nas classes sociais mais baixas (D e E).

No próximo capítulo apresentaremos a análise dos dados de trabalho entre os beneficiários do Programa e as possibilidades de inserção profissional para geração de trabalho e renda deste público em programas existentes.

CAPITULO IV - O EMPREGO ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

1 – Introdução

Para compor este capítulo vamos continuar a análise do banco de dados da Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família desenvolvida nos anos de 2007 a 2008. Aqui trabalharemos os dados levantados referentes a trabalho, geração de renda e acesso a cursos de capacitação para inserção no mercado de trabalho. Estes dados serão ainda, cotejados com outra etapa da pesquisa realizada em 2010 e 2011 que buscava entender se houve algum avanço neste campo a partir da comparação entre os dados levantados anteriormente e neste ano.

Esta pesquisa de 2010 e 2011 foi pensada visando responder a indagação acerca do impacto dos programas de transferência de renda no que se refere a geração de trabalho e renda entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Desta forma o questionário utilizado na pesquisa de 2007/2008 é o mesmo utilizado em 2010 e 2011, possibilitando assim a comparação das perguntas chaves ligadas ao objetivo desta tese.

A amostra conserva as mesmas características de distribuição espacial apresentada na introdução desta tese, no entanto, sofreu uma redução no tamanho em 2010 e 2011, portanto o universo entrevistado é de 2.324 famílias

em todo o território nacional, que eram beneficiárias do Programa há mais de dois anos.

Conforme foi mencionado também na introdução desta tese, a pesquisa de 2007/2008 continha também uma coleta de dados qualitativa que abordou beneficiários do PBF com mais de dois anos no Programa e os atores responsáveis pelo Programa Bolsa Família junto à gestão Municipal, compreendendo assim um conjunto de 169 entrevistas em profundidade realizadas com secretários municipais, coordenadores do Programa no nível municipal, coordenadores de CRAS e assistentes sociais que atuavam em CRAS de 21 municípios. Estas cidades foram extraídas do conjunto de 53 municípios que compuseram a amostra para a coleta de dados quantitativos.

Outros dois critérios relevantes para a escolha da amostra de municípios onde ocorreu a abordagem qualitativa foi o fato de o município ter CRAS e seu porte. Sendo assim, as cidades escolhidas deveriam conter pelo menos um CRAS implementado na época da pesquisa e ainda houve um espalhamento que considerou o porte, ou seja, foram contemplados municípios de pequeno, médio, grande porte e capitais. A relação de municípios que compuseram esta amostra pode ser consultada no anexo 2 desta tese.

Os dados qualitativos coletados de 2007 a 2008 serão cotejados com os quantitativos levantados nestes anos e nos anos de 2010 e 2011, com a expectativa de verificar:

- a) se houve maior inserção no mercado de trabalho por parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família,
- b) se houve participação em cursos de capacitação para geração de trabalho e renda,
- c) e qual a visão dos atores responsáveis pelo Programa e dos beneficiários sobre possíveis limites desta inserção.

2 - A importância do SUAS para fortalecimento da rede socioassistencial e operacionalização das ações direcionadas às famílias beneficiárias do PBF no CRAS.

Antes de entrarmos na análise dos dados julgamos importante registrar que além das ações apontadas na introdução desta tese, implementadas pelo o governo brasileiro a partir de 2003, foram também criados mecanismos para colocar em prática as mudanças necessárias previstas na Constituição de 1988, dentro do campo da assistência social.

A ação mais importante foi a criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e, posteriormente, dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social). Tal criação configurou-se como marco histórico das políticas sociais no Brasil. Isto por que permitiram avanços que foram alcançados na última década, em termos de estruturação e organização do conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que compõem a rede socioassistencial no Brasil.

Através da institucionalização da Política Nacional de Assistência Social, de setembro de 2004 (PNAS – 2004) e da emissão da Norma Operacional Básica, de julho de 2005 (NOB/SUAS – 2005), podemos verificar como se dá o funcionamento do SUAS visando o fortalecimento da rede de proteção social e os instrumentos que ele deverá dispor para alcançar seus objetivos.

A questão central é colocar em prática a política de universalização de acesso à rede de proteção social enquanto sistema, com a garantia de acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem e a descentralização administrativa, com competências específicas e comando único em cada esfera de governo (Federal, Estadual e Municipal). Estes se constituem em princípios organizativos do SUAS.

Sua dinâmica prevê que a atuação deve ser socialmente orientada pela ação pública territorialmente adequada e democraticamente construída. (NOB/SUAS, 2005). A premissa básica, portanto é buscar apoio na família, na comunidade e nas esferas públicas e privadas para o enfrentamento das questões ligadas a exclusão social e a pobreza que cresceram em grande proporção nas décadas de 80 e 90, possibilitando assim um reordenamento da política de assistência social.

Visando atuar sobre a exclusão e extrema pobreza foram implementadas de ações inclusivas como a disseminação de benefícios, serviços, programas e projetos de proteção social básica e/ou especial, para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Neste contexto, junto às discussões de criação de programas de renda mínima e políticas de transferência de renda através de benefícios monetários destinados às famílias pobres surgiu também a necessidade de criar mecanismos eficientes para a operacionalização destes programas e das ações que deles derivariam.

Esses programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, funcionam como medidas compensatórias que buscam aliviar a pobreza e assegurar um patamar mínimo de satisfação das necessidades básicas, além da inserção ou re-inserção das famílias pobres na rede de serviços previstos dentro da proteção social básica, tais como acesso à saúde e educação.

No Brasil tal como nas democracias ocidentais, tais programas assumem a forma de transferência direta de renda às famílias ou aos indivíduos, seja sob a forma de auxílio a subsistência, de subsídio a moradia e de acesso a alimentação. Os programas são destinados a cobrir déficits de renda das famílias mais vulneráveis, permitindo-lhes viver com menos riscos. (SIMÕES, 2006, p. 94), ofertando um conjunto de serviços dentro do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) que são operacionalizados nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Como foi mencionado anteriormente a criação dos CRAS foi uma resposta para dar materialidade ao SUAS. Estes equipamentos em tese devem ser implantados nas áreas identificadas como aquelas que agregam os maiores índices de vulnerabilidade social.

Dentro do CRAS são desenvolvidas ações socioassistenciais destinadas às famílias que são demandantes destes serviços, funcionando como um equipamento que serve de espaço para concretização da garantia dos direitos sociais que a política de assistência deve assegurar.

Em geral é através do CRAS que se dá o primeiro acesso das famílias à proteção social e ao conjunto de direitos socioassistenciais que dela derivam. Constituindo-se assim como principal articulador da inserção das famílias na rede de Proteção Básica. Quando necessário as famílias são encaminhadas para a rede de Proteção Especial que é operacionalizado no CREAS.

O desenho desta política pressupõem ser necessário que haja uma estrutura física local compatível com o trabalho que deve ser desenvolvido com as famílias que vivem no seu entorno, configurando assim o território de abrangência do mesmo. O PAIF é a condição principal para a existência do CRAS, como já foi visto anteriormente, no entanto outros serviços podem ser desenvolvidos naquele espaço. Desde que a estrutura seja adequada ao trabalho social que deve ser feito com as famílias e haja compatibilidade para o atendimento de outras demandas e não modifiquem substancialmente as funções e natureza do equipamento CRAS.

Isto diz respeito também às atividades de geração de trabalho e renda a serem desenvolvidas com as famílias. Caso estas sejam ofertadas no CRAS é necessário o acompanhamento do Conselho Municipal da Assistência Social e em caso destes serviços arrecadarem algum tipo de recurso financeiro, este deve ser destinado aos usuários ou aos serviços ali desenvolvidos.

No entanto, optamos por realizar entrevistas juntos aos coordenadores do CRAS e assistentes sociais que desenvolviam ações dentro do território de abrangência, em uma tentativa de obter informações junto ao conjunto de profissionais que atuam diretamente nas comunidades. Nosso objetivo foi identificar as possibilidades e limites de inserção dos beneficiários do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na geração de renda, do ponto de vista destes profissionais.

Diante de material tão farto, o que procuraremos fazer nesta tese é a uma compreensão, analítica e interpretativa, dos principais problemas sociais que se depreendem das entrevistas qualitativas realizadas com os profissionais que coordenam os CRAS. Nas entrevistas podemos detectar as vivências e as experiências profissionais relacionadas com a implantação do Programa Bolsa Família e a avaliação dos resultados por estes alcançados, cotejados com dados quantitativos referentes ao quesito “trabalho” entre os anos de 2007 a 2008 e 2010 a 2011.

Far-se-á ainda, uma análise comparativa dos problemas formulados pelos assistentes sociais, em cotejo com a fala dos beneficiários, atentos ao conteúdo das argumentações e tendo sempre em mira que o critério utilizado na concessão do Programa Bolsa Família está ancorado na distinção entre pobreza e a extrema pobreza. O alvo de tal cotejo é apontar convergências e

divergências entre o que foi formulado pelos coordenadores dos CRAS e o que expressou o beneficiário; somente a partir desse confronto é possível ter uma compreensão dos aspectos positivos e das limitações que foram apontadas a respeito das ações que vem sendo desenvolvidas junto aos beneficiários do PBF.

De forma geral é preciso assinalar que ao analisar os dados em todo o seu conjunto, não há menção – tanto da parte dos assistentes sociais quanto dos beneficiários – de alguma falha ou lacuna na gestão ou no funcionamento do Programa Bolsa Família. Quanto a esse aspecto organizativo ou administrativo, a pesquisa revela que não foi registrada nenhuma queixa ou reivindicação no conjunto das pessoas que foram entrevistadas.

Outro fator importante a ser mencionado é que de acordo com as atribuições mencionadas acima e informações que constam na página do MDS (www.mds.gov.br 07.04.2013, 20hs) não é atribuição do CRAS desenvolver ações de geração de trabalho e renda junto aos beneficiários dos programas sociais, no entanto, caso haja compatibilidade e estrutura, estes podem ser ofertados.

Desta forma, acreditamos que devido à falta de estrutura física, à dificuldades de operacionalização de serviços, à falta de recursos humanos e ainda para facilitar o acesso das famílias beneficiárias do PBF; na maioria dos locais as ações de geração de trabalho e renda ocorriam no CRAS. Exceto em duas capitais do Sudeste.

Nestas os responsáveis pelo Programa na Secretaria de Assistência Social declaram que não fazia parte da política implementada desenvolver ações de geração de trabalho e renda junto ao público do PBF e que quando era identificada a demanda através do CRAS os beneficiários eram encaminhados para o sistema S` (SEBRAE, SENAC, SENAI etc.) ou então à Secretária que cuida especificamente desta questão que é a Secretaria de Trabalho existente no município.

“Não. Aqui nós não temos uma política de trabalhar ações de geração de renda junto aos beneficiários do Bolsa. Estas ações são desenvolvidas na SETRAB que é a secretaria responsável por toda esta questão de trabalho no município, assim quando a gente tem uma demanda nós encaminhamos para lá.” (entrevistada na gestão municipal na região Sudeste).

“Nós aqui não desenvolvemos estas ações, mas quando tem algum beneficiário que procura o CRAS solicitando apoio neste sentido, nós encaminhamos para o sistema S que funciona muito bem aqui.” (entrevistada na gestão municipal na região Sudeste).

Neste sentido, cabe-nos ressaltar a importância do CRAS enquanto equipamento público que serve como aparato do Estado para dar acesso aos beneficiários dos Programas Sociais a outras ações e até mesmo como cumprimento da sua principal meta que é o desenvolvimento do PAIF.

Através da fala dos atores identificamos que muitas atividades desenvolvidas tinham como objetivo final o ensino de alguma atividade, geradora também de renda familiar. No entanto, de acordo com a análise dos coordenadores de CRAS acerca do trabalho desenvolvido, estas ações seriam importantes para criar laços comunitários ou, mesmo familiares. Podemos assim afirmar que estas ações, possuem um caráter socializador e educativo podendo ser conciliado com outras que tem objetivos de integração e socialização, na medida em que forem respeitadas as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social.

Cabe ressaltar aqui que os entrevistados mencionam que a maioria do público participante é do sexo feminino e donas de casa, mas que muitas vezes levam os filhos ou idosos. Transformando assim o CRAS também, em um espaço de vivência comunitária e familiar.

As atividades com o objetivo de capacitar os indivíduos profissionalmente são em sua grande maioria ofertadas a este público e, portanto, são cursos de cabeleira, manicura, artesanato com influencia regional, confeitaria, culinária, etc.

Ao serem questionados sobre as opções de escolha de cursos a serem ofertados, alguns disseram que esta se dava de acordo com a demanda espontânea, ou seja, os frequentadores do CRAS eram consultados sobre suas preferências e conseqüentemente as inscrições para os cursos de maior destaque eram abertas.

Os entrevistados por parte da coordenação do CRAS e assistentes sociais mencionam a influencia do baixo nível educacional tanto na escolha dos entrevistados do que cursar, quando surgem possibilidades de outras ofertas que a gestão municipal faz, mas que nem sempre é possível implementar porque, dependendo do curso a baixa escolaridade dos beneficiários apresenta-se como barreira para o desenvolvimento. Sendo assim, remetem as opções ofertadas a uma justificativa já apontada no capítulo anterior que é a dificuldade que os beneficiários têm de almejar o exercício de funções mais bem remuneradas devido a uma limitação imposta pelo grau de escolaridade.

Ainda assim, identificamos visões otimistas que afirmam que estes cursos ao longo do tempo poderão mudar a trajetória das famílias beneficiárias do Programa.

Exemplos concretos disso só encontramos em um município do Sudeste dentre os 21 que compuseram a amostra, onde uma beneficiária participou de cursos ofertados pela gestão municipal, com o dinheiro do benefício passou a comprar material para aplicar seu conhecimento adquirido e conseqüentemente a vender o que era produzido. Isto possibilitou que a mesma procurasse o CRAS para comunicar que não precisava mais do benefício porque estava conseguindo aferir renda.

Acreditamos que até a ocasião da pesquisa isto era uma excepcionalidade, mesmo porque os percentuais de beneficiários do Programa que já tinham participado de algum curso ofertado pelos aparatos públicos até os anos de 2010-2011 não ultrapassa os 20%, conforme veremos na análise que vamos apresentar na seqüência.

3 - Limites e possibilidades de inserção dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho.

3.1. O trabalho entre os beneficiários do PBF entre 2004 e 2010.

A análise das entrevistas em profundidade sobre o trabalho desenvolvido pelos beneficiários antes de receber o dinheiro do Programa revelam, como podemos observar também na tabela abaixo, de acordo com os dados coletados na pesquisa quantitativa em 2010/2011, que temos um bom contingente de beneficiários do Programa Bolsa Família que até então permaneceu em sua condição de excedente: gente lançada na informalidade fazendo faxina como diarista (26,8%), vendendo coisas nas praias ou outros lugares (11,3%) catando lixo e materiais recicláveis nas ruas (3,9%), entre outras ocupações. Além de outro excedente marginalizado de 26,8% de pessoas em idade adulta que não exerciam atividade de trabalho antes de passar a receber o dinheiro do Programa.

Tabela 33 - Antes de receber o PBF realizava alguma atividade para ganhar dinheiro

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Não	1044	26,8	26,8	26,8
Fazia faxina (diarista)	1116	28,6	28,6	55,4
Vendia coisas na praia ou em outros lugares	440	11,3	11,3	66,6
Era empregada doméstica	267	6,8	6,8	73,5
Artesanato	126	3,2	3,2	76,7
Lavadeira / passadeira	93	2,4	2,4	79,1
Trabalhador rural / agricultor	65	1,7	1,7	80,8
Manicure / cabeleireira	73	1,9	1,9	82,6
Costureira / ajudante de costura	60	1,5	1,5	84,2
Catava papel e outros materiais recicláveis	153	3,9	3,9	88,1
Biscate / bico	137	3,5	3,5	91,6
Outros	166	4,3	4,3	95,8
Trabalhador da construção civil	28	0,7	0,7	96,6
NS/NR	134	3,4	3,4	100
Total	3902	100	100	

Fonte DataUFF, março/2008.

A análise dos dados qualitativos cotejados com estes apresentados na tabela anterior nos coloca na pauta do que tem sido abordado em Souza (2011 e 2012) e nos remete a uma necessidade de reflexão sobre a conjuntura em que estes beneficiários estão inseridos. A questão é avaliar se procede compreendê-los como reserva de mão-de-obra, que poderia um dia ser empregada, ou se podem ser compreendidos como excedentes inempregáveis, que o sistema moderno de produção não consegue incorporar. Portanto, não se trata de um fenômeno efêmero e conjuntural (que seria corrigido ou sanado com mais desenvolvimento econômico), e sim de uma anomalia imanente à estrutura social brasileira.

Segundo esse ponto de vista sociológico estes estariam ausentes do sistema assalariado, tendo em vista que não possuem o conjunto de disposições necessários e por conseguinte estão longe da lógica do mercado formal de trabalho, extraindo o seu sustento de atividades marginalizadas, oportunidades precárias que surgem no dia-a-dia e permitem a sua subsistências e de seus dependentes.

Neste sentido, podemos afirmar que a ausência de possibilidades de inserção profissional vinculado ao mercado produtivo de bens e valores econômicos provoca uma segregação ocupacional dos pobres que os remete às relações de trabalhos instáveis.

Isto traz como consequência um incômodo observado na fala dos beneficiários da Bolsa Família durante as entrevistas muito próximo da dimensão psíquica depressiva expressada por Souza (2011, pg.407) quando trata das questões de auto-estima dos pobres marginalizados e a forma como isto é transmitido através dos laços de afeto.

Podemos afirmar que o incômodo de não trabalhar formalmente é identificado com a sensação de não existir, à medida que expressam em suas falas que gostariam de trabalhar para dar dignidade aos filhos.

Este tipo de visão nos remete a uma contraposição das falas dos beneficiários do PBF e dos atores responsáveis pela operacionalização do Programa e suas considerações sobre a situação de pobreza em que os beneficiários estão inseridos. Esta visão, de acordo com análise das entrevistas está expressa em falas e visões imediatistas que resultam na

responsabilização dos pobres por serem pobres e necessitarem da proteção do Estado (Medeiros, 2007). Há uma freqüente afirmação de que os participantes do Programa não consideram o benefício como algo provisório, mas sim como um meio de sobrevivência vitalício.

No gráfico abaixo podemos verificar que, de acordo com os percentuais de respostas dadas, há sinalização de uma grande indefinição por parte dos beneficiários sobre o tempo em que o benefício será concedido a eles. Os maiores percentuais de respostas são para não sabe ou não respondeu, quando perguntados por quanto tempo consideram que ainda vão continuar recebendo o dinheiro do Programa Bolsa Família.

Este percentual de resposta por si só revela a instabilidade em que estas pessoas vivem e o que Souza (2011) sinaliza como resultado dos seus estudos: a insegurança expressa nas suas falas e comportamentos frente à necessidade de ganhar dinheiro para sobreviver, almejar condições financeiras melhores e conseqüentemente continuar vivendo.

Por outro lado, é impossível negar que a idéia de que o benefício é algo que pode durar muito tempo ou a vida toda é claramente expresso nos percentuais de respostas que denotam períodos de longa duração, tais como a vida toda, mais de cinco anos, até o filho mais novo completar a maioridade, tempo indeterminado, etc.

A idéia de que o PBF era algo ligado à figura do Presidente Lula é um fato que deve ser observado. De forma curiosa de acordo com os dados abaixo, após o término do seu mandato⁵² não aparece como resposta na pesquisa realizada entre 2010 e 2011 - esta resposta na qual se afirma que o dinheiro do Programa seria recebido até o término do governo Lula - mas entre 2007 e 2008 apareceu com um percentual de respostas de 3%.

Durante as entrevistas em profundidade, onde as pessoas podiam falar mais livremente e expressar suas ideias sobre o Programa, a percepção de que o PBF tinha sido criado por este presidente e que ao sair do cargo o mesmo poderia ser extinto aparece de forma mais frequente ainda.

Um ponto muito importante que a análise transversal dos dados nos revela e corrobora com a análise dos dados qualitativos é a afirmação que

⁵² - O segundo mandato do Presidente Lula terminou em dezembro de 2010.

fizemos acerca do sentimento de insegurança expressa nas falas dos beneficiários do PBF, o que está identificado nos percentuais de respostas que remetem a incapacidade de mensurar o tempo que ainda vão receber dinheiro do Programa.

O percentual de respostas para não sabe ou não respondeu era muito alto em 2007/2008 (46,7%) diminuiu para 29,2% em 2010/2011, no entanto as respostas que denotam relação de dependência vitalícia ou um tempo muito longo estimado pelos entrevistados para continuar recebendo o dinheiro do benefício também aumentou em percentuais consideráveis entre os dois períodos em que fizemos a coleta de dados. Notadamente, a resposta “para toda a vida” teve um percentual de respostas de 2,6% em 2007/2008 e aumento expressivo na coleta de dados de 2010/2011 (10,7%). Assim como todos os itens outros que já mencionamos como respostas que identificam que os entrevistados estabelecem uma relação de dependência em relação ao Programa apresentaram percentuais maiores entre os dois períodos.

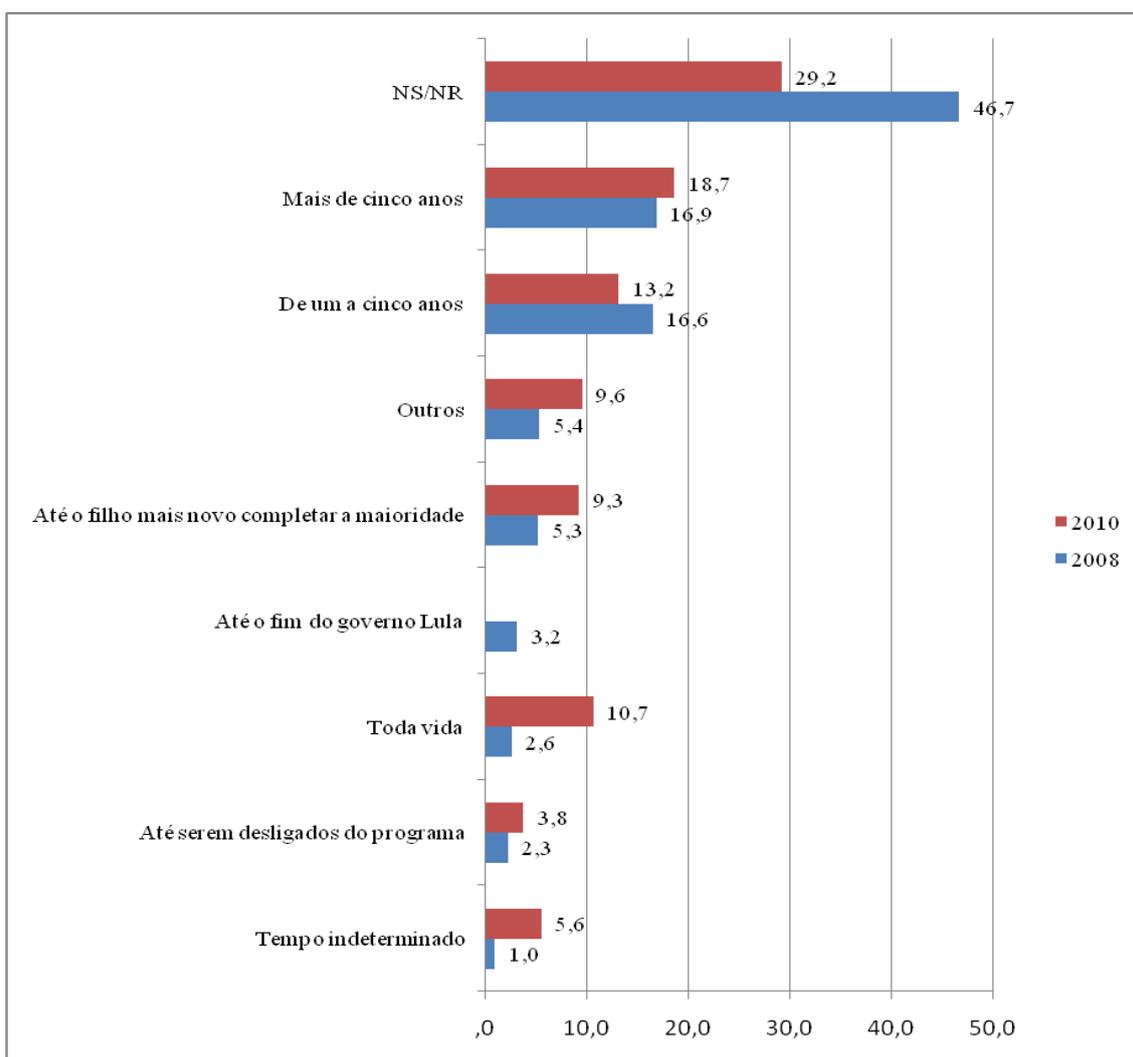
Embora sejam necessários estudos mais apurados e com metodologias específicas para dimensionar o que de fato ocorreu entre estes períodos, e ainda se isto resultou em um comportamento mais pessimista dos beneficiários do Programa em relação à expectativa de conseguir um emprego e deixar de precisar do benefício, a análise destes dados também nos remete à possível conclusão de que o sentimento de insegurança dos entrevistados aumentou em relação a possibilidade de obter autonomia.

Esta insegurança pode ser justificada à medida que um dos maiores efeitos do Programa apontados no segundo capítulo e pela literatura que apresenta resultados de avaliações de uma forma geral se faz sobre a situação de insegurança alimentar das famílias beneficiárias. O dinheiro recebido permite a compra de alimentos e notadamente as entrevistas qualitativas apontam que os beneficiários consideram que a alimentação da família melhorou. Então, não ter uma previsão de saída do programa não pode ser confundido com falta de disposição para o trabalho, mas sim como falta de garantia de um mínimo necessário para a sobrevivência destes indivíduos e seus familiares.

Ainda no que tange às expectativas referentes ao tempo de dependência do benefício, nos dados abaixo é possível verificar que em 2010/2011 tivemos

um percentual de 2,7% de respostas para “até quando arrumar um emprego” e em 2007/2008 não obtivemos nem 1%, ainda que esta resposta seja um sinal de maior otimismo em relação à possibilidade de arrumar um emprego, os percentuais de respostas que denotam pessimismo e relação de dependência do PBF já listados foram muito maiores entre um período e outro, como pôde ser observado.

Gráfico 6 - Por quanto tempo acha que vai continuar recebendo o Bolsa Família



Fonte: DataUFF, março/2008/2010

Segundo os agentes institucionais responsáveis pela operacionalização do Programa em nível municipal entrevistados, a falta de entendimento de que o PBF não é uma política pública, mas sim uma medida emergencial na vida

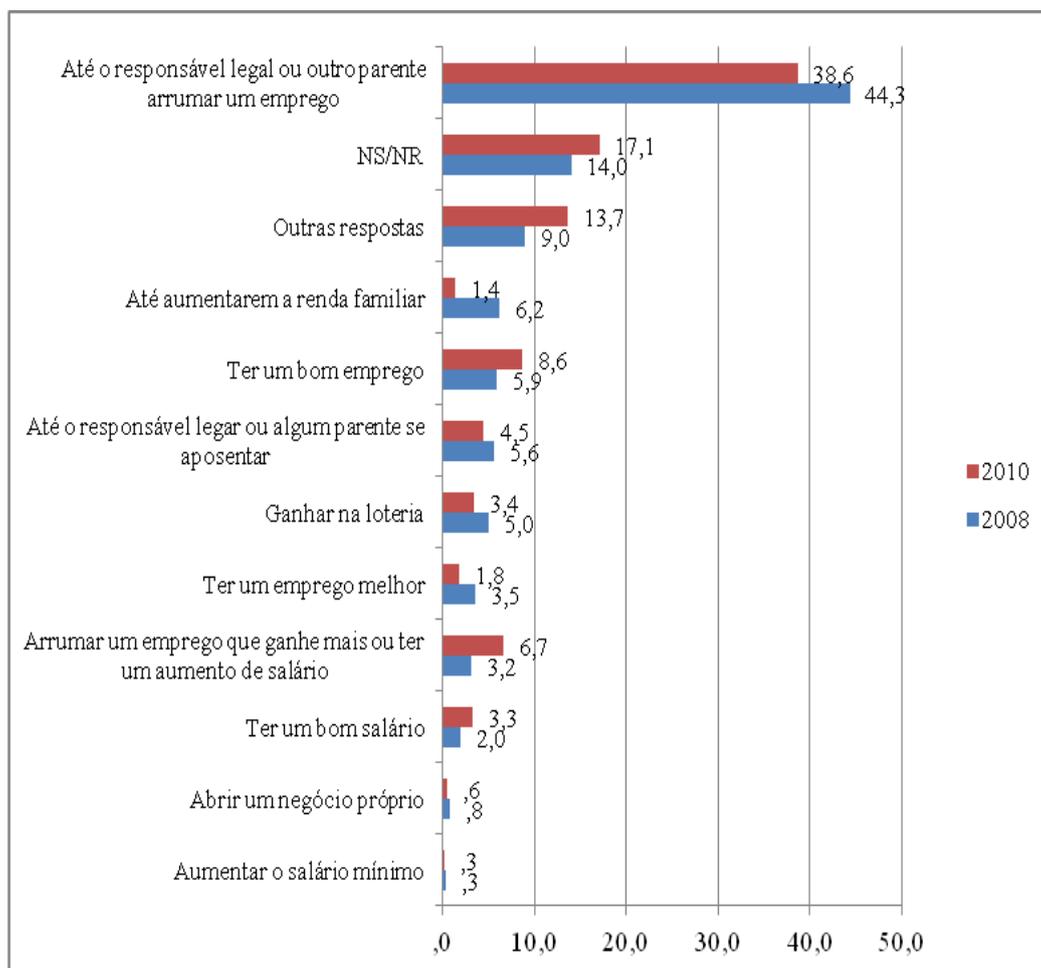
das famílias e por um período determinado, gera um comportamento acomodaticio, servindo assim de obstáculo para que o indivíduo busque sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Porém podemos afirmar que tal avaliação é contraditória em relação ao que as entrevistas com os beneficiários revelam.

Dentre as expectativas dessa população o desejo de arrumar um emprego para deixar de ser beneficiário do Programa foi manifestado em muitas entrevistas e em todas as regiões. Os dados que subsidiaram a construção do gráfico abaixo reafirmam o que foi constatado a partir da leitura das entrevistas em profundidade.

“Até eu arrumar um emprego ou alguém da família” é a resposta que apresenta percentuais mais altos em todas as duas fases da pesquisa – em 2007/2008 foram 44,3% de respostas para esta categoria e em 2010/2011 foram 38,6%, seguidos de ter um bom emprego – em 2007/2008 os percentuais foram de 5,9% e em 2010/2011 de 8,6%, ter um aumento de salário ou arrumar um emprego que ganhe melhor – em 2010/2011, 6,7% e em 2007/2008, 3,2%, estão entre os mais mencionados.

Aqueles que apresentam uma descrença muito grande na possibilidade de aferir renda de trabalho a ponto de não precisar mais do dinheiro do PBF respondem que é preciso ganhar na loteria para que isto ocorra: em 2007/2008 tivemos um percentual de 5,5% destas respostas e em 2010/2011, 3,4%.

Gráfico 7 - O que é preciso acontecer na sua vida para não precisar mais receber o dinheiro do Bolsa Família



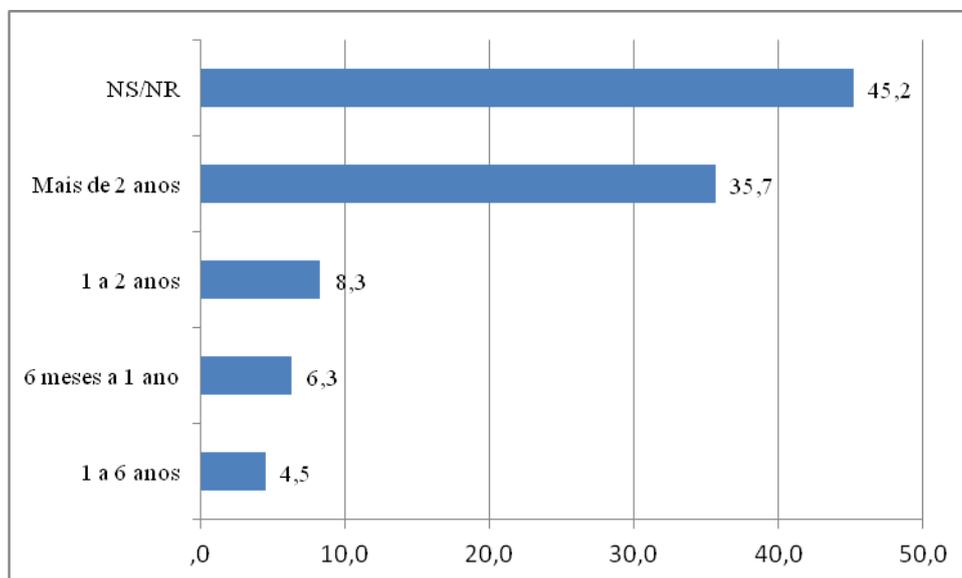
Fonte: DataUFF, março 2008/2010.

De qualquer forma dentre aqueles que têm expectativa de arrumar um emprego, ter um aumento, melhorar a renda familiar, entre outras situações vistas anteriormente como possibilidades de independência do BPF, em 45,2% dos casos entrevistados há uma indefinição expressa nas respostas quanto ao tempo necessário para que isto ocorra. Outro percentual bastante significativo considerava que em dois anos isto seria possível (35,7%). Outros 8,3% consideram que era necessário de 1 a 2 anos e cerca de 10% no máximo um ano.

Se considerarmos que o tempo estimado é, na perspectiva dos beneficiários, de curto e médio prazo, podemos afirmar que mais de 50% são bastante otimistas quanto à possibilidade de inserir-se no mercado ou ter

algum membro da família inserido, ou ainda que os salários aumentem. O que é contraditório a todas as informações já analisadas até aqui.

Gráfico 8 - Quanto tempo acha que vai ser necessário para que isso ocorra



Fonte: DataUFF, março, 2010.

Outro aspecto que deve ser considerado é a instabilidade financeira e o tempo de permanência no trabalho quando os entrevistados conseguem realizar alguma atividade para ganhar dinheiro. Mesmo entre aqueles que trabalharam com carteira assinada, nem todos trabalharam o ano inteiro, resultando daí esta dificuldade dos entrevistados em planejar e ter expectativa de deixar de ser dependente das ações do governo para sobreviver.

A maioria dos entrevistados que trabalham na gestão municipal do Programa chama este comportamento de “acomodado”. Mas o que estas considerações feitas por estes agentes institucionais revela é a dificuldade de entendimento do universo em que os beneficiários estão inseridos.

No gráfico 9 é possível verificar que o percentual daqueles que **não** trabalham durante o ano todo é sempre superior aos percentuais daqueles que trabalham o ano todo. O ano de 2007 foi o ano que apresentou o menor percentual de pessoas que não trabalharam (44,1%) em relação aos outros anos investigados na pesquisa, cujos resultados advêm da coleta de dados realizada entre os anos de 2007/2008. A partir dos resultados da pesquisa de 2010/2011, o percentual de pessoas que não realizavam alguma atividade para ganhar dinheiro sobe novamente em 2008 e volta a diminuir de 2009 a 2010.

De 2007 a 2008 foram 3,3 pontos de diferença para mais em 2008. Em 2009 (46,6%) este percentual de pessoas sem atividade remunerada já apresenta uma redução, mas não chega a 1%. No entanto, os resultados para 2010 demonstram que houve novo decréscimo significativo daqueles que responderam não ter trabalhado o ano inteiro, apresentando percentuais bastante próximos (43,8%) ao melhor resultado encontrado ao longo do período investigado nas duas etapas da pesquisa, que era 2007 (44,1%).

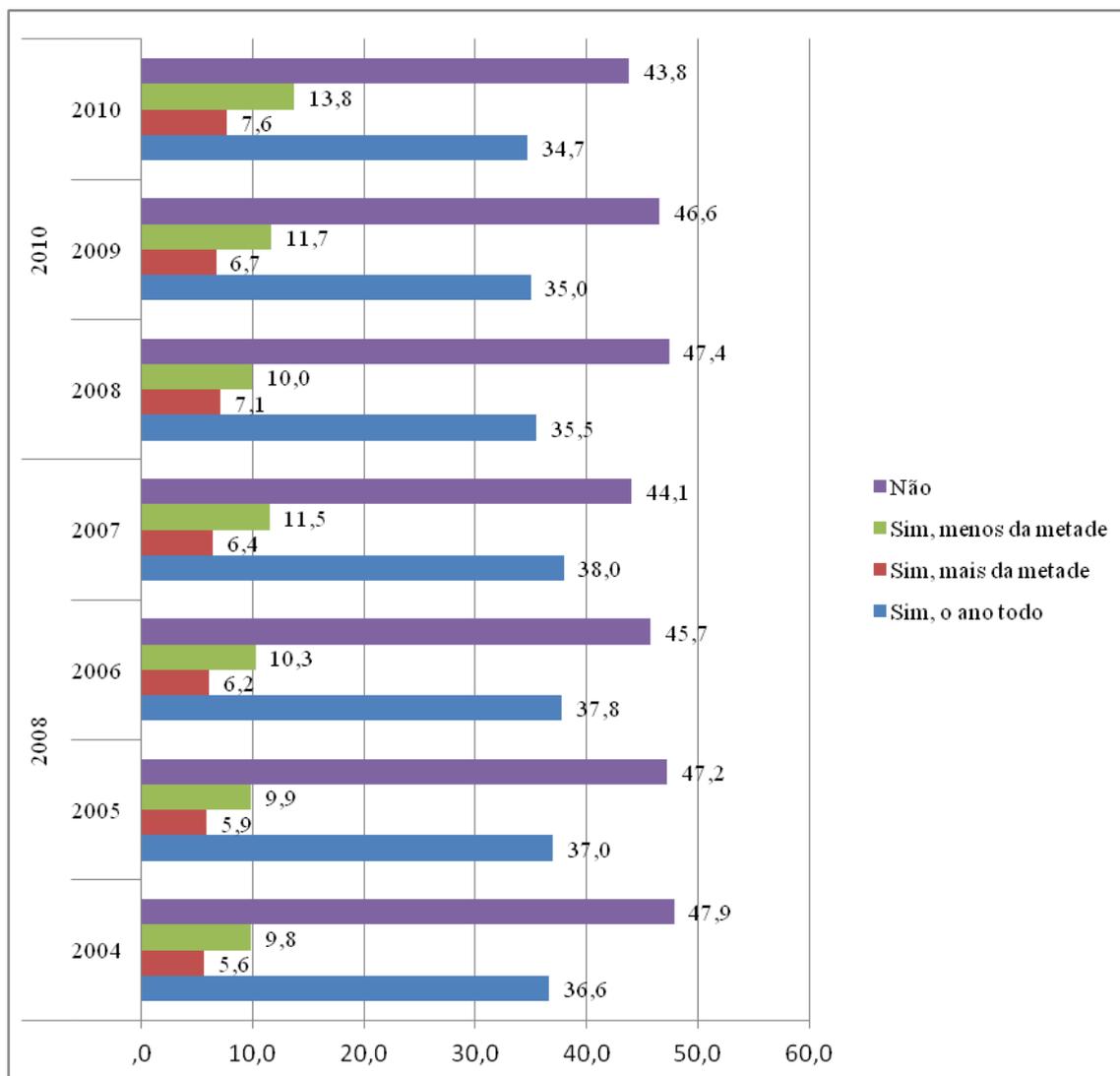
Por outro lado em 2010 verifica-se os piores percentuais de pessoas que trabalharam o ano inteiro, em relação a todos os anos investigados e nas duas etapas de coleta de dados. Observa-se que o percentual de pessoas que conseguiram exercer atividade remunerada durante o ano todo vai diminuindo progressivamente, ainda que sejam percentuais pequenos acumulados ao longo de 7 anos é importante verificar os períodos que este fenômeno aconteceu.

De mesma forma que a situação de **não** trabalho o ano inteiro foi decrescendo e a situação de trabalho o ano inteiro também. O decréscimo do percentual de pessoas que não estavam trabalhando está justificado pelo aumento dos percentuais de entrevistados que declararam ter trabalhado menos da metade do ano. Durante a sequência de anos abordados na pesquisa houve um crescimento lento. Entre o ano de 2004 (9,8%) e 2010 (13,8%) encontramos um percentual de diferença para mais de 4.p.p. acumulados em 7 anos.

No entanto, como observamos no capítulo I é muito provável que este percentual de pessoas que tiveram trabalho menos da metade do ano exerciam atividades informais que não lhes proporcionava a possibilidade de estabelecer um cálculo mais estável acerca da sobrevivência futura da família.

Pensando no indivíduo isto serve de exemplo para reafirmar a tese de que estas pessoas vivem uma instabilidade financeira constante, que reflete na autoestima que é reproduzida de geração para geração (Souza, 2011).

Gráfico 9 - Trabalhou nos anos de 2004 a 2010:



Fonte: DataUFF, março/2008/2010.

Os agentes institucionais entrevistados, responsáveis ao nível municipal pela operacionalização do Programa, tendem a ser contra as políticas de transferência de renda e insistem na afirmação de que o fato do governo ofertar este tipo de serviço inibe a pouca pro-atividade, sinalizando isto como um efeito negativo destas políticas. No entanto, o que verificamos é que Programas sociais como o Bolsa Família permitem suprir as lacunas financeiras provocada por estes períodos em que as famílias ficam sem qualquer atividade remunerada.

Para demonstrar claramente isto, para além da análise das falas dos beneficiários entrevistados em profundidade, os dados quantitativos mostram que mesmo depois de passar a receber o dinheiro do Programa, os estes

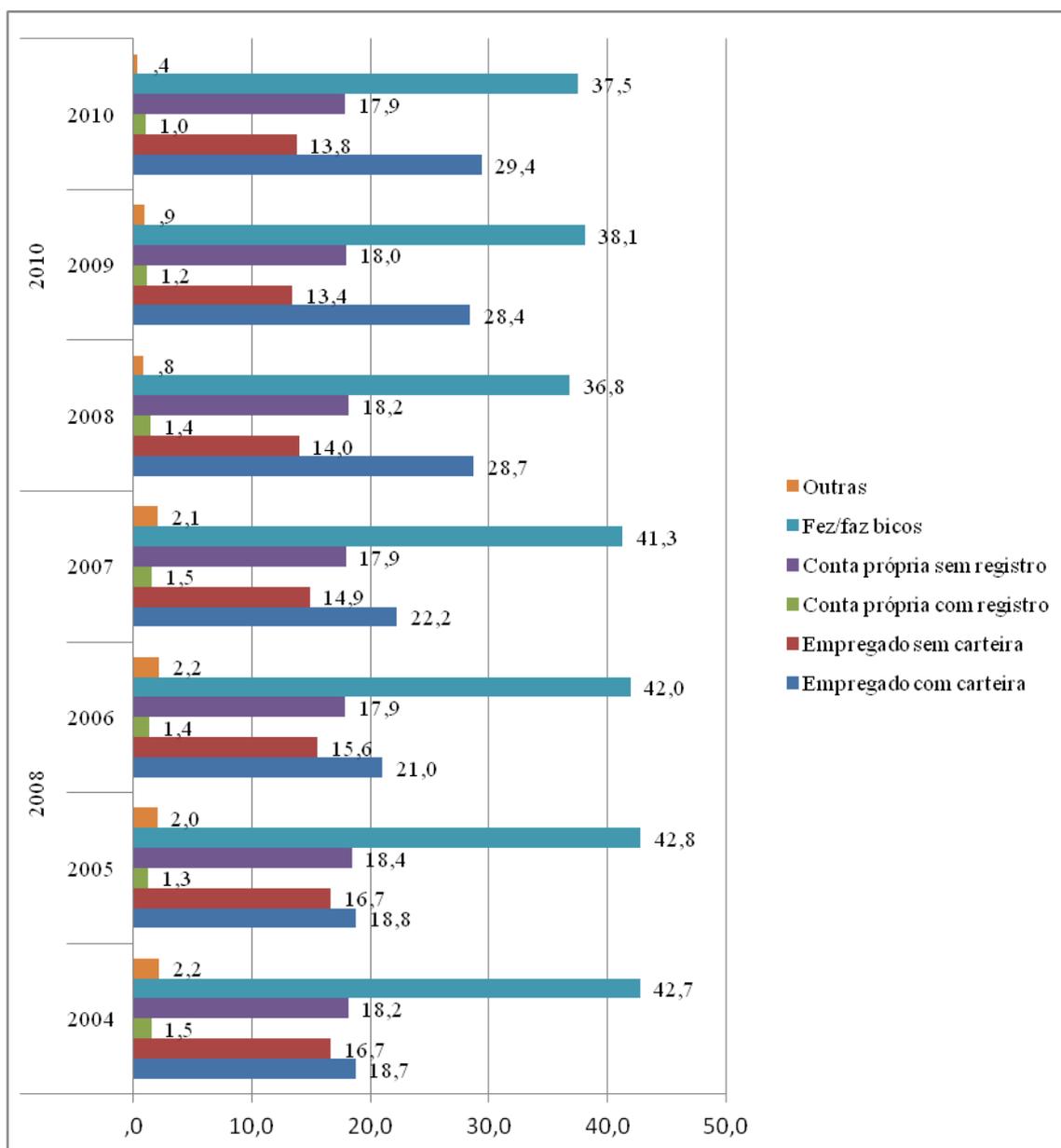
continuam à procura por alguma coisa para fazer como forma de complementação da renda, mesmo que sejam atividades precariamente remuneradas. Isto apontam os assistentes sociais entrevistados e as entrevistas dos beneficiários também confirmam, pois em geral usam a expressão “*faço um bico para ganhar um dinheirinho*” para referir-se ao trabalho duro que fazem para complementar o valor do benefício.

Nos resultados apresentados abaixo vemos que “fez/fazendo bico” é a principal condição em que os entrevistados trabalharam ao longo dos anos que foram abordados na coleta de dados. Porém, analisando o conjunto dos resultados que o gráfico apresenta, nós temos um percentual decrescente de pessoas trabalhando nesta condição durante todo o período que representa cerca de 5.p.p. para menos entre 2004 (42,7%) e 2010 (37,7%) e por outro lado o aumento, também sempre crescente entre os anos de 2004 e 2010 de pessoas entrevistadas que declararam ter trabalhado com carteira assinada.

Isto significa dizer que estamos diante de um aspecto que reflete os resultados apresentados pelos economistas discutidos no capítulo I desta tese. Em 2004 nossos dados apresentaram um percentual de 18,7% de pessoas beneficiárias do PBF que trabalhavam com carteira assinada, este percentual vai crescendo de forma lenta, porém em 2010 atinge 29,4%, sendo que a partir de 2007 é que o crescimento foi mais rápido. Em 2007 eram 22,2%, subindo em 2008 para 28,4% e voltando a crescer lentamente entre 2009 e 2010.

O aumento dos postos de trabalhos ocupados com carteira assinada está em consonância com os dados de crescimento econômico (IPEA, 2007), sendo possível afirmarmos que este salto de pessoas beneficiárias do PBF trabalhando nesta condição entre os anos de 2007 e 2008 é reflexo da queda da desigualdade e do aumento do emprego, registrados em 2007, o ano que apresentou os melhores resultados neste aspecto, na última década.

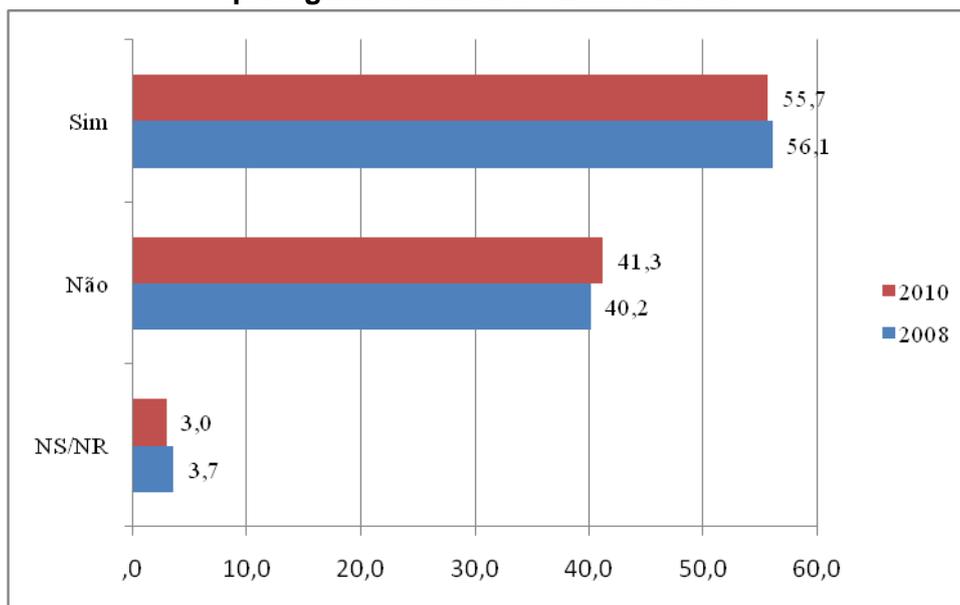
Gráfico 10 - Condição que trabalhou nos anos de 2004 a 2010:



Fonte: DataUFF, março/2008/2010.

O gráfico 11 sinaliza que houve ligeira queda de busca por alguma atividade para ganhar dinheiro entre os anos de 2008 e 2010. Este percentual de cerca de 1 ponto percentual (p.p.) de diferença para menos em 2010, pode ser explicado pela própria conjuntura em que a pesquisa de 2007/2008 foi realizada, momento que, como vimos no capítulo I e Néri (2011) afirma, houve maior crescimento econômico e queda de desemprego no conjunto da década.

Gráfico 11 - Atualmente realiza alguma atividade para ganhar dinheiro – 2008 e 2010.



Fonte: DataUFF, março/2008/2010.

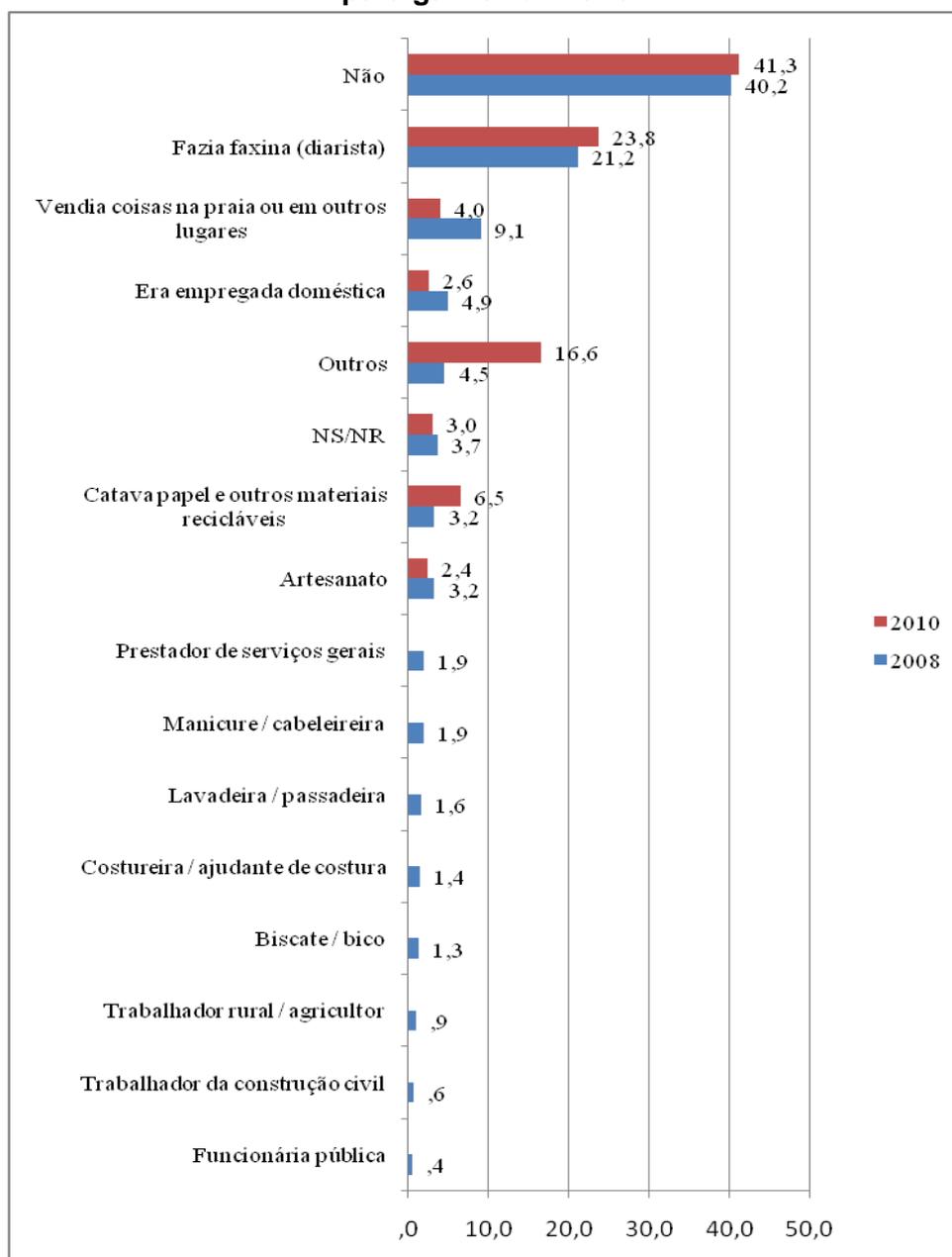
De acordo com os níveis educacionais vistos no capítulo III e os dados do gráfico abaixo, podemos dizer que a inserção no mercado de trabalho deste público é um desafio muito maior do que romper com barreiras que geram acomodação frente à proteção do Estado.

As atividades desenvolvidas são em sua quase totalidade, características da prestação de serviço informal e não requerem qualificação educacional, mas sim um conhecimento adquirido com a vivência ou aprendizado prático do trabalho transmitido cotidianamente (Souza, 2012, pg. 134).

O trabalho como diarista/faxineira foi o que apresentou maior proporção tanto em 2008 quanto em 2011. No entanto, em relação aos anos de 2007 e 2008 (primeira coleta de dados), os resultados sinalizaram que estes eram 21,2%, enquanto em 2010/2011 são 23,8%. Os catadores de papel e outros materiais recicláveis que em 2007/2008 eram 3,2% são em 2010/2011, 6,5% - ou seja, em um período de 2 anos dobrou o número de pessoas que buscavam este recurso para ganhar dinheiro. Diante de tantas categorias mencionadas na tabela abaixo estas foram as únicas que aumentaram entre os dois períodos pesquisados.

Chama a atenção que algumas categorias de atividade remunerada realizadas pelos entrevistados nem foram mencionadas no ano de 2010/2011. Já a atividade de “vender coisas na praia ou em outros lugares” e “empregada doméstica” diminuiu muito entre um período e outro. Isto provavelmente pode ser explicado pelo aumento do percentual de donas de casas, conforme veremos mais adiante.

Gráfico 12 - Atividade que realiza atualmente para ganhar dinheiro



Fonte: DataUFF, março/2008/2010.

Nos vários municípios poucos foram os agentes institucionais entrevistados que mencionaram que estamos diante de um problema de ordem econômica frente a um mercado de trabalho seletivo e segregador, onde os beneficiários do PBF precisam mais do que empoderamento para romper com este ciclo. Precisam de capacitação profissional e aquisição de melhores níveis educacionais que possibilitariam romper os obstáculos para a construção da autonomia financeira, através do acesso a uma renda fixa promovendo assim um salto qualitativo e mobilidade social dos usuários do Programa.

Esta foi uma questão colocada por alguns assistentes sociais de municípios com características mais rurais.

"para os pobres deixarem de recorrer ao benefício do PBF como única fonte de renda é necessário a existência de trabalho regular e assalariado, sendo que o trabalho da exploração da terra- o trabalhador rural- muitas vezes não consegue ganhar um pagamento superior ao que lhe é oferecido mensalmente pelo Programa do Bolsa Família" (entrevistada com agente institucional).

Outro ponto importante é que isto não deve ser levado em consideração apenas para os trabalhadores rurais, mas também para a imensa maioria dos beneficiários, que como vimos exercem atividades provisórias e de remuneração precarizada configurando assim também a superexploração do trabalho, que é o obstáculo fundamental a impedir que o Programa Bolsa Família deixe de ser temporário e emergencial.

Durante a análise das entrevistas em profundidade foi possível identificar que aqueles que não trabalham com carteira assinada, mas sim por "conta própria" ou "faz/fazendo bico" declararam que ganhavam valores entre R\$10,00 e R\$20,00 por dia de trabalho em sua maioria, justificando assim a grande importância do PBF para complemento da renda familiar.

4 - Educação e trabalho entre os beneficiários do Programa Bolsa Família

Um aspecto que merece ser posto em destaque é que perguntamos aos entrevistados beneficiários do Programa Bolsa Família sobre a importância dada aos estudos e motivos pelos quais não estudaram mais tempo.

De acordo com os dados apresentados abaixo podemos concluir que a falta de qualificação educacional entre os participantes do Programa não é resultado de terem negligenciado a importância dada à escola. O percentual de respostas para aqueles que consideram ser muito importante estudar é 67,6% e 31,1% consideram que é importante. O percentual daqueles que consideram que é pouco importante é ínfimo revelando assim que se tivessem oportunidade não teriam estudado tão pouco, conforme os depoimentos dados durante as entrevistas em profundidade. A resposta “*falta de oportunidade*” surgiu em muitas entrevistas como primeira resposta dada para justificar a baixa escolaridade.

Tabela 34 - Na sua opinião estudar é:

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Muito importante	1570	67,6	67,6	67,6
Importante	722	31,1	31,1	98,6
Pouco importante	13	,6	,6	99,2
Nada importante	4	,2	,2	99,4
NS/NR	15	,6	,6	100,0
Total	2324	100,0	100,0	

Fonte: DataUFF, março/2010.

Ao explorar mais o assunto as entrevistas em profundidade revelam um leque bastante variado de motivos para justificar o que eles chamavam de *falta de oportunidade*. Dentro os motivos mais citados podemos eleger três como os principais e que aparecem em maiores percentuais de acordo com a abordagem quantitativa, que foram: a própria questão da gravidez precoce (17%), não ter vontade de estudar mais (11,1%), ou ainda trabalhar (30,7%). Os dados quantitativos também sinalizam claramente para estas justificativas.

Tabela 35 - Motivo pelo qual parou ou nunca estudou

	Frequência	Percentua l	Percentual válido	Percentual acumulado
Repetiu o ano várias vezes	24	1,0	1,2	1,2
Não teve vontade de continuar	258	11,1	12,7	13,9
Precisava trabalhar e não dava tempo de estudar	714	30,7	35,2	49,1
Problemas na família	195	8,4	9,6	58,7
A escola era muito distante	150	6,5	7,4	66,1
Precisava tomar conta dos irmãos para a mãe	70	3,0	3,4	69,5
Gravidez	395	17,0	19,5	89,0
Porque casou	20	,9	1,0	90,0
Concluiu o Segundo Grau	22	,9	1,1	91,1
Condições financeiras	24	1,0	1,2	92,3
Problemas de saúde	14	,6	,7	93,0
Disciplina insuficiente	52	2,2	2,6	95,5
Cuidar dos filhos	16	,7	,8	96,3
Outros	48	2,1	2,4	98,7
NS/NR	27	1,2	1,3	100,0
Total	2029	87,3	100,0	
NA	295	12,7		
Total	2324	100,0		

Fonte: DataUFF, março/2010.

Outro obstáculo que identificamos foi a distância entre a escola e a casa. Boa parte das entrevistadas são migrantes da zona rural para a zona urbana tendo vivido boa parte de suas vidas na zona rural, onde o acesso à escola até os dias de hoje ainda é muito difícil. Esta dificuldade ocorreu devido a uma série de obstáculos que vão desde a falta de oferta deste serviço até a dificuldade de locomoção (o que inclui além da distância a falta de transporte adequado ao tipo de deslocamento, muitas vezes por rio, estradas de chão, etc.).

A maioria dos entrevistados usa como justificativa a necessidade de uma maior escolaridade para conseguir ingressar no mercado de trabalho. No entanto, a baixa escolaridade vem acompanhada de muitas queixas sobre as

condições de saúde em que os entrevistados se encontram. Neste sentido, julgamos ser de extrema relevância que as políticas públicas estejam atentas para os males que as pessoas pobres sofrem, que muitas vezes pode ser resultante da má nutrição, doenças não adequadamente tratadas por falta de acesso aos serviços de saúde ou até mesmo uma demonstração da situação psíquica depressiva já mencionada anteriormente, provocada pelo sentimento de fracasso frente aos desafios cotidianos.

Estes dois elementos conjugados podem ser obstáculos intransponíveis para a mudança da condição de beneficiário para trabalhador regular, tal como é a demanda de mão-de-obra dos setores modernos da economia.

Como já vimos a aspiração de quem recebe o dinheiro do Programa Bolsa Família é arrumar um emprego, somente assim vislumbram a oportunidade de relativa ascensão para os seus filhos, que será possível através de melhores níveis de educação que estes conseguirão alcançar.

Por outro lado a análise das entrevistas feitas na pesquisa qualitativa nos remete ao que os dados quantitativos apresentados no capítulo II desta tese trouxeram como resultado – o impacto positivo do Programa relacionado ao acesso à escola provocado pelo cumprimento das condicionalidades impostas às famílias para continuar recebendo o dinheiro, no entanto, sem conseguir demonstrar resultados significativos quanto à possibilidade de ascensão e sucesso escolar.

Para citar como exemplo, temos a entrevista de uma senhora de 45 anos, analfabeta, com sete filhos, recebendo o Bolsa Família há três anos, que deixa transparecer que o desempenho educacional de seus filhos não teve nenhuma alteração.

Esta fala está em sintonia com a observação de uma assistente social, que pondera que o Programa Bolsa Família não é por si só um instrumento de qualificação educacional, mas sim um acréscimo de número de anos freqüentando a escola – ainda que limitado e rudimentar. Para esta profissional a grande importância dada ao dinheiro recebido está na possibilidade de comprar alimentos para a família.

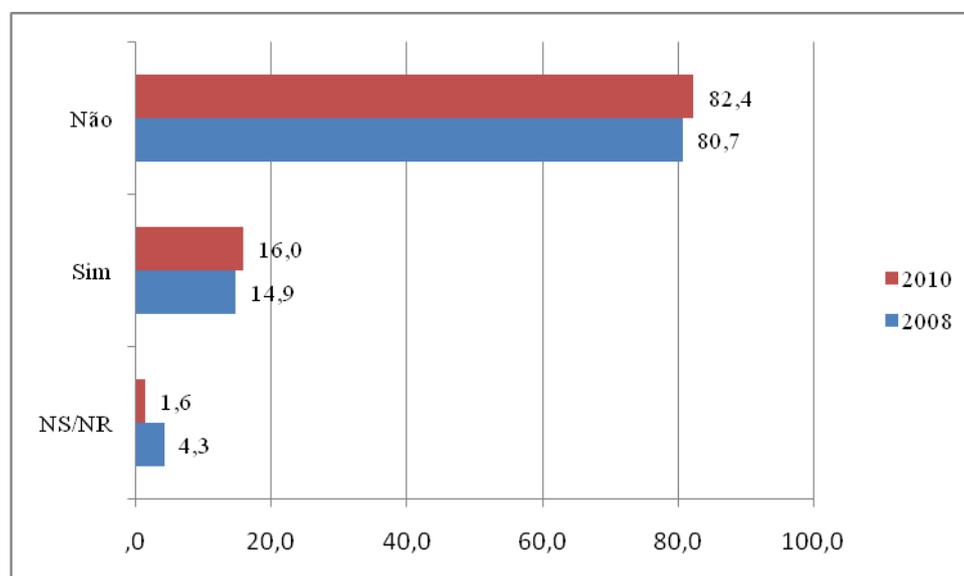
Outro destaque que merece ser observado, tanto nas entrevistas com os atores responsáveis pelo Programa junto à gestão municipal quanto com beneficiários (geralmente mães com vários filhos), é a constatação de que não

basta fazer um curso ou se qualificar em alguma ocupação profissional para com isso conseguir trabalho. Nem sempre uma coisa leva a outra. Inexiste aí a relação de causa e efeito. Nesse aspecto, o que se depreende dessa pesquisa acerca do Programa Bolsa Família é que embora o trabalhador seja pobre, nem todo pobre pode ser identificado como um potencial trabalhador assalariado ou empreendedor.

Preocupados com os resultados obtidos em outros trabalhos realizados quanto aos níveis educacionais e diante da certeza de que isto se configura em uma barreira que promove a segregação ocupacional dos pobres, resolvemos incluir uma pergunta sobre a volta aos estudos após a entrada para o Programa.

O gráfico abaixo não sinaliza um grande percentual de pessoas que voltaram a estudar depois de passar a receber o dinheiro do PBF. Apenas 14,9% voltaram a estudar de acordo com os resultados obtidos com os dados coletados em 2008, e em 2010 tivemos um percentual de 16% de pessoas que retornaram à escola.

Gráfico 13 - Após receber o dinheiro do PBF voltou a estudar⁵³



Fonte: DataUFF, março/2010.

⁵³- É importante ressaltar que da forma como os dados se apresentam não é possível afirmar se há diferença de percentuais para mais entre uma coleta e outra significa um aumento de beneficiários que voltaram para a escola. Haja vista os percentuais de respostas para **não** que apresentam um resultado contraditório entre as duas fases da pesquisa, podendo ser justificado ao observarmos as respostas dadas como não sabe ou não respondeu que em 2008 tem percentual maior do que em 2010.

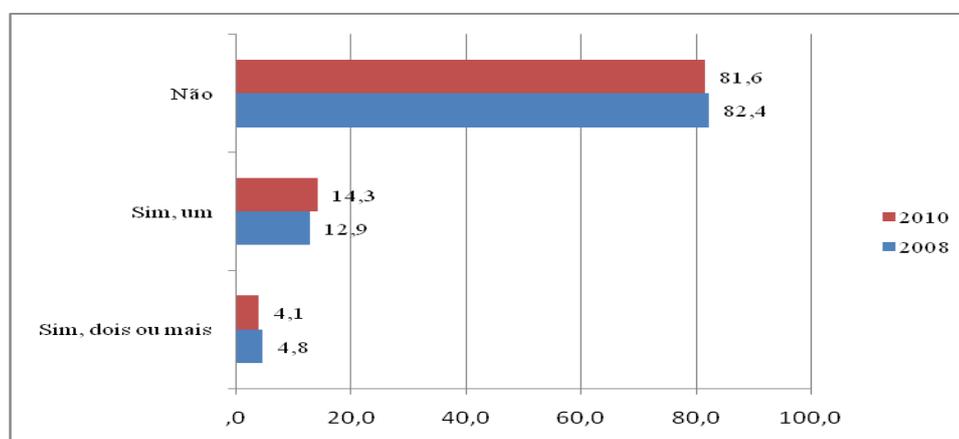
O percentual de pessoas que realizaram algum curso para aprender a fazer alguma coisa que pudesse gerar renda é baixo, apenas 12,9% em 2008 já haviam feito um curso preparatório para conseguir trabalho e em 2010 14,3%. Aqueles que fizeram dois cursos ou mais foram 4,8% dos entrevistados em 2008 e 4,1% em 2010. Somando os percentuais de entrevistados que realizaram cursos temos um total de 17,7% para 2008 e 18,4% em 2010.

Estes dados nos leva a uma reflexão bastante negativa sobre os resultados das políticas de geração de trabalho e renda implementados no país e incentivo à qualificação profissional de usuários de programas sociais, conforme mencionado na introdução desta tese.

Em primeiro lugar, mais uma vez ressaltamos que se trata de um percentual muito baixo de pessoas que foram inseridas em cursos que visam o aprendizado de alguma coisa que sirva para gerar renda em relação ao universo total de beneficiários necessitados deste apoio institucional para sair de suas condições de beneficiários e integrar o mercado de trabalho, mesmo em postos que exigem pouca qualificação e sejam consequentemente de baixa remuneração.

Em segundo lugar nota-se pela comparação dos dois painéis realizados com intervalo de dois anos que entre um e outro não houve avanço significativo, tendo em vista que os percentuais de pessoas que participaram de algum curso, apresentados na coleta de 2008 são menores, porém em proporção muito baixa, não chegando a 1p.p. de diferença para mais em relação aos resultados de 2010.

Gráfico 14- Fez algum curso preparatório para conseguir trabalho



Fonte: DataUFF, março/2010.

Os dados da tabela 36 representam o que os beneficiários aprenderam nos cursos realizados, de acordo com a análise é possível afirmar que sinalizam o que já foi mencionado no início deste capítulo sobre os tipos de cursos ofertados e o nível de escolaridade dos participantes mencionado pelos atores responsáveis pela gestão do PBF nos municípios que compuseram nossa amostra.

A maioria dos entrevistados fez curso de culinária (17,5%), outros 15,8% fizeram curso de informática e 12,8% fizeram curso de cabeleireiro ou manicure. Estes foram os três mais mencionados e apresentam percentuais acima de 10%, no entanto, na tabela abaixo pode ser observado a variedade de cursos e seus respectivos percentuais, porém devemos lembrar que o seu total representa em torno de 20% de pessoas que participaram de algum destes cursos.

Tabela 36 - O que aprendeu no curso (responsável legal 2010)

	Respostas	
	Frequência	Percentual
Administração ou auxiliar administrativo	26	4,9%
Artesanato em geral	49	9,2%
Cabeleireiro ou manicure	68	12,8%
Informática	84	15,8%
Recepcionista ou atendente	22	4,2%
Culinária	93	17,5%
Segurança ou vigilante	5	,9%
Comerciário	12	2,3%
Outros	99	18,7%
Corte e costura	33	6,2%
NS/NR	39	7,4%
Total	530	100,0%

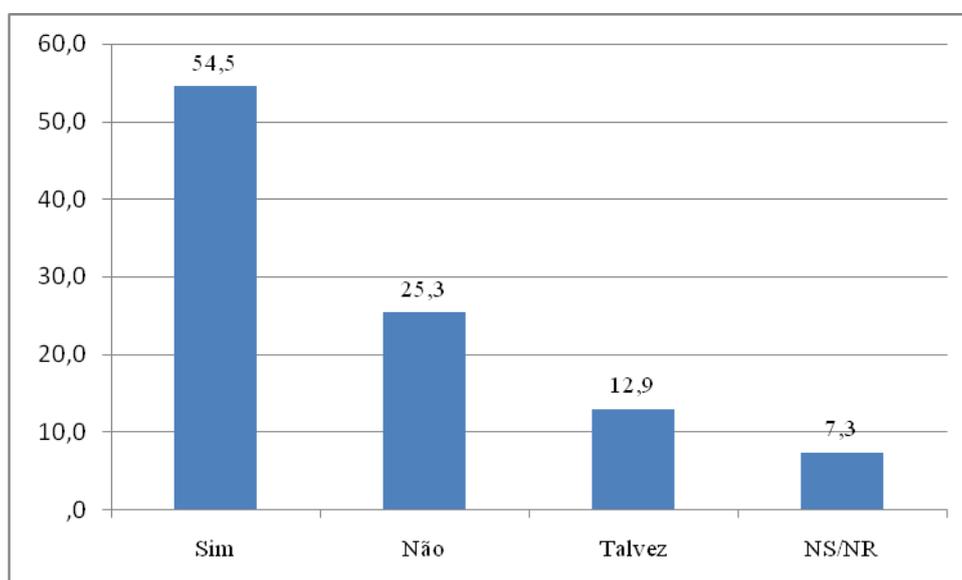
Fonte: DataUFF, março/2010.

Independente do fato de serem cursos que são feitos por uma grande massa de pessoas que possui pouca qualificação educacional, os beneficiários que fizeram algum curso visando melhorias de renda através de um trabalho

mais qualificado, em sua maioria acreditam na possibilidade de arrumar emprego ou renda a partir da freqüência a estes cursos.

Lembrando que estamos falando de um percentual de 18% de entrevistados que fizeram 1 ou mais cursos para qualificação profissional; 54,5% destes acreditam ser possível conseguir trabalho remunerado em decorrência do fato de ter participado destes cursos, 12,9% acham que talvez vão conseguir trabalho e 25,3% consideram que não vão conseguir se empregar e ganhar dinheiro a partir desta nova aprendizagem.

Gráfico 15 - Acredita que com esse curso vai conseguir emprego ou renda

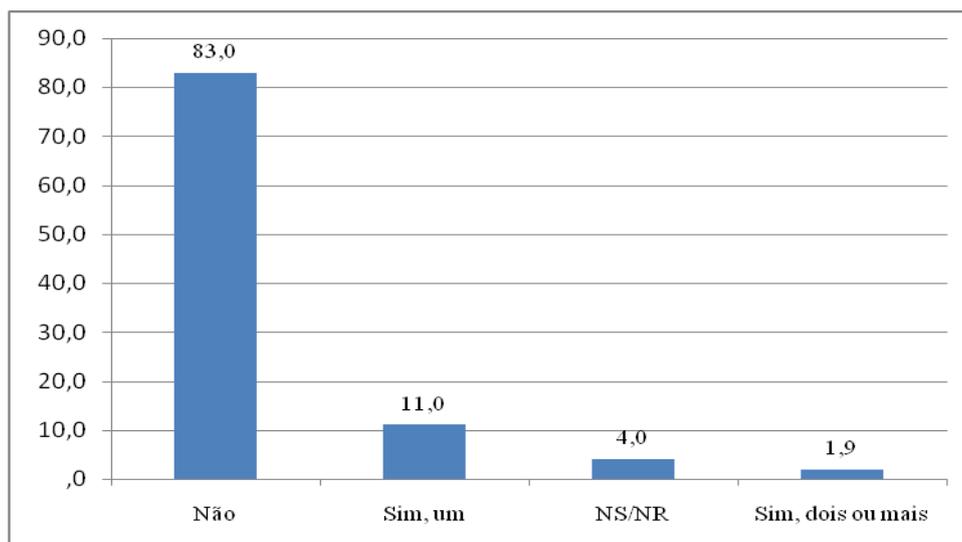


Fonte: DataUFF, março/2010.

Durante as entrevistas com os beneficiários, independente de ter feito algum curso para se qualificar e exercer alguma profissão, a crença de que os filhos terão melhores oportunidades está presente nas falas com freqüência. Isto nos leva a concluir que existe uma expectativa muito grande por parte dos pais ou responsáveis sobre os filhos ou menores dependentes destes, segundo eles a geração seguinte terá uma trajetória diferenciada, referente à inserção produtiva para geração de renda e auto-sustento.

No entanto os dados do gráfico 16 revelam um percentual menor de jovens que tiveram inserção em cursos que ofertassem alguma capacitação para geração de trabalho e renda, pois apenas 12,9% freqüentaram um ou mais cursos.

Gráfico 16 - Os filhos fizeram cursos preparatórios para conseguir trabalho

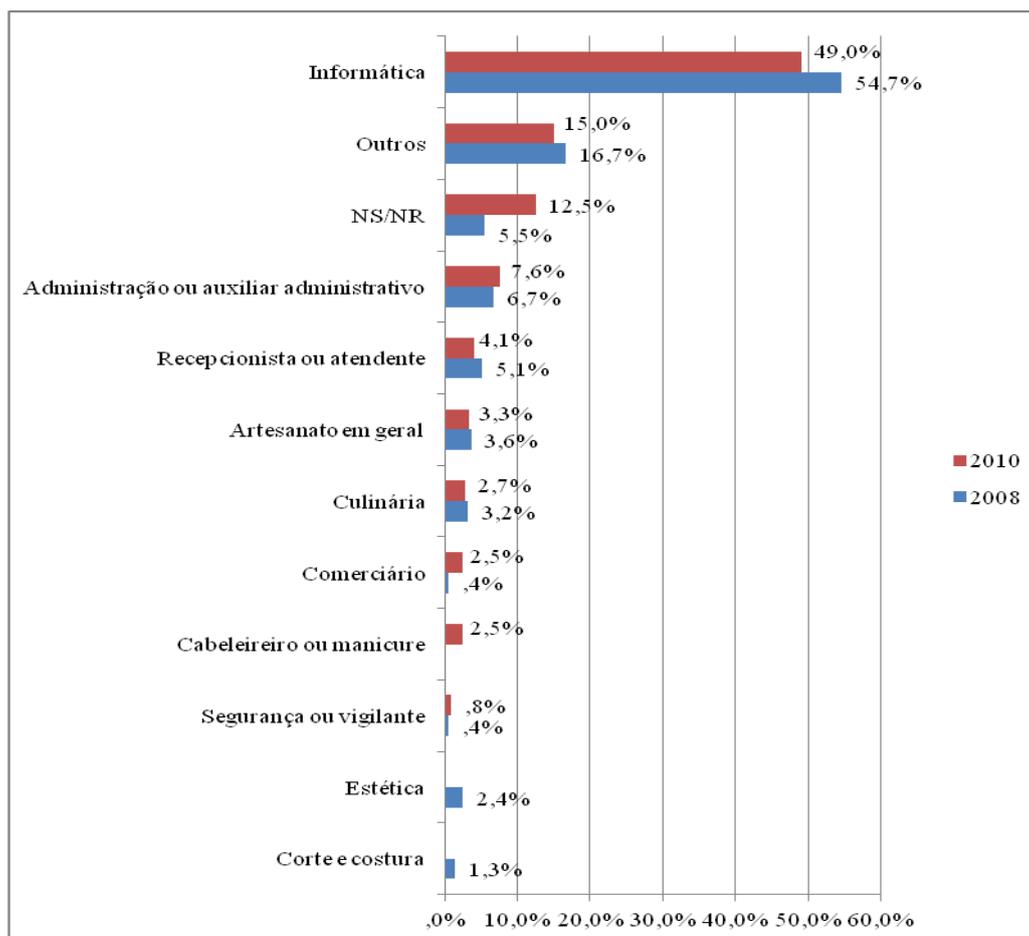


Fonte: DataUFF, março/2010.

Os cursos de informática aparecem em maior percentual (54% em 2008 e 49% em 2010) entre aqueles realizados pelos filhos dos entrevistados que participaram de alguma qualificação para conseguir emprego ou renda (12,9%). Não é ocioso enfatizar que os cursos freqüentados pelos pais quando comparados com os cursos que são freqüentados pelos filhos nos remete à análise de que de fato existe uma expectativa diferenciada sobre a inserção no mundo do trabalho, à medida que como foi ressaltado, os cursos freqüentados pelos adultos beneficiários do Programa são relativos a atividades de baixa qualificação, muitas delas já pertencentes ao cotidiano de mulheres das franjas mais pobres da sociedade (culinária, confeitaria, manicure, etc).

O gráfico 17 revela uma baixa inserção dos filhos neste tipo de formação e uma alta freqüência nos cursos de informática. Isto pode ser o indicativo de que estão se preparando para atender a exigências de trabalhos que demandam maiores qualificações.

Gráfico 17 - O que seus filhos aprenderam com o curso

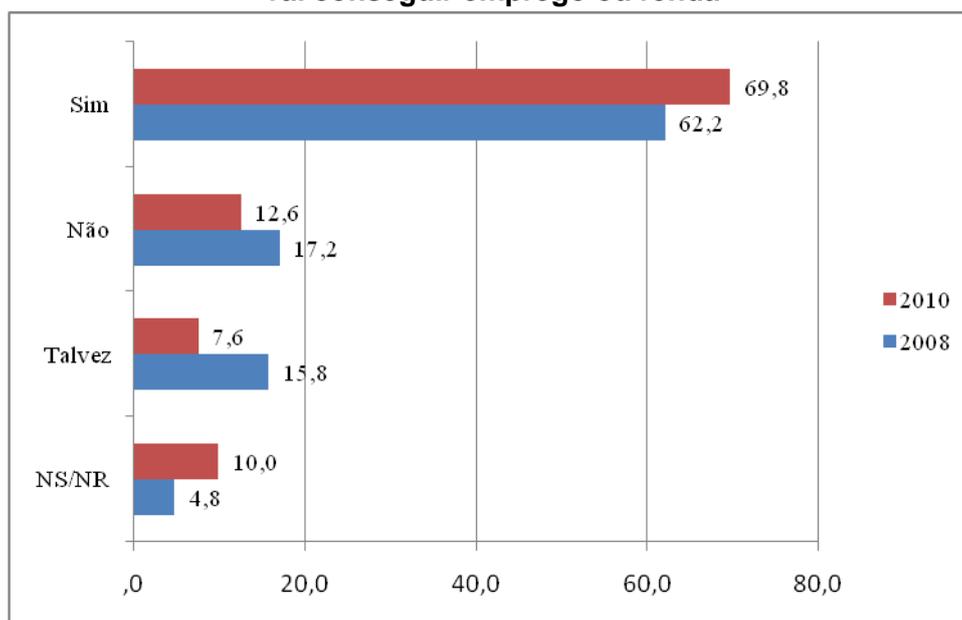


Fonte: DataUFF, março/2010.

Para confirmar os resultados apontados pelas entrevistas em profundidade apresentamos os dados do gráfico abaixo. O percentual de pessoas entrevistadas que tem expectativa dos filhos conseguirem trabalho é bem maior do que aqueles que acreditam na possibilidade deles mesmos conseguirem emprego ou renda a partir da qualificação profissional (54% de 18% fizeram algum curso).

Dentre os 12,9% de filhos que fizeram algum curso, encontramos 69,8% de respostas dos pais ou responsáveis dizendo que será possível para eles (os filhos) conseguir trabalho a partir desta qualificação e 7,8% acredita que talvez seja possível. Em 2010/2011 12,6% disseram que não consideram ser possível que os filhos arrumem trabalho para ganhar dinheiro com o curso realizado.

Gráfico 18 - Acredita que com esse curso seu filho vai conseguir emprego ou renda



Fonte: DataUFF, março/2010.

Conclusão

Frente aos dados apresentados aqui estamos diante de uma constatação que leva o Estado a um desafio muito maior do que a implementação de cursos para geração de trabalho e renda.

Mangabeira Hunger (apud Souza, 2012 pag. 11) pondera que são os “batalhadores” os primeiros beneficiários dos projetos de capacitação e de ampliação de oportunidades. Segundo o autor estamos diante de uma classe que batalha cotidianamente e que se for feito um resgate institucional de promoção destes beneficiários que objetivam qualificação profissional podemos ter como resultado a passagem da ralé para uma classe média diferenciada da classe C já existente no Brasil.

Não há dúvidas que os beneficiários do Programa Bolsa Família se encaixam nesta definição de “batalhadores”. Conforme foi possível demonstrar as ocupações profissionais que exercem os levam a condições de trabalho que são duras porque exigem esforço físico, ganham pouco e são qualificados como trabalhos informais sem a carteira assinada. Portanto, o estigma de pessoas que se acomodam ao receber o dinheiro do Programa, muitas vezes

apontado na fala dos atores responsáveis pela gestão no nível municipal tem que ser quebrado. Caso isto não ocorra haverá a continuidade de mais uma injustiça social cometida em relação à aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades sociais.

Outra injustiça cometida pode ser identificada nas entrevistas com os agentes institucionais que operacionalizam o Programa no nível do município. Segundo estes a maioria das vezes, a referencia não é aos beneficiários do PBF, mas sim às "mulheres" que recebem este dinheiro e ao fato delas terem muitos filhos. Em Dalt (2008) de fato foi constatado que as famílias beneficiárias do Programa são numerosas e que há número significativo de domicílios que são chefiados pelas mulheres, responsáveis legais pelo recebimento do recurso transferido pelo Programa. Estas não possuem companheiro e o dinheiro é sempre usado no cotidiano doméstico para alimentação.

Em minha dissertação de mestrado já havia sido ressaltado também, a importância de verificar os arranjos familiares e os impactos dos programas sociais de acordo com estes arranjos. A pesquisa qualitativa apresentada nesta tese trás resultados que nos fazem voltar novamente a esta reflexão diante das entrevistas com as beneficiárias que se queixam da vida dura que levam e da dupla jornada enfrentada para sobreviver.

Como foi constatado muitas vezes, ao analisar as entrevistas as mulheres com muitos filhos são obrigadas a trabalhar dentro de casa cuidando do serviço doméstico e dos filhos. Cumpre realçar, por outro lado, que deixar o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos pela busca de uma ocupação no mercado de trabalho nem sempre se traduz na melhoria na condição financeira, principalmente levando em consideração a má remuneração do trabalho.

A esse respeito convém recorrer a uma das entrevistas realizada na coleta de dados de 2008, com uma beneficiária nordestina que trabalhava na empresa Mac Donald's das 07:00 da manhã às 10:00 da noite, percebendo um salário de R\$ 159,00 e com carteira assinada de R\$ 150,00. Diante deste fato, compreende-se que essa senhora tenha preferido reingressar-se na informalidade, fazendo "biscates" como contou ao pesquisador, pois assim

ainda sobra mais tempo para cuidar dos filhos e ainda dos afazeres domésticos.

Embora Suarez e Libardoni (2007) apontem que o fato das mulheres não trabalharem garante o fortalecimento da rede de proteção primária e a relação com os filhos ou outras crianças da rede, além de promover ganhos no que diz respeito à feminilidade expressa na maternagem, acreditamos que estas considerações não devem servir como elementos únicos para avaliação de um Programa de transferência de renda como o Bolsa Família. Para além disso, deve ser feita uma reflexão sobre as formas de vida, trabalho e geração de renda para garantia da sobrevivência de famílias que tem mulheres pobres, que dependem do recurso financeiro que o Estado propicia para sobreviver, mas que está longe de garantir qualidade de vida.

Nos dados apresentados, o percentual de mulheres que se declaram como donas de casa era de 40% em 2010. Temos aí um percentual muito alto de mulheres que ao mesmo tempo cuidam da casa e dos vulneráveis dela dependentes, de acordo com a afirmação acima, e ainda buscam fazer outras coisas para ganhar dinheiro. Neste sentido cabe uma indagação – qual o tempo disponível para estudar e se qualificar para enfrentar o mercado de trabalho?

A necessidade de trabalhar é imperativa e a jornada de trabalho doméstico também tem que ser considerada ao pensar qualificação profissional para os pobres e a inserção destes no mercado. Assim como não é possível considerar que toda família é uma unidade econômica em potencial e que basta investimento do Estado para que tal desenvolvimento ocorra. Tal afirmação está ancorada nos argumentos aqui já apresentados sobre a luta cotidiana dos beneficiários do PBF, que se aproxima da luta expressa por Jessé de Sousa, tanto em “Os Batalhadores” (2012) quanto em “A Ralé Brasileira” (2011). No entanto, no livro de 2012 este autor estuda a forma como os pobres se organizam para sobreviver e chama a atenção para os potenciais empreendedores. No caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família existem inúmeros outros desafios, expressos na situação de pobreza em que eles se encontravam, a ponto de não conseguirem dinheiro para sobreviver.

A mesma questão deve ser assinalada em relação à educação, pois o benefício recebido não propiciou que os beneficiários pudessem se qualificar do ponto de vista educacional, frente à necessidade de trabalhar muito jovens. Outro aspecto que cabe ser destacado de acordo com a análise dos dados qualitativos é que o benefício não proporcionou melhor aproveitamento educacional. Várias entrevistas dos atores responsáveis pela gestão do PBF no nível municipal, assinalaram a dúvida se o Bolsa Família consiste em um programa de assistência ou um programa de transferência de renda, muito embora exista a concepção de que o Estado deva contemplar os setores marginalizados, ou seja, a política do Estado concebido como uma estratégia para mudar o destino dos pobres.

É incontestável que o quadro socioeconômico que se delineia é que sem a ajuda do Bolsa Família, inúmeras famílias não teriam sequer como se alimentar. Porém, isso está longe de gerar por si mesmo emprego e renda em famílias chefiadas em geral por mulheres que têm muitos filhos e possuem baixa escolaridade. São desprovidas de capacitação para entrar no mercado de trabalho, sendo necessário de fato assegurar a estas famílias uma renda mínima de sobrevivência e paulatinamente possibilitar a geração de renda e qualificação educacional.

De fato, somente a geração de emprego e renda tornaria possível a saída da dependência em relação ao Programa a que muitas famílias estão sujeitas como única possibilidade de sobrevivência. Compete assinalar ainda que, não se deve incorrer no equívoco de mistificar a mera capacidade de realizar trabalho quando estamos falando de um universo de pessoas que apresenta um conjunto de necessidades básicas que geram uma produtividade precarizada. Por exemplo: de nada adianta um curso de artesanato se não existir disponibilidade de produzi-lo e escoá-lo para o mercado. A compreensão dessas limitações de ordem objetiva requer a seguinte constatação: não é a capacitação profissional que gera trabalho, é antes a existência de trabalho que pode produzir a capacitação profissional.

O que queremos enfatizar é que é necessário também criar postos de trabalho e qualificar as pessoas para ocupá-los, à medida que estamos dizendo que temos um contingente alto de pessoas no país que necessitam do PBF para sobreviver porque mesmo trabalhando arduamente têm limites para

inserção no mercado formal de trabalho, podendo atuar como empreendedores como a maioria dos “batalhadores” brasileiros (Souza, 2012), mas sem conseguir gerar renda o suficiente para mudar a condição financeira. Portanto, a criação de postos de trabalho geraria uma demanda de qualificação de um número maior de pessoa.

A pergunta que compete ser feita é: o mercado tem ofertado trabalho em número suficiente para empregar tantas pessoas? Ainda que tenha havido crescimento, foi gerado trabalho a ponto de inserir o contingente que precisa deste para atingir patamares desejáveis de bem estar social?

Ou estamos falando de outro desafio que é também não ter como absorver um quantitativo tão grande de pessoas, “inenpregáveis”, mas que poderiam estar inseridas, com apoio público, em ações de cooperativismo, associativismo, etc. Restaria ainda que tais ações fossem alvo de forte investimento em monitoramento e avaliação - evitando assim que os projetos não passem de um grande investimento em implementação por parte do governo e mais desgastes da auto estima de pessoas que criam expectativas quando estas oportunidades chegam às comunidades.

Considerações finais

Ao longo desta tese procuramos demonstrar quem são os beneficiários do Programa Bolsa Família, seus limites e possibilidades de aferir renda e se inserir no mercado de trabalho. Para isto iniciamos no capítulo I uma discussão sobre os avanços econômicos que o Brasil alcançou e a queda da desigualdade na última década, sobretudo a partir do ano de 2003.

Isto porque foram divulgados resultados no ano de 2007 indicando que a queda da desigualdade estava relacionada a vários fatores e entre eles ao efeito das transferências de renda não tributadas e ao aumento do número de pessoas trabalhando, o que motivou o tema de estudo da nossa tese.

Estes resultados apresentados pelos principais centros produtores de indicadores socioeconômicos brasileiros sinalizavam claramente que a queda da desigualdade tinha como principal fator o aumento dos postos de trabalho formal, em consequência a queda do trabalho informal e a maior aplicabilidade das leis trabalhistas por parte dos empresários (IPEA, 2007). Porém, o que causou maior debate naquele momento foi os indicadores que demonstravam resultados dos Programas de Transferência de Renda, dentre eles o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família.

Os economistas, principalmente da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto de Análises Econômicas Aplicadas (IPEA), consideravam este fenômeno ainda pouco visível devido à dificuldade de analisá-los frente aos dados disponíveis. Os indicadores trabalhados por estes profissionais eram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) realizada pelo IBGE e nesta coleta de informações os benefícios sociais agregados em uma categoria só – Transferências de Renda.

Nesta categoria estão elencados todos os rendimentos que os brasileiros entrevistados aferiam, porém não contributivos, incluindo aí não só os benefícios sociais como também, aposentadorias e pensões.

Não obstante o que levou à conclusão de que se tratava de resultados da implementação dos Programas Sociais, por parte dos estudiosos do assunto, foi a verificação das principais ações do governo federal que buscavam promover mudanças no cenário econômico.

Como foi nesta última década que as políticas sociais ganharam força e que o principal programa de transferência de renda brasileiro foi implementado, o Programa Bolsa Família, houve a constatação de efeitos positivos na economia em tempo recorde. Ou seja, tais políticas teriam gerado um grande passo na redução da pobreza e da miséria..

Possibilitando a divulgação de resultados positivos sobre impactos das transferências de renda, de forma surpreendente, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem domiciliar do IBGE, 2004), trazia em suas análises a revelação dos efeitos na renda *per capita* familiar, que quando desagregados sinalizaram claramente para os resultados dos programas de transferência de renda.⁵⁴

No ano de 2008, o efeito identificado das transferências governamentais sobre a redução da concentração de renda equivale a um terço em relação aos outros fatores analisados. Ao fazer a desfragmentação dos dados para identificar o percentual de contribuição de cada componente não tributável, visto que os percentuais são muito próximos aos 10% para cada um, os economistas ressaltam que os programas sociais têm maior impacto na redução das diferenças de renda devido ao seu custo operacional (IPEA, 2008).

Cabe destacar ainda que quanto maior o percentual de pobreza e miséria maior é também o efeito de programas sociais na redução desta, ou seja, a medida de desigualdade utilizada para analisar este efeito econômico permite identificar resultados melhores. Não é ocioso enfatizar que estamos falando de pessoas que antes tinha rendimento muito baixo ou nulo e passaram a ter uma complementação ou receber algum dinheiro.

“Quando os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade, há redução da desigualdade. Para que isso ocorra, é necessário que a renda média dos mais pobres cresça mais rápido do que a renda média total. (IPEA, 2008, p,31)”

⁵⁴ Ver tabela 1 no capítulo 1 desta Tese.

Outro elemento importante que os economistas destacam como diferenciador do efeito das transferências governamentais de renda através de aposentadorias e pensões, do efeito dos programas sociais, tais como o BPC e o PBF, é que até a data da análise dos dados, foi feita a expansão da cobertura destes programas e não um aumento do benefício entre os que já estavam incluídos nestes. Se houvesse alguma alteração dos recursos repassados para maior, os efeitos também seriam maiores.⁵⁵

Segundo Rocha (2007, pg. 131), mesmo o valor do benefício sendo modesto, o fato do indivíduo passar a ter alguma renda já promove resultado na economia, de forma geral. O número de pessoas que antes não tinha nada e passa a ter algum recurso monetário é grande devido à cobertura dos programas de transferência de renda ser alta, como é o caso do Programa Bolsa Família. Neste sentido, é o número de beneficiários que faz com que o impacto seja perceptível e conte positivamente para a queda da desigualdade.

Um fator muito importante a ser considerado em programas de transferência de renda, para que estes sejam avaliados como positivos economicamente é a focalização, ou seja, se ele está beneficiando, de fato, a parcela da população a qual ele se destina.

De qualquer forma é importante entender que os Programas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família foram pensados como um dispositivo emergencial para remunerar monetariamente uma superpopulação em situação de subemprego ou desemprego.

Os dados apresentados no capítulo I demonstraram que existe um universo composto por pobres que vivem nas cidades que vem conseguindo mudar suas condições de vida. Mas há também, de acordo com o que pudemos identificar a partir dos resultados da nossa pesquisa apresentados no capítulo III e, sobretudo no capítulo IV desta tese, uma superpopulação flutuante e permanentemente de desempregados.

As linhas divisionárias entre o pobre e o extremamente pobre são tênues, embora se pressuponha que na segunda categoria há uma superioridade numérica de familiares não remunerados.

⁵⁵ O reajuste de valores repassados às famílias beneficiária do Programa Bolsa Família foram feitos a partir de 2008 e 2009 e aqui nós estamos nos referindo a análises feitas no ano de 2008 sobre a Redução de Desigualdade de Renda feitas pelo IPEA.

O que nos permite afirmar isto são os resultados apresentados no capítulo III onde fizemos uma correlação entre indicadores socioeconômicos, trabalho e classe social. Ao aplicarmos os cortes de renda propostos por Neri (2011) para definição de classes socioeconômicas aos beneficiários do Programa Bolsa Família que foram alvo de nossas pesquisas verificamos que em sua maioria, mesmo aqueles que já estavam a mais de dois anos recebendo o benefício, ainda pertenceriam, em sua grande maioria à “classe E” (89%). Já o percentual de beneficiários que pertenceriam à classe C não passava de 6% entre estes.

Como a estratificação social em 2007 e 2008 era traçada sempre utilizando o critério ABIPEME da ABEP que leva em conta o número de bens duráveis no domicílio e o nível de escolaridade dos entrevistados, foi este o critério aplicado em nossa pesquisa. Principalmente porque pactuamos com o que a literatura aponta frequentemente: que o número de anos de estudos é um dos fatores mais importantes para a mobilidade social.

Constatamos que em 2008, pelo critério ABIPEME, os beneficiários do Programa que pertenciam à classe C eram 18,7% e na pesquisa de 2011 identificamos um aumento para 20,6% no entanto, apesar de termos afirmado que o critério Brasil de classificação socioeconômica foi utilizado como indicador em nosso trabalho, por agregar outros elementos que sinalizam para elementos mais amplos do bem estar social, os dados de renda quando comparados entre os beneficiários do Programa Bolsa Família corroboram com o que Rocha (2007) afirma, ou seja, que o valor do benefício entre pessoas que tinham muito pouco ou nada promove mudanças significativas, principalmente no que se refere à demonstração estatística.

Quando comparados os dados de renda aferidos, de acordo com a pesquisa de 2008 e a pesquisa de 2011 que realizamos, verificamos que os ganhos adquiridos com o benefício repercutem, em termos de pontos percentuais muito mais na renda do que na mudança de classe, ou seja, no acesso a bens de consumo duráveis.

Quando os dados são comparados verificamos que há um aumento maior do percentual de pessoas que ganhavam entre um e dois salários mínimos, muito mais significativo do que o aumento de pessoas que pertenciam à classe C em 2008 em relação a 2011.

Cabe ressaltar, que os dados apontam claramente para o fato de que o patamar de renda familiar máximo atingido pelos beneficiários não ultrapassa três salários mínimos, visto que a faixa de renda entre três e quatro salários mínimos apresenta um número de respondentes muito pequeno.

No capítulo III trabalhamos com a comparação dos resultados, a partir da estratificação feita no momento da coleta de dados que era composta por um grupo de beneficiários que estavam recebendo o dinheiro do benefício há mais de dois anos (constituindo assim um grupo experimental) e outro grupo de controle (constituído por pessoas que recebiam o benefício há menos de 2 anos).

Considerando-se os dois grupos distintamente é importante observamos os totais apresentados em linha, onde o grupo experimental apresenta um percentual menor de pessoas que recebem no máximo um salário mínimo em relação ao grupo controle. Porém, as faixas seguintes são ocupadas em maior proporção por pessoas que estão há mais tempo no Programa (grupo experimental), ou seja recebem em maior medida de um a 2 salários mínimos, enquanto no grupo controle temos um percentual menor nesta faixa salarial.

Entre aqueles que recebem de 2 a 3 salários mínimos temos uma diferença de dois pontos percentuais a menos no grupo controle em relação ao grupo experimental. Este percentual sofre uma variação em torno de 4 pontos percentuais (p.p.) em relação ao grupo experimental que recebe um pouco mais. Isto comparado com as diferenças também de percentuais de pessoas que pertencem a classes mais elevadas, nos leva a concluir que: se houve aumento de renda devido a um impacto do Programa, este fenômeno foi muito mais expressivo do que a mudança de classe. ,

Ainda assim, considerando-se os resultados apresentados no capítulo IV em seu desenho o Programa Bolsa Família pretende ser um dispositivo de transferência de renda, e não um formador de profissionais, de empreendedores ou criador de postos de trabalho. Trata-se de um apoio mínimo para garantir a sobrevivência de determinados segmentos muito vulneráveis da população, aqueles que não têm nada. A verdade é que a estrutura social e econômica não lhes oferece possibilidade alguma de trabalho regular e remunerado. Essa situação é semelhante ao trabalhador que

possuindo carteira de trabalho, não se depara, porém, com emprego disponível.

O Programa Bolsa Família está orientado para atender ao fenômeno da extrema vulnerabilidade social, como os cinturões de miséria nas cidades. Entre outros elementos estas famílias possuem dificuldades variadas de acesso a políticas públicas, seja de educação ou saúde.

Especificamente nos aspectos relativos a educação, os resultados que apresentamos no capítulo II sobre os efeitos do Programa apontam que no que se refere ao acesso à escola os filhos destas famílias tem obtido êxito. No que compete ao cumprimento de etapas escolares, as próximas gerações oriundas destas famílias já poderão contar com a comprovação de um número maior de anos de estudos em relação aos seus pais ou responsáveis.

Diante de todos os desafios que o governo brasileiro enfrenta, compete hoje uma reflexão profunda e ações concretas traçadas a partir destas reflexões. Investindo concretamente na melhoria da qualidade da escola ofertada a estes alunos que são de origem mais pobre e necessitam de tratamento diferenciado para superar as deficiências cognitivas em relação aos alunos que são filhos de pais trabalhadores, que no entanto, já conseguiram superar entraves e conseguem manter os filhos ou seus dependentes menores estudando (Souza, 2011).

Durante as entrevistas em profundidade realizadas com os beneficiários do PBF pudemos constatar o que apontávamos já no capítulo II e aparece como resultado de vários estudos de diferentes instituições: a transferência de renda realizada pelo Programa dá acesso a maior consumo de alimentos por parte das famílias com vulnerabilidade extrema. Neste sentido, o recurso disponível é gasto prioritariamente com alimentos de primeira necessidade.

Os beneficiários do PBF também sofrem de problemas de saúde variados, muitas vezes expressos como queixas e outras vezes usados como justificativas para não estar inserido no mercado de trabalho formal, com carteira assinada. Conforme já foi mencionado, há no comportamento destas pessoas uma depressão psíquica que afeta todo um conjunto de elementos necessários para o enfrentamento cotidiano e a tão sonhada inserção no mundo do trabalho (SOUZA, 2011).

Ainda no capítulo II apresentamos dados que indicam repercussões futuras no quadro da situação de saúde das próximas gerações através do cumprimento das condicionalidades de saúde por parte das famílias. Parte das avaliações apontam que através das condicionalidades o Programa consegue efeitos nas condições de saúde necessárias para um melhor desenvolvimento cognitivo.

É importante sinalizar que durante as entrevistas realizadas com os responsáveis institucionais pelo PBF em nível municipal, em nenhum momento foi mencionada a condição de saúde como algo necessário para que estas famílias possam trabalhar e auferir renda. Apenas restrições educacionais para inserção em cursos de geração de trabalho e renda foram mencionados.

Vale enfatizar que nas entrevistas realizadas com os agentes implementadores do PBF no nível municipal, aparecem referências a dificuldade dos beneficiários obterem trabalho por conta de seus déficits educacionais. Mas tais referências não escapam de um quadro mais geral no qual estes entrevistados imputam ao beneficiário certa responsabilidade por sua condição socioeconômica e por sua vulnerabilidade.

Qualquer que seja a modalidade de interpretação sociológica sobre uma pesquisa como esta que foi realizada no Brasil, não é possível se ater somente ao conteúdo manifesto, mas sim deve procurar captar o sentido latente da fala entrevistada e o modo com esta se insere na estrutura social. Neste sentido é imperativo trazer à baila, ainda que sucintamente, os problemas gerais da sociedade brasileira, buscando os fatores causais de um fenômeno que concerne à vida coletiva: a marginalização social, econômica e cultural de amplas camadas da população.

O Programa Bolsa Família é um dispositivo assistencial para mitigar a pobreza e não erradicá-la socialmente. Embora tenha essa limitação, tal programa não deixa, contudo de chamar atenção para o significado da miserabilidade dos excluídos brasileiros, assim como traz à discussão o nexo entre a modernização da economia e o aumento progressivo da marginalidade social e econômica.

Comparando nossos dados à luz da literatura mais recente podemos concluir que o beneficiário do Programa Bolsa Família não se insere em nenhuma categoria já forjada pelos estudiosos do fenômeno da queda da

desigualdade e surgimento de novas classes ou incremento das classes já existentes.

Jessé de Souza (2012) traz a tona uma categoria de estratificação nova: o “batalhador”. Embora os “batalhadores” definidos e estudados em seu livro tangenciem algumas das características presentes entre os beneficiários do Programa Bolsa Família; o universo pesquisado por ele consegue atingir um determinado patamar de aferição de renda que os permite realizar alguns sonhos, ainda que por longos, sucessivos e árduos anos de trabalho e abnegação de um conjunto de elementos essenciais à boa qualidade de vida e dignidade humana.

Os dados apresentados no capítulo III não possibilitam afirmar que o PBF permite às pessoas beneficiárias uma mobilidade ascendente de classe.

De acordo com os critérios socioeconômicos utilizados nesta tese, há indícios de que estamos diante um contingente de pessoas que deixaram de ter condições de aferir renda necessária somente à sobrevivência, à medida que os resultados apresentados no capítulo III apontam para um percentual mais elevado de pessoas pertencentes à classe C quando estudados de acordo com seus padrões de consumo e escolaridade. A preocupação latente é que mesmo possuindo melhores níveis educacionais, estas pessoas não conseguem inserção no mercado de trabalho, necessitando assim do apoio governamental para sobrevivência. Sinalizamos, portanto, a necessidade de estudos mais apurados sobre renda, classe e níveis de escolaridade entre este público estudado.

A veracidade científica de tal afirmação se dá ao aplicarmos o critério desenvolvido por Neri (2011), que trabalha com níveis de renda, sendo assim há um nivelamento para baixo muito alto, ou seja, a grande maioria dos beneficiários do PBF em 2010 eram integrantes da classe E. Portanto podemos concluir que os beneficiários do Programa Bolsa Família podem ter saído de sua condição de marginalidade, deixaram de estar entre aqueles que não aferiam renda e em certa medida migraram do patamar de extremamente pobres para o patamar dos pobres, mas não podemos afirmar que estão inseridos no grupo denominado por este como Nova Classe Média.

Por outro lado Pochmann (2012) estudou o grupo de pessoas que passaram a aferir renda em maior proporção e que seriam os responsáveis

pela queda da desigualdade social brasileira, estes os trabalhadores que encontraram espaço no mercado de trabalho. O aumento da empregabilidade aliada ao aumento real do salário mínimo seriam importantes fatores responsáveis pela mudança econômica brasileira. Esta interpretação é freqüentemente encontrada na literatura apresentada no capítulo I.

O que Pochmann (2012) aponta é que estes trabalhadores não podem ser classificados, ao contrário do que afirma Neri (2011), como componentes de uma Nova Classe Média. Outrossim, podem ser classificados como uma nova classe trabalhadora, à medida que não possuem um conjunto de disposições essenciais que um integrante da Classe Média ou Classe C brasileira possui.

Os beneficiários do Programa Bolsa Família também não podem ser classificados nesta classe que Pochmann define, porque não se trata de um público que afere renda de forma constante e estável através de trabalho formal. Contrariamente a isto, a principal forma de ocupação destas pessoas é “fazer bico”, ou seja, estão no mercado de trabalho informal e precário.

A depender dos cursos de geração de trabalho e renda que são destinados a esta população permanecerão sempre nesta condição, pois como foi visto no capítulo IV, é baixo o percentual de pessoas que já participou de algum curso de geração de trabalho e renda (menos que 20%). Ainda assim, o que foi cursado de acordo com a grande maioria das respostas, nos remete à uma constatação de que os agentes implementadores nos municípios apostam em formações que permitem no máximo a realização de atividades domiciliares para ganhar dinheiro, produzir e vender mercadorias artesanais de baixo valor agregado, etc.

Isto significa dizer que não são ações que estão destinadas a gerar inserção produtiva e formal no âmbito das relações de trabalho típicas de uma economia capitalista. Ao contrário disto, trata-se da tentativa – frustrada, como vimos – de formação de um contingente de possíveis empreendedores sociais completamente descapitalizados.

Os beneficiários do Programa Bolsa Família, de acordo não só com o que a literatura aponta, mas com os resultados aferidos por nossa pesquisa, tanto na coleta quantitativa, mas, sobretudo na coleta qualitativa, constituem um contingente populacional formada por indivíduos desprovidos de capital

cultural e econômico, mas acima de tudo como aponta Souza (2011, pg. 21) desprovidos das condições morais e sociais que permitem esta apropriação. Trata-se da “ralé” estrutural, termo propositalmente pejorativo e polemico que Souza (2011) utiliza para caracterizar uma “classe” que historicamente ocupa as franjas mais vulnerabilizadas da sociedade brasileira.

A falta de investimento em capacitação profissional é um dos elementos apontados por Souza (2011, p. 21 e 22) como um dos fatores responsáveis pela formação de gargalos na economia que foram provocados por ausência de formação profissional. Esta classe de desempregados foi reproduzida no seio da nossa sociedade e tem repercussão nas gerações futuras muito negativa devido ao efeito de reprodução e aumento da pobreza.

Ainda que tenhamos apresentado resultados significativos de pesquisas que apontam que os filhos ou crianças e adolescentes dependentes destes beneficiários estão frequentando a escola em maior proporção, a reprodução da desigualdade cognitiva tende a permanecer, visto que não temos indicadores de melhores níveis de aquisição de capital cultural. Sendo assim, a possibilidade de reprodução geracional à margem do mercado de trabalho, exercendo atividades denominadas por Souza (2011) como subempregos é muito alta.

De acordo com os dados de situação de trabalho que apresentamos ao longo dos dois últimos capítulos, a economia contemporânea não terá como absorver estes indivíduos que são filhos de famílias extremamente vulneráveis e que terão que continuar trabalhando de dia, desde muito jovens, em subempregos que lhes esgotam fisicamente e estudando a noite em uma escola pública que não se apresenta como atrativa para um universo de indivíduos que dela necessitam para ter a chance – ainda que remota – de mudar radicalmente seus destinos.

Oferecer cursos para um universo de pessoas que nunca foi empreendedor e dizer a elas que com tal formação podem passar a aferir renda para deixar de depender do estado para sobreviver, só fará com que a desigualdade e injustiça social se perpetue, pois trata-se de gerar expectativas que não serão alcançadas e produzir, mais uma vez um ciclo de auto e alter culpabilização.

Avançamos muito nos últimos dez anos e a implementação das políticas de transferência de renda foi uma grande conquista, mas infelizmente há um grande contingente de formadores de opinião que ainda se manifesta contra este tipo de política, ou que distorce seus objetivos em favor de suas ideologias e de seus preconceitos.

É impossível negar que também avançamos muito no que se refere a proteção social dos grupos mais vulneráveis na última década. No entanto, há um gigantesco contingente de brasileiras e brasileiros que por conta da reprodução de configurações históricas de matriz socioeconômica não têm expectativas de acesso às condições que podem garantir a autonomia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, A.; ROBINS, K. El retorno de las economías regionales: geografía mítica de la acumulación flexible. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Eds.). Las regiones que ganan. Valência: Alfons el Magnànim, 1994.

ARBACHE, J. S. Mercosul e Mercado de Trabalho: Algumas questões. *In*: Texto preparado para o Workshop on Experiences in Processes of Regional Integration and Impacts on Poverty, São Paulo, October 20-21, 2004, ECLAC/DFID/British Embassy Classificação JEL: F16, J8.

ARRETCHE, M. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. ed. Revan, Rio de Janeiro.2000.

BARROS, R. P. *et al.* A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n. 1258).

BARROS, R., & FOX, L.& MENDONÇA, R., Poverty among female headed households in Brazil, Rio de Janeiro, IPEA, 1993 (Texto para Discussão, n.31).

BARROS, R.P., HENRIQUES R. & MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil. *In*.: Publicações do IPEA. Rio de Janeiro. Dez. 2000.

_____. A importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família. Niterói: Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, 2008 (Texto para Discussão, n. 238).

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. (Textos para Discussão, n. 1.227).

BEAVERSTOCK, J. V. *et al.* Globalization and world cities: some measurement methodologies. Research Bulletin, Globalization and World Cities Study Group and Network, n. 13. Disponível em: <http://www.lboro.ac.uk/departments/gy/research/gawc/rb/rb2>>. Acesso em: 15 set. 2000.

BECATTINI, G. El distrito marshalliano. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Eds.). Las regiones que ganan. Valência: Alfons el Magnànim, 1994.

BERNARDEZ, Maria Eliza, M., CAMELOSSI, Bruna Cristina, N. A condicionalidade de Educação dos Programas de Transferência de Renda: Uma análise crítica do Programa Bolsa Família. 36ª. Anpocs. Caxambu. 2012.

Bolsa família 2003-2010 : avanços e desafios / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília : Ipea, 2010.

BOYER, R.; DURAND, J. P. L' Après fordisme. Paris: Nouvelle édition Syros, 1998.

BRANDAO, André. A. P. (2004). Miséria da Periferia. Desigualdades Raciais e Pobreza na MetrÓpole do Rio de Janeiro. Palas. Rio de Janeiro.

BRANDÃO, André. A. P., DALT, Salete, PEREIRA, Rita. Os efeitos do PBF na educação: o que pensam professores, diretores e coordenadores? – 35ª. Anpocs. Caxambu. 2011

BRANDÃO, André. A. P., DALT, Salete, SILVA, Anderson P. - Educação e Pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. SBS. 2009.

BRANDAO, André. A. P., GOUVEA, Victor. H.C. DALT, Salete.. (2010)- O Programa Bolsa Família e as possibilidades de geração de trabalho e renda entre os beneficiários. Trabalho apresentado no 13º. Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica.

BRANDAO, André. A.P., GOUVEA, Victor. H.C. , DALT, Salete. (2007). Segurança Alimentar e Nutricional entre os Beneficiários do Programa Bolsa Família, in: do Desenvolvimento de Instrumentos de Medida aos Primeiros Resultados Nacionais, in: Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados. Vol.2, (MDS) Brasília.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Bolsa Família - 2003-2010: avanços e desafios”. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

_____. Bolsa Família: manual de gestão de condicionalidades. Brasília, 2006.

_____. NOB SUAS 2010: aprimoramento da gestão e qualificação dos Serviços socioassistenciais. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

_____. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2012.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS / 2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS. Brasília, nov. 2004.

Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2012.

_____. Programa Bolsa Família: condicionalidades. Brasília, 2011. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Programa Bolsa Família: o que é? Brasília, 2009. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/ptogramabolsafamilia>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Sete anos do Bolsa Família. Brasília, 2010. <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/sete-anos-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 05 fev. 2012.

CACCIAMALI, M. C. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. Trabalho em Questão, Salvador, n. 86, p. 43-58, 2010.

CACCIAMALI, M. C. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. 1982. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. Salvador, 2010 (Série Estudos e Pesquisas – Trabalho em ação, n. 86).

CAMARGO, J.M. (1991) Distribuição da renda no Brasil (org.). Editora Paz e Terra.

_____. (1998) A Revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho. Editora Campus.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão).

CARLEIAL, L. Redes industriais de subcontratação: um enfoque de sistemas nacionais de inovação. São Paulo: HUCITEC, 2001. 220 p.

CARLEIAL, L.; CRUZ, B. Estratégia de desenvolvimento regional, política pública negociada e novas institucionalidades. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 3, 2009.

CARLEIAL, L.; PAULISTA, A. Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social? *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, 5., ALAST. Anais... Montevideo, Uuguay, 2007. (CD-ROM).

CARLEIAL, L; MEZZA, M. L; NEVES, L. Firmas-rede na indústria automotiva brasileira: características gerais da relação com fornecedores, dos modelos de logística e dos mecanismos de coordenação. *In: ENCONTRO NACIONAL DA SEP- SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais. SEP, 2006.*

_____. Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas de política econômica dos anos noventa. *Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico, Curitiba: Iparde, n. 106, p. 11-35, 2004.*

CARVALHO, I. M. M. e ALMEIDA, P. H.(2003) "Família e proteção social". São Paulo em Perspectiva, vol.17 no.2, Livro (MEC). Vol.2.

CASTELLS, M. La ciudad informacional. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

_____. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, The Equity Gap: a second assessment. Second Regional Conference in Follow-up to the World Summit for Social Development, 2000 (a).

_____, Main trade trends, trade policy and integration agreements in the countries of the Association of Caribbean States (ACS), 2003. 127 pp. ECL

CHESNAIS, F. La mondialisation du capital. Paris: Syros. Traduzido pela Xamã Editora como: a mundialização do capital. 1996.

COHEN, Ernesto e VILAROTTO, Pablo – Chile Puente- Chile Solidário in: Transferências com responsabilidad. Una mirada Latinoamericana, 2006

COHN, Amélia *et al.* Saúde como Direito e como Serviço. Editora Cortez. SP. 1992.

COSTA, R.(2005) "Por um novo conceito de comunidade. Redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva". *Interface. Comunicação, Saúde, Educação*, vol. 9. n.17.

COTTA, T. C.; PAIVA, L. H. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil: Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010.

COTTA, T. C. S. Visões de proteção social e transferências de renda condicionadas no Brasil e no México. 2009. 337f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – Ceppac, Universidade de Brasília, 2009

CURRALERO at al, As Condicionais do Programa Bolsa Família, in: Bolsa Família – Desafios e Avanços – (IPEA, 2010, pg. 151-178)

DALT, Salete – Impactos do Programa Bolsa Família no Cotidiano Familiar. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Política Social – Universidade Federal Fluminense, 2008

DE RENDA BRASILEIRA COM FOCO EM MERCADO DE TRABALHO. Rio de Janeiro, 2006.

DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. Salvador, 2010 (Série Estudos e Pesquisas – Trabalho em ação, n. 86).

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. Parcerias Estratégicas, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), n. 22, p. 169-190, 2006. Edição especial: análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2004).

Desigualdade de renda no Brasil : uma análise da queda recente /organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. – Brasília : Ipea, 2007. 2 v. : gráfs., tabs.552 p.

DESSEN, M. A. (2000). “Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos”. Psicologia: teoria e pesquisa vol.16, n.3.

DI GIOVANNI, Giovanni .(1998) Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual . In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.).. (Org.). *Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil*.Campinas - SP: IE:UNICAMP, 1998, v. , p.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Estudo setorial da construção 2011. Estudos e Pesquisa, n. 56, abr. 2011.

DOSI, G. *et al.* (Eds.). Technical change and economic tehory. Londres: Printer Publishers, 1988.

DRUCK, G.; OLIVEIRA, L. P. J.; JESUS, S. C. S. Precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos. Salvador, 2010 (Série Estudos e Pesquisas – trabalho em ação, n. 86).

Edição especial: Vinte Anos da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201012.jsp?ttCD_CHAVE=6&btBuscar=Buscar>

ESPING-ANDERSEN, Gosta.(1998) As três economias políticas do Welfare State. In: Lua Nova, n.24, pg.85-116 .

EVERT. Evert system's description of activities. Bologna: Evert politiche per le imprese SpA, 1998.

FAGERBERG, J. Convergence or divergence? The impact of technology on "why growth rates differ". *Journal of Evolutionary Economics*, v. 5, n. 3, p. 269-284, 1995.

FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo. São Carlos, 2000. Mimeo.

FLEURY, S. (1994) *Estado sem Cidadão*. Rio de Janeiro. Fiocruz.

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply: An Empirical Analysis Using a Time-Series-Cross-Section. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 36., 2008,

FONSECA, A. (2001) *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo. Cortez

FREEMAN, C. Innovation, changes of techno-economic paradigm and biological analogies in economics. *Revue Économique*, v. 2, p. 211-232, 1991.

GALIZA, M.; GONZALEZ, R.; SILVA, S. P. Debatendo a dicotomia formal/informal: em busca de uma interpretação sistêmica do mercado de trabalho brasileiro. 2010. Mimeografado.

HALL, P. Modelling the post-industrial city. *Features*, United Kingdom: Elsevier Science Ltd., v. 29, n. 4-5, p. 311-322, 1997.

HASENBALG, C. SILVA, N. V., (2003). *Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Topbooks. Rio de Janeiro.

HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. *In: SIMMEL, G. Les pauvres*. Paris: PUF, 2005. Introdução.

(IBASE). *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas*, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Comunicado da presidência*. Brasília: Ipea, n. 71, dez. 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (AOLs) no estado do Paraná – Diretrizes para políticas de apoio aos APLs*. Relatório. Curitiba, 2006.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PNAD 2008: primeiras análises – juventude e desigualdade racial. Brasília: Ipea, 2009.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n. 13, 2007. Edição especial. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201012.jsp?ttCD_CHAVE=6&btBuscar=Buscar>.

IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 14, 2007.

_____. O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. *In*: _____. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010a.

_____. PNAD 2009: primeiras análises – distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília: Ipea. 2010c.

_____. Políticas econômicas para superação da crise no Brasil: a ação anticíclica em debate. *In*: _____. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010b.

_____. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n. 16, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201012.jsp?ttCD_CHAVE=6&btBuscar=Buscar>.

_____. Boletim Mercado de Trabalho. n. 47, jan./mar. 2011a.

_____. Boletim Mercado de Trabalho. n. 48, abr./jun. 2011b.

_____. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. Brasília: Ipea, 2011c.

_____. SIPS: trabalho e renda. Direito do trabalhador e qualificação profissional. Brasília, 2011a.

JARAMILLO, S. Sobre la macrocefalia urbana en América Latina. *Desarrollo y sociedad*, Colômbia, n. 1, 1979.

KLEIN, C., FERNANDES, L.P., MEYER, D.E. Noções de Família em Políticas de Inclusão Social no Brasil Contemporâneo. *In*: Estudos Feministas, Florianópolis, pg. 433-449. 2012.

KONTIC, B. Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo. Dissertação (Mestrado), Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, jul. 2001.

LARRAÑAGA, O. Focalización de programas sociales en Chile: el Sistema CAS. Country Case study prepared for the World Bank, 2003.

- LAVINAS, Lena, “Pobreza, Desigualdade e Exclusão: contextos atuais”, Prefeitura de São Paulo.
- LAVINAS, Lena. Arquivos da Folha, Waldir Quadros, em 12.11.2004. 2006b
- LINDERT, K. Implementing Means Tested Welfare Systems in the US
- LIPIETZ, A. The post-fordist world: labour relations, international hierarchy and global ecology. Review of International Economy, Routledge-UK, v. 4, n. 1, p. 1-41, 1997.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. Espaço e Debates, São Paulo, n. 25, 1988.
- LIST, F. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOBATO, Lenaura. V. et al. RELATÓRIO IV PRODUTO- AVALIAÇÃO DO BENFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA/ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL-UFF. 2005
- LOJKINE, J. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MACHADO, E. M. & KYOSEN, R. O. (1998). Política e Política Social : Delimitação legal do preço da força de trabalho – Brasil, 1988/1998; financiada pela CPG/UEL
- MAGNAGHI, A. Il sistema di governo delle regioni metropolitane. Milano: Franco Angeli, 1981.
- MAIA, A. S. Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda. [s.l]: Universidade Regional do Cariri, [200-?]. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012.
- MARQUES, E. C. (2000) Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/São Paulo, Revan/FAPESP.
- MARQUES, R. MENDES, A. LEITE, M. G., HUTZ, A. Importância do Bolsa Família nos Municípios Brasileiros (2007). Bolsa Família e Assistência Social, in: do Desenvolvimento de Instrumentos de Medida aos Primeiros Resultados Nacionais, in: Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados. Vol.2, (MDS) Brasília.

MARTINELLI, F.; SCHOENBERGER, E. Los oligopolios están bien, gracias. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Eds.). Las regiones que ganan. Valência: Alfons el Magnànim, 1994.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, nov. 2007. Mimeografado.

MELO, H. P. Gênero e pobreza no Brasil: relatório final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe. Brasília: CEPAL; 2005.

MONTEIRO, C. *et al.* Causas e declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. *Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health*, v. 43, p. 35-43, 2009

MOULAERT, F. Globalization and integrated area development in European cities. New York: Oxford University Press, 2000.

NERI, M.C. Miseria, Desigualdade e Estabilidade. *In*: Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulysea. Orgs.2007a see: http://www.fgv.br/cps/pesquisa/site_ret_port/. no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza. 2006a.

_____ A Nova Classe Média, mimeo. Rio de Janeiro: FGV. 2008a see: http://www.fgv.br/cps/pesquisa/site_ret_port/.

_____ A Nova Classe Média: O lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo. Saraiva: 2011

NOGUEIRA, Vera.M.R.M. Planejamento e Avaliação de Projetos e Programas Sociais. Cadernos CRESS n.4 Florianópolis- 12º. Reunião CRESS, 1998

NOVELLINO, M. S. (2005). Chefia Feminina de Domicílios como Indicador da Feminilização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres Pobres. ABEP – textos para discussão.

O Guia de Geração de Oportunidade e Renda encontra-se disponível no sitio do Ministério do Desenvolvimento Social – www.mds.gov.br

OHMAE, K. Globalization, regions and the new economy. UCLA, Center for Globalization and Policy Research, School of Public Policy and Social Research, 2001. Working Paper, n. 1.

Paugam, S. La Société française et ses pauvres. Paris: PUF, 1993.

Paugam, S.; SCHULTHEIS, F. Naissance d'une sociologie de la pauvreté. _____ . Les formes élémentaires de la pauvreté. Paris: PUF, 2005.

PAULINO, L. A. O Brasil no leito de procusto: uma avaliação sob a ótica neoshumpeteriana da rodada uruguaia do gatt. Tese (Doutorado), Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1998.

PEREIRA, A.P. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais/Potyara A. P. Pereira-2. ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. The second industrial divide: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

Pochamann, M. – Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira: São Paulo. Boitempo, 2012.

RELATÓRIO BRASIL DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SEUS ASPECTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL- 2006 – DATAUFF

Relatório de Pesquisa (2008) – Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família – Expectativas de Geração de Oportunidade e Renda pelos Beneficiários do Programa. DataUFF – Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense.

RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO, 2007. DATAUFF

RELATÓRIO FINAL DO ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, 2004.

Research Bulletin, Globalization and World Cities Study Group and Network, n. 13. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/departments/gy/research/gawc/rb/rb2>>. Acesso em: 15 set. 2000.

RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DA CLASSE MÉDIA NO BRASIL – SAE, Brasília. 2012.

RESULTADOS SOBRE A QUEDA RECENTE NA DESIGUALDADE

ROCHA, Sônia, “Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?”, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. La nueva cuestión social: Repensar el Estado Providencia. Buenos Aires: Manantial, 1996

SABOIA, João.(2003) Relatório final – Pesquisa sobre Benefícios não-contributivos. Instituto de Economia –UFRJ.Salvador. Anais. Salvador: ANPEC, 2008.

SANTOS, W. G. (1994). *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro. Rocco. São Paulo: Cortez, 2006.

SARTI, C.A. - A família como Ordem Moral. São Paulo. Cadernos de Pesquisa n.91. Nov. 1994

SASSEN, S. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forges Press, 1994.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Série Os Economistas).

SCOTT, A. *et al.* *Global City-Regions*. Conference Theme Papers: Global City-Regions Conference, UCLA, 1999

SCOTT, A.; STORPER, M. *Regions, globalization, development*. UCLA, Center for Comparative and Global Research, International Institute, 2003.

SEGALL, A. et ali (2007). Insegurança Alimentar no Brasil: do Desenvolvimento de Instrumentos de Medida aos Primeiros Resultados Nacionais, in: *Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados*. Resultados. Vol.2, (MDS) Brasília.

SEN, Amartya, K. *Desenvolvimento como Liberdade*. Oxford University Press, 1999.

SILVA, César A. DALT, Salete. *O Programa Bolsa Família – Impactos provocados pelo cumprimento de condicionalidade de saúde e provável articulação com o Programa Saúde da Família*. SIEPA – Chile. 2009.

SILVA, M.O.S. (1997): (org) *Renda Mínima e Reestruturação Produtiva*. São Paulo. Cortez.

SOARES, F. *et al.* *Cash Transfer Programmes in Brazil: Impacts on Inequality and Poverty*. International Poverty Centre, June, 2006 (Working Paper n. 21).

SOARES, F. V.; BRITTO, T. *Dores do crescimento desafios-chave para novos programas de transferência de renda condicionada na América Latina*. One Pager, n. 44, ago. 2008.

SOARES, S. *Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1459).

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea, 2010 (Texto para Discussão, n. 1424).sobre a desigualdade e a pobreza. In: SEMINÁRIO RESULTADOS SOBRE A QUEDA RECENTE NA DESIGUALDADE DE RENDA

SOUZA, J. A Ralé Brasileira – Quem é e como vivem. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2011.

_____ Os Batalhadores Brasileiros; nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2a ed. BH: UFMG, 2012 [2010].

SPOSATI, A. (2001). A inclusão social e o programa de renda mínima. In.: Serviço Social & Sociedade. São Paulo. Cortez, v.22 jul/2001.

STORPER, M. The regional world: territorial development in a global economy. London, Guilford Press, 1998.

TAYLOR, P. J.; WALKER, D. R. F. World cities: a first multivariate analysis of their service complexes. Research Bulletin, Globalization and World Cities Study Group and Network, n. 13. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/departments/gy/research/gawc/rb/rb2>>. Acesso em: 15 set. 2000.

TAYLOR, P. J.; WALKER, D. R. F.; BEAVERSTOCK, J. V. Introducing Gawc: researching world city network formation. Research Bulletin, Globalization and World Cities Study Group and Network, n. 13. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/departments/gy/research/gawc/rb/rb2>>. Acesso em: 15 set. 2000.

THRIFT, N. A hyperactive world. In: JOHNSTON, R. J.; TAYLOR, P. T.; WATTS, M. J. (Eds.). Geographies of global change: remapping the world in the late twentieth century. Oxford-UK: Blackwell Publishers, 1995.

TINOCO, A. São Paulo: espaço de fluxos ou uma metrópole inundada? In: Programa de Formação de Quadros Profissionais do CEBRAP. São Paulo, 1999.

VEIGA, J. E. A convergência entre evolucionismo e regulacionismo. Revista de Economia Política, v. 20, n. 2, p. 141-156, abr./jun. 2009.

VELTZ, P. Des Lieux & Des Liens: politiques du territoire a l'heure de la mondialisation. Paris: Éditions de l'Aube, 2002.

VIANA, L.T.W. (1991) Notas sobre política social. In: PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva, Vol.n.1.

Sites acessados

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Mensal de Emprego (PME). IBGE, [s.d.].

SITE DO IPEA

SITE DA FGV

SITE CEPAL

SITE DA ONU

SITE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Secretaria de Atenção Básica/MS.

Portarias

Portaria no 2.669, de 3 de novembro de 2009, que estabelece as prioridades, objetivos, metas e indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde, nos componentes pela Vida e de Gestão, e as orientações, prazos e diretrizes do seu processo de pactuação para o biênio 2010-2011.

Portaria Interministerial MS/MDS no 2.509, de 18 de novembro de 2004, que dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Portaria GM/MDS no 666, de 28 de dezembro de 2005, que disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Portaria no 321, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a Portaria GM/MDS no 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências.

Portaria interministerial no 2, de 16 de setembro de 2009, que institui o Fórum Intergovernamental e Intersetorial de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Anexo1 – Plano amostral 2008 e 2010

PLANO AMOSTRAL BRASIL 2008 e 2010

Região	Cidade	Estado	Total
Sudeste	São Paulo	SP	133
	São Carlos	SP	50
	Rio de Janeiro	RJ	308
	Itaguaí	RJ	2
	Vitória	ES	93
	Águia Branca	ES	27
	Belo Horizonte	MG	119
	Juiz de Fora	MG	62
TOTAL			794
Sul	Curitiba	PR	313
	Guarapuava	PR	55
	Florianópolis	SC	25
	Joinville	SC	93
	Porto Alegre	RS	242
	São Sepé	RS	58
TOTAL			786
Centro-Oeste	Goiânia	GO	90
	Montividiu	GO	48
	Cuiabá	MT	149
	Tangará da Serra	MT	22
	Campo Grande	MS	336
	Corumbá	MS	30
TOTAL			675
Norte	Palmas	TO	38
	Formoso do Araguaia	TO	38
	Rio Branco	AC	97
	Sena Madureira	AC	27
	Porto Velho	RO	67
	Ariquemes	RO	38
	Belém	PA	38
	Bragança	PA	54
	Manaus	AM	270
	Itacoatiara	AM	5

	Boa Vista	RR	46
	Mucajá	RR	31
	Macapá	AP	27
	Santana	AP	30
	TOTAL		806
Nordeste	Salvador	BA	48
	Itamarajú	BA	27
	Aracajú	SE	65
	Japaratuba	SE	27
	Recife	PE	37
	Serra Talhada	PE	61
	Petrolina	PE	37
	Maceió	AL	30
	Rio Largo	AL	29
	João Pessoa	PB	28
	Itabaiana	PB	32
	Natal	RN	72
	Macaíba	RN	29
	Fortaleza	CE	50
	Marananá	CE	47
	Teresina	PI	47
	São Raimundo Nonato	PI	27
	São Luís	MA	120
São João dos Patos	MA	28	
	TOTAL		841
	TOTAL GERAL		3902

Anexo 2 - Questionário 2008

BLOCO 1 – Sócio-econômico

RESPONSÁVEL LEGAL

- 1- Sexo: 1. Masculino 2. Feminino
 2- Qual a sua idade? _____ anos
 3- O (a) sr.(a) é: 1. solteira (o) 2. casada (o)/vive junto
 3. separada (o) 4. viúva (o) 99. NR
- 4- A sua situação profissional atual é: **[Estimulada e única]**
 1. Empregado assalariado 2. Autônomo/conta própria
 3. Profissional liberal 4. Empregador 5. Estudante
 6. Desempregado 7. Aposentado 8. Dona de casa
 9. Funcionário público 10. Empregada doméstica
 11- Outro 99. NS/NR
- 5- Qual é a sua cor ou raça? **[Estimulada]**
 1. Branca 2. Preta 3. Parda
 4. Amarela 5. Indígena 99. NS/NR
- 6- Sua casa é: 1. própria 2. alugada 3. cedida 4. outro
 4. Ocupação/invasão 5. Outro 99. NS/NR
7. O abastecimento de energia elétrica é: 1. Inexistente
 2. rede pública com relógio 3. rede pública sem relógio
 5. outro 99. NS/NR
8. O abastecimento de água é: 1. Inexistente 2. rede pública
 3. poço artesiano 4. cacimba/cisterna/poço
 5. fonte/rio/igarapé/riacho/córrego 6. outra 99. NS/NR
9. O esgotamento sanitário é: 1. fossa séptica 2.
 inexistente 3. rede pública 4. fossa rústica
 99. NS/NR
- 10- Quem é o chefe do seu domicílio? (espontânea)
 1. o próprio entrevistado (pule p/ a 14) 2. o seu cônjuge
 3. O seu pai/sua mãe 4. outro 99. NS/NR

RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

11. Sexo: 1. Masculino 2. Feminino 88-NA
 12. Qual a idade do responsável pelo domicílio : _____ anos
 13- Atualmente a situação profissional do (a) responsável pelo
 domicílio é: 1. Empregado assalariado
 2. Autônomo/conta própria 3. Profissional liberal
 4. Empregador 5. Estudante 6. Desempregado
 7. Aposentado 8. Dona de casa 9. Funcionário público
 10. Empregada doméstica 11. Outro 99. NS/NR 88-
 NA
- 14- Incluindo o (a) sr(a), quantas pessoas moram na sua casa: |_|

14.1. Quantas	NS/ NR	14.2. Quantas freqüentam a escola?
1- _ crianças de 0-6 anos	99	1 _ 88-NA 99- NS/NR
2- _ crianças de 7-15 anos	99	2 _ 88-NA 99- NS/NR
3 _ -pessoas de 16-24 anos	99	3 _ 88-NA 99- NS/NR
4. _ -pessoas de 25-34 anos	99	
5. _ -pessoas de 35-44 anos	99	
6. _ -pessoas de 45-54 anos	99	
7. _ -pessoas de 55 anos ou mais	99	

15. Antes da sra. passar a receber o dinheiro do PBF havia
 alguma criança ou adolescente que não estava estudando?
 1. Sim 2. Não 99. NS/NR

16. Depois que você passou a receber o dinheiro do PBF a sua
 família aumentou ou diminuiu? **[Estimulada e única]**

1. aumentou porque minha (meu) filha (o) veio morar comigo e
 trouxe os filhos
 2. aumentou porque minha mãe (pai, sogro(a)) veio morar
 comigo
 3. aumentou porque os filhos do meu irmão ou irmã vieram
 morar comigo
 4. aumentou porque me casei
 5. aumentou porque me casei e meu companheiro veio morar
 comigo e trouxe os filhos.
 6. diminuiu porque minha mãe morreu (pai, sogro (a))
 7. diminuiu porque meu (minha) filho(a) morreu
 8. diminuiu porque meu companheiro morreu
 9. diminuiu porque meu companheiro foi embora
 10. ficou igual
 11. aumentou porque tive mais um(a) filho (a)
 16.1. outro: _____ 99. NS/NR

BLOCO 2 - Educação

17. Até que série o(a) sr.(a) estudou? **[Espontânea]**
 1. Analfabeto/sem instrução 2. Primário incompleto
 3. Primário completo ou 4. Primeiro grau completo ou
 ginásio incompleto 5. segundo grau incompleto
 6. Segundo grau completo 7. Superior incompleto
 8. Superior completo 99. NS/NR

18. A (o) sra.(o) parou de estudar em que ano? _____
 99. NS/NR 88-NA

19. O motivo para a (o) sra.(o) parar de estudar na série (ver
 p. 17) ou nunca ter estudado foi:

1. repetiu de ano várias vezes 2. não teve vontade
 de continuar 3. problemas com os professores
 4. precisava trabalhar e não dava tempo de estudar
 5. problemas na família 6. problemas com os colegas 7.
 a escola era muito longe 8. precisava tomar conta dos meus
 irmãos para minha mãe 9. gravidez 10. problemas
 com os professores

- 19.1. Outros: _____
 99. NS/NR 88-NA

- 20 Na sua opinião estudar é:

1. muito importante 2. importante 3. pouco importante
 4. nada importante 99. NS/NR 88-NA

21. Depois que a (o) sra. (o) começou a receber o dinheiro do
 Bolsa Família

	Sim	Não	NA	NS/NR
21.1. a(o) sra.(o) voltou a estudar?	1	2	88	99
21.2. a(o) sra.(o) pensou em voltar a estudar?	1	2	88	99

22. Desde que a (o) sra (o) começou a estudar até que série a (o) sra. (o) pensou que ia chegar? **[Espontânea]**

1. Analfabeto/sem instrução 2. Primário incompleto 3. Primário completo ou
4. Primeiro grau completo ou ginásio incompleto 5. segundo grau incompleto 6. Segundo grau completo
7. Superior incompleto 8. Superior completo 99. NS/NR

23. Até que série o(a) responsável pelo domicílio estudou?

1. Analfabeto/sem instrução 2. Primário incompleto 3. Primário completo ou
ginásio incompleto 5. segundo grau incompleto 6. Segundo grau completo 7. Superior incompleto
8. Superior completo 99. NS/NR 88-NA

24. Depois que a (o) sra (o) começou a receber o dinheiro do Bolsa Família o responsável pelo seu domicílio

	Sim	Não	NA	NS/NR
24.1. Voltou a estudar?	1	2	88	99
24.2. Pensou em voltar a estudar?	1	2	88	99

3- BLOCO.Segurança alimentar.

25. Em geral as crianças da casa fazem quantas refeições por dia? Crianças 88.NA 99-NS/NR

25.1- Quais são essas refeições? (situar as respostas da questão anterior)

- 1 – Café da Manhã ; 2- Lanche da manhã ; 3 – Almoço ; 4- Lanche à tarde 5 – Jantar 6 – Lanche noite 88.NA 99-NS/NR

26. E os Jovens e adultos em geral fazem quantas refeições por dia? Jovens e adultos 88.NA 99-NS/NR

26.1- Quais são essas refeições? (situar as respostas da questão anterior)

- 1 – Café da Manhã ; 2- Lanche da manhã ; 3 – Almoço ; 4- Lanche à tarde 5 – Jantar 6 – Lanche noite 88.NA 99-NS/NR

27 Caso existam crianças na escola, quantas refeições são oferecidas a elas pela escola? 88.NA 99-NS/NR

28. O Sr(a) acha que a quantidade de alimentos consumidos pela sua família nestas refeições do dia é suficiente para satisfazer:

Idade	Sim	Não	NA	NS/NR
As crianças	1	2	88	99
E os Jovens e adultos	1	2	88	99

29. Nos últimos 3 meses, alguma vez os alimentos da sua casa acabaram antes que vocês tivessem dinheiro para comprar mais?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

30. Antes de começar a receber o bolsa família, os alimentos da sua casa costumavam acabar antes que vocês tivessem dinheiro para comprar mais?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

31. Nos últimos 3 meses, alguma pessoa da casa deixou de comer ou comeu menos porque não havia comida suficiente?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

32. Antes de começar a receber o bolsa família, alguém na casa costumava deixar de comer ou comia menos porque não havia comida suficiente?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

33- Pensando na quantidade de alimentos consumido por sua família, o(a) Sr(a) diria que:

1-Muitas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.

2- Algumas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.

3- Sempre é suficiente para todos se alimentarem bem

99- NS/NR

34. Depois que passou a receber o Bolsa Família, aumentou a variedade dos alimentos consumidos pela sua família?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

35-Depois que passou a receber o Bolsa Família a sua família passou consumir mais vezes algum alimento que antes não costumava consumir?

1. Sim 2. Não (pule p/ a p.36) 99-NS/NR

35.1.Se sim, qual (até 3 citações)? 1º) _____;

2º) _____; 3º) _____ 88-NA 99. NS/NR

36. Em sua opinião quais alimentos faltam para que a qualidade da alimentação da sua família seja melhor? (Até 3 citações)

1º) _____; 2º) _____;

3º) _____ 88. NA 99. NS/NR

37. Depois que passou a receber o Bolsa Família, a quantidade de alimentos consumidos pela sua família?

1. Aumentou 2. Continuo a mesma

3. Diminuiu 99. NS/NR

38. Normalmente, os alimentos comprados são suficientes para quantas semanas no mês:

1 semana 2 semanas 3 semanas

4 semanas (mês todo) 99. NS/NR

39- Antes de começar a receber o Bolsa Família, os alimentos comprados costumavam ser suficientes para quantas semanas no mês:

1 semana 2 semanas 3 semanas

4 semanas (mês inteiro) 99. NS/NR

40. Em geral, quem faz a compras de alimento para a casa?

1. a pessoa entrevistada 2. o (a) seu/sua cônjuge

3. Sua mãe/seu pai 4.Outro 99. NS/NR

41. Em geral, quem prepara/cozinha a comida que é consumida pela família?

1. a pessoa entrevistada 2. o (a) seu/sua cônjuge

3. Sua mãe/seu pai 4.Outro 99. NS/NR

BLOCO 4-Orçamento familiar, trabalho, renda e geração de oportunidades

42. No último mês qual foi a renda total das pessoas que moram no seu domicílio? (somando a sua e de todos os outros, considerando todas as fontes: salários, horas-extras, aluguéis, bicos, pensões, aposentadorias, e incluindo o valor da Bolsa Família e outros benefícios sociais, etc.)

R\$ _____, _____ 99-NS/NR

43- No último mês, quanto a sua família gastou com cada um destes itens:

	R\$	NA	NS/NR
Alimentos e produtos para casa		88	99
Conta de luz		88	99
Conta de água		88	99
Telefone (fixo e celular)		88	99
Gás		88	99
Transporte (ônibus/trem/metro)		88	99
Remédios		88	99
Aluguel/Condomínio /Prestação da casa		88	99

44. Qual o valor mensal que você recebe do Programa Bolsa Família? R\$ _____, _____ 99-NS/NR

45. A renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1- Muita dificuldade 2- Alguma dificuldade
3- Nenhuma dificuldade (pule p/ p.61) 99-NS/NR

46- Em sua opinião, de quanto precisaria ser a renda mensal da família para chegar até o final do mês sem dificuldade: (apenas p/ quem respondeu 1 ou 2 na anterior) R\$ _____, _____ 99-NS/NR

47. Você possui Carteira de Trabalho?

1. Sim 2. Não 99.NS/NR

48. Quando você começou a receber o Bolsa Família (mês e ano) _____ / _____ 99. NS/NR

48.1 Para cada ano mencionado, responda as perguntas: Em 2004 você trabalhou? E em 2005...

Ano	48.1 Trabalhou? 1 – Sim, o ano todo 2 – Sim, mais da metade 3 – Sim, menos da metade 4 – Não 99– NS/NR	48.2 Em que condição? * 1 – Empregado com carteira 2 – Empregado sem carteira 3 – Conta própria com registro 4 – Conta própria sem registro 5 – Fez/faz bicos 6 – Outras 88-NA 99-NS/NR
2004		
2005		
2006		
2007		

49. Você procurou trabalho nos últimos 30 dias?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

50. Antes de receber o dinheiro do PBF você fazia alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista) 5. Era empregada doméstica
6. Outro: 50.1. Qual? _____ 88. NA
7. Não 99. NS/NR

51. Atualmente você tem feito alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista)
5. Era empregada doméstica
6. Outro: 51.1. Qual? _____ 88. NA
7. Não 99-NS/NR

52. O chefe do seu domicílio possui Carteira de Trabalho?

1. Sim 2. Não 99.NS/NR

53. Para cada ano mencionado, responda as perguntas: O Chefe do seu domicílio

Ano	53.1 Trabalhou? 1 – Sim, o ano todo 2 – Sim, mais da metade 3 – Sim, menos da metade 4 – Não 99– NS/NR	53.2 Em que condição? * 1 – Empregado com carteira 2 – Empregado sem carteira 3 – Conta própria com registro 4 – Conta própria sem registro 5 – Fez/faz bicos 6 – Outras 88-NA 99-NS/NR
2004?		
2005?		
2006?		
2007?		

54. O chefe do domicílio procurou trabalho nos últimos 30 dias? 1. Sim 2. Não 99. NS/NR

55. Antes de receber o dinheiro do PBF o chefe do seu domicílio fazia alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista) 5. Era porteiro 6. Era pintor 7. Era pedreiro
8. Era ajudante de pedreiro 9. Era mecânico
10. Era marceneiro
11. . Outro: 55.1. Qual? _____ 88. NA
12. Não 99. NS/NR

56. Depois de receber o dinheiro do PBF o chefe do seu domicílio passou a fazer alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista) 5. Era porteiro 6. Era pintor 7. Era pedreiro
8. Era ajudante de pedreiro 9. Era mecânico
10. Era marceneiro
11. . Outro: 56.1. Qual? _____ 88. NA
12. Não 99. NS/NR

57. Em relação aos cursos que preparam para conseguir trabalho, você já fez algum? [Espontânea]

1. Sim, um 2. Sim, dois ou mais
3. Não (pule p. p.61) 99 - NS/NR

27. Em que ano? 1) _____ 2) _____

57.1. Quantos foram oferecidos pela prefeitura ou o governo do estado? 1. 0 2. 1 3. 2 88. NA 99. NS/NR

58. Este curso foi pago?

- 1.Sim 2. Não 3. Um sim e outro não 88. NA
99.NS/NR

59. O que você aprendeu neste(s) Curso(s)?

1) _____ 2) _____

60. A sra. acha que com este curso vai conseguir emprego ou renda?

- 1.Sim 2. Não 3. Talvez 88. NA 99.NS/NR

61. Em relação aos cursos que preparam para conseguir trabalho, os seus filhos já fizeram algum? [Espontânea]

1. Sim, um 2. Sim, dois ou mais
3. Não (pule p. p.67) 99 - NS/NR

62. Em que ano? 1) _____ 2) _____

(Se o entrevistado citar mais de 2 cursos pedir para ele citar os dois que considere mais importantes)

62.1. Quantos foram oferecidos pela prefeitura ou o governo do estado?

1. 0 2. 1 3. 2 88. NA 99.NS/NR

63. Este curso foi pago?

1.Sim 2. Não 3. Um sim e outro não 88. NA 99.NS/NR

64. O que eles aprenderam neste(s) Curso(s)?

1) _____ 2) _____

88-NA 99.NS/NR

66. A sra. acha que com este curso ele(s) vai/vão conseguir emprego ou renda?

1.Sim 2. Não 3. Talvez 88. NA 99.NS/NR

67. Em relação aos cursos que preparam para conseguir trabalho, o chefe do seu domicílio já fez algum? [Espontânea]

1. Sim, um 2. Sim, dois ou mais

3. Não (pule p.72) 99 - NS/NR

68. Em que ano? 1) _____ 2) _____

(Se o entrevistado citar mais de 2 cursos pedir para ele citar os dois que considere mais importantes)

68.1. Quantos foram oferecidos pela prefeitura ou o governo do estado?

1. 0 2. 1 3. 2 88. NA 99.NS/NR

69. Este curso foi pago?

1.Sim 2. Não 3. Um sim e outro não 88. NA 99.NS/NR

70. O que ele aprendeu neste(s) Curso(s)?

1) _____ 2) _____ 88. NA 99.NS/NR

71. A sra. acha que com este curso ele vai/vão conseguir emprego ou renda?

1.Sim 2. Não 3. Talvez 88. NA 99.NS/NR

72- Gostaria de lembrar a você que as pessoas podem gastar o dinheiro do Bolsa Família da maneira que acharem melhor. Pensando nisso, gostaria de saber com o que vocês costumam gastar o dinheiro que recebem do programa? (ESPONTÂNEA) (anote até 3 itens por ordem de prioridade)

1. Alimentos 1º item [] Alguém outro?

2. Roupas/calçados 2º item [] Alguém outro?

3. Remédios 3º item []

4. Aluguel

5. Material de limpeza e higiene pessoal (sabonete, papel higiênico, detergente etc)

6. Transporte (passagens de ônibus, por exemplo)

7. Material escolar (cadernos, livros, lápis, caneta)

8. Atividades de lazer 9. Água/Luz/Gás

10. Outro 99-NS/NR

73-Pensando apenas no último pagamento do Bolsa Família, o dinheiro foi gasto em que : _____ 99-NS/NR

74- Quem fica responsável por gastar o dinheiro do Bolsa Família? (ESPONTÂNEA)

1. A pessoa entrevistada 2. O (a) seu/sua cônjuge

3.Sua mãe/seu pai 4.Outro 99. NS/NR

75- Nos últimos 12 meses, você fez alguma compra a crédito?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

76- Nos últimos 12 meses, sua família comprou algum móvel ou eletrodoméstico? 1. Sim 2. Não 99. NS/NR

77. Depois do Programa Bolsa Família o crédito da sua família com os comerciantes do bairro melhorou?

1. Sim 2. Não 3. Não compra a crédito 99. NS/NR

Bloco 5. Saúde

78. Antes da sra começar a receber o dinheiro do PBF seus filhos eram vacinados todas as vezes que é recomendado pelos profissionais de saúde?

1. sim

2. não → .. 1Por que? 1. perdi o cartão de vacina

2. me esqueço das datas

3. não estava informada

4. não achava importante

5. morava longe do posto

6. ia mas não tinha vacina

7. não conseguia ser atendida

8. O profissional nunca estava lá

88. NA 99.NS/NR

79. Depois que a sra. passou a receber o dinheiro do BPF seus filhos estão com a carteira de vacinação em dia?

1. sim

2. não → 79.1Por que? 1. perdi o cartão de vacina

2. me esqueço das datas

3. não estava informada

4. não acho importante

5. o posto de saúde é longe

6. nunca tem vacina

7. o posto vive cheio

8. O profissional nunca está lá

9. Outro: 79.2. Qual? _____ 88. NA 99.NS/NR

80. Quantos filhos a senhora teve _____ 99.NS/NR

81. Quantos filhos a sra. teve depois que está recebendo o dinheiro do PBF? _____ 99.NS/NR

82. A sra. fez o pré-natal todas as vezes em que ficou grávida?

1. sim

2. não → 82.1.Por que? 1. me esquecia das datas

2. não estava informada

3. não achava importante

4. morava longe do posto/hospital

5. ia, mas o médico não atendia/não estava

6. Outro: 82.2. Qual? _____ 88. NA 99.NS/NR

83. Depois que a sra. passou a receber o dinheiro do PBF a sra. fez ou está fazendo o pré-natal todas as vezes que engravidou?

1. Sim porque é obrigado

2. sim mas nem sempre vou

3. sim mas nem toda vez o médico me atende

4. Outro. 83.1. Qual? _____

5. Não 88. NA 99.NS/NR

84. Depois que as crianças nasceram, a sra. e os bebês costumam/costumavam ir ao posto de saúde todas as vezes que o médico marcava?

1. sim, todo mês 2. nem todo mês

3. sim, apenas o bebe 4. o médico é que sempre falta

5. Não. 88. NA 99.NS/NR

85. Depois da entrada no PBF a sra. acha que a sua saúde melhorou ou piorou? E a saúde dos seus filhos? E da sua família?

	Melhorou	Continua igual	Piorou	NA	NS/NR
A sua saúde	1	2	3	88	99
a saúde dos filhos	1	2	3	88	99
a saúde da família	1	2	3		

86. Depois que a sra. está recebendo o dinheiro do PBF a sra. acha que a sua casa está mais limpa ou está mais suja?

1. mais limpa 2. continua a mesma igual 3. mais suja

87. Depois que a sra. está recebendo o dinheiro do bolsa família alguém que mora na sua casa teve algum tipo de doença?

1. sim 87.1. Qual? _____
 87.2. Qual a idade dela (e) ? _____
 2. Não (pule p.89) 88. NA 99.NS/NR

88. Vocês procuram atendimento médico?

1. sim, fui no posto 2. sim, fui no hospital
 3. não 88. NA 99.NS/NR

89. Depois que a sra. está recebendo o dinheiro do bolsa família alguém que mora na sua casa morreu?

1. sim 89.1. De que? _____
 89.2. Qual a idade dela (e)? _____
 2. Não 88. NA 99.NS/NR

6 Expectativas e avaliação .

90- A sra. Acha que a sua família vai continuar recebendo o dinheiro do Bolsa Família por mais quanto tempo?

_____ 88. NA 99.NS/NR

91. O quê a sra. acha que é preciso acontecer na sua vida para a sua família não precisar mais de receber o dinheiro do PBF?

_____ 88. NA 99.NS/NR

92- No geral, como você avalia o Programa Bolsa Família? Em sua opinião ele é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

1 Ótimo 2 Bom 3 Regular
 4 Ruim 5 Péssimo 99-NS/NR

93- De zero a dez, zero sendo a pior nota e dez a melhor nota, que nota você dá para o Programa Bolsa Família? _____

94- Na sua opinião, quem é responsável pelo Programa Bolsa Família? (aceitar até 3 respostas)

1. O Governo Federal 2. O Governo Estadual
 3. O governo Municipal
 4- Outro. 94.1. Qual? _____ 99. NS/NR

95- Vou ler duas frases sobre o Bolsa Família, e gostaria de saber com qual delas você concorda mais:

1-O Bolsa Família é um direito garantido para as pessoas que necessitam

2-O Bolsa Família é uma ajuda para as pessoas que necessitam
 99-NS/NR

96. Depois que o (a) sr(a) passou a participar do programa Bolsa Família, a maneira como o(a) sr.(a) sua família é tratada no local onde moram:

1. Mudou para melhor 2. Não mudou em nada
 3- Mudou para pior 99. NS/NR

CRITÉRIO BRASIL

Quantas televisões a sra. tem em casa? E vídeo cassete? E...?

Posse de itens	Quantidade de itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	2	3	4	5
Vídeo cassete e/ou DVD	0	1	2	2	2
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro (todos)	0	2	3	4	4
Automóvel particular	0	2	4	5	5
Empregada mensalista	0	2	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1
Geladeira sem freezer	0	2			
Geladeira duplex ou freezer	0	3			

Qual é o grau de instrução do responsável pelo domicílio?

Analfabeto / Primário incompleto	0
Primário completo / Ginásial incompleto	1
Ginásial completo / Colegial incompleto	2
Colegial completo / Superior incompleto	3
Superior Completo	5
Pós Graduação / Mestrado / Doutorado	5

TOTAL DE PONTOS:

Classe	PONTOS	
1- A1	30-34	
2- A2	25-29	
3 - B1	21-24	
4- B2	17-20	
5- C	11-16	
6- D	6 - 10	
7- E	0 -5	

O(a) sr(a) aceita ser contatado pelo DataUFF para participar de outras pesquisas?

1- Sim 2- Não

Pesquisador: _____

Supervisor: _____

Obrigada pela sua atenção

Anexo 3 - Questionário 2010

BLOCO 1 – Sócio-econômico

RESPONSÁVEL LEGAL

- 1- Sexo: 1. Masculino 2. Feminino
 2- Qual a sua idade? _____ anos
 3- O (a) sr.(a) é: 1. solteira (o) 2. casada (o)/vive junto
 3. separada (o) 4. viúva (o) 99. NR
- 4- A sua situação profissional atual é: **[Estimulada e única]**
 1. Empregado assalariado 2. Autônomo/conta própria
 3. Profissional liberal 4. Empregador 5. Estudante
 6. Desempregado 7. Aposentado 8. Dona de casa
 9. Funcionário público 10. Empregada doméstica
 11- Outro 99. NS/NR
- 5- Qual é a sua cor ou raça? **[Estimulada]**
 1. Branca 2. Preta 3. Parda
 4. Amarela 5. Indígena 99. NS/NR
- 6- Sua casa é: 1. própria 2. alugada 3. cedida 4. outro
 4. Ocupação/invasão 5. Outro 99. NS/NR
7. O abastecimento de energia elétrica é: 1. Inexistente
 2. rede pública com relógio 3. rede pública sem relógio
 5. outro 99. NS/NR
8. O abastecimento de água é: 1. Inexistente 2. rede pública
 3. poço artesiano 4. cacimba/cisterna/poço
 5. fonte/rio/igarapé/riacho/córrego 6. outra 99. NS/NR
9. O esgotamento sanitário é: 1. fossa séptica 2. inexistente
 3. rede pública 4. fossa rústica 99. NS/NR
- 10- Quem é o chefe do seu domicílio? (espontânea)
 1. o próprio entrevistado 2. o seu cônjuge
 3. O seu pai/sua mãe 4. outro 99. NS/NR

RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO (caso seja o próprio entrevistado aplicar as perguntas para o cônjuge)

11. Sexo: 1. Masculino 2. Feminino 88-NA
 12. Qual a idade do (a) seu (sua) companheiro(a) ? _____ anos
 13- Atualmente a situação profissional do (a) seu (sua) companheiro (a) é: 1. Empregado assalariado 2. Autônomo/conta própria
 3. Profissional liberal 4. Empregador 5. Estudante
 6. Desempregado 7. Aposentado 8. Dona de casa
 9. Funcionário público 10. Empregada doméstica
 11. Outro 99. NS/NR 88-NA

14- Incluindo o (a) sr(a), quantas pessoas moram na sua casa:

14.1. Quantas	NS/ NR	14.2. Quantas freqüentam a escola?
1- <input type="text"/> crianças de 0-6 anos	99	1 <input type="text"/> 88-NA 99- NS/NR
2- <input type="text"/> crianças de 7-15 anos	99	2 <input type="text"/> 88-NA 99- NS/NR
3 <input type="text"/> -pessoas de 16-25 anos	99	3. <input type="text"/> 88-NA 99- NS/NR
4. <input type="text"/> -pessoas de 25-34 anos	99	
5. <input type="text"/> -pessoas de 35-44 anos	99	
6. <input type="text"/> -pessoas de 45-54 anos	99	

15. Antes da sra. passar a receber o dinheiro do PBF havia alguma criança ou adolescente que não estava estudando?

1. Sim 1.1. Porque? _____
 2. Não 99. NS/NR

16. Depois que você passou a receber o dinheiro do PBF a sua família aumentou ou diminuiu? **[Estimulada e única]**

1. aumentou porque minha (meu) filha (o) veio morar comigo e trouxe os filhos
 2. aumentou porque minha mãe (pai, sogro(a)) veio morar comigo
 3. aumentou porque os filhos do meu irmão ou irmã vieram morar comigo
 4. aumentou porque me casei
 5. aumentou porque me casei e meu companheiro veio morar comigo e trouxe os filhos.
 6. diminuiu porque minha mãe morreu (pai, sogro (a))
 7. diminuiu porque meu (minha) filho(a) morreu
 8. diminuiu porque meu companheiro morreu
 9. diminuiu porque meu companheiro foi embora
 10. ficou igual
 11. aumentou pq tive mais um(a) filho (a)
 16.1. outro: _____ 99. NS/NR

BLOCO 2 - Educação

17. Até que série o(a) sr.(a) estudou? **[Espontânea]**

1. Analfabeto/sem instrução 2. Primário incompleto
 3. Primário completo ou ginásio incompleto 4. Primeiro grau completo ou segundo grau incompleto
 5. segundo grau incompleto
 6. Segundo grau completo 7. Superior incompleto
 8. Superior completo 99. NS/NR

18. A (o) sra.(o) parou de estudar em que ano? _____
 99. NS/NR 88-NA

19. O motivo para a (o) sra.(o) parar de estudar na série (ver p.17) ou nunca ter estudado foi:

1. repetiu de ano várias vezes 2. não teve vontade de continuar 3. problemas com os professores 4. precisava trabalhar e não dava tempo de estudar 5. problemas na família 6. problemas com os colegas 7. a escola era muito longe
 8. precisava tomar conta dos meus irmãos para minha mãe 9. gravidez 10. problemas com os professores

19.1. Outros: _____
 99. NS/NR 88-NA

20 Na sua opinião estudar é: 1. muito importante

2. importante 3. pouco importante 4. nada importante
 99. NS/NR 88-NA

21. Depois que a (o) sra. (o) começou a receber o dinheiro do Bolsa Família

	Sim	Não	NA	NS/NR
21.1. a(o) sra.(o) voltou a estudar?	1	2	88	99
21.2. a(o) sra.(o) pensou em	1	2	88	99

22. Desde que a (o) sra(o) começou a estudar até que série a (o) sra. (o) pensou que ia chegar? **[Espontânea]**

1. Analfabeto/sem instrução 2. Primário incompleto 3. Primário completo ou 4.
Primeiro grau completo ou ginásio incompleto 5. segundo grau incompleto 6. Segundo grau completo 7.
Superior incompleto 8. Superior completo 99. NS/NR

22.1.. E os seus (suas) filhos até que série a (o) sra. (o) pensa vão chegar? **[Espontânea]**

1. Analfabeto/sem instrução 2. Primário incompleto 3. Primário completo ou 4.
Primeiro grau completo ou ginásio incompleto 5. segundo grau incompleto 6. Segundo grau completo 7.
Superior incompleto 8. Superior completo 99. NS/NR

23. Até que série o(a) responsável pelo domicílio ou seu (sua) companheiro (a) estudou?

1. Analfabeto/sem instrução 2. Primário incompleto 3. Primário completo ou 4. Primeiro grau completo ou ginásio
incompleto 5. segundo grau incompleto 5. Segundo grau completo 6. Superior incompleto
7. Superior completo 99. NS/NR 88-NA

24. Depois que a (o) sra (o) começou a receber o dinheiro do Bolsa Família o responsável pelo seu domicilio ou seu (sua) companheiro (a):

	Sim	Não	NA	NS/NR
24.1. Voltou a estudar?	1	2	88	99
24.2. Pensou em voltar a estudar?	1	2	88	99

3- BLOCO.Segurança alimentar.

25. Em geral as crianças da casa fazem quantas refeições por dia? Crianças 88.NA 99-NS/NR

25.1- Quais são essas refeições? (situar as respostas da questão anterior)

- 1 – Café da Manhã; 2- Lanche da manhã; 3 – Almoço; 4- Lanche à tarde 5 – Jantar 6 – Lanche noite 88.NA 99-NS/NR

26- E os Jovens e adultos em geral fazem quantas refeições por dia? Jovens e adultos 88.NA 99-NS/NR

26.1- Quais são essas refeições? (situar as respostas da questão anterior)

- 1 – Café da Manhã; 2- Lanche da manhã; 3 – Almoço; 4- Lanche à tarde 5 – Jantar 6 – Lanche noite 88.NA 99-NS/NR

27 Caso existam crianças na escola, quantas refeições são oferecidas a elas pela escola? 88.NA 99-NS/NR

28. O Sr(a) acha que a quantidade de alimentos consumidos pela sua família nestas refeições do dia é suficiente para satisfazer:

Idade	Sim	Não	NA	NS/NR
As crianças	1	2	88	99
E os Jovens e adultos	1	2	88	99

29. Nos últimos 3 meses, alguma vez os alimentos da sua casa acabaram antes que vocês tivessem dinheiro para comprar mais?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

30. Antes de começar a receber o bolsa família, os alimentos da sua casa costumavam acabar antes que vocês tivessem dinheiro para comprar mais?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

31. Nos últimos 3 meses, alguma pessoa da casa deixou de comer ou comeu menos porque não havia comida suficiente?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

32. Antes de começar a receber o bolsa família, alguém na casa costumava deixar de comer ou comia menos porque não havia comida suficiente?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

33- Pensando na quantidade de alimentos consumido por sua família, o(a) Sr(a) diria que:

1-Muitas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.

2- Algumas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.

3- Sempre é suficiente para todos se alimentarem bem

99- NS/NR

34. Depois que passou a receber o Bolsa Família, aumentou a variedade dos alimentos consumidos pela sua família?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

35-Depois que passou a receber o Bolsa Família a sua família passou consumir mais vezes algum alimento que antes não costumava consumir?

1. Sim 2. Não (pule p/ a p.36) 99-NS/NR

35.1.Se sim, qual (até 3 citações)? 1º)_____;

2º)_____;

3º)_____ -
88-NA 99. NS/NR

36. Em sua opinião quais alimentos faltam para que a qualidade da alimentação da sua família seja melhor? (Até 3 citações)

1º)_____;

2º)_____;

3º)_____ 99. NS/NR

37. Depois que passou a receber o Bolsa Família, a quantidade de alimentos consumidos pela sua família?

1. Aumentou 2. Continuo a mesma

3. Diminuiu 99. NS/NR

38. Normalmente, os alimentos comprados são suficientes para quantas semanas no mês:

1 semana 2 semanas 3 semanas 4

semanas (mês todo) 99. NS/NR

39- Antes de começar a receber o Bolsa Família, os alimentos comprados costumavam ser suficientes para quantas semanas no mês:

1 semana 2 semanas 3 semanas 4 semanas

(mês inteiro) 99. NS/NR

40. Em geral, quem faz a compras de alimento para a casa?

1. a pessoa entrevistada 2. o (a) seu/sua cônjuge

3. Sua mãe/seu pai 4.Outro 99. NS/NR

41. Em geral, quem prepara/cozinha a comida que é consumida pela família?

1. a pessoa entrevistada 2. o (a) seu/sua cônjuge

3. Sua mãe/seu pai 4.Outro 99. NS/NR

BLOCO 4–Orçamento familiar, trabalho, renda e geração de oportunidades

42. No último mês qual foi a renda total das pessoas que moram no seu domicílio? (somando a sua e de todos os outros, considerando todas as fontes: salários, horas-extras, aluguéis, bicos, pensões, aposentadorias, e incluindo o valor da Bolsa Família e outros benefícios sociais, etc.) R\$ _____, _____ 99-NS/NR

43- No último mês, quanto a sua família gastou com cada um destes itens:

	R\$	NA	NS/NR
Alimentos e produtos para casa		88	99
Conta de luz		88	99
Conta de água		88	99
Telefone (fixo e celular)		88	99
Gás		88	99
Transporte (ônibus/trem/metro)		88	99
Remédios		88	99
Aluguel/Condomínio /Prestação da casa		88	99

44. Qual o valor mensal que você recebe do Programa Bolsa Família?
R\$ _____, _____ 99-NS/NR

45. A renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1- Muita dificuldade 2- Alguma dificuldade
3- Nenhuma dificuldade (pule p/ p.47) 99-NS/NR

46- Em sua opinião, de quanto precisaria ser a renda mensal da família para chegar até o final do mês sem dificuldade: (apenas p/ quem respondeu 1 ou 2 na anterior) R\$ _____, _____ 99-NS/NR

47. Você possui Carteira de Trabalho?

1. Sim 2. Não 99.NS/NR

48. Quando você começou a receber o Bolsa Família (mês e ano) _____ / _____ 99. NS/NR

48. Para cada ano mencionado, responda as perguntas: Em 2007 você trabalhou? E em 2008...

Ano	25. Trabalhou? 1 – Sim, o ano todo 2 – Sim, mais da metade 3 – Sim, menos da metade 4 – Não 99 – NS/NR	25.1 Em que condição? * 1 – Empregado com carteira 2 – Empregado sem carteira 3 – Conta própria com registro 4 – Conta própria sem registro 5 – Fez/faz bicos 6 – Outras 88-NA 99- NS/NR
2007		
2008		
2009		
2010		

49. Você procurou trabalho nos últimos 30 dias?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

50. Antes de receber o dinheiro do PBF você fazia alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista) 5. Era empregada doméstica
6. Outro: 50.1. Qual? _____ 88. NA
7. Não 99. NS/NR

51. Atualmente você tem feito alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista)
5. Era empregada doméstica
6. Outro: 51.1. Qual? _____ 88. NA
7. Não 99-NS/NR

52. O chefe do seu domicílio ou companheiro (a) possui Carteira de Trabalho?

1. Sim 2. Não 99.NS/NR

53. Para cada ano mencionado, responda as perguntas: O Chefe do seu domicílio ou companheiro (a)

Ano	25. Trabalhou em 1 – Sim, o ano todo 2 – Sim, mais da metade 3 – Sim, menos da metade 4 – Não 99 – NS/NR	25.1 Em que condição? * 1 – Empregado com carteira 2 – Empregado sem carteira 3 – Conta própria com registro 4 – Conta própria sem registro 5 – Fez/faz bicos 6 – Outras 88-NA 99- NS/NR
2007		
2008		
2009		
2010		

54. O chefe do domicílio ou companheiro (a) procurou trabalho nos últimos 30 dias?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

55. Antes de receber o dinheiro do PBF o chefe do seu ou companheiro (a) fazia alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista) 5. Era porteiro 6. era pintor 7. era pedreiro 8. era ajudante de pedreiro 9. era mecânico 10. era marceneiro

11. Outro: 55.1. Qual? _____ 88. NA

12. Não 99. NS/NR

56. Depois de receber o dinheiro do PBF o chefe do seu domicílio ou companheiro (a) passou a fazer alguma coisa para ganhar dinheiro?

1. Artesanato 2. Vendia coisas na praia ou outros lugares
3. Catava papel e outros materiais recicláveis 4. Fazia faxina (diarista) 5. Era porteiro 6. era pintor 7. era pedreiro 8. era ajudante de pedreiro 9. era mecânico 10. era marceneiro

11. . Outro: 56.1. Qual? _____ 88. NA

12. Não 99. NS/NR

57. Em relação aos cursos que preparam para conseguir trabalho, você já fez algum? [Espontânea]

1. Sim, um 2. Sim, dois ou mais

3. Não (pule p. p.61) 99 - NS/NR

27. Em que ano? 1) _____ 2) _____

57.1. Quantos foram oferecidos pela prefeitura ou o governo do estado?

1. 0 2. 1 3. 2 88. NA 99. NS/NR

58. Este curso foi pago?

1. Sim 2. Não 3. Um sim e outro não 88. NA 99.NS/NR

59. O que você aprendeu neste(s) Curso(s)?

1) _____ 2) _____

60. A sra. acha que com este curso vai conseguir emprego ou renda?

1. Sim 2. Não 3. Talvez 88. NA 99.NS/NR

61. Em relação aos cursos que preparam para conseguir trabalho, os seus filhos já fizeram algum? [Espontânea]

1. Sim, um 2. Sim, dois ou mais 3. Não (pule p. p.67) 99 - NS/NR

62.1. Quantos foram oferecidos pela prefeitura ou o governo do estado?

1. 0 2. 1 3. 2 88. NA 99. NS/NR

63. Este curso foi pago?

1. Sim 2. Não 3. Um sim e outro não 88. NA 99. NS/NR

64. O que eles aprenderam neste(s) Curso(s)?

1) _____ 2) _____ 88-NA 99. NS/NR

66. A sra. acha que com este curso ele(s) vai/vão conseguir emprego ou renda?

1. Sim 2. Não 3. Talvez 88. NA 99. NS/NR

67. Em relação aos cursos que preparam para conseguir trabalho, o (a) seu (sua) companheiro (a) já fez algum? [Espontânea]

1. Sim, um 2. Sim, dois ou mais

3. Não (pule p. p.72) 99 - NS/NR

68. Em que ano? 1) _____ 2) _____

(Se o entrevistado citar mais de 2 cursos pedir para ele citar os dois que considere mais importantes)

68.1. Quantos foram oferecidos pela prefeitura ou o governo do estado?

1. 0 2. 1 3. 2 88. NA 99. NS/NR

69. Este curso foi pago?

1. Sim 2. Não 3. Um sim e outro não 88. NA 99. NS/NR

70. O que ele aprendeu neste(s) Curso(s)?

1) _____ 2) _____ 88. NA 99. NS/NR

71. A sra. acha que com este curso ele vai/vão conseguir emprego ou renda?

1. Sim 2. Não 3. Talvez 88. NA 99. NS/NR

72- Gostaria de lembrar a você que as pessoas podem gastar o dinheiro do Bolsa Família da maneira que acharem melhor. Pensando nisso, gostaria de saber com o que vocês costumam gastar o dinheiro que recebem do programa? (ESPONTÂNEA)

(anote até 3 itens por ordem de prioridade)

1. Alimentos 1º item |____| Algum outro?

2. Roupas/calçados 2º item |____| Algum outro?

3. Remédios 3º item |____|

4. Aluguel

5. Material de limpeza e higiene pessoal (sabonete, papel higiênico, detergente etc)

6. Transporte (passagens de ônibus, por exemplo)

7. Material escolar (cadernos, livros, lápis, caneta)

8. Atividades de lazer 9. Água/Luz/Gás

10. Outro 99-NS/NR

73- Pensando apenas no último pagamento do Bolsa Família, o dinheiro foi gasto em que : _____ 99-NS/NR

74- Quem fica responsável por gastar o dinheiro do Bolsa Família? (ESPONTÂNEA)

1. a pessoa entrevistada 2. o (a) seu/sua cônjuge 3. Sua mãe/seu pai 4. Outro 99. NS/NR

75- Nos últimos 12 meses, você fez alguma compra a crédito?

1. Sim 2. Não 99. NS/NR

76- Nos últimos 12 meses, sua família comprou algum móvel ou eletrodoméstico? 1. Sim 2. Não 99. NS/NR

77. Depois do Programa Bolsa Família o crédito da sua família com os comerciantes do bairro melhorou?

1. Sim 2. Não 3. Não compra a crédito 99. NS/NR

Bloco 5. Saúde

78. Antes do (a) sr. (a) começar a receber o dinheiro do PBF seus filhos eram vacinados todas as vezes que é recomendado pelos profissionais de saúde?

1. sim

2. não → .. 1. Por que? 1. perdi o cartão de vacina
2. me esqueço das datas
3. não estava informada
4. não achava importante
5. morava longe do posto
6. ia mas não tinha vacina
7. não conseguia ser atendida
8. O profissional nunca estava lá

88. NA 99. NS/NR

79. Depois que a (o) sra. passou a receber o dinheiro do BPF seus filhos estão com a carteira de vacinação em dia?

1. sim

2. não → 79.1. Por que? 1. perdi o cartão de vacina
2. me esqueço das datas
3. não estava informada
4. não acho importante
5. o posto de saúde é longe
6. nunca tem vacina
7. o posto vive cheio
8. O profissional nunca está lá

9. Outro: 79.2. Qual? _____
88. NA 99. NS/NR

80. Quantos filhos a senhora teve _____ 99. NS/NR

81. Quantos filhos a sra. teve depois que está recebendo o dinheiro do PBF? _____ 99. NS/NR

82. A sra. fez o pré-natal todas as vezes em que ficou grávida?

1. sim

2. não → 82.1. Por que? 1. me esquecia das datas
2. não estava informada
3. não achava importante
4. morava longe do posto/hospital
5. ia, mas o médico não atendia/não estava

6. Outro: 82.2. Qual? _____
88. NA 99. NS/NR

83. Depois que a sra. passou a receber o dinheiro do PBF a sra. fez ou está fazendo o pré-natal todas as vezes que engravidou?

5. Sim porque é obrigado

6. sim mas nem sempre vou

7. sim mas nem toda vez o médico me atende

8. Outro. 83.1. Qual? _____

5. Não 88. NA 99. NS/NR

84. Depois que as crianças nasceram, a sra. e os bebês costumam/costumavam ir ao posto de saúde todas as vezes que o médico marcava?

2. sim, todo mês 2. nem todo mês

3. sim, apenas o bebê 4. o médico é que sempre falta
5. Não.

88. NA 99. NS/NR

85. Depois da entrada no PBF o(a) Sr(a) acha que a sua saúde melhorou ou piorou? E a saúde dos seus filhos? E da sua família?

	Melhorou	Continua igual	Piorou	NA	NS/NR
A sua saúde	1	2	3	88	99
a saúde dos filhos	1	2	3	88	99
a saúde da família	1	2	3		

86. Depois que o(a) senhor(a) está recebendo o dinheiro do PBF (o) sr.(a) acha que a sua casa está mais limpa ou está mais suja?

1. Mais limpa 2. Continua a mesma igual 3. Mais suja

87. Depois que o(a) senhor(a) está recebendo o dinheiro do bolsa família alguém que mora na sua casa teve algum tipo de doença?

1. sim 87.1.Qual? _____

87.2. Qual a idade dela (e) ? _____

2. Não (pule p.89) 88. NA 99.NS/NR

88. Vocês procuram atendimento médico?

1.sim, fui no posto 2.sim, fui no hospital

3.não 88. NA 99.NS/NR

89. Depois que o(a) senhor(a).. está recebendo o dinheiro do bolsa família alguém que mora na sua casa morreu?

1. sim 89.1.De que? _____

89.2. Qual a idade dela (e)? _____

2. Não 88. NA 99.NS/NR

6 Expectativas e Avaliação.

90- O(a) senhor(a) acha que a sua família precisa continuar recebendo o dinheiro do Bolsa Família por mais quanto tempo?

_____ 88. NA 99.NS/NR

91. O quê o(a) senhor(a) acha que é preciso acontecer na sua vida para a sua família não precisar mais de receber o dinheiro do PBF?

_____ 88. NA 99.NS/NR

91.1. E quanto tempo a (o) sr. (a) acha que vai ser necessário para que isto ocorra? (estimulada)

1. De um a seis 2. De seis meses a um anos 3. De um a dois anos

4. Mais de dois anos 88. NA 99-NS/NR

92- No geral, como você avalia o Programa Bolsa Família? Em sua opinião ele é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

1 Ótimo 2 Bom 3 Regular

4 Ruim 5 Péssimo 99-NS/NR

93- De zero a dez, zero sendo a pior nota e dez a melhor nota, que nota você dá para o Programa Bolsa Família? _____

94- Na sua opinião, quem é responsável pelo Programa Bolsa Família? (aceitar até 3 respostas)

1.O Governo Federal 2.O Governo Estadual

3. O governo Municipal

4- Outro. 94.1.Qual? _____ 99. NS/NR

95- Vou ler duas frases sobre o Bolsa Família, e gostaria de saber com qual delas você concorda mais:

1-O Bolsa Família é um direito garantido para as pessoas que necessitam

2-O Bolsa Família é uma ajuda para as pessoas que necessitam 99-NS/NR

96. Depois que o (a) sr(a) passou a participar do programa Bolsa Família, a maneira como o(a) sr.(a) sua família é tratada no local onde moram:

1. Mudou para melhor

2. Não mudou em nada

3- Mudou para pior

99. NS/NR

Quantas televisões a sra. tem em casa? E vídeo cassete? E...?

Posse de itens	Quantidade de itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	2	3	4	5
Vídeo cassete e/ou DVD	0	1	2	2	2
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro (todos)	0	2	3	4	4
Automóvel particular	0	2	4	5	5
Empregada mensalista	0	2	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1
Geladeira sem freezer	0	2			
Geladeira duplex ou freezer	0	3			

Qual é o grau de instrução do responsável pelo domicílio?

Analfabeto / Primário incompleto	0
Primário completo / Ginásial incompleto	1
Ginásial completo / Colegial incompleto	2
Colegial completo / Superior incompleto	3
Superior Completo	5
Pós Graduação / Mestrado / Doutorado	5

TOTAL DE PONTOS:

Classe	PONTOS
1- A1	30-34
2- A2	25-29
3- B1	21-24
4- B2	17-20
5- C	11-16
6- D	6 - 10
7- E	0 - 5

O(a) sr(a) aceita ser contatado pelo DataUFF para participar de outras pesquisas?

1- Sim 2- Não

Pesquisador: _____

Supervisor: _____

Obrigado(a) pela sua atenção.

Anexo 4 - Roteiro em Profundidade

Roteiro PBF - Responsável pelo PBF em nível federal

O Sr. acha da cobertura do PBF no Brasil. É suficiente, insuficiente, exagerada?

Por quê?

Se é insuficiente, o que fazer para ampliar?

Na sua avaliação, qual deve ser o papel dos governos locais na implementação do PBF? Como o Sr avalia o desempenho deles no cumprimento desse papel?

Na sua avaliação, qual deve ser o papel dos governos estaduais na implementação do PBF? Como o Sr avalia o desempenho deles no cumprimento desse papel?

Na sua avaliação, qual deve ser o papel dos governos municipais na implementação do PBF? Como o Sr avalia o desempenho deles no cumprimento desse papel?

Como o Sr vê o processo de coordenação pelo governo federal na implementação do PBF?

Qual a sua opinião sobre a capacitação dos diferentes agentes/profissionais ligados à implementação do PBF em nível federal, estadual e municipal?

Como o PBF é monitorado/avaliado pela gestão federal?

Como o Sr avalia este processo de monitoramento e avaliação do PBF?

Como este monitoramento incorpora a gestão estadual e municipal?

O Sr. avalia que existe controle social sobre o PBF nas três esferas de gestão? Como o Sr. avalia este controle social sobre o PBF em cada esfera?

Que elementos poderiam aperfeiçoar esse controle social? O Sr conhece alguma experiência bem-sucedida de controle social relacionada ao PBF?

Quais são os objetivos do PBF?

O sr. considera que o responsável legal pelo benefício têm noção clara dos objetivos do PBF?

E suas famílias?

Pensando nos objetivos, o Sr. avalia que estão sendo atingidos no conjunto do país?

Por quê?

Se não estão sendo atingidos por inteiro o senhor acredita que poderão ser atingidos em algum momento?

O que deve ser feito para que cheguemos a esta situação?

Quais as estratégias mobilizadas ao nível da gestão federal para superar estes entraves?

Em sua opinião o PBF está de fato integrado ao SUAS?

Se sim, como?

Se não o que fazer para que esta integração ocorra?

Em sua opinião, os recursos transferidos para as famílias são suficientes para os objetivos aos quais se destinam?

Por quê?

Estão sendo desenvolvidas ações voltadas para geração de oportunidades e renda?

Se sim, quais?

Desde quando?

Estas ações estão sendo efetivadas pelos municípios?

Qual a sua avaliação sobre estas?

Quais os entraves existentes ao pleno desenvolvimento destas ações?

Quais as estratégias mobilizadas ao nível da gestão federal para superar estes entraves?

Em sua opinião, qual o resultado do PBF na vida das famílias beneficiárias?

Em sua opinião em média, qual o tempo necessário para que estes resultados sejam percebidos?

Existem questionamentos sobre se o PBF atinge de fato seus objetivos.

Como o Sr vê essa discussão?

Existem sinais de que os beneficiários do PBF já se encontram em condições de não precisar mais?

Que outras questões sobre o PBF o Sr gostaria de destacar?

Roteiro PBF - responsável pelo PBF em nível estadual

O Sr. acha da cobertura do PBF no Brasil. É suficiente, insuficiente, exagerada?

Se é insuficiente, o que fazer para ampliar?

Como o Sr. (a) vê o processo de coordenação pelo governo federal na implementação do PBF?

Qual a sua opinião sobre a capacitação dos diferentes agentes/profissionais ligados à implementação do PBF em nível federal, estadual e municipal?

Como o PBF é monitorado/avaliado pela gestão estadual?

Como o Sr avalia estes processos de monitoramento e avaliação do PBF neste estado?

O Sr. avalia que existe controle social sobre o PBF na esfera estadual e municipal?

Como o Sr avalia este controle social sobre o PBF nestas esferas?

Que elementos poderiam aperfeiçoar esse controle social? O Sr. conhece alguma experiência bem-sucedida de controle social relacionada ao PBF?

De que forma evoluiu a situação social e econômica deste estado nos últimos anos?

Em sua opinião houve melhora ou deterioração dos indicadores sociais neste estado?

Quais são os objetivos do PBF?

O Sr considera que o responsável legal pelo benefício do PBF têm noção clara dos objetivos?

E suas famílias?

Pensando nos objetivos, o Sr. avalia que estão sendo atingidos neste estado? Por quê?

Se não estão sendo atingidos por inteiro o senhor acredita que poderão ser atingidos em algum momento?

O que deve ser feito para que cheguemos a esta situação?

Quais as estratégias mobilizadas ao nível da gestão estadual para superar estes entraves?

Em sua opinião o PBF está de fato integrado ao SUAS neste estado?

Se sim, como?

Se não, o que fazer para que esta integração ocorra?

Qual tem sido o papel da gestão estadual neste processo?

Em sua opinião, os recursos transferidos para as famílias são suficientes para os objetivos aos quais se destinam? Por quê?

Estão sendo desenvolvidas ações voltadas para geração de oportunidades e renda?

Se sim, quais?

Desde quando?

Estão sendo desenvolvidas ações voltadas para geração de oportunidades e renda?

Se sim, quais?

Desde quando?

Estas ações estão sendo efetivadas pelos municípios?

Qual a sua avaliação sobre estas?

Quais os entraves existentes ao pleno desenvolvimento destas ações?

Quais as estratégias mobilizadas ao nível da gestão estadual para superar estes entraves?

Em sua opinião, qual o resultado do PBF na vida das famílias beneficiárias?

Em sua opinião em média, qual o tempo necessário para que estes resultados sejam percebidos?

Existem sinais de que os beneficiários do PBF já se encontram em condições de não precisar mais?

Que outras questões sobre o PBF o Sr gostaria de destacar?

Roteiro PBF - Responsável pelo PBF na gestão municipal

O Sr. acha da cobertura do PBF no Brasil. É suficiente, insuficiente, exagerada?

Por quê?

Se é insuficiente, o que fazer para ampliar?

Como o Sr. vê a coordenação pelo governo federal na implementação do PBF?

Como o Sr. vê a atuação do governo estadual na implementação do PBF?

Na sua avaliação, qual deve ser o papel dos governos municipais na implementação do PBF?

Como o Sr avalia especificamente o desempenho do seu município no cumprimento desse papel?

Qual a sua opinião sobre a capacitação dos diferentes agentes/profissionais ligados à implementação do PBF em nível federal, estadual e municipal?

Como o PBF é monitorado/avaliado pela gestão municipal?

Como o Sr avalia estes processos de monitoramento e avaliação do PBF neste município?

O Sr. avalia que existe controle social sobre o PBF na esfera municipal?
Como o Sr (a) avalia este controle social sobre o PBF nesta esfera?

Que elementos poderiam aperfeiçoar esse controle social?

Como o município verifica o atendimento às condicionalidades do PBF?

O Sr. acha que este processo de verificação vem sendo feito de forma adequada?

De que forma evoluiu a situação social e econômica deste município nos últimos anos?

Em sua opinião houve melhora ou deterioração dos indicadores sociais neste município?

Quais são os objetivos do PBF?

O Sr considera que o responsável legal pelo benefício do PBF têm noção clara dos objetivos?

E suas famílias?

Pensando nos objetivos, o Sr. avalia que estão sendo atingidos neste município?

Por quê?

Se não estão sendo atingidos por inteiro o senhor acredita que poderão ser atingidos em algum momento?

O que deve ser feito para que cheguemos a esta situação?

Quais as estratégias mobilizadas ao nível da gestão municipal para superar estes entraves?

Em sua opinião o PBF está de fato integrado ao SUAS neste município?

Se sim, como?

Qual o papel do CRAS nesta integração?

Se não o que fazer para que esta integração ocorra?

Qual tem sido o papel da gestão municipal neste processo?

Em sua opinião, os recursos transferidos para as famílias são suficientes para os objetivos aos quais se destinam?

Por quê?

Estão sendo desenvolvidas ações voltadas para geração de oportunidades e renda?

Se sim, quais?

Desde quando?

Qual a sua avaliação sobre estas?

Quais os entraves existentes ao pleno desenvolvimento destas ações?

Quais as estratégias mobilizadas ao nível da gestão municipal para superar estes entraves?

Em sua opinião, qual o resultado do PBF na vida das famílias beneficiárias?

Em sua opinião em média, qual o tempo necessário para que estes resultados sejam percebidos?

Existem sinais de que os beneficiários do PBF já se encontram em condições de não precisar mais?

Que outras questões sobre o PBF o Sr gostaria de destacar?

Roteiro PBF – Assistente Social vinculado ao CRAS

Quais são suas principais funções no âmbito do PBF?

Como o Sr. avalia sua atuação?

O Sr. considera que a cobertura do PBF é suficiente na área de atuação deste CRAS? Por quê?

Se é insuficiente, o que fazer para ampliar?

Na sua avaliação, qual deve ser o papel dos governos municipais na implementação do PBF?

Como o Sr (a) avalia especificamente o desempenho deste município no cumprimento desse papel?

Qual a sua opinião sobre a capacitação dos diferentes agentes/profissionais ligados à implementação do PBF em nível municipal?

Como o PBF é monitorado/avaliado pela gestão municipal?

Como o Sr avalia este processo de monitoramento e avaliação do PBF na área deste CRAS?

O Sr. avalia que existe controle social sobre o PBF nesta área?

Como o Sr (a) avalia este controle social sobre o PBF nesta área?

Que elementos poderiam aperfeiçoar esse controle social?

Como o Sr. verifica o atendimento às condicionalidades do PBF?

O Sr. acha que este processo de verificação vem sendo feito de forma adequada?

Quais são os objetivos do PBF?

O Sr considera que o responsável legal pelo benefício do PBF têm noção clara dos objetivos?

E suas famílias?

Pensando nos objetivos, o Sr. avalia que estão sendo atingidos nesta área? Por quê?

Se não estão sendo atingidos por inteiro o senhor acredita que poderão ser atingidos em algum momento?

O que deve ser feito para que cheguemos a esta situação?

Quais as estratégias mobilizadas pelo Sr. para superar estes entraves?

Em sua opinião o PBF está de fato integrado ao SUAS nesta área?

Se sim, como?

Se não, o que fazer para que esta integração ocorra?

Qual é ou deveria ser o seu papel nesta integração?

Qual é ou deveria ser o papel do CRAS nesta integração?

Qual é ou deveria ser o papel da gestão municipal neste processo?

Em sua opinião, os recursos transferidos para as famílias são suficientes para os objetivos aos quais se destinam? Por quê?

Estão sendo desenvolvidas ações voltadas para geração de oportunidades e renda na área deste CRAS? E no restante do município?

Se sim, quais?

Desde quando?

Qual a sua avaliação sobre estas?

Quais os entraves existentes ao pleno desenvolvimento destas ações?

Quais as estratégias mobilizadas pelo Sr. para superar estes entraves?

Em sua opinião, qual o resultado do PBF na vida das famílias beneficiárias?

Em sua opinião em média, qual o tempo necessário para que estes resultados sejam percebidos?

Existem sinais de que os beneficiários do PBF já se encontram em condições de não precisar mais?

Que outras questões sobre o PBF o Sr (a) gostaria de destacar?

Roteiro PBF – Responsável legal pelo benefício

Introdução

Ha quanto tempo você é beneficiário do PBF?

Qual o valor do benefício?

Quem é o chefe do domicilio?

Quantos filhos você têm?

No total quantas pessoas moram aqui?

Além do PBF alguém da casa participa de outro programa assistencial (BPC, PETI, Agente Jovem, Pro-jovem, outros)

Educação

Até que série você estudou?

Quais os problemas enfrentados para freqüentar a escola por um numero maior de anos?

E o chefe da casa?

Quais os problemas enfrentados por ele(a) para freqüentar a escola por um numero maior de anos?

Você e/ou o chefe do domicilio voltaram a estudar ou pensaram em voltar depois do PBF?

Por quê?

Todos os seus filhos estavam estudando antes de você receber o PBF?

Se não, por quê?

E agora algum está sem estudar?

Por quê?

O PBF ajudou seu filho na escola?

De que forma (notas, freqüência, etc) ?

Saúde

Os seus filhos estavam com a vacinação em dia antes da entrada no PBF

Se não, por quê?

E hoje estão em dia?

Se não, por quê?

A senhora fez o pré-natal todos as vezes em que ficou grávida?
Se não por quê? (Mapear o antes e depois do PBF)
Depois que as crianças nasceram, você e os bebês costumavam ir ao posto de saúde para ver se todos estavam bem de saúde?
E vocês iam sempre – todo mês, toda semana, era marcado pelo posto?

Depois da entrada no PBF você acha a sua saúde mudou?
Por quê?

Depois da entrada no PBF você acha a saúde dos seus filhos mudou?
Por quê?

Depois da entrada no PBF você acha a saúde das pessoas que moram na sua casa mudou?
Por quê?

Segurança alimentar

Antes de receber o PBF alguém na casa costumava deixar de comer ou comia menos?
Por quê?
Quem ficava sem comer, as crianças, os jovens ou os adultos?

E hoje alguém continua sem ter o que comer?
Por quê?
Quem ainda fica sem comer?

Depois do PBF vocês passaram a comprar outros alimentos que não compravam antes?
Quais?

Trabalho

Além de cuidar da casa, você trabalhava antes do PBF?
O que você fazia?
Quanto você ganhava?
Tinha carteira assinada?
Se não trabalhava, por quê?

Você passou a trabalhar fora de casa depois do PBF?
O que você faz?
Quanto você ganha?
Tem carteira assinada?

Você fazia alguma coisa para ganhar dinheiro (venda, artesanato, prestação de serviço, etc) antes do PBF?

Você hoje em dia faz alguma coisa para ganhar dinheiro (venda, artesanato, prestação de serviço, etc)?

O(a) chefe da casa trabalhava fora de casa antes do PBF?

O que fazia?

Quanto ganhava?

Tinha carteira assinada?

Se não trabalhava, por quê?

O(a) chefe da casa passou a trabalhar fora de casa depois do PBF?

O que faz?

Quanto ganha?

Tem carteira assinada?

O chefe da casa fazia alguma coisa para ganhar dinheiro (venda, artesanato, prestação de serviço, etc) antes do PBF?

O chefe da casa hoje em dia faz alguma coisa para ganhar dinheiro (venda, artesanato, prestação de serviço, etc)?

Você está procurando trabalho ou alguma forma de conseguir dinheiro hoje em dia?

E o chefe da casa?

E as outras pessoas da sua família?

Geração de oportunidades e renda

Você acha que vai conseguir algum trabalho ou algum meio de conseguir dinheiro nos próximos seis meses?

Por quê?

E o chefe da casa?

Por quê?

E as outras pessoas da família?

Por quê?

O que você acha que teria que ser feito para que alguém da família conseguisse trabalho ou dinheiro?

Antes do PBF alguém da casa havia feito algum curso para ajudar a arrumar trabalho ou conseguir algum dinheiro?

Se sim, qual?

Se não, por quê?

E depois do PBF?

Se sim, qual?

O que a pessoa achou deste curso?

Expectativas

Qual a importância do PBF para sua família hoje?

A sua família hoje está diferente de quando vocês ainda não recebiam o PBF?
Quais as mudanças?

Você acha que a sua família vai precisar do PBF por quanto tempo?
Por quê?

O que você acha que é preciso para que sua família deixe de precisar do PBF?

Você tem alguma idéia de como conseguir isto?